

Nuno Ivo Gonçalves

AS SECÇÕES NACIONAIS PORTUGUESAS DO INSTITUTO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

(1908-2012)



Nuno Ivo Gonçalves

**AS SECÇÕES NACIONAIS
PORTUGUESAS DO
INSTITUTO
INTERNACIONAL DE
CIÊNCIAS
ADMINISTRATIVAS
(1908-2012)**

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: As Secções Nacionais Portuguesas do Instituto Internacional
de Ciências Administrativas (1908-2012)

AUTOR: Nuno Ivo Gonçalves

EDIÇÃO: Edições Ex-Libris® (Chancela Sítio do Livro)

REVISÃO: Patrícia Espinha

PAGINAÇÃO: Alda Teixeira

ARRANJO DE CAPA: Ângela Espinha

IMAGEM DE CAPA: Marcelo Caetano presidindo a Mesa Redonda do IICA
realizada em Lisboa (1949)

Fotografia amavelmente disponibilizada pelo Arquivo Histórico-Diplomático

1.ª Edição

Lisboa, fevereiro 2019

ISBN: 978-989-8867-48-3

DEPÓSITO LEGAL: 448805/18

© NUNO EDUARDO DA SILVA IVO GONÇALVES

Todos os direitos de propriedade reservados, em conformidade com a legislação vigente. A reprodução, a digitalização ou a divulgação, por qualquer meio, não autorizadas, de partes do conteúdo desta obra ou do seu todo constituem delito penal e estão sujeitas às sanções previstas na Lei.

PUBLICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO:

SÍTIO
do Livro.pt

www.sitiodolivro.pt

publicar@sitiodolivro.pt

(+351) 211 932 500



AGRADECIMENTOS

A investigação realizada deve muito ao diálogo mantido com o Dr. Miguel de Barros Caetano, que procurou elucidar o autor sobre o papel de vários dos protagonistas e foi recebendo deste resultados que acedeu a ler, e algumas vezes a avaliar. Também a troca de impressões com a Dra. Vera Batalha, do INA, foi sendo estimulante e produtiva.

Foi possível estabelecer contactos com vista a esclarecer episódios significativos com o Dr. Vítor Ruivo, ex-Vice-Presidente do INA, o Dr. António Rebordão Montalvo, advogado, estudioso de questões de Administração Local e em tempos investigador do INA, e o Professor Doutor Fausto de Quadros. A Engenheira, Arquitecta e Mestre em História de Arte, Isabel Moura Anjinho prestou-nos informação sobre o seu Avô, Eng. Horácio de Moura, um dos subscritores do pedido de reconhecimento do Instituto Português de Ciências Administrativas. A Dra. Isabel Mire Dores confirmou-nos alguns aspectos do currículo do seu Tio, Eng. José Maria Myre Dores. O Professor Doutor Adriano Brandão informou-nos sobre o ano de falecimento de um arouquense mencionado nestas páginas.

São devidos agradecimentos aos funcionários e responsáveis dos vários arquivos que permitiram pesquisas (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico-Diplomático, Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Instituto Camões/Instituto de Alta Cultura, Arquivo do Departamento de Prospectiva e Planeamento) ou que as realizaram a pedido do autor (Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, INA, Instituto Internacional de Ciências Administrativas, Sociedade de Geografia de Lisboa) bem como das bibliotecas utilizadas (Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Sociais

e Políticas, Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Biblioteca da Imprensa Nacional Casa da Moeda, Biblioteca do Supremo Tribunal Administrativo, Biblioteca do Tribunal de Contas, Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, Biblioteca Real da Bélgica). De agradecer ainda à Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e ao Registo Nacional de Pessoas Colectivas, bem como à Direcção Regional de Organização e Administração Pública dos Açores.

O Professor Denis Moschopoulos, autor de trabalhos sobre o Instituto Internacional de Ciências Administrativas, para a realização dos quais beneficiou de acesso aos arquivos daquele, facultou-nos os ficheiros de artigos seus.

A Sociedade de Geografia de Lisboa viabilizou, através dos Professores Doutores João Pereira Neto, Secretário Perpétuo da Sociedade, e João Bilhim, Presidente da Secção de Administração Pública, a apresentação, em 26 de Junho de 2017, de uma comunicação: “*As Secções Nacionais Portuguesas do Instituto Internacional de Ciências Administrativas. O Papel da Sociedade de Geografia de Lisboa*”, baseada em resultados provisórios da presente investigação.

O Dr. João Sabino, do Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, que também realizou várias pesquisas a pedido do autor e até recolheu por sua iniciativa elementos muito úteis para o prosseguimento da investigação, o Doutor David Ferraz, que foi responsável pela ligação do INA ao Instituto Internacional e a Mestre Olga Silveira, da Direcção-Geral do Orçamento, deram valiosos contributos na crítica destes resultados provisórios.

Como referências finais, a minha gratidão à Professora Doutora Magda Pinheiro, que aceitou responsabilizar-se pelo patrocínio da investigação a partir do momento em que houve lugar a “registo de tese” através do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, instituição que me conferiu o grau de Doutor em Sociologia, especialidade em Sociologia Política, e cujo

programa doutoral em História Moderna e Contemporânea frequentei quando estava a preparar e a realizar este trabalho, à minha amiga Professora Doutora Teresa Sousa de Almeida, que me ajudou com o francês na primeira carta escrita ao Instituto Internacional, e *last but not the least*, à minha filha Ana, doutoranda em Neurociências, que se manteve a par do progresso dos trabalhos, exigindo que o autor se mantivesse no rumo, e ajudou na tradução de alguns apontamentos em alemão e na formatação final do presente texto.

A responsabilidade pelos erros e deficiências que subsistem é exclusivamente minha, mas estarei, como me cumpre, disposto a corrigi-los.

RESUMO

As elites portuguesas estiveram durante o século XX atentas aos debates internacionais sobre reformas administrativas, em especial aos promovidos pelo Instituto Internacional de Ciências Administrativas (IICA). Entre 1947 e 1974 esteve muito activa uma Secção Nacional Portuguesa, participando nos Congressos e Mesas Redondas. Os nomes mais destacados foram os de António Pedrosa Pires de Lima, Aureliano Felismino e Marcelo Caetano.

Desde aí, os laços entre Portugal e o IICA enfraqueceram e as memórias relativas a este período parecem ter sido quase completamente esquecidas.

Palavras-Chave: Organizações não-governamentais (ONG) internacionais; Instituto Internacional de Ciências Administrativas (IICA); Secção Nacional Portuguesa; Instituto Português de Ciências Administrativas; História da Administração Pública; Reforma Administrativa; Biografias.

ABSTRACT

Portuguese elites have been all along the 20th century attentive to international debates about administrative reforms, especially to those promoted by the International Institute of Administrative Sciences (IIAS). From 1947 to 1974 a Portuguese national section was very active, attending to Congresses and Round Tables. The most outstanding names were those of António Pedrosa Pires de Lima, Aureliano Felismino, Marcelo Caetano.

The ties between Portugal and IIAS have since weakened and memories of this period seem to have been almost completely forgotten.

Key words: *International Non-governmental Organizations (NGOs); International Institute of Administrative Sciences (IIAS); Portuguese National Section; Portuguese Institute of Administrative Sciences; History of Public Administration; Administrative Reform. Biographies.*

ÍNDICE

Introdução	1
Estratégia Metodológica e Principais Dificuldades	5

I PARTE

O INSTITUTO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS (IICA)

1. O movimento dos Congressos Internacionais de Ciências Administrativas do início até à II Guerra Mundial	21
2. Do pós – II Guerra Mundial à reorganização de 1974.	45
3. Da reorganização de 1974 até ao centenário do movimento dos Congressos.	59

II PARTE

A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NAS ACTIVIDADES DO IICA

4. Do Primeiro Congresso até à II Guerra Mundial – O período dos rasgos individuais e do quase alheamento institucional	71
5. Duas décadas no pós – II Guerra Mundial – uma Secção Nacional Portuguesa remodelada e interveniente nos Congressos, Mesas Redondas e Comités	91
6. O reforço da Presidência do Conselho de Ministros, a criação do Secretariado Técnico, e a constituição do Grupo de Trabalho n.º 14 – “Reforma Administrativa” da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica	151

7. A vida breve do Secretariado da Reforma Administrativa (SRA) e os seus sucessores	165
8. O Instituto Português de Ciências Administrativas (I.P.C.A.)	179
9. O Boletim/Revista “O.M.” e o Grupo de Estudos de Organização do Trabalho Administrativo (GEOTA)/Associação Portuguesa de Produtividade Administrativa (APPA)	199
10. Novas fases da ligação portuguesa ao Instituto Internacional	233

III PARTE

A INFLUÊNCIA DA COOPERAÇÃO NO QUADRO DO IICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA

11. Na vertente das Ciências Administrativas	261
12. Na vertente das Práticas Administrativas	265
13. As opções mais polémicas	277
Conclusões	287
QUADRO 1 – Participação portuguesa nos Congressos Internacionais de Ciências Administrativas	293
QUADRO 2 – Secções Nacionais Portuguesas do IICA.	304
Fontes	309
Legislação	313
Publicações e Relatórios Oficiais	321
Bibliografia	329
APÊNDICE 1 – Revue Internationale des Sciences Administratives (1939-1949).	341
APÊNDICE 2 – Revue Internationale des Sciences Administratives (1950-1956); International Review of Administrative Sciences (1957-1967)	344
APÊNDICE 3 – International Review of Administrative Sciences (1968-1974)	347
APÊNDICE 4 – International Review of Administrative Sciences (1975-2011)	349

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

- AEP – Agência Europeia de Produtividade
AHD – Arquivo Histórico-Diplomático
AMC – Arquivo Marcello Caetano
ANP – Acção Nacional Popular
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
APAPP – Associação Portuguesa de Administração e Políticas Públicas
APDCP – Associação Portuguesa de Directores e Chefes de Pessoal
APPA – Associação Portuguesa de Produtividade Administrativa
CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE – Comunidade Económica Europeia
CITRA – Centro de Informação Científica e Técnica da Reforma Administrativa
CIP – Comissão Internacional Permanente
CIPIE – Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica
CTCEE – Comissão Técnica para a Cooperação Económica Externa
CTT – Correios, Telégrafos e Telefones
DGAP – Direcção-Geral da Administração Pública
DGAEP – Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGEMN – Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGAPC – Direcção-Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior
DGCI – Direcção-Geral das Contribuições e Impostos
DGCP – Direcção-Geral da Contabilidade Pública
DGOA – Direcção-Geral da Organização Administrativa
DIAP – Departamento de Investigação e Acção Penal
DIRIC – Departamento de Investigação, Relações Internacionais e Comunicação da DGAEP

- ECA – Economic Cooperation Administration
- EGPA – European Group of Public Administration
- ENA – École Nationale d’Administration
- EUA – Estados Unidos da América
- FAO – Food and Agriculture Organisation
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- GEOTA – Grupo de Estudos de Organização do Trabalho Administrativo
- GEPA – Gabinete de Estudos de Produtividade Administrativa
do Ministério da Economia
- IAC – Instituto de Alta Cultura
- IASIA – International Association of Schools and Institutes of Administration
- IES – Instituto de Estudos Sociais
- IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
- IIAS – International Institute of Administrative Sciences
- IICA – Instituto Internacional de Ciências Administrativas
- IISA – Institut International des Sciences Administratives
- INA – Instituto Nacional de Administração/Direcção-Geral para
a Qualificação de Trabalhadores em Funções Públicas
- INII – Instituto Nacional de Investigação Industrial
- INTP – Instituto Nacional do Trabalho e Previdência
- IPCA – Instituto Português de Ciências Administrativas
- IRAS – International Review of Administrative Sciences
- ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- ISCSPU – Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina
- ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
- KBR – Biblioteca Real da Bélgica
- LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
- MPAT – Ministério do Planeamento e Administração do Território
- MRA – Ministério da Reforma Administrativa
- MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
- NPM – New Public Management
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- OCT – Organização Científica do Trabalho

- OECE – Organização Europeia para a Cooperação Económica
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OM – Organização e Métodos
OMI – Gabinete de Organização e Métodos da Secretaria de Estado da Indústria
OMOP – Núcleo de Organização e Métodos do Ministério das Obras Públicas
ONG – Organização Não-Governamental
PADAP – Programa Autónomo de Desenvolvimento Agro-Pecuário
PPA – Programa Autónomo de Desenvolvimento Pecuário dos Açores
PTM – Programa Autónomo para o Desenvolvimento da Província de Trás-os-Montes
PCM – Presidência do Conselho de Ministros
ONU – Organização das Nações Unidas
RAPP – Revista Portuguesa de Administração e Políticas Públicas
RFA – República Federal Alemã
RISA – Revue Internationale des Sciences Administratives
RNPC – Registo Nacional das Pessoas Colectivas
SEAP – Secretaria de Estado da Administração Pública
SERA – Secretaria de Estado da Reforma Administrativa
SGL – Sociedade de Geografia de Lisboa
SMA – Secretariado para a Modernização Administrativa
SNI – Secretariado Nacional de Informação
SNP – Secção Nacional Portuguesa
SRA – Secretariado da Reforma Administrativa
STA – Supremo Tribunal Administrativo
STPC – Secretariado Técnico da Presidência do Conselho
UE – União Europeia
UAI – União das Associações Internacionais, Union des Associations Internationales
UIA – Union of International Associations
UCIDT – União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

INTRODUÇÃO

A investigação, cujos resultados parciais – relativos à cooperação mantida no âmbito do Instituto Internacional de Ciências Administrativas – agora se apresentam, desenvolve-se no quadro de um projecto de investigação que foi registado como projecto de tese com a denominação *A influência da cooperação internacional nas políticas portuguesas de Administração Pública (1945-2009)*¹, e incide genericamente sobre a influência da cooperação internacional nas políticas portuguesas de Administração Pública.

Mais especificamente, pretende estudar a influência da cooperação multilateral no quadro de três organizações internacionais: o Instituto Internacional de Ciências Administrativas (IICA), com sede em Bruxelas, que presentemente se define como organização não-governamental, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), com carácter intergovernamental, e as organizações sucessivamente criadas no processo de construção europeia: Comunidade Económica Europeia/Comunidade Europeia/União Europeia (UE) também com carácter intergovernamental mas evoluindo para uma supra-estadualidade.

A influência a reter para efeitos da investigação proposta é essencialmente conforme a formulação que adoptámos na redacção do projecto, e sem prejuízo da relevância de eventuais impactos directos na formulação de políticas de Administração Pública, a que se tenha traduzido na assimilação de ideias e na criação de atitudes (designadamente de identificação com as concepções veiculadas) evidenciadas pelas elites portuguesas mais

¹ A previsível ultrapassagem do horizonte temporal do registo conduziu-nos à opção de irmos publicando como “estudos” os resultados parciais da investigação.

envolvidas, ou na recepção de aconselhamento, assistência técnica e outras ajudas veiculadas pelas referidas organizações.

Repare-se que a nossa investigação pretende incidir sobre formas de cooperação essencialmente voluntárias, em que se procura um intercâmbio de experiências, caso dos Congressos Internacionais de Ciências Administrativas/Instituto Internacional, ou um relacionamento em que as plataformas doutrinárias que habilitam a organização a oficializar os seus pontos de vista e a pronunciar-se sobre as situações dos Estados-membros vão resultando de consensos, como é o caso da OCDE, ou ainda com um pano de fundo em que, respeitando-se o princípio da subsidiariedade, se procura observar o método aberto de coordenação, conforme apontado pela Estratégia de Lisboa da União Europeia.

Não são abrangidas pela investigação que vimos realizando áreas em que a harmonização de políticas é declarada oficial e vinculativamente de interesse comum da União Europeia, ou em que os normativos são construídos com intervenção de uma “comitologia”, e ainda menos orientações sujeitas à condicionalidade típica das operações de assistência económica e financeira, como as protagonizadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e recentemente pela “*troika*”.

A cooperação enquadrada no relacionamento de Portugal com o IICA, que na nossa tese de doutoramento em Sociologia, especialidade de Sociologia Política², já tivéramos ocasião de valorizar, foi pelo presente estudo objecto de distinção de três períodos.

O primeiro, cujo tratamento é imprescindível, até porque muito do realizado posteriormente assenta numa memória deste período fundador, vai de 1908, ano em que o país foi convidado a fazer-se representar no I Congresso Internacional de Ciências Administrativas que teve lugar em

² Gonçalves, Nuno Eduardo da Silva Ivo (2013), *O progresso da ideia de “gestão empresarial” na Administração Pública portuguesa*, tese de doutoramento em Sociologia, especialidade de Sociologia Política, Lisboa: ISCTE-IUL (policopiado).

1910 em Bruxelas, até 1940, ano em que o Instituto Internacional, com a ocupação da Bélgica, foi forçado a suspender a sua actividade, sendo possível identificar os nomes de membros das elites portuguesas que se interessam, a forma como procuram participar e até a cobertura institucional que se procurou obter com a criação formal em 1928 de uma Secção Nacional Portuguesa, sem que, no entanto, como veremos, seja possível afirmar que esta funcionou e que tenha existido uma verdadeira experiência de cooperação.

O segundo, entre o fim da II Guerra Mundial e o ano de 1974, por coincidência o ano quer da Revolução de Abril quer de uma profunda reorganização do Instituto Internacional de Ciências Administrativas, assistiu a uma efectiva interacção entre o Estado e a Secção Nacional Portuguesa, que em 1968 veio a ser institucionalizada como associação científica com a denominação de Instituto Português de Ciências Administrativas (I.P.C.A.) e as estruturas do Instituto Internacional. Em larga medida, foi possível no presente estudo reconstituir os momentos principais dessa interacção e identificar os membros da elite nacional envolvidos, sendo que este período é o mais rico do relacionamento entre Portugal e o Instituto Internacional e ganha em ser contextualizado na História do Estado Novo.

O terceiro e último período, até 2012, caracteriza-se, por um lado, por uma maior facilidade de contactos dos organismos da Administração Pública portuguesa, individualmente considerados, com as organizações internacionais, por outro, por uma menor detectabilidade das interacções que efectivamente tiveram lugar, sabendo-se ainda pouco sobre o relacionamento que, com a cessação de actividade do I.P.C.A., terá subsistido a partir de 1974, inicialmente através dos organismos da Secretaria de Estado da Administração Pública/Reforma Administrativa e posteriormente através do Instituto Nacional de Administração (INA), que junto do IICA se encontra investido do estatuto de Secção Nacional Portuguesa, aliás encerrámos o período de análise em 2012 por ser o ano da redução do INA ao estatuto de mera Direcção-Geral.

É de render aqui à memória de António Pedrosa Pires de Lima, Director-Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior, que integrou as delegações portuguesas à quase totalidade dos Congressos e Mesas Redondas realizados de 1947 a 1974, muitas vezes como chefe de delegação, e foi membro do Comité Científico do Instituto, o tributo que lhe é devido, sem esquecer o incansável esforço de produção e de divulgação de contributos devido a Aureliano Felismino, Director-Geral da Contabilidade Pública, que de 1951 a 1974 também integrou as delegações portuguesas e foi membro do Comité das Práticas Administrativas, e, num período mais adiantado, a intervenção de Diogo de Paiva Brandão, Secretário-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, e de José de Sousa Mendes, bem como a presença tutelar de Marcelo Caetano.

Nos primórdios, são incontornáveis as referências a Fernando Emygdio da Silva, que contudo parece ter-se desinteressado da “causa” logo que seguiu novo rumo académico, e a João de Magalhães Colaço que foi, de 1923 até ao seu falecimento em 1931, o rosto de Portugal nos Congressos Internacionais de Ciências Administrativas.

Esperamos que o presente “Estudo” possa ser um ponto de partida aceitável para quem queira aprofundar o tema e rever as nossas conclusões.

30 de Setembro de 2018

ESTRATÉGIA METODOLÓGICA E PRINCIPAIS DIFICULDADES

A prossecução dos objectivos do estudo conduziu, designadamente, à recolha de informação relativa:

- à participação de portugueses em Congressos Internacionais de Ciências Administrativas e de, modo geral, em reuniões científicas realizadas durante o período do estudo no âmbito do Instituto Internacional, cujos resultados ficaram plasmados no Quadro 1;
- à composição e ao suporte institucional das Secções Nacionais Portuguesas que funcionaram durante o período e às linhas gerais da actividade destas, de que procurámos dar conta no Quadro 2;
- às comunicações, relatórios e outros materiais produzidos no âmbito das secções nacionais portuguesas, designadamente quando apresentados nos Congressos, Mesas Redondas e Conferências Internacionais relacionados com as Ciências Administrativas.

Dada a grande extensão do período estudado, e o falecimento da quase totalidade dos principais protagonistas, foi necessário trabalhar sobretudo com fontes impressas e com fontes arquivísticas, sem prejuízo de num ou noutro ponto, assinalados no texto, termos procurado obter confirmação de informações recolhidas ou indicações sobre o possível paradeiro de alguma documentação. Nem sempre recebemos respostas, e as não-respostas que pareceram revestir-se de algum significado ficaram assinaladas.

A Sociedade de Geografia de Lisboa viabilizou através dos Professores Doutores João Pereira Neto, Secretário Perpétuo da Sociedade, e João

Bilhim, Presidente da Secção de Administração Pública, a apresentação de uma comunicação “*As Secções Nacionais Portuguesas do Instituto Internacional de Ciências Administrativas: O Papel da Sociedade de Geografia de Lisboa*” baseada nos resultados provisórios da presente investigação e que teve lugar em 26 de Junho de 2017, com a presença, entre outros interessados, também da Mestre Ana Gaspar, responsável pelo Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, que divulgou o evento, e do Mestre David Ferraz, actualmente já doutor pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, até há pouco responsável pela ligação do INA ao IICA.

Em aprofundamento de algumas questões levantadas pelo trabalho, viemos a realizar mais algumas consultas no Arquivo Contemporâneo, e a manter um profíquo diálogo com o Dr. João Sabino, e, a sugestão deste, com a Mestre Olga Silveira, da Direcção-Geral do Orçamento, a quem devemos notícia da existência da tese de doutoramento em História, especialidade de História Contemporânea, *A organização científica do trabalho após a II Guerra Mundial 1945-1974*, de Ana Carina Gerardo da Silva Azevedo³, aqui Ana Carina Azevedo (conforme se identifica correntemente nos seus trabalhos académicos), investigadora do Instituto de História Contemporânea (IHC), tese essa que acabou por ser largamente referida, como é natural, em algumas partes do presente “Estudo”, que concluímos na sua substância em Dezembro de 2017 depois de termos reescrito e até desenvolvido várias partes do texto anterior e que submetemos a prévia análise de alguns dos que foram nossos interlocutores durante o esforço de pesquisa.

O trabalho de Ana Carina Azevedo, que merece particular atenção quando trata da criação e actividade do Instituto Internacional de Investi-

³ Azevedo, Ana Carina Gerardo da Silva (2014), *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial 1945-1974*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Tese de Doutoramento em História, Especialidade de História Contemporânea (policopiado).

gação Industrial (INII), coloca um problema de utilização que não queremos deixar de assinalar.

Por um lado, regista como casos de aplicação da Organização Científica do Trabalho ou dos seus métodos situações em que esta não é expressamente mencionada ou em que os métodos são “difundidos de forma camuflada”, o que é coerente com o seu alerta de que a Produtividade foi no período por si tratado o “Cavalo de Tróia” da Organização Científica do Trabalho (OCT), mas não dispensa, a nosso ver, a necessidade de relevar em cada caso a identificação concretamente utilizada (OCT, Organização e Métodos – OM ou O&M, Organização e Métodos Administrativos, Produtividade Administrativa, Organização do Trabalho Administrativo, etc.) não só por a escolha da forma de identificação poder ter significado mas também para melhor reconstituir o ambiente intelectual da época.

Por outro, realizando um incansável recenseamento do afloramento da problemática da OCT em textos institucionais, nem sempre parece ponderar a diferente força da inclusão em normativos aprovados, propostas de normativo, relatórios justificativos, ou simples debates, declarações e artigos de opinião, para não falar do significado da não consagração em normativos publicados de soluções anunciadas nos textos preparatórios, não consagração de que há vários exemplos⁴.

Não é que *a priori* seja inadequado afirmar que tal discurso, tal actuação ou tal diploma se inserem numa perspectiva de OCT ou de, como escreve a autora, “OCTA” (Organização Científica do Trabalho Administrativo), e sejam incluídos nas suas “manifestações”. Mas é, a nosso ver, relevante do ponto de vista de investigação histórica que fique evidenciado como é que, quer os responsáveis quer os destinatários, as entenderam e qualificaram, e, a haver “camuflagem” na não utilização de “Organização Científica do

⁴ Azevedo, Ana Carina Gerardo da Silva (2014), *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial 1945-1974...*, pp. 22 e 184-218.

Trabalho” se procure determinar se os actores tinham consciência de tal circunstância.

Questão distinta é a autora, em certos passos, parecer identificar “Ciências Administrativas” e “Organização Científica do Trabalho”, mas discutí-la-emos nos locais próprios.

Nas fontes impressas é de destacar as revistas e boletins, sobretudo as *Ciências Administrativas* (1969-1973), propriedade do Instituto Português de Ciências Administrativas (I.P.C.A.), e a *Revista Internacional de Ciências Administrativas*, propriedade do Instituto Internacional de Ciências Administrativas (IICA) nas suas edições francesa (*RISA*, 1928-1939 e 1947-1956) e inglesa (*IRAS*, a partir de 1957), e ainda a *O.M.* (1965-1973), editada primeiro pelo Grupo de Estudos de Organização do Trabalho Administrativo (GEOTA) e depois pela Associação Portuguesa de Produtividade Administrativa (APPA), a *Revista da Administração Pública* (1978-1987), publicação da Secretaria de Estado da Administração Pública/Secretaria de Estado da Reforma Administrativa/Ministério da Reforma Administrativa e o *Organização & Informática* (1976-1982?), boletim da Direcção-Geral da Organização Administrativa.

Algumas das fontes impressas em que nos apoiámos puderam ser acedidas *on line*, sobretudo no caso do sítio do IICA na Internet, que contudo não inclui sequer uma relação completa de todos os Congressos e Mesas Redondas (!). A pesquisa *on line* de elementos sobre algumas das individualidades ou pessoas colectivas citadas no estudo também se revelou nalguns casos produtiva, directamente ou por sugerir novas linhas de pesquisa. Deve ser referida, em particular, a existência na *Wikipedia* de biografias de personalidades hoje em dia quase esquecidas que, na ausência de outros estudos, utilizámos de bom grado, mas sem perda de um elementar sentido crítico, nem que fosse para determinar anos de nascimento e de falecimento de protagonistas.

Também a pesquisa de legislação ou dos seus trabalhos preparatórios nos *Diários do Governo*, *Diários da República*, *Diários das Sessões*, *Actas da*

Câmara Corporativa, ou no sítio do Parlamento trouxe alguns resultados interessantes, sobretudo quando foi possível fazê-la através do *Diário da República on line*, o que não é infelizmente possível para portarias e despachos publicados na 2.^a Série anteriormente ao ano 2000.

O ponto de partida do nosso trabalho foi uma coleção de 17 números das *Ciências Administrativas* a que tínhamos tido acesso aquando da sua publicação e que, relidos no quadro da investigação, nos revelaram muito mais do que julgávamos conter. Inicialmente fomos guiados na nossa pesquisa pelo artigo “Portugal e o Instituto Internacional das Ciências Administrativas”, escrito por António Pedrosa Pires de Lima para o n.º 1 daquela publicação⁵.

No entanto, viemos a perceber que, por um lado, naquele artigo o autor se baseia, quanto aos primórdios do IICA e às reuniões científicas das primeiras décadas, numa brochura do Instituto editada na época em que escreve⁶ e, por outro, que se não apoiou nos arquivos da sua própria Direcção-Geral quanto à evolução anterior a 1944, ano em que tomou posse do cargo de Director-Geral, o que, por exemplo, o terá feito omitir a remodelação da Secção Nacional em 1936, em que teve lugar a integração de Marcelo Caetano.

Também o seu estilo despojado não permite concluir imediatamente que muitas das funções de ligação ao Instituto Internacional asseguradas desde 1946 até 1968 tinham sido ou eram ainda protagonizadas pelo próprio autor do artigo⁷.

⁵ Lima, António Pedrosa Pires de (1969), “Portugal e o Instituto Internacional de Ciências Administrativas”, *Ciências Administrativas*, Ano I, n.º 1, pp. 15-24.

⁶ *Institut International des Sciences Administratives. Ses Activités* (1966), Bruxelles: Institut international des Sciences administratives.

⁷ Respeitámos rigorosamente, nas transcrições, as fórmulas e grafias iniciais da documentação consultada, em que o “Dr.” vai sendo substituído por Doutor, Professor por Professor Doutor, Melo por Mello, Marcelo por Marcello, Matias por Mathias, Telo por Tello, Colaço por Collaço, mas também “Emygdio” por “Emídio”. É aliás por essa

A *Revista Internacional de Ciências Administrativas* foi consultada *on line* na sua versão inglesa – *International Review of Administrative Sciences* (IRAS) com pesquisa por palavras. A consulta da edição francesa *Revue Internationale des Sciences Administratives* (RISA) – que não foi possível fazer em Portugal, por não se ter localizado uma coleção completa (que terá existido no Ministério do Interior) teve lugar na Biblioteca Real da Bélgica (KBR), em Bruxelas, aquando de duas deslocações (em 2015 e em 2016) efectuadas no decurso dos trabalhos de investigação. Outras fontes impressas sobre eventos internacionais tais como os relatos dos congressos e mesas redondas foram consultadas ou na Biblioteca Real ou na sede do IICA, também em Bruxelas.

Na publicação dos *proceedings* ou *compte-rendus* de cada Congresso ou Mesa Redonda oscila-se entre situações em que os próprios debates são reproduzidos, como no caso do Congresso de Florença (1950), que contudo omite a relação de presenças (!), e outras em que é apenas assegurada a publicação dos relatórios sobre os grandes temas, parecendo não ter chegado a ser publicado um *compte-rendu* geral, como no caso do Congresso de Paris (1965)⁸.

No momento em que finalizamos este trabalho para publicação, somos obrigados a admitir que nada podemos afirmar com segurança (nem o puderam fazer os serviços do IICA, a quem pedimos ajuda) sobre a presença ou não de portugueses nas mesas redondas de Dubrovnik-Catvat (1976), Liège (1979), Tóquio (1982) e Budapeste (1988) e em algumas “Conferências” posteriores.

razão que, sempre que não estivermos a fazer uma citação, ou a situar o protagonista no contexto familiar, escreveremos Marcelo e não Marcello Caetano, uma vez que foi com a primeira grafia que o seu nome surgiu inicialmente na documentação consultada (de 1936).

⁸ “Paris Congress, 1965, General Reports”, “Chronicle of the Institute – IIAS, its Sections and Members”, *IRAS*, March 1966, 32 (1), p. 93.

O recurso a fontes arquivísticas revelou-se pois uma necessidade (para além de constituir uma “obrigação” numa investigação histórica), tendo sido, a título principal, explorados:

- O Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), arquivo do Ministério do Interior, fundo Direcção-Geral de Administração Política e Civil, que contém alguma documentação sobre a Comissão Internacional Permanente dos Congressos Internacionais e Ciências Administrativas e sobre o Instituto Internacional, nem sempre fácil de localizar pois a estrutura do fundo assenta numa base distrital, ficando os processos que nela se não enquadram arrumados como “Assuntos de interesse geral”, com a dificuldade adicional de a correspondência ser tramitada pela 1.^a Repartição da lei orgânica até finais de 1947 e ter passado então para a alçada da 2.^a Repartição da nova lei orgânica⁹;
- O Arquivo Histórico-Diplomático (AHD) que guarda precioso material relacionado com as primeiras décadas do movimento dos Congressos, em que este foi acompanhado pela Direcção-Geral dos Assuntos Comerciais e Consulares, depois pela Direcção-Geral dos Negócios Políticos e Administração Interna, e a partir da criação da Direcção-Geral dos Serviços Centrais em 1966, pela Direcção-Geral dos Negócios Políticos, através da Repartição de Europa e América (e não da Repartição de Organizações Internacionais), tendo sido aquando da revolução de Abril de 1974 chamada à Secretaria-Geral, que se apoiou no Serviço Jurídico e de Tratados, a expedição de orientações;
- O Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (ACMF) que dá testemunho, em numerosos documentos microfilmados, da actividade desenvolvida por Aureliano Felismino na ligação com o Comité

⁹ Almeida, Pedro Tavares e Sousa, Paulo Silveira e (Coord.) (2015), *Do Reino à Administração Interna. História de um Ministério. (1736-2012)*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda e Ministério da Administração Interna.

das Práticas Administrativas do IICA e na publicitação e aplicação dos conceitos apreendidos nessa ligação, bem como de alguns factos relacionados com a presença de funcionários do Ministério nas reuniões do Instituto ou com o acesso na biblioteca da Direcção-Geral da Contabilidade Pública (DGCP) a publicações do Instituto Internacional, designadamente à edição francesa da sua Revista.

Alguns dos factos revelados pelo ACMF também podem ser também encontrados nas publicações do Gabinete de Estudos António José Malheiro, consultadas na Biblioteca Central do Ministério, e nos relatórios anuais da DGCP (1948-1973) consultados, com algumas falhas de colecção, na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), na qual também, bem como na Biblioteca do Tribunal de Contas, no catálogo geral ou no do Fundo Águedo de Oliveira, foi possível compulsar outros trabalhos daquele Director-Geral¹⁰.

Dos três arquivos, aquele onde foram recolhidas os elementos que mais contribuíram para estruturar o presente estudo foi o Arquivo Histórico-Diplomático, uma vez que foi pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros que correu a correspondência mais significativa com o Instituto Internacional de Ciências Administrativas e com a diplomacia belga, que muitas vezes canalizou as preocupações do Instituto, foram autorizadas as missões de serviço público que permitiram enquadrar as deslocações dos delegados portugueses aos eventos científicos e reuniões de órgãos e processadas as quotas relativas a Portugal como Estado-membro, ou assim considerado, e à Secção Nacional Portuguesa.

Alguns dos processos de deslocação correram pela Repartição de Congressos e Conferências Internacionais criada em 1946 no âmbito da Secretaria-Geral e cuja documentação não explorámos integralmente. O Embai-

¹⁰ Nos casos em que a mesma referência tem suporte tanto nos *drafts* microfilmados como nas publicações impressas remeteremos apenas para estas.

xador Franco Nogueira, Director-Geral dos Negócios Políticos e Administração Interna, mandou, ao tornar-se Ministro, enviar os processos que tinham corrido pela sua Direcção-Geral à Secretaria-Geral do Ministério, mas pouco tempo depois voltaram a ser instruídos pela “Política”.

A circunstância de se terem registado alterações de jurisdição das várias Direcções-Gerais ao longo das décadas e uma informatização do AHD que não preservou adequadamente a identificação das organizações internacionais abrangidas pelos documentos (salvo no caso do processo 1133, inicial¹¹) forçou-nos a pedidos de consulta de numerosos processos que “poderiam” conter informações, muitos dos quais tiveram de ser desclassificados para serem logo postos de parte quando os tivemos nas nossas mãos. A documentação efectivamente utilizada proporcionou-nos uma visão que nos parece coerente, embora provavelmente incompleta. No entanto, e apesar de o Arquivo cobrir o período até 1985, não pudemos consultar documentação posterior ao trânsito para o Serviço Jurídico e de Tratados da Secretaria-Geral, em 1974, dos assuntos em análise nem, por não ultrapassados os anos de restrição à consulta, o Fundo Documental constituído a partir de doação de um funcionário diplomático¹² que interveio no processo. Nestas circunstâncias, muita da documentação consultada no MNE vai por nós referenciada com pouco mais que um “AHD”.

Quanto ao Arquivo Contemporâneo do Ministério de Finanças, importa salientar que na colecção de microfilmes atribuída ao Gabinete de Estudos António José Malheiro, *Estudos sobre modernização administrativa*, bobinas 1 a 9, microfilmadas em 2002 e 2003, faltam, segundo concluímos, as primeiras 119 pastas – sensivelmente até 1959 – que não terão sido enviadas pela Direcção-Geral do Orçamento ao ACMF.

¹¹ Os documentos relativos ao processo – 1133 – inicial dos Congressos Internacionais de Ciências Administrativas, que começaram a ser produzidos em 1908, ainda existia o Ministério do Reino, podem agora ser localizados no AHD, Cota 82702.

¹² Nuno Bessa Lopes.

A referência nas referidas bobinas a Gabinete de Estudos António José Malheiro pode ser um tanto *misleading*, pois a relação de pastas inclui também os *drafts* dos *Relatórios anuais* da DGCP e documentação sobre a participação de representantes do Ministério das Finanças ligados à Direcção-Geral nos trabalhos do Grupo de Trabalho n.º 14 – Reforma Administrativa da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica, e subgrupos deste, sem intervenção formal do Gabinete. Por exemplo, a existência em microfilme de relatórios assinados por quadros de outros Ministérios no âmbito destes subgrupos não deve criar a ilusão de que estes os entregaram ao Gabinete, ou, pior, de que eram seus funcionários (o Gabinete de Estudos António José Malheiro não tinha sequer pessoal próprio). A denominação *Estudos sobre modernização administrativa*¹³, que reflecte as preocupações da época em que se procedeu à microfilmagem (2002, 2003) pode também induzir em erro, uma vez que nas pastas se encontra muito material que se não pode classificar dessa forma.

Não só a partir de finais de 1975 deixam de surgir informações de fontes, portuguesas ou estrangeiras, relativas à actividade do Instituto Português de Ciências Administrativas, que assegurara nos anos mais recentes o papel de Secção Nacional Portuguesa, como nas publicações posteriores a esta data o Instituto deixa de ser referido, mesmo por aqueles que lhe tinham estado ligados. As próprias informações sobre o Instituto Internacional de Ciências Administrativas rareiam nas fontes portuguesas a partir daquela época.

¹³ Um curioso lapso de Ana Carina Azevedo levou a que na quase totalidade dos rodapés da sua tese de doutoramento que se referem a este material figure *Estudos sobre mecanização administrativa*, lapso aliás repetido num artigo publicado três anos depois: Azevedo, Ana Carina (2017), “A Organização Científica do Trabalho Administrativo em Portugal: O Ministério das Finanças enquanto “Laboratório Administrativo” (1945-1974)”, *Revista do CEPE*, Santa Cruz do Sul, n.º 45, pp. 92-108, jan./ jun. 2017.

Tínhamos esperança de que a consulta dos arquivos do IICA nos permitisse deslindar o mistério, mas não pudemos ter acesso aos arquivos, salvo à pasta relativa à Mesa Redonda de Copenhaga de 1948 (o acesso directo aos arquivos parece ter apenas sido facultado aquando dos 75 anos do IICA em 2005 aos académicos que foram convidados a escrever sobre a efeméride ou, pelo menos, a Denis Moschopoulos) e os serviços do Instituto afirmaram-nos nada ter encontrado sobre os desenvolvimentos de 1974 e anos seguintes.

A questão de saber em que circunstâncias tinha cessado o Instituto Português a sua actividade e o que acontecera ao seu espólio tornou-se incontornável. Procurámos obter informação junto de membros da Direcção do Instituto Português de Ciências Administrativas (I.P.C.A) eleitos em 1971 (não se conhece a composição exacta da Direcção eleita em 1974), no entanto André Gonçalves Pereira, primeiro Vice-Presidente da Direcção, informou quem amavelmente se prontificou a facilitar o contacto¹⁴ que tanto ele como Diogo Freitas do Amaral teriam tido uma participação meramente nominal na Direcção. O segundo Vice-Presidente da Direcção, Diogo de Paiva Brandão, que havia sido Secretário-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, faleceu em 2015, pouco tempo antes de iniciarmos as nossas diligências.

Dirigimos várias vezes pedidos de informação a Diogo Freitas do Amaral, membro da Direcção do I.P.C.A. eleita em 1971 e a Elder Fernandes, membro do – eleito no mesmo ano – Conselho Fiscal da Associação Portuguesa de Produtividade Administrativa (APPA), entidade alojada em conjunto com o I.P.C.A. em instalações da Av. Casal Ribeiro, segundo nos revelara a nossa colecção das *Ciências Administrativas*, sem logarmos obter resposta.

Como explicamos no desenvolvimento deste trabalho, acabámos por conseguir consultar o processo administrativo relativo ao arrendamento

¹⁴ Ana Maria Caetano, filha de Marcello Caetano.

daquelas instalações, “herdadas” pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, processo de onde consta que o recheio pertencente ao I.P.C.A. e à APPA terá sido retirado em 1999 por uma entidade nele deficientemente identificada.

Ter-se-ão assim possivelmente perdido, para além de livros de actas e de inscrições de sócios do Instituto Português, comunicações aos Congressos e Mesas Redondas do IICA, relatórios sobre estes, e em geral correspondência entre a Secção Nacional Portuguesa/I.P.C.A. e o IICA que já não existe no Instituto Internacional ou não foi possível a este localizar. Mesmo a localização e consulta no Instituto Camões da parte do Arquivo do Instituto de Alta Cultura que continha informação relativa à subsidiação das *Ciências Administrativas*, se nos dá indicações sobre a tiragem indicada para o boletim, não compensa o desaparecimento das listas de endereçamento.

A partir de fontes bibliográficas e arquivísticas, e tendo em conta o quase certo desaparecimento para sempre dos arquivos da Secção Nacional Portuguesa e do I.P.C.A., revela-se inviável a reconstituição de uma colecção das comunicações e relatórios nacionais apresentados em eventos científicos e a análise dos seus conteúdos. Dado que os relatórios gerais aos congressos “esmagam” os relatórios nacionais, é também muito difícil identificar os contributos das várias secções nacionais e avaliar o seu impacto no debate, a não ser nos casos em que foram repescados para publicação (naturalmente com ajustamentos) na *Revista Internacional de Ciências Administrativas*.

A Biblioteca do Instituto, doada em 2012 à Universidade de Gand/Gent (17 000 títulos), conteria, segundo Guy Braibant, relatórios e comunicações apresentados nos eventos promovidos por aquele e em geral muita “literatura cinzenta”¹⁵, mas não tivemos possibilidade de a explo-

¹⁵ Braibant, Guy (2005), “Institut International des Sciences Administratives: Une organisation non gouvernementale rassemblant de nombreux Etats et Organisations pour étudier et améliorer l’administration publique dans le monde”, Rugge, Fabio e

rar aquando das nossas deslocações a Bruxelas, não parecendo existir um catálogo *on line* e não tendo a Universidade nem o Instituto respondido a perguntas nossas sobre a forma de aceder ao material doado.

Não excluimos que novas consultas no ANTT e no AHD possam trazer elementos adicionais, sobretudo, no caso do segundo, se complementadas com pedidos de informação sobre o conteúdo de arquivos correntes ou intermédios e sobre a evolução entre 1974 e 1992, em que se desconhece se o Ministério dos Negócios Estrangeiros continuou a assegurar funções relacionadas com o processamento de quotas nacionais para o IICA.

Procurámos obter informação sobre a participação do Governo Regional dos Açores e do Instituto Superior de Administração e Gestão como *corporate members*, bem como uma cópia dos relatórios de participação dos enviados das quatro Câmaras Municipais assinaladas como tendo enviado representantes a Congressos, mas até agora só a Direcção Regional de Organização e Administração Pública dos Açores e a Câmara de Ponte de Sor nos responderam, o que aqui penhoradamente agradecemos.

Apesar destas limitações, o essencial da presente investigação, que, recorde-se, diz respeito às Secções Nacionais Portuguesas, isto é, a entidades com uma intervenção organizada enquanto tal, está realizado, com as limitações de que demos conta, e é o momento de partilhar os seus resultados¹⁶.

Michael Duggett (eds.) (2005), *IIAS/IISA Administration & Service 1930 – 2005*, pp. 1-10, Amsterdam: IOS Press, International Institute of Administrative Sciences.

¹⁶ O autor procurou seguir as convenções ortográficas e a sintaxe aprendidas na época em que se formou, tendo também respeitado a grafia e a sintaxe originais dos documentos que transcreveu na presente obra. Apenas, numa notícia de jornal que reproduzia um texto entregue pelo IICA, entendeu necessário corrigir um acento mal colocado. Manteve igualmente a forma de referência dos números da *Revue Internationale des Sciences Administratives* publicados antes da II Guerra Mundial.

I PARTE

**O INSTITUTO INTERNACIONAL
DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS (IICA)**

1. O movimento dos Congressos Internacionais de Ciências Administrativas do início até à II Guerra Mundial

Dinâmicas do movimento: Congressos, Revista Internacional, Instituto Internacional

O movimento a que se refere o presente trabalho teve início com a convocação para 1910 (aproveitando a realização neste ano, em Bruxelas, de uma Exposição Universal) do I Congresso Internacional de Ciências Administrativas. Como em outras áreas do saber e da actividade profissional, pretendia-se criar uma dinâmica de convivência intelectual envolvendo académicos, especialistas, altos funcionários e políticos, definindo-se Ciências Administrativas como “*l’ensemble des connaissances relatives aux services, aux organes, aux personnes, à l’action des administrations et aux méthodes les plus pratiques à employer par celles-ci*”¹⁷, aproveitando a centralidade da Bélgica e a sua neutralidade em relação às grandes potências da época.

Os movimentos de lançamento de congressos internacionais registados no fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX tomaram frequentemente como objectivo a sua própria institucionalização, desig-

¹⁷ *Premier Congrès International des Sciences Administratives, à l’Exposition Universelle et Internationale de Bruxelles. Object, but et importance du Congrès, apud* Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XX ème siècle. Structures, Activités, Composition”, Rugge, Fabio e Michael Duggett (eds.) (2005), *IIAS/IISA Administration & Service 1930 – 2005*, pp. 11-34, Amsterdam: IOS Press, International Institute of Administrative Sciences.

nadamente sob a forma de institutos internacionais, numa base semi-pública, semi-privada, ou até tendencialmente pública, procurando o envolvimento dos Governos e nalguns casos a criação de estruturas comuns às várias organizações (Museu Internacional, Palácio Internacional, União das Associações Internacionais). Frequentemente, a diplomacia dos países que alojaram as sedes das organizações criadas ou que acolheram os congressos foi envolvida na divulgação das iniciativas, utilizando as relações de Estado a Estado.

No caso concreto do primeiro Congresso Internacional de Ciências Administrativas, a Bélgica anunciou a sua realização através das suas Legações noutros países tão cedo como 1908 e tentou suscitar por via diplomática, não só a divulgação da agenda do Congresso, a formalização de inscrições, a organização da apresentação de *rappports* e de *communiqués* – sendo os *rappports* apresentados em francês, neerlandês, inglês ou alemão (ou ainda em italiano ou espanhol desde que acompanhados por um curto resumo em francês)¹⁸ – mas também a constituição de *comités de patronage* e de *comités de propagande* e a nomeação de “delegados oficiais”, isto é, designados em representação dos Estados. A Espanha tomou a responsabilidade de divulgar a realização de um II Congresso que chegou a estar previsto para Madrid em 1915 (perfilava-se em 1910 como país neutro face às grandes potências europeias e neutra se manteve) mas que foi cancelado por a I Guerra Mundial se prolongar sem fim à vista.

Embora no I Congresso tivesse ficado constituída uma Comissão Internacional Permanente dotada de um Secretariado que chegou a editar um Boletim, e de ter sido ela a tomar a decisão de cancelamento, foi também o Estado espanhol, através da sua rede de legações, que chamou a si a res-

¹⁸ AHD, Proc. 1133. *Dispositions préliminaires (25 Avril 1908)*, mais tarde integradas nos documentos do I Congresso: *Premier Congrès International des Sciences Administratives, à l'Exposition Universelle et Internationale de Bruxelles 1910*, 1.º Vol, Bruxelles, Goemaere, 1910.

pectiva divulgação, e foi novamente a Bélgica a assumir a responsabilidade de, a pedido da Comissão, anunciar a realização do II Congresso (Bruxelas, 1923) e de, nas décadas seguintes, procurar restabelecer ligações entre a Comissão Internacional Permanente (posteriormente, Instituto Internacional de Ciências Administrativas) e os países que nela tinham estado representados e com os quais se havia perdido o contacto.

O envolvimento oficial dos Estados em que foram sendo realizados os Congressos e o recurso às respectivas legações no estrangeiro para operar a sua divulgação continuaram a existir até depois da II Guerra Mundial. Aliás a Bélgica, neutra mas envolvida na I Guerra Mundial pela sua condição de campo de passagem para as tropas alemãs, reafirmou em 1919 o seu apoio à instalação de organizações internacionais, criando um regime jurídico especialmente favorável, tendo sido o empenhamento dos belgas neste domínio muito forte, como mostrou Jean-Marie Yante¹⁹, e decorre de toda a documentação que fomos consultando.

O processo de escolha do local de realização de cada Congresso, ou até, a partir de certa altura, de uma “Mesa Redonda” preparatória de um Congresso, que sempre se quis seguisse uma lógica de rotação, não deixava de pressupor algum apoio institucional local e até de se revestir de significado político. Ao II Congresso sucederam-se o III Congresso (Paris, 1927) e o IV Congresso (Madrid, 1930), representando a escolha do local do V Congresso (Viena, 1933) uma vontade de alargamento do movimento aos países de língua alemã, marginalizados após a I Guerra Mundial²⁰, alargamento esse preconizado pela Secção Nacional Suíça, e a do VI Congresso

¹⁹ Yante, Jean-Marie (2005), “La Belgique et l’Institut international des Sciences administratives”, Rugge, Fabio e Michael Duggett (eds.) (2005), *IIAS/IISA Administration & Service 1930 – 2005*, pp. 80-90, Amsterdam: IOS Press, International Institute of Administrative Sciences.

²⁰ Fisch, Stefan (2005), “Origins and History of the International Institute of Administrative Sciences: From Its Beginnings to Its Reconstruction After World War II (1910-1944/47)”, Rugge, Fabio e Michael Duggett (eds.) (2005), *IIAS/IISA Administration*

(Varsóvia, 1936) uma forma de congregar um país cujo Governo tinha pretendido atrair a sede de um futuro Instituto²¹.

O movimento dos Congressos foi-se reforçando organicamente, passando a partir de 1925 a Comissão Internacional Permanente, já constituída por núcleos de interessados de cada Estado-membro, a contar, a sugestão da diplomacia belga, com a colaboração de Secções Nacionais²², lançando, por proposta aprovada em 1927 no Congresso de Paris e concretizada a partir de 1928 a *Revista Internacional de Ciências Administrativas*, trimestral – a que no desenvolvimento do presente trabalho nos referiremos como *Revue Internationale des Sciences Administratives* (RISA) ou *International Review of Administrative Sciences* (IRAS) conforme, respectivamente, nos apoiemos nas edições francesa ou inglesa²³, ou simplesmente como *Revista Internacional*.

Na sequência de proposta de iniciativa da Secção Nacional Suíça (outro país de vocação neutral), aprovada em 1930 no Congresso de Madrid, veio a assistir-se à criação de um Instituto Internacional de Ciências Administrativas (IICA) – *Institut International des Sciences Administratives* (IISA) ou *International Institute of Administrative Sciences* (IIAS) – que ficou constituído com sede em Bruxelas de acordo com a lei de 1919, com publica-

& *Service 1930 – 2005*, pp. 35-60, Amsterdam: IOS Press, International Institute of Administrative Sciences.

²¹ Fisch, Stefan (2005), “Origins and History of the International Institute of Administrative Sciences...”.

²² Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...”; Ziller, Jacques (2013), “Birth of an Epistemic Community”, Friday, May 17, 2013, <http://iias-iisa.org/>, *History of IIAS*.

²³ Lesoir, Edmond e Daniel Warnotte (1948), “L’Institut international des Sciences administratives: Origines, Réunions internationales, Activités et Perspectives (1918-1947)”, *RISA*, Nouvelle série, 1948, n.º 2-3, pp. 47-99; Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...”; Ziller, Jacques (2013), “Birth of an Epistemic Community...”.

ção em 1932 dos seus Estatutos, aprovados em 1931 pela Comissão, no jornal oficial belga, e alojado em instalações pertencentes ao Ministério do Interior daquele país, beneficiando de subsídio do Estado belga, sendo a presidência e a secretaria-geral asseguradas durante muito tempo por dois belgas (Albert Devèze e Edmond Lesoir, respectivamente). A Secção Nacional Suíça havia proposto a denominação *Institut International des Sciences et des Pratiques Administratives* para a entidade a criar mas esta não veio a ser a consagrada nos Estatutos²⁴.

O V Congresso realiza-se em 1933 em Viena de Áustria, num país com dificuldades políticas internas, e o VI Congresso em 1936, em Varsóvia, numa Polónia que o fim da I Guerra Mundial ressuscitara. Em 1937 a Alemanha aderiu ao Instituto fazendo reconhecer uma Secção Nacional com 20 membros iniciais, cuja composição foi actualizada em 1939, em que se destacavam quadros do Ministério do Interior prussiano²⁵ e pressionou no sentido de ser nomeado membro do *Bureau* um elemento – Stuckart – ligado àquele (*Staatssekretär Dr STUCKART, Abteilungsleiter im Reichstung und Preussinchen Ministerium des Innern, Berlin*)²⁶ e de que o VII Congresso se realizasse em Berlim em 1939. Este Congresso foi adiado para 1940 por invocadas necessidades de preparação, sendo verosímil que o fosse também pela incerta evolução da situação internacional, no entanto,

²⁴ Lesoir, Edmond e Daniel Warnotte (1948), “L’Institut international des Sciences administratives...”; Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...”; Ziller, Jacques (2013), “Birth of an Epistemic Community...”.

²⁵ “Actes et documents relatifs à l’Institut international et aux Congrès des Sciences administratives, Adhésion: Allemagne; Section nationale allemande”, *RISA*, 10 me année Janvier-Février-Mars 1937 n.º 1, p. 40. “Actes et documents relatifs à l’Institut international et aux Congrès des Sciences administratives: Section nationale allemande (composition)”, *RISA*, 12 me année Janvier-Février-Mars 1939 n.º 1, p. 131.

²⁶ “Actes et documents relatifs à l’Institut international et aux Congrès des Sciences administratives”: *RISA*, 10 me année Juillet-Août-Septembre 1937, n.º 3, p. 504.

o comunicado publicado pelo Secretário-Geral Lesoir, com data de 1 de Agosto de 1939, não o menciona²⁷.

No ano de 1940, já no decurso da II Guerra Mundial, a Bélgica neutra viria a ser novamente invadida pela Alemanha e totalmente ocupada, tendo sido encerradas as instalações do Instituto, das quais a Gestapo veio a retirar toda a documentação em 1941, vindo aquela a ser transferida para a Secção Nacional Alemã, que no mesmo ano anunciou a abertura em Berlim de uma academia internacional dedicada às ciências do estado e da administração^{28,29}. Até os trabalhos candidatos a um prémio internacional instituído a sugestão do Congresso de Varsóvia desapareceram. A *Revista Internacional de Ciências Administrativas* teve de suspender a sua publicação, com um número já composto e outro, ainda manuscrito, perdido nas instalações encerradas³⁰. O Instituto Internacional de Ciências Administrativas nunca recuperou esta documentação, que não foi encontrada em Berlim^{31,32}.

A tentativa de instituição da academia foi acompanhada em 1942 pela realização em Berlim de uma reunião que pretendia tomar o lugar do Congresso do IICA que, como atrás referido, chegara a estar previsto para 1939 e fora adiado para 1940, e pela tentativa de captação de dirigentes do Instituto para a direcção da nova estrutura, como aconteceu com o Presi-

²⁷ “Actes et documents relatifs à l’Institut international et aux Congrès des Sciences administratives: VII e Congrès international”, *RISA*, 12 me année Juillet-Août-Septembre 1939, n.º 3, pp. 546-549.

²⁸ Ziller (2013). “Birth of an Epistemic Community...”.

²⁹ Fisch, Stefan, (2005), “Origins and History of the International Institute of Administrative Sciences...”.

³⁰ “Avant – Propos”, *RISA*, Nouvelle Série, Juillet 1947, n.º 1, p. 5.

³¹ Moschopoulos, Denis (2005), “The International Institute of Administrative Sciences: main stages of its history”, *IRAS*, June 2005, 71 (2), pp. 197-215.

³² Membro das SS desde 1933, Stuckart viria a ser condenado como criminoso de guerra enquanto co-autor material das “leis de Nuremberga”.

dente da Secção Nacional de Espanha, Gascón y Marin, Vice-Presidente do Instituto, o qual, no impedimento de Devèze, assegurara a presidência do Congresso de Varsóvia (1936) e do Presidente da Secção Nacional Húngara, também Vice-Presidente do Instituto, Magyary. Falecido este último durante a II Guerra Mundial, veio a merecer na *RISA* uma nota necrológica assaz medida em que se lia “*Nous garderons le souvenir de son dévouement à l’Institut avant la deuxième guerre mondiale*”³³.

Stefan Fisch, que estudou estes desenvolvimentos com recurso a arquivos diplomáticos do III Reich, identificou também tentativas de angariação de colaborações de intelectuais de vários países, entre os quais o português Marcelo Caetano que, afirma, terá admitido escrever textos mas nunca terá enviado nenhum. Repare-se que, mesmo a ter algum fundamento esta versão, Marcelo Caetano, que viria a publicar, fora deste quadro, acreditamos, um artigo numa revista alemã³⁴, terá sido sondado enquanto académico cujos trabalhos apareciam já referenciados na Revista Internacional, e não como membro da Secção Portuguesa em que, como veremos, já tinha assento. Aliás, o suíço Leimbruger, um dos principais dirigentes do IICA antes e depois da II Guerra Mundial, terá contrariado o regresso de Gascón y Marin no pós-Guerra mas integrou Marcelo Caetano como Vice-Presidente no *Bureau* a que presidiu a partir do Congresso de Berna (1947)³⁵.

³³ “Necrologie”, *RISA*, Nouvelle série, 1948, n.º 2-3, p. 115.

³⁴ O Dr. Miguel de Barros Caetano teve a gentileza de nos informar de que consta da biografia do seu Pai uma publicação na *Zeitschrift für vergleichende Rechts-wissenschaft* (vol. 55, fasc. 2, pp. 163-176), no ano de 1943, com o título “*Das neue öffentliche Recht Portugals*”.

³⁵ Fisch, Stefan (2005), “Origins and History of the International Institute of Administrative Sciences...”; Moschopoulos, Denis (2011), “Histoire de l’IISA – une communauté de recherche et une approche historique”, *Congrès de l’IISA – Lausanne*, 7 juillet 2011.

Temas dos Congressos

Os temas tratados pelos vários Congressos estão retratados no elenco das Secções que estiveram em funcionamento, cuja agenda transcrevemos de balanço de Edmond Lesoir e Daniel Warnotte, respectivamente Secretário-Geral e Secretário-Geral Adjunto do IICA publicado já depois do reinício de actividade no pós-II Guerra Mundial³⁶:

I Congresso (Bruxelas, 1910) – 1) Administrações comunais, incluindo serviços industriais das cidades e comunas³⁷; 2) Administrações intermédias entre o Estado e as comunas; 3) Organizações centrais públicas: questões gerais; 4) Documentação.

II Congresso (Bruxelas, 1923) – 1) Administrações comunais; 2) Administrações intermédias entre as comunas e o Estado; 3) Administrações centrais; 4) Documentação administrativa; 5) Estatuto do funcionário público.

III Congresso (Paris, 1927) – 1) Administrações comunais; 2) Administrações intermédias entre as comunas e o Estado; 3) Administrações Centrais; 4) Documentação administrativa; 5) Os funcionários e o seu estatuto – O trabalho administrativo e o seu controlo.

A quinta secção veio a debruçar-se especialmente sobre o aperfeiçoamento da preparação para o exercício de funções públicas e sobre métodos administrativos.

IV Congresso (Madrid, 1930) – 1) Administrações comunais, regime das grandes cidades; 2) Administrações intermédias entre o Estado e as comunas; 3) Administrações centrais: organização ministerial, a técnica e a política na administração do Estado, a burocracia no seu aspecto social, formas administrativas de gestão dos serviços públicos, os grandes corpos

³⁶ Lesoir, Edmond e Daniel Warnotte (1948), “L’Institut international des Sciences administratives... ”.

³⁷ Optámos por não traduzir por “municípios”.

consultivos, a jurisdição administrativa, influência do movimento corporativo sobre a organização administrativa; 4) Administrações internacionais, condição jurídica dos seus órgãos; 5) Recrutamento dos funcionários públicos, regime e organização do trabalho de repartição³⁸; 6) Documentação administrativa.

Funcionou também em Madrid uma “Secção especial” com dois grupos de temas, o primeiro relativo à participação das mulheres, curiosamente agendado com a intenção expressa de distinguir entre mulheres com e sem formação universitária (“... *de la participation des femmes aux fonctions actives des administrations publiques avec ou sans exercice d'autorité, et des aspects que présentait la question des ses relations avec la vie publique ou privée suivant qu'il s'agissait ou non d'une femme universitaire*”), e o segundo relativo a questões que haviam transitado do Congresso de Paris: a) relativas à nacionalidade e ao estado civil; b) atribuições dos Conselhos de Estado e corpos análogos e sua colaboração na preparação das leis; c) criação de jurisdições administrativas autónomas; d) execução das decisões jurisdicionais contrárias às entidades públicas; e) formação profissional dos funcionários; f) “leis naturais” nas ciências administrativas (unidade de direcção e unidade de comando); g) aperfeiçoamento dos métodos administrativos com vista a um maior rendimento.

V Congresso – Viena de Áustria – 1) Contencioso administrativo; 2) Estatuto dos funcionários; 3) Reorganização do trabalho das administrações públicas em função das ideias e dos factos actuais.

Dentro deste terceiro tema emergiu no Congresso a discussão do reforço do papel dos Chefes do Governo e das suas estruturas de apoio. A discussão da formação dos funcionários e o papel das instituições de ensino superior nesta formação voltou a ser relançada.

³⁸ No original, *bureau*.

VI Congresso – Varsóvia – 1) Garantias dos direitos dos administrados no procedimento e no exercício da jurisdição administrativa; 2) Racionalização nas administrações e nas empresas públicas; 3) A organização das autoridades e sobretudo o papel do Chefe do governo no seio da administração pública.

No trabalho de Lesoir e Warnotte que temos vindo a seguir estão reproduzidos os votos³⁹ sucessivamente adoptados nas secções dos seis primeiros Congressos, havendo votos que se dirigem à Comissão Internacional Permanente (e, posteriormente ao Instituto) incluindo recomendações para os assuntos em debate voltarem a ser tratados em Congressos posteriores, mas também votos que apelam para o envolvimento conjunto da Comissão Internacional Permanente e, posteriormente, do Instituto, com outras entidades, na realização de trabalhos preconizados, e ainda outros que têm por destinatários os governos e as administrações públicas, ou sejam os votos “normativos”.

Os votos “normativos”

Segundo os seus primeiros estatutos (Artigo 4.º), publicados no “*Moniteur belge*” em 30 de Janeiro de 1932:

L’Institut international des sciences administratives a pour object:

1.º L’examen comparatif des expériences faites dans les différents pays, dans le domaine administratif;

³⁹ Nas resoluções reproduzidas no citado artigo de Lesoir e Warnotte, “Voeux”. Denis Moschopoulos, na versão francesa do seu artigo publicado em 2005 na Revista Internacional (que nos foi amavelmente facultada por este autor e que será até a versão original, uma vez que a *IRAS* refere que o que publica é uma tradução) e no trabalho em francês que viemos a encontrar posteriormente em *IIAS/IISA Administration & Service 1930-2005* – fala em “*voeux (recommandations)*” e no artigo publicado na *IRAS*, June 2005, 71 (2) em “*wishes*” e “*recommendations*”.

2.º *L'élaboration des méthodes rationnelles, l'affirmation et la diffusion des principes généraux;*

3.º *Et généralement toutes études, enquêtes, projets et ententes tendant au perfectionnement du droit et des pratiques administratives.*

No essencial as resoluções dos congressos realizados antes da II Guerra Mundial formulam conclusões sobre as questões debatidas, traduzindo juízos consensuais ou até maioritários sobre a organização e funcionamento do Estado e da Administração Pública, poucas Secções tendo havido que não as aprovassem.

É claro que evitando colidir com o funcionamento dos sistemas políticos nacionais: “*Le Congrès sans prétendre prendre parti sur des problèmes politiques brûlants et en s’abstenant de toute pensée de critique à l’égard des pays représentés a la première section*” (Congresso de Madrid sobre a possibilidade de um regime administrativo especial para as grandes cidades), e, do mesmo modo, manifestando consciência das limitações impostas pelo contexto social (Congresso de Madrid, secção especial):

La Section, tout en estimant que la première mission de la femme est de remplir son rôle de mère de famille et de gardienne du foyer, et de que rien ne doit être négligé pour la préparer a ce rôle, émet le vœu que la femme soit admise au même titre que l’homme dans tous les centres officiels d’enseignement, et ensuite dans tous les emplois et postes administratifs; enfin, que les droits de vote et d’éligibilité aux fins administratifs lui soient conférés.

Chega-se a invocar limitações que decorreriam do próprio objecto científico dos Congressos (idem):

La Section, étant donné l’impossibilité ou se trouve le Congrès de dépasser le cadre des Sciences administratives, émet le vœu que toutes les législations réalisent les modifications nécessaires dans les autres branches du droit pour que les vœux indiqués dans le paragraphe précédent puissent sortir leurs effets.

Por vezes, recusa-se, em nome do interesse geral e das concepções sobre a disciplina do funcionamento da Administração Pública então vigentes, o exercício de direitos que hoje, com maior ou menor regulamentação, estão geralmente consagrados: “*La reconnaissance du droit d’association des fonctionnaires pour la défense, par des moyens égaux, de leurs intérêts professionnels. Le statut refusera expressément le droit de grève*” (Congresso de Bruxelas, 1923, 5.^a Secção), “*Les grèves de fonctionnaires ne peuvent être tolérées*” (Congresso de Paris, 1927, 5.^a Secção).

Em relação à maioria dos temas tratados e dos votos emitidos, lança-se na balança o peso, diríamos hoje, do conhecimento, das competências e do prestígio dos intervenientes no debate colectivo.

A adopção de resoluções nos encontros científicos ou profissionais internacionais era então prática comum, tendo a União das Associações Internacionais publicado com o apoio da Sociedade das Nações em 1923 um *Code des Voeux Internationaux* reunindo partes de 126 resoluções adoptadas em 151 encontros, no entanto o sétimo congresso internacional das associações internacionais foi também o último⁴⁰. Os Congressos Internacionais de Ciências Administrativas, mostram, segundo Moschopoulos, pelos seus votos, resoluções, desejos, recomendações, em que este autor vê antepassados das recomendações da União Europeia⁴¹, acreditar que os sistemas administrativos dos vários países podem ser harmonizados de acordo com princípios e métodos comuns.

Anote-se que se acredita ser possível, como defendeu Fayol no II Congresso Internacional de Ciências Administrativas (Bruxelas, 1923), uma convergência da gestão pública e da gestão privada⁴².

⁴⁰ “U.I.A.’s History”, <http://www.uia.org/>

⁴¹ Moschopoulos, Denis (2005), “The international Institute of Administrative Sciences: main stages of its history...”.

⁴² Fayol, Henri (1923), “La doctrine administrative dans l’État”, republicado na *International Review of Administrative Sciences*, June 1966, 32 (2), p. 114-133.

Cooperação com outras organizações internacionais

A *Revista Internacional de Ciências Administrativas* começou a ser publicada em 1928 em colaboração com a *Union internationale des Villes et Communes* (mais tarde *Union internationale des Villes et Pouvoirs Locaux*), fundada em 1913, com sede em Bruxelas (a qual contava com um número significativo de membros que o eram também do IICA, como mostram alguns casos de agendamento articulado de congressos e conferências de ambas as organizações) e com o *Institut International de Bibliographie*, criado em 1895 e igualmente sediado em Bruxelas, ao qual estava ligado Paul Otlet.

Foram sendo mantidas relações estreitas com estas entidades, com a *Public Administration Clearing House*, criada em 1931 e que funcionava em instalações da Universidade de Chicago (em 1934 realizou-se em Paris uma Mesa Redonda conjunta desta organização, do Instituto Internacional de Ciências Administrativas e da *Union Internationale des Villes et Pouvoirs Locaux*)⁴³ e com a *Union des Associations internationales* (UAI), criada em 1910, com sede... em Bruxelas⁴⁴.

Cabe realçar a acção de Henri La Fontaine, e de Paul Otlet, dinamizadores do Instituto Internacional de Bibliografia e da criação da União das Associações Internacionais, ambos parceiros do projecto relativo à instituição de um museu administrativo internacional preconizado pela Comissão Internacional Permanente (o qual beneficiou logo a seguir ao I Congresso Internacional de Ciências Administrativas de uma doação do governo espanhol), e que estiveram na origem de muitos outros projectos, inclusive da já referida aprovação da lei belga de 1919⁴⁵ de apoio à criação de asso-

⁴³ Fisch, Stefan (2005) “Origins and History of the International Institute of Administrative Sciences...”.

⁴⁴ <http://www.uia.org/history>

⁴⁵ Idem.

ciações científicas (antes da I Guerra Mundial a Bélgica alojava um terço do total das organizações internacionais criadas e a União das Associações Internacionais reunia 230, ou seja, cerca de metade, destas organizações) e da criação, em 1925, do *Institut international de Coopération intellectuelle*, com cuja secção de documentação o III Congresso Internacional de Ciências Administrativas recomendou que a Comissão Internacional colaborasse, e do *Bureau International de l'Éducation*.

Ambos foram destacados internacionalistas e pacifistas, tendo estado também ligados ao lançamento do Instituto Internacional da Paz – Henri La Fontaine, socialista⁴⁶, veio a ser Prémio Nobel da Paz em 1913 – e apoiantes da criação da Sociedade das Nações, tendo falecido respectivamente em 1943 e 1944, isto é, sob a ocupação alemã. Outro histórico do movimento, Paul de Vuyst, o primeiro a lançar a ideia dos Congressos Internacionais de Ciências Administrativas, organizador do I Congresso, Secretário-Geral da Comissão Internacional Permanente, deixaria o cargo para assumir as funções de representante belga no Instituto Internacional na Agricultura, com sede em Roma, ficando como quarto Vice-Presidente do Instituto Internacional de Ciências Administrativas⁴⁷. Após o seu falecimento, em 1950, seria recordado nos seguintes termos:

*En 1927 Paul DE VUYST renonça à ses fonctions de Secrétaire général de la Commission internationale permanente afin de pouvoir se consacrer d'avantage à l'organisation d'autres organisations internationales*⁴⁸.

Apesar da convergência no internacionalismo associativo, parecem ter existido entre os protagonistas algumas diferenças de estilo e de sensibi-

⁴⁶ Fisch, Stefan (2005) “Origins and History of the International Institute of Administrative Sciences...”.

⁴⁷ “Actes et Documents relatifs aux Congrès et à la Commission internationale permanente”, *RISA*, n.º 3, Première année, 1928, pp. 259-267.

⁴⁸ “Chronique de l'Institut. Informations concernant le Bureau, les comités scientifique et des pratiques administratives et les sections nationales”, *RISA*, Sixième année, 1950, n.º 4, pp. 871-895.

lidade. La Fontaine e Otlet, com provas dadas no domínio das ciências documentais, foram cidadãos do mundo infatigáveis no lançamento de projectos em favor dos quais fizeram *lobbying* junto das administrações públicas, dos governos e da Sociedade das Nações. Já os dirigentes mais emblemáticos do movimento dos Congressos Internacionais de Ciências Administrativas são políticos (Albert Devèze, Presidente do Instituto de 1930 a 1947, era líder do Partido Liberal belga e foi várias vezes Ministro e até Vice-Primeiro Ministro) ou altos funcionários (Edmond Lesoir, Secretário-Geral, foi Director-Geral de Estatística e ocupou outros postos de direcção no Ministério do Interior belga, Oscar Leimgruber, dirigente do Partido Popular Católico, mais tarde democrata cristão, foi Vice-Chanceler e depois Chanceler da Confederação Suíça, ou seja, dirigente dos serviços de apoio ao Conselho Federal).

A União das Associações Internacionais apoiou a realização em 1921 de um Congresso Internacional sobre as Actividades Intelectuais que conduziu à criação, em 1923 de uma Confederação Internacional dos Trabalhadores Intelectuais, com sede em Paris. Leimgruber chegou a presidir ao Instituto Internacional das Classes Médias, criado em 1903 em Bruxelas, com ligações à Igreja Católica, do qual era Vice-Presidente em 1951⁴⁹. Há um espaço situado entre o grande capital e, digamos, o proletariado, onde poderia fazer-se sentir a atracção de ideias socialistas, mas os trabalhadores intelectuais e, sobretudo, os pequenos patrões e empresários têm identidades próprias, e a Confederação Suíça foi dos primeiros Estados a tentar travar a proliferação de ideias comunistas entre os seus funcionários.

Assinale-se de qualquer forma que o dirigente suíço, provavelmente em sintonia com o Conselho Federal a que prestava apoio, procurou, já próximo da II Guerra Mundial, que o IICA apoiasse iniciativas pela paz, quer

⁴⁹ “Chronique de l’Institut. Informations concernant le Bureau, les comités scientifique et des pratiques administratives et les sections nationales”, *RISA*, Dix-septième année, 1951, n.º 4, pp. 863-870.

em 1937, com um artigo publicado na Revista Internacional, quer em 1938 com uma tentativa para agendamento do tema para o Congresso de Berlim, o que não foi aceite face à oposição da representação alemã no Instituto⁵⁰.

Será de anotar que os Congressos Internacionais de Ciências Administrativas parecem encarar de uma forma mais sóbria do que a UAI o papel das associações internacionais: “*les associations internationales pourront poursuivre leur oeuvre en toute sécurité et d’une manière indépendante, mais avec la coopération et sous la protection des Gouvernements et de leurs grandes Unions, la Société des Nations et l’Union Panaméricaine*” (Congresso de Bruxelas, 1923, 4.^a Secção), apontando, sobretudo aquando da realização dos Congressos de Viena e de Varsóvia, para um esforço de apresentação directa das conclusões aí formuladas a cada um dos governos dos países com participação no Instituto. Sintomaticamente, apesar do trabalho desenvolvido pela UAI, recomendam um estudo autónomo do estatuto das associações e das fundações internacionais (Congresso de Paris, 1927, 4.^a Secção).

Caberá perguntar se as depredações levadas a cabo pelo governo militar de ocupação ou pela Gestapo contra as associações internacionais sediadas na Bélgica foram inspiradas por ódio político, designadamente ao pacifismo ou ao internacionalismo. No caso da destruição de publicações guardadas na União das Associações Internacionais ou da ocupação dos espaços onde estavam guardadas colecções antigamente alojadas no “Palácio Internacional” terá podido ser essa a explicação.

No caso do Instituto Internacional de Ciências Administrativas, a questão não aparece colocada explicitamente nos textos que este publicou logo após a Guerra Mundial ou nos trabalhos evocativos da sua história, aliás, outras associações internacionais foram espoliadas da sua documen-

⁵⁰ “Actes et Documents relatifs et à l’Institut international et aux Congrès des Sciences administratives: Procès – verbal de la réunion du Bureau de L’Institut (7 juillet 1937)”, *RISA*, 10^{me} année, Octobre-Novembre-Décembre, pp. 643-649.

tação, igualmente transferida para a Alemanha mas num caso ou noutro recuperada.

Parece ser razoável concluir que era sobretudo a projecção do Instituto que ofuscava os nazis alemães, os quais terão querido passar a deter o monopólio da produção científica que versasse sobre o Estado e a Administração Pública sem deixarem de se reservar a possibilidade de utilizarem a documentação já produzida.

O IICA viria a participar no pós-guerra na reorganização da UAI através do seu Presidente, Oscar Leimbruger, e do seu Secretário-Geral, Edmond Lesoir, vindo mesmo o primeiro a exercer interinamente a presidência da UAI⁵¹. No entanto, a União não voltaria a adquirir o *élan* inicial.

Organização do movimento. Estados-membros e Secções Nacionais

No plano organizativo, o movimento dos Congressos Internacionais de Ciências Administrativas conseguiu dotar-se em 1910 de uma Comissão Internacional Permanente, figura também adoptada por outros Congressos, sucedida pelo Instituto a partir de 1932, ano em que foram publicados os Estatutos no jornal oficial belga, e também encontrar uma periodicidade e uma metodologia de preparação que se mantiveram, é certo que com algumas transformações, nos primeiros cem anos (Quadro 1, construído pelo autor a partir de várias fontes, uma vez que o IICA, nas suas evocações de memória, não insere nenhuma relação completa dos Congressos).

Cabe chamar a atenção para o papel que na realização dos congressos e na criação da Comissão Internacional Permanente e do Instituto se quis atribuir à participação dos Estados enquanto tais: a diplomacia belga, quer

⁵¹ “Chronique de l’Institut. Informations concernant le Bureau, les comités scientifique et des pratiques administratives et les sections nationales”, *RISA*, Dix-septième année, 1951, n.º 4, pp. 863-870.

na divulgação, em 1908, do Congresso de 1910, quer na de congressos posteriores, insistiu na nomeação de “delegados oficiais” escolhidos pelos governos, o que, de alguma forma, potenciará a divulgação interna da realização dos Congressos e das respectivas conclusões e inclusive a partilha de custos pelos vários Estados representados.

Há notícia de que várias outras reuniões internacionais – por exemplo, uma que, em 1922, terá discutido o desenvolvimento das instituições do Palácio Mundial com a presença de delegados de 20 Governos⁵² – assentaram também na nomeação de “delegados oficiais”, podendo embora esta revestir o carácter de mera credenciação pelos governos de delegados de estruturas nacionais interessadas nos projectos.

A constituição da Comissão Internacional Permanente no I Congresso Internacional de Ciências Administrativas (Bruxelas, 1910) procurou obedecer ao mesmo padrão, uma vez que deveria reunir no máximo cinco membros elementos de cada um dos países “presentes” que aceitaram participar e que os respectivos Estados foram convidados a designar três delegados oficiais, fazendo ainda parte da Comissão um Presidente, dois Secretários-Gerais e um Tesoureiro⁵³.

Segundo Moschopoulos, na véspera da constituição do Instituto Internacional, a Comissão Internacional Permanente contava com 18 Estados-membros, sendo 16 europeus e dois não-europeus (República Dominicana e Brasil) muito embora o mesmo autor vinque que na realidade a

⁵² Lesoir, Edmond e Daniel Warnotte (1948), “L’Institut international des Sciences administratives...”.

⁵³ Commission Permanente des Congrès Internationaux des Sciences Administratives (1911), *Bulletin* n.º 1 Épreuve 10 Janvier 1911, Bruxelles: Goemaere, encontrado no AHD, Processo 1133; Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...”.

comissão era integrada por pessoas físicas, delegados oficiais (o que permitia falar de “Estados-membros”) ou não⁵⁴.

Este modelo coloca o IICA na situação de organização mista, na tipologia de Paul Otlet, aliás delegado belga à Comissão Internacional Permanente e relator da 4.^a Secção do Segundo Congresso (Bruxelas, 1923), por contraposição às organizações internacionais baseadas na representação de governos e às organizações internacionais independentes⁵⁵.

No entanto, Moschopoulos dá conta de que, em 1933, o Instituto entretanto criado só tinha conseguido a adesão de 9 Estados-membros, sendo 8 europeus (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Estónia, Noruega, Países Baixos, Polónia, Suíça) e um não-europeu (México)⁵⁶. O que sugere que, tanto no plano político como no plano jurídico, a filiação de um Estado numa instituição de natureza afinal privada que se propunha envolver os Estados-membros participantes na formulação de recomendações (e implicitamente vinculá-los a estas uma vez votadas) exigia alguma ponderação.

Segundo Herbert Emmerich (EUA), Presidente do IICA entre 1962 e 1968, numa fase em que as expectativas iniciais já tinham sido ultrapassadas:

Par leur adhésion, ces États donnent à l'Institut, non seulement un encouragement dans ses activités, mais encore une preuve de l'interêt direct qu'ils portent à ce que leurs services administratifs fonctionnent de façon rationnelle et efficace, et ils témoignent de leur volonté de collaborer aux efforts menés dans ce but sur le plan de la coopération internationale.

⁵⁴ Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...”.

⁵⁵ Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...”.

⁵⁶ Moschopoulos, Denis (2005), “The International Institute of Administrative Sciences: main stages of its history...”.

En outre, cette adhésion constitue pour leurs fonctionnaires un encouragement direct et une autorisation explicite à prêter leur collaboration à cette action internationale⁵⁷.

Não sabemos dizer se alguma vez o Instituto utilizou um formulário de adesão para Estados de onde resultasse tal “autorização explícita”, sendo certo que entre as duas guerras mundiais, com a proliferação de regimes autoritários e a crescente tensão internacional, e, bem assim, no tempo da guerra fria, muitos Estados condicionavam ou vigiavam os seus cidadãos que se relacionassem com Estados ou organizações estrangeiras e até com organizações internacionais.

Quanto ao “encorajamento” as quotas dos Estados-membros, sobretudo a partir de 1952, ou seja, do momento em que se basearam nas quotas pagas por aqueles para a Organização das Nações Unidas e não na população, por forma a viabilizar a adesão de países menos desenvolvidos, viriam a representar um papel significativo no financiamento das actividades do Instituto⁵⁸.

Mas que requisitos internos eram colocados pela legislação de cada Estado-membro para efeitos de autorização da adesão? É ainda Moschopoulos que informa que os Estados Unidos nunca foram Estado-membro do Instituto apesar dos esforços de Leonard White (participante na actividade do IICA desde antes da II Guerra Mundial) e do futuro Presidente Emmerich entre 1947 e 1963, por o Congresso americano só poder autorizar o pagamento de quotas no caso de organizações internacionais reguladas por tratado devidamente ratificado, e de que os EUA fossem membros⁵⁹.

⁵⁷ *Institut International des Sciences Administratives. Ses Activités (1966)...*

⁵⁸ Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...”.

⁵⁹ Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...”.

Para além da filiação de Estados, a constituição de Secções Nacionais, figura utilizada em outras associações e sociedades científicas e profissionais, reunindo individualidades que se propusessem contribuir para os objectivos dos Congressos, constituiu uma recomendação do II Congresso (Bruxelas, 1923) que a diplomacia belga tentou fomentar a partir de 1925⁶⁰ e veio a ser acolhida nos Estatutos do Instituto Internacional publicados em 1932, sendo ainda hoje, ao menos nominalmente, uma das pedras angulares da organização do Instituto.

Embora o enquadramento estatutário tenha variado, é importante reter o que escreve Moschopoulos sobre os desenvolvimentos posteriores ao II Congresso:

Une des recommandations du Congrès se référait à la création des sections nationales, à savoir des organisations filiales de la Commission Permanente dans chaque pays.... Le résultat de cette initiative fut la création, jusqu'en 1927, de douze (12) sections nationales, comprenant en leur sein, des délégués officiels et des membres effectifs. A la création de ces sections contribua aussi le Ministère des Affaires Étrangères de Belgique, puisque les recommandations des Congrès aux pays y participant s'effectuaient à travers la diplomatie. Les sections nationales furent aussi considérées comme des sources d'information et de documentation en matière d'administration publique. De cette façon, elles constituaient un lien entre la Commission Permanente et les gouvernements des pays respectifs, ainsi que des organes de surveillance pour l'application des recommandations des Congrès. Enfin, elles soutenaient la Commission Permanente dans l'organisation des Congrès⁶¹.

⁶⁰ Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...”; Ziller (2013), “Birth of an Epistemic Community...”.

⁶¹ Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...”.

De acordo com uma *Notice historique de L'Institut International des Sciences Administratives* de 1961 da autoria de Edmond Lesoir, consultada por Moschopoulos nos arquivos do Instituto, o objectivo da criação de Secções Nacionais seria o de “*Voir le monde des fonctionnaires s'unir en institutions nationales pour l'étude des questions scientifiques, professionnelles, en dehors, de toute préoccupation syndicale ou de parti*”⁶².

Nos tempos áureos, as Secções Nacionais do Instituto Internacional das Ciências Administrativas revestiram a forma de comités ou de associações científicas nacionais criadas especificamente para o efeito ou ficaram investidas nessa qualidade sociedades científicas preexistentes se prestaram a ser interlocutores no domínio das Ciências Administrativas. Poderiam ser criadas Secções Nacionais nos Estados-membros ou nos Estados não-aderentes, esperando-se que em qualquer dos casos dialogassem com os governos e influenciassem a administração pública dos respectivos países. Apesar de o Instituto ter conhecido vários Estatutos, os delegados das secções nacionais sempre tiveram, a par dos delegados dos Estados-membros, a possibilidade de participar com direito a voto nas deliberações estruturantes do Instituto, quer no órgão denominado “*Assembleia Geral*” quer no mais tarde denominado “*Conselho de Administração*”, na escolha do órgão executivo e do Presidente do Instituto.

Segundo Moschopoulos, que regista em 1927, como vimos, 12 Secções Nacionais da Comissão Internacional Permanente, 6 europeias: Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estónia, Hungria, Países Baixos e 6 não europeias: República Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Guatemala⁶³ e, em 1933, estavam constituídas 16 Secções Nacionais do Instituto Internacional, sendo 15 europeias (Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estónia,

⁶² Moschopoulos, Denis (2005), “*L'Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...*”.

⁶³ Moschopoulos, Denis (2005), “*L'Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...*”.

Finlândia, França, Grécia, Letónia, Países Baixos, Noruega, Polónia, Portugal, Roménia, Suíça) e uma não-europeia (Estados Unidos da América)⁶⁴. Haviam-se, desta forma, perdido as 5 secções latino-americanas e, como veremos, o caso da Secção Nacional Portuguesa, constituída formalmente por Portaria em 1928, também não é linear.

Nestes Estatutos era admitida a filiação directa de individualidades com direito à passagem de um diploma de “membro titular” do Instituto, prevendo-se também a existência de “associados” e de membros honorários. A *Revista Internacional das Ciências Administrativas* dava regularmente informação sobre a constituição de Secções Nacionais, incluindo os seus contactos, e sobre estes titulares, bem como sobre outra categoria de membros prevista nos Estatutos: membros colectivos (“*corporate members*”).

Chegou a prever-se que, ultrapassando-se o número de 9 membros titulares, se consideraria constituída uma secção nacional⁶⁵. Os delegados oficiais e um representante de cada um dos membros colectivos existentes no país teriam também assento na respectiva secção nacional. Mais tarde, numa tramitação de alguma forma inversa, foi adoptada a política de considerar individualmente qualificados como membros titulares do Instituto os membros das Secções Nacionais constituídas nos vários países, a quem eram passados também diplomas. A partir de 1953, o regime das adesões individuais foi substancialmente alterado.

Periodicidade dos Congressos. As primeiras Mesas Redondas

Os Congressos Internacionais de Ciências Administrativas adquiriram, a partir do Congresso de Paris de 1927, uma periodicidade trienal, que no

⁶⁴ Moschopoulos, Denis (2005), “The International Institute of Administrative Sciences: main stages of its history...”.

⁶⁵ Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...”.

pós-II Guerra Mundial acabou por ser retomada apesar da intenção inicial de se adoptar uma periodicidade bienal. No V Congresso (Viena, 1933) foi mencionado estar em curso um inquérito aos Estados sobre o estatuto da função pública e o VI Congresso (Varsóvia, 1936) foi, pela primeira vez, preparado por questionários previamente difundidos. De notar também que entre Congressos começou a proceder-se à marcação de um conjunto de reuniões alargadas que vieram a ser denominadas Mesas Redondas, realizadas em Paris (1934), Berlim, Zurique e Varsóvia (1936), Château d'Ardenne, Bélgica (1937) e Bucareste (1938), no entanto, nesta época as mesas redondas não estavam ainda necessariamente ligadas à preparação dos congressos seguintes.

Por imperativos de racionalização de esforços e de custos, os órgãos do Instituto passaram, após a II Guerra Mundial, a aproveitar a realização dos Congressos e Mesas Redondas para realizarem as suas próprias reuniões estatutárias. Entre 1948 e 1988, os congressos foram precedidos por mesas redondas que preparavam a discussão dos temas dos congressos seguintes (inicialmente duas mesas redondas, uma em cada ano, mais tarde apenas uma) e que foram evoluindo de uma participação restrita, envolvendo os membros dos órgãos executivos do Instituto e os relatores gerais dos temas dos congressos para uma participação mais alargada.

Até ao XXVIII Congresso (Bali, 2010), em que o movimento dos Congressos completou 100 anos, estes continuaram a ser denominados Congressos Internacionais de Ciências Administrativas e numerados em conformidade, forma delicada de recordar que foram os Congressos que criaram o Instituto Internacional, como aliás Braibant, num texto de celebração dos 75 anos do Instituto, não deixou de vincar⁶⁶.

⁶⁶ Braibant, Guy (2005), "Institut International des Sciences Administratives: Une organisation non gouvernementale rassemblant de nombreux États et Organisations pour étudier et améliorer l'administration publique dans le monde...".

2. Do pós-II Guerra Mundial à reorganização de 1974

Reactivação do Instituto Internacional. Uma organização não-governamental em interacção com o sistema de organizações intergovernamentais

Após a libertação da Bélgica e o fim da II Guerra Mundial e apesar das depredações sofridas, foi possível ao Instituto Internacional de Ciências Administrativas realizar no início de 1946 uma reunião do seu *Bureau*, organizar em Junho desse ano em Bruxelas um “Congresso Regional” com o apoio da Secção Belga e da França, Grã-Bretanha, Luxemburgo e Suíça⁶⁷, e em Julho de 1947 o VII Congresso Internacional de Ciências Administrativas, em Berna, com o apoio activo da diplomacia belga, mas também, no plano diplomático e logístico, do Conselho Federal suíço.

O belga Albert Devèze cedeu a presidência do Instituto a Oscar Leimbruger, autor em 1930 da proposta que levou à criação do Instituto e que acabara de ascender de Vice-Chanceler a Chanceler da Confederação Suíça, sendo o *Bureau* constituído em Berna, de que Marcelo Caetano fez parte como um dos Vice-Presidentes, reeleito no Congresso seguinte (Florença, 1950).

O Congresso de Berna aprovou novos Estatutos mas estes seriam sucessivamente modificados em 1950, 1953, 1961, num processo que não acompanharemos no presente trabalho, mas que está exaustivamente analisado, com referência também às alterações de 1980 e de 1985, por Moschopoulos⁶⁸.

⁶⁷ Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...”; Ziller (2013), “Birth of an Epistemic Community...” ..

⁶⁸ Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...” ..

Neste pós-II Guerra Mundial um traço muito saliente da evolução da situação mundial foi a criação de um conjunto de organizações internacionais de carácter intergovernamental constituídas por tratado, o que obrigou as organizações internacionais de carácter, diríamos hoje, não-governamental, a reposicionarem-se.

De notar que em dois casos significativos, o da FAO e o da UNESCO, as organizações criadas davam continuidade respectivamente a um “Instituto Internacional” sediado em Roma mas paralisado pela guerra – o Instituto Internacional da Agricultura, que entrou em liquidação após a criação da FAO⁶⁹ – e à *Organisation de Coopération Intellectuelle*, estrutura técnica da Sociedade das Nações, ao *Institut international de la Coopération intellectuelle* (sediado em Paris e apoiado pelo governo francês e pela Sociedade das Nações mas formalmente autónomo em relação a esta)⁷⁰ e de certo modo também ao *Bureau International de l'Éducation* criado em 1925 numa base privada e transformado em 1929 numa organização intergovernamental, sendo que, a partir de 1946, a inicialmente denominada Conferência Internacional da Instrução Pública (actualmente Conferência Internacional da Educação), passou a ser conjuntamente patrocinada pelo *Bureau* e pela UNESCO, se bem que a integração formal do *Bureau* na UNESCO só tenha ocorrido em 1969.

Mas foi sobretudo a criação da ONU – junto de cujo Conselho Económico e Social o IICA que poucos contactos directos tinha mantido com a Sociedade das Nações (apesar de se dizer que a ideia original de criação de uma Sociedade das Nações havia sido de Paul Otlet e não do Presidente

⁶⁹ https://en.wikipedia.org/wiki/International_Institute_of_Agriculture
https://en.wikipedia.org/wiki/Food_and_Agriculture_Organization

⁷⁰ http://portal.unesco.org/fr/ev.php-URL_ID=30323&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

<https://en.wikipedia.org/wiki/UNESCO>

Wilson⁷¹), gozou de “estatuto consultivo B”, concedido em 1947 e que se manteve até 1953 – e do seu sistema, e a aprovação das ajudas do Plano Marshall, geridas pela *Economic Cooperation Administration* (ECA), com constituição em 1948 da Organização Europeia para a Cooperação Económica (OECE), sucedida em 1961 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), que abriram novos horizontes ao Instituto⁷².

Esses horizontes vieram a passar, como no caso da ONU, pela obtenção junto dessas organizações de um estatuto reconhecido, pela representação cruzada em/pela organização conjunta de eventos científicos, e, também pela assistência financeira ao Instituto ou pela encomenda a este, por parte de organizações internacionais ou até de Estados, de estudos pagos sobre matérias da sua especialidade, o que levou ao estabelecimento de um Comité Permanente de Controlo, mais tarde Comité de Contratos, não estando, ao que sabemos, publicadas análises sobre a forma e as condições em que os estudos adjudicados foram subcontratados a peritos membros do Instituto⁷³.

Assinale-se que o próprio Leimbruger deixou as suas funções de chanceler da Confederação Suíça para ser contratado como perito pelo governo turco⁷⁴. Esta acumulação de funções nem sempre redundou em benefício

⁷¹ Fisch, Stefan (2005), “Origins and History of the International Institute of Administrative Sciences...”, atribui a afirmação ao espanhol Conde de Torre Velez.

⁷² Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...”.

⁷³ Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...” e Moschopoulos, Denis (s.d.), “L’Institut International des Sciences Administratives (IISA) et les Nations Unies. Une perspective historique (1947-1966)”.

⁷⁴ “Chronique de l’Institut. Informations concernant le Bureau, les comités scientifique et des pratiques administratives et les sections nationales”, *RISA*, Dix-septième année, 1951, n.º4, pp. 863-870.

do Instituto: realizando-se em Instambul, em 1953, o Congresso de encerramento do seu mandato, fizeram-se ouvir vozes críticas, com eco na *RISA*, por o governo turco não ter honrado todos os compromissos de apoio que Leimbruger havia veiculado quando suscitara a escolha do local.

No plano orgânico, a existência de muitos quadros deslocados dos seus países de origem ao serviço de organizações internacionais, levou à previsão nos Estatutos, a partir de 1953, da criação de Secções Internacionais, com base nos locais de trabalho, em pé de igualdade estatutária com as Secções Nacionais (a Secção criada em Paris a partir de 1955 contava com quadros de sete organizações internacionais residentes naquela cidade, no Luxemburgo e em Estrasburgo).

Chegou a estar prevista, em alteração dos Estatutos introduzida em 1950, a possibilidade de as organizações internacionais (bem como as associações de funcionários internacionais) se filiarem no Instituto e se fazerem representar no *Bureau*, mas essa possibilidade foi descontinuada na revisão estatutária de 1953 e só viria a ser retomada em 1980⁷⁵. Não obstante, muitos dirigentes do IICA foram também altos funcionários de organizações internacionais instituídas por tratado, não sendo de excluir que estivessem mais à vontade nesta dualidade de condições e numa articulação informal, do que se as suas organizações fossem oficialmente membros do Instituto, representados no respectivo executivo.

Fim das pretensões “normativas”, viragem para a administração comparada. Emergência das preocupações com práticas administrativas

Na alteração de Estatutos do Instituto aprovada em Berna e publicada em 1948 passa a constar que “*L’Institut international des Sciences adminis-*

⁷⁵ Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...”.

tratives a pour mission de promouvoir le développement des sciences administratives, l'amélioration du fonctionnement des administrations publiques, le perfectionnement des méthodes et des techniques administratives, le progrès de l'administration internationale", com menor ênfase na procura das soluções mais racionais com vista a uma "harmonização administrativa" de vocação universal⁷⁶, mas é sobretudo na preparação dos Congressos – que passa pela prévia realização de uma ou duas mesas redondas reunindo os responsáveis executivos e os relatores dos principais temas – e no seu funcionamento, desaparecendo as deliberações sobre a adoção de "votos normativos", que a filosofia se modifica.

Afinal de contas, nas organizações internacionais instituídas por tratado é que decorrem os processos políticos de decisão relevantes e o IICA reposiciona-se nos estudos comparativos em Administração Pública (que já faziam parte da sua vocação), no debate sobre ensino e formação (que também já merecia antes a sua atenção), na investigação e na assistência técnica, e mantém a imagem de organização detentora de especiais competências no domínio da documentação administrativa, desenvolvendo-se um grande esforço para repor o fundo documental da biblioteca e podendo ainda Emmerich oferecer em 1966 aos Estados-membros contrapartidas para as suas quotizações: "*Enfim, les États Membres peuvent faire appel aux services de l'Institut pour une aide technique ou documentaire*"⁷⁷.

Entretanto, reforça-se a atenção às "práticas administrativas". Com a realização do Congresso de Berna em 1947 e a eleição da Presidência Leimgruber, são criados dois grandes Comités Permanentes: o Comité Científico e o Comité das Práticas Administrativas, que o Instituto, por exemplo, nas reuniões do *Bureau* realizadas em Roma por ocasião do Congresso de 1950 e na revisão de Estatutos realizada em 1953 por ocasião do Con-

⁷⁶ Moschopoulos, Denis (2005), "L'Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...".

⁷⁷ «*Institut International des Sciences Administratives. Ses Activités*» (1966)...

gresso de Istambul (a qual chamou ao Comité Executivo então instituído os Presidentes dos dois Comités Permanentes) tenta manter articulados, sobretudo na definição das agendas dos Congressos⁷⁸.

O Comité Científico, para onde as escolhas são feitas com base no mérito científico, “representa”, quando muito, os vários sistemas administrativos, já o Comité das Práticas Administrativas tem representantes dos vários Estados, preferencialmente elementos dotados, no seu país, de poderes de decisão, e o seu Presidente, o americano Donald Stone, é um dos homens mais poderosos do universo em que o Instituto se move, uma vez que é o responsável, sob a orientação de um administrador, pela direcção da *Economic Cooperation Administration* (ECA), depois sucedida por outras agências, a qual gere a ajuda dos Estados Unidos da América à Europa.

Se bem que o IICA tenha mantido sempre nos seus Estatutos referências às práticas administrativas não deixa de ser sintomático que só com a ascensão de Leimbruger, o autor da proposta ao Congresso de Madrid de 1930 da criação de um Instituto Internacional de Ciências e de Práticas Administrativas, e face às necessidades decorrentes do esforço de reconstrução da Europa as “práticas” tenham sido colocadas na agenda.

Moschopoulos⁷⁹ assimila a coexistência dos dois Comités à necessidade de distinção de um “eixo teórico” e de “um eixo prático”⁸⁰, mas a questão é sobretudo de ordem disciplinar. No Comité Científico têm assento essencialmente os juristas, quase diríamos os professores de direito público, no Comité das Práticas Administrativas, quadros de outras for-

⁷⁸ Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...”.

⁷⁹ Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...”.

⁸⁰ Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...”.

mações. Em 1959, a *IRAS* publicava uma “*List of Institutions teaching Administrative Sciences*” com uma perspectiva mais ampla, mas que em Portugal apenas incluía as Faculdades de Direito de Lisboa e de Coimbra⁸¹. Na lista de publicações periódicas sobre Administração Pública inserida em 1958, as representativas de Portugal eram essencialmente jurídicas: *Boletim da Faculdade de Direito*, Coimbra; *o Direito – Revista de Ciências Jurídicas e de Administração Pública*, Lisboa; *Revista de direito administrativo*, Coimbra⁸².

Aspectos como o estatuto do pessoal e as finanças públicas podem ser tratados numa óptica jurídica ou numa óptica de gestão. Até no domínio da formação, era frequente dizer-se no período entre as duas guerras mundiais que a única formação superior possível era a que se fazia nas Faculdades de Direito, e que a restante formação assentaria numa escolaridade liceal e na formação especializada após o ingresso na função pública. O IICA foi, contudo, capaz de, até 1974, ir valorizando a discussão sobre a necessidade de criação de escolas e institutos de formação administrativa, os quais, a partir da Mesa Redonda de Lisboa realizada em 1961, passaram a realizar autonomamente encontros anuais no quadro do Instituto com criação de um Comité específico⁸³ que, em 1974, deu lugar a uma organização autónoma conhecida pelo acrónimo IASIA, considerada uma “associação especial” do Instituto.

A *Revista Internacional de Ciências Administrativas* veio a fazer neste período um esforço de publicação de artigos e outros materiais dedicados às práticas administrativas e no período 1953-1956 articulou-se com a publicação, financiada pela ONU e em inglês (*Progress in Public Admi-*

⁸¹ “List of Institutions teaching Administrative Sciences”, *IRAS*, December 1959, 25 (4), pp. 482-488.

⁸² *IRAS*, September 1958, 24(3), p. 402.

⁸³ Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...”.

nistration), francês e espanhol de um boletim sobre assistência técnica⁸⁴ a partir de 1957 considerado integrado nas respectivas edições da Revista Internacional. Uma sistematização de bibliografia adoptada pela Revista permite identificar as áreas então consideradas abrangidas pelo domínio das práticas administrativas: a) Estruturas administrativas; b) Funções; c) Pessoal; d) Organização e Métodos (O e M); e) Meios; f) Condições de trabalho⁸⁵, muito embora existisse correntemente alguma propensão para assimilar “Práticas Administrativas” e “Organização e Métodos”.

Congressos e Mesas Redondas. Alterações na geografia da implantação do Instituto

Embora no Congresso de Berna se tenha apontado para passar a realizar congressos de dois em dois anos, a periodicidade trienal veio a enraizar-se depois de nova alteração estatutária aprovada no Congresso de Roma em 1950⁸⁶, intercalando-se entre Congressos a realização de Mesas Redondas, de composição restrita, salvo quanto ao acesso de nacionais do país anfitrião, que preparariam os temas (Quadro 1). Até à Mesa Redonda de Lisboa em 1961, inclusive, realizaram-se mesmo duas mesas redondas entre congressos, se bem que para enquadrar o fenómeno de participação massiva de outros interessados sem funções oficiais se tenha decidido passar a qualificar os debates abertos ao público local como “Colóquios”, como foi o caso de São Remo (1960)⁸⁷.

⁸⁴ Sem relevância para o presente trabalho, aliás a colecção, que consultámos na Biblioteca Real da Belgica (KBR), não contém referências a Portugal.

⁸⁵ “Bibliographie courante”, *RISA*, Nouvelle série, 1949, n.º 3-4, pp. 547-568.

⁸⁶ Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle ...”.

⁸⁷ AHD, carta do Instituto Internacional de Ciências Administrativas ao Ministério

Para preparar a discussão dos temas perspectivados para os congressos seguintes – vários temas para cada congresso – recorreu-se ao lançamento de questionários, sendo as respostas subscritas por “relatores nacionais”, ou, por vezes, por um relator nacional e outros colaboradores, ou até pela secção nacional, sem individualização, cabendo a um relator geral elaborar o texto base para a respectiva sessão no Congresso, muitas vezes referindo expressamente as contribuições nacionais mais salientes.

Fruto, por um lado, desta actividade, e por outro do acesso de muitos países à independência e de uma política de fixação de montantes das quotas idêntica à da ONU, considerando a situação de desenvolvimento e não apenas a população, assiste-se neste período ao aumento do número de Estados-membros, sobretudo de fora da Europa, que, sendo já elevado em 1953 (20, sendo 15 da Europa e 5 fora da Europa), duplica de 1953 para 1963, sendo 20 da Europa e 22 fora da Europa).

Moschopoulos, que divulga estes dados a partir de documentação encontrada nos arquivos do IICA⁸⁸, não lista os Estados, mas numa publicação divulgada pelo Instituto em 1966 à qual já recorreremos⁸⁹ indica-se, da Europa: Alemanha (RFA), Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Itália, Liechtenstein, Luxemburgo, Mónaco, Noruega, Países Baixos, Portugal, São Marino, Suécia, Suíça, Turquia, Vaticano, Jugoslávia; de Fora da Europa: Brasil, Chile, China⁹⁰, Costa do Marfim, Daomé⁹¹, Etiópia, Irão, Israel, Japão, Quênia, Líbano, Libéria, Líbia, Madagáscar,

dos Negócios Estrangeiros de Portugal, datada de 11 de Março de 1960, sem entrada. Processo 383 da Repartição dos Negócios Políticos.

⁸⁸ Moschopoulos, Denis (2005), “The International Institute of Administrative Sciences: main stages of its history...”.

⁸⁹ “*Institut International des Sciences Administratives. Ses Activités*” (1966) ...

⁹⁰ Certamente a China “Nacionalista”. A República Popular da China aderiu em 1989.

⁹¹ Actualmente, Benim.

Marrocos, México, Paquistão, República Árabe Unida⁹², Sudão, Tailândia, Venezuela, Vietname⁹³.

Quanto aos números indicados por Moschopoulos para as Secções Nacionais (34, sendo 18 da Europa e 16 de fora da Europa) a publicação do Instituto indica as seguintes secções: na Europa, Alemanha (RFA), Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça, Turquia, Jugoslávia; fora da Europa: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Coreia⁹⁴, Estados Unidos, Ghana, Índia, Israel, Japão, México, Filipinas, República Árabe Unida, Tailândia, Vietname⁹⁵.

Como Moschopoulos faz notar, a seguir à II Guerra Mundial os “países comunistas” afastam-se do IICA ⁹⁶ (um processo que nem sempre é linear: numa carta dirigida em 1948 ao Instituto, que encontramos no dossier da Mesa Redonda um dos antigos membros da Secção Nacional Checoslovaca explica a impossibilidade de comparecer em Copenhaga, tanto pela situação política como pela falta de disponibilidades em moeda estrangeira mas vai dizendo que um outro membro da secção aceitou ser Ministro do governo recém-formado...). Ficam a Jugoslávia, com bons locais para alojar eventos internacionais (Mesas Redondas de Opatija, 1957, e de Dubrovnik-Cavtat, 1976), e que entre 1968 e 1974 coloca Nicola Stepanovic como Presidente do Instituto, e as Secções Nacionais Húngara e Polaca, a segunda das quais proibida em 1953 e novamente autorizada em

⁹² Nesta altura, reduzida ao Egipto, que só a partir de 1972 se começou a denominar República Árabe do Egipto.

⁹³ Certamente o Vietname do Sul.

⁹⁴ Coreia do Sul (Capital Seul).

⁹⁵ Vietname do Sul (Capital Saigão).

⁹⁶ Moschopoulos, Denis (2005), “The International Institute of Administrative Sciences: main stages of its history...”.

1956⁹⁷, anfitriã da Mesa Redonda de 1964 e, após esta, dada como desactivada até 1980⁹⁸, sendo que em todo o caso a União Soviética participa no Congresso de Madrid em 1956 e responde aos questionários utilizados na preparação do Congresso de Paris em 1965.

A participação da União Soviética em Madrid mostra que estão longe os tempos em que, possivelmente como reflexo da vaga de opinião anti-franquista que impediu a Espanha de aceder à NATO em 1949, mas também por razões atribuídas à situação da sua Secção Nacional, foi o país impedido de participar oficialmente na Mesa Redonda de Lisboa realizada nesse mesmo ano, embora vários “administrativistas” tenham comparecido como observadores, entre os quais o próprio Gascón y Marin e Jordana y Pozas, este último aliás participante na Mesa Redonda de Copenhaga de 1948⁹⁹, apresentados durante os trabalhos como delegação espanhola.

Veio assim o Congresso dos 25 anos do Instituto a ter lugar sem problemas em Madrid (1956), com a presença de 58 países, incluindo a União Soviética e a Polónia, mas também 7 organizações internacionais (ONU, UNESCO, OIT, OECE, CECA, Conselho da Europa e American Statistical Institute), aliás Gascón y Marin havia presidido a um dos dois grupos de debate da *Round Table* de Oxford (1955) e um outro dos “administrativistas” de 1949, Lopez Rodó, depois de presidir durante muito tempo à comissão responsável pelas publicações do IICA, viria em 1977 a aceder à Presidência.

⁹⁷ Ano em que se registam mudanças políticas na Polónia, com a ascensão de Gomulka.

⁹⁸ Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle ...”.

⁹⁹ “Institut International des Sciences administratives, Rapport sur la Réunion Copenhague, 2-4 Août 1948”, dactilografado, consultado por nós em 2016 na sede do IICA.

O reforço do peso dos Estados e das Secções Nacionais esteve associado a um declínio dos direitos dos membros individuais. Inicialmente limitou-se o número de membros titulares por país, posteriormente, em 1953, extinguiu-se o *Bureau* e criou-se um Conselho de Administração e um Comité Executivo, competindo ao primeiro, integrado por representantes de Estados-membros e das Secções Nacionais e Internacionais (e ainda pelo Presidente e Vice-Presidentes do Instituto e Presidentes dos Comités Permanentes) eleger o segundo. Os membros individuais e os *corporate members* continuaram a ter assento numa Assembleia mas esta ficou reduzida a funções consultivas.

Refere Moschopoulos que, coincidindo as Assembleias Gerais com os Congressos, se pretendeu evitar que a orientação do Instituto fosse influenciada por maiorias conjunturais¹⁰⁰. A limitação do número máximo de membros titulares por país foi suprimida, mas pela revisão de estatutos aprovada em 1961 pelo Conselho de Administração que se realizou por altura da Mesa Redonda e ratificada em 1962 em Viena pela Assembleia Geral que coincidiu com o Congresso¹⁰¹ passaram os membros individuais a ser designados pela Comissão Executiva, apenas nos casos de inexistência de Secção Nacional ou Internacional em que se pudessem integrar e os membros individuais honorários pelo Conselho de Administração, sob proposta da Comissão Executiva, de entre indivíduos que fossem reconhecidos como tendo contribuído para realizar as finalidades do Instituto. Membros individuais honorários, delegados oficiais de Estados-membros e de *corporate members* teriam assento na Secção Nacional do seu país mas só se esta estivesse de acordo.

¹⁰⁰ Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...”.

¹⁰¹ “XIIth International Congress of Administrative Sciences. Vienna, 16-20 July 1962”, *IRAS*, “Chronicle of the Institute, IAS, its Sections and Members”, September 1962, Vol 28 (3), pp. 362-373.

Linhas gerais de reorganização de 1974. Congresso da Cidade do México

A reorganização de 1974, debatida e aprovada em reuniões do Conselho de Administração, não envolveu modificações da orgânica estatutária mas traduziu-se numa maior complexidade da estruturação interna do Instituto Internacional de Ciências Administrativas. Foram extintos os dois grandes Comités Permanentes – Comité Científico e Comité das Práticas Administrativas – e criados quatro novos Comités – Direito e Ciências da Administração (que ocupou o lugar do antigo Comité Científico), Estruturas Administrativas e *Management*, Administração do Pessoal, Planificação e Prospectiva, continuando a existir outros comités, permanentes e eventuais, e a ser criados grupos de trabalho sobre temas específicos. No entanto, na composição dos comités deixou de se apelar à representação das diversas secções nacionais, aliás a própria Revista passou a ser menos dependente da informação e artigos propostos por essas secções.

A complexificação da estrutura interna do Instituto passou também pela abertura à criação das chamadas associações especiais, tendo sido criada em 1974, em substituição do Comité respectivo, a *International Association of Schools and Institutes of Administration* (IASIA). Também foi permitida a criação de grupos de trabalho com base regional, constituindo-se, também logo em 1974, com carácter permanente o *European Group of Public Administration* (EGPA) para agrupar estreitamente os investigadores europeus e os especialistas na Administração Pública europeia¹⁰². De notar que estas organizações, que ainda hoje estão integradas na estrutura do IICA, poderiam congregiar indivíduos e instituições não envolvidos na actividade geral do Instituto.

Esta reorganização articulou-se com a realização do primeiro Congresso fora da Europa, o da Cidade do México (1974), aliás preparado pela Mesa

¹⁰² Moschopoulos, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...”.

Redonda de Caracas (1972), prevendo-se que a Presidência do IICA passasse para a Espanha, na pessoa de Lopez Rodó, conforme proposta do Comité Executivo. A reorganização proposta pelo Comité foi aprovada mas Gustavo Martinez-Cabanas (que já ocupara cargos no Instituto) apresentado pela Associação Latino-Americana de Administração Pública (*corporate member* do Instituto) e apoiado pela diplomacia do seu país (México) veio a ser eleito Presidente à terceira volta, com 36 votos contra os 33 de Lopez Rodó¹⁰³ que ficou durante esse mandato como *Deputy President* (situação não prevista nos Estatutos) e veio finalmente a ser Presidente de 1977 a 1983.

¹⁰³ “Chronicle of the Institute”, *IRAS*, March 1975, 41 (1), pp. 97-100.

3. Da reorganização de 1974 até ao centenário do movimento dos congressos

Confirmando uma evolução

O *layout* dos Estatutos do IICA hoje vigentes não resulta dos Estatutos de 1932 nem dos Estatutos de 1947, mas dos Estatutos adoptados pelo Conselho de Administração à margem da Mesa Redonda de Lisboa em 1961 e ratificados pela Assembleia Geral de Viena em 1962, a partir daí livremente alterados pelo Conselho de Administração (1968, 1971, 1974, 1980, 1983, 1985, 1989, 1997, 2001, 2006 e 2010). Embora algumas matérias, por exemplo, a fixação de quotas, estejam já neste momento relegadas para regulamentos, a comparação dos pontos de partida e de chegada revela muito sobre o sentido do caminho feito que, aliás, reflecte a evolução no pensamento relativo à *governance* das organizações.

Assim, quanto à filiação, já não existe a possibilidade de filiação individual directa no Instituto, apenas podendo ser designados membros honorários, apostando os Estatutos na filiação de Estados (como sempre), de organizações internacionais criadas por tratado (como é, por exemplo, o caso da OCDE), e de organizações internacionais não-governamentais, e regulando de forma mais incisiva que anteriormente a definição e aceitação como “membros” das secções nacionais e internacionais e dos *corporate members*.

A Assembleia Geral continua a existir, com poderes residuais, não podendo invadir as áreas do Conselho de Administração, funciona de acordo com um sistema de voto plural (Estados-membros, 5 votos, organizações internacionais intergovernamentais e não-governamentais e secções, três votos, *corporate members*, dois votos) mas ganha um importante poder, o de eleger, é certo que sob proposta do Conselho de Administra-

ção, o Presidente e os Vice-Presidentes, que no essencial “representam” regiões: Europa Oriental, Europa Ocidental, Médio Oriente, África, América Latina, América do Norte, Ásia Oriental, Ásia do Sul e Pacífico. No entanto, não se trata de uma Administração colegial: já não existe Comité Executivo e o Presidente trabalha de forma independente, assistido por um Director-Geral.

Dos Congressos Internacionais de Ciências Administrativas e mesas redondas preparatórias às conferências e congressos do Instituto

As mesas redondas preparatórias dos Congressos cedo começaram a ter relevância própria, com forte presença de interessados locais, tendo-se ensaiado, como já referido, a denominação de “colóquio”. A partir de 1988 deixaram de se realizar mesas redondas para este fim, passando a realizar-se “conferências” com temáticas próprias, sendo a partir do início dos anos 1990 criada a possibilidade de realizar “Conferências Internacionais”, “Conferências Internacionais Especializadas” e “Conferências Internacionais Regionais”, com numeração sequencial (Quadro 1), muito embora algumas conferências tenham sido oficialmente identificadas como Mesas Redondas, como foi o caso das Mesas Redondas de Copenhaga (1991), de Helsínquia (1994) e da Cidade do Québec (1997).

Para os próprios Congressos trienais os quais, como homenagem à origem histórica do Instituto continuaram a denominar-se Congressos Internacionais de Ciências Administrativas, até ao XXVIII Congresso, em 2010 (centenário do Primeiro Congresso) no destino turístico de Bali, surgiu enfim o termo da série, ou melhor, uma reconversão. Passaram a denominar-se Congressos do IICA e a realizar-se anualmente, o que facilitou a revalorização das Assembleias Gerais, agora também anuais. Em algumas descrições, o Congresso de Bali, que já ultrapassara o primeiro século, é

apenas identificado como Congresso Conjunto do IICA e do IASIA, tal como a Conferência de Helsínquia de 2009 é já identificada como Conferência do IICA¹⁰⁴.

Quanto à *Revista Internacional de Ciências Administrativas*, publicada em inglês (a cargo da SAGE), cujos números estão disponíveis *on line* a partir do ano de 1957, e francês, mas também com períodos de publicação em outras línguas, como o espanhol, o árabe e o mandarim (a República Popular da China aderiu em 1989 e no ano seguinte constituiu-se a Secção Nacional Chinesa), perdeu em grande parte a função informativa (embora a *Chronicle of the Institute* surja ocasionalmente), uma vez que o IICA dispõe agora de uma *newsletter* difundida por correio electrónico, e funciona como uma revista científica internacional clássica, à qual é possível submeter directamente propostas de artigo sujeitos a *peer review* mediante parecer de três especialistas (em *blind referee*).

No *Ranking* das revistas especializadas em Administração Pública, a Revista atinge a seguinte *performance*: *Impact Factor: 0, 658, Ranking: Public Administration 27 out of 46, 5-Year Impact Factor: 1, 118, %-Year Ranking: Public Administration: 23 out of 46*¹⁰⁵. Portanto, de forma nenhuma, como no início, a única revista internacional de Administração Pública ou a mais influente. Os Editores têm a preocupação de organizar números temáticos mas já não dependem da colaboração organizada das Secções Nacionais.

Enfim, um dos activos em tempos mais relevante do IICA, a sua Biblioteca, pilhada durante a Ocupação e reconstituída no pós-II Guerra Mundial, foi doado à Universidade de Gand/Gent e, segundo foi divulgado, abriu ao público em 2012:

¹⁰⁴ <http://www.iias-iisa.org/major-meetings/iias-congresses/past-congresses/>

¹⁰⁵ 2014 *Journal Citation Reports*® Thomson Reuters, 2015 (retirado do sítio da IRAS em 26 de Maio de 2016).

*The Ghent University College invited the Council of Administration of IIAS to inaugurate the IIAS Department of the University Library, consisting of 17,000 books offered by the Institute in accordance with the decision taken by the Council of Administration in 2011*¹⁰⁶.

Erosão ou reforço da base organizativa tradicional?

Estados-membros e secções nacionais

No artigo publicado na *IRAS* por ocasião do 75.º aniversário da criação do Instituto que temos vindo a citar, Moschopoulos dá conta da existência em 1988 e em 2004 de um número de Estados-membros e de Secções Nacionais da ordem do divulgado em 1966, ou seja: em 1988, 46 Estados-membros, sendo 18 da Europa e 28 fora da Europa, em 2004, 42 Estados-membros, sendo 21 da Europa e 21 fora da Europa; em 1988, 37 secções nacionais, 15 da Europa, 22 fora da Europa em 2004, 41 da Europa, 20 da Europa, 21 fora da Europa¹⁰⁷. Já Ziller apresenta para 2009 a cifra de 34 Estados-membros, 18 na Europa, 16 fora da Europa, de 30 Secções Nacionais, 18 na Europa, 12 fora da Europa), de 33 *Corporate Members*, 17 na Europa, 16 fora da Europa, e de 13 Organizações Internacionais¹⁰⁸.

Esta evolução cobre algumas recuperações (a República Checa, mas nem a Estónia nem a Letónia) mas também algum declínio, como no caso do Canadá e dos Estados Unidos, que não são Estados-membros nem têm Secção Nacional (tendo a Secção Nacional histórica dos EUA – *American Society for Public Administration*, após vários abandonos e reingressos, o

¹⁰⁶ Loretan, Rolet (2012), “Chronicle of the Institute – IIAS, its sections and members”, *IRAS*, June 2012, 78(2) pp. 373-375.

¹⁰⁷ Moschopoulos, Denis (2005), “The International Institute of Administrative Sciences: main stages of its history...”.

¹⁰⁸ Ziller, Jacques (2013), “Birth of an Epistemic Community...”.

estatuto de mero *corporate member*), e no da Dinamarca, que já deu um Presidente ao IICA e alojou três Mesas Redondas (1948, 1967, 1991) mas que quando averiguámos a sua situação no âmbito do nosso trabalho nem com um *corporate member* contava.

Não tentámos fazer um balanço rigoroso reportado à actualidade com base no sítio do Instituto na Internet, por a nossa percepção nos sugerir que a actualização é deficiente, mas ficou-nos a impressão de que os Estados-membros e as Secções Nacionais já não são, passe a expressão, o que eram: para muitos dos Estados-membros é indicada uma *member institution* a quem cabe pagar a quota e indicar o delegado oficial, sem envolvimento do respectivo Governo, e muitas das Secções Nacionais não passam no sítio do Instituto de *links* para Ministérios ou institutos de formação em administração pública, o que não preenche propriamente a definição estatutária aplicável:

Professionally qualified persons of the same Member State may, with the approval of the Council of Administration, be established as a National Section provided they undertake to comply with the Statutes.

Professionally qualified persons of the same non-Member State of the Association may, with the approval of the Council of Administration, and the consent of the General Assembly, be established as a National Section provided they undertake to comply with the Statutes. This Section shall be sufficiently representative at the State level.

Seja como for, o Instituto Internacional de Ciências Administrativas da actualidade vem realizando regularmente as suas conferências e congressos, bem como editando as suas publicações sem dificuldade aparente e com apoio numa estrutura ligeira, como foi seu timbre desde o início, como organização internacional não-governamental cuja complementaridade com os Estados e com as organizações internacionais instituídas por tratado pode ainda ser em certas ocasiões aproveitada com vantagem.

A “Administração comparada” contra o NPM?

A circunstância de o Instituto, e em particular a *Revista*, actuarem no âmbito da administração pública comparada, captando naturalmente fluxos de informação gerados pelas administrações públicas de numerosos países, cria condições para que através da sua actividade possam ser dadas a conhecer concepções que enfatizam alternativas à expansão supostamente irresistível das reformas administrativas inspiradas pelo *New Public Management* (NPM).

Não é de assim admirar que personalidades como Christopher Pollitt e Geert Bouckaert, autores de importantes estudos comparativos¹⁰⁹ de sistemas administrativos onde julgaram poder afirmar a emergência de “estados neo-weberianos”, críticos do NPM e sobretudo do seu patrocínio em tempos talvez demasiado *engagé* pela OCDE (curiosamente uma das organizações internacionais intergovernamentais filiadas no IICA), tenham ocupado em tempos recentes as posições, respectivamente, de editor da *Revista Internacional de Ciências Administrativas*¹¹⁰ e de Presidente do Instituto Internacional de Ciências Administrativas¹¹¹, apostando em que este seja um instrumento de ligação entre regiões e entre académicos e práticos:

*We connect academics by offering dynamic platforms for researchers and those teaching and training in the broad field of public administration. We also connect practitioners and policy makers by sharing platforms for discussion from the UN level to the regional or local levels. It is our mission to also **bridge the academic community and the world of practice** by focusing on pracademics to create a*

¹⁰⁹ Por exemplo Pollitt, Christopher e Geert Bouckaert (2004), *Public Management Reform, A Comparative Analysis*, Second edition, Oxford, Oxford University Press.

¹¹⁰ Entre 2005 e 2013.

¹¹¹ O segundo, com mandato iniciado em 2013 e ainda em funções.

*shared agenda to better understand, explain, and ultimately **improve the public sector and public service***¹¹².

Refere Denis Moschopoulos num dos trabalhos em que nos temos apoiado:

Les modifications statutaires consécutives de l'Institut, l'évolution de sa structure, la diversité et l'alternance de ses activités, ainsi que son expansion géographique graduelle, sont le résultat des conditions internationales de chaque période historique.

e ainda:

*L'Institut International des Sciences Administratives, pour répondre à sa mission, modifie sa structure et ses activités, selon les nécessités d'environnement international de chaque période*¹¹³.

A relação bilateral com cada um dos países, menos intensa do que anteriormente, reflecte essa evolução.

No plano da auto-avaliação dos seus contributos para as Ciências Administrativas, o Instituto Internacional parece cultivar uma postura realista, conforme mostra o balanço de Gavin Dewry aquando dos 75 anos da sua criação:

The Institute has been pre-eminently a mirror rather than a motor. Over the years, it has been a major international forum for the discussion and promulgation

¹¹² <http://www.iias-iisa.org/about-iias/message-from-the-president/>, 9 de Março de 2017.

¹¹³ Moschopoulos, Denis (2005), “L'Institut International des Sciences Administratives à travers le XXème siècle...”.

*of new thinking about the administrative sciences. But, it has to be acknowledged, much of that thinking as happened elsewhere – in universities (the development of theories and explanatory models) and in national and international governmental agencies (devising practical and politically acceptable solutions for real-world problems).*¹¹⁴

A percepção de um investigador canadiano, ou seja, de um país tradicionalmente menos envolvido na actividade do IICA como Leslie A. Pal vai no sentido de que, pelo menos nos finais dos anos 1970, o Instituto era sobretudo uma rede de universidades¹¹⁵.

De facto, a mensagem visível no seu *site* em 2017 “*Who Can Become a Member and How?*” começa por interrogar o leitor “*Are you academic or practitioner?*” sugerindo que, mesmo actualmente, o peso dos académicos é demasiado relevante numa organização que inicialmente se caracterizava por contar com altos quadros da Administração Pública que frequentemente acediam a cargos políticos.

Mas, qualquer que seja a participação dos académicos, o Instituto não é um lugar privilegiado da produção de conhecimento. Regressando a Gavin Dewry:

The Institute itself has not really been, or claimed to be, at the cutting edge of ‘scientific’ research and development, though some of its many working groups and consultancy projects have made significant contributions. However, its role as a catalyst and facilitator has been formidable. And it is in the application of recei-

¹¹⁴ Drewry, Gavin (2005), “The Administrative Sciences – The Intellectual Context of an Institutional History”, Ruge, Fabio e Michael Duggett (eds.) (2005), *IIAS/IISA Administration & Service 1930-2005*, pp. 61-79, Amsterdam: IOS Press, International Institute of Administrative Sciences.

¹¹⁵ Pal, Leslie A. (2012), *Frontiers of Governance. The OECD and Global Public Management Reform*, p. 39, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan.

*ved knowledge and theories to practical issues of technical advice and assistance that the IIAS can make its strongest claim to having made a large and positive contribution to the twentieth century development of the administrative sciences, broadly defined*¹¹⁶.

¹¹⁶ Drewry, Gavin (2005), “The Administrative Sciences – The Intellectual Context...”.

II PARTE

**A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA
NAS ACTIVIDADES DO IICA**

4. Do I Congresso até à II Guerra Mundial – O período dos rasgos individuais e do quase alheamento institucional

O I Congresso – Fernando Emygdio da Silva, a “comissão de propaganda” e a representação portuguesa na Comissão Internacional Permanente

O envolvimento de Portugal no movimento dos Congressos Internacionais de Ciências Administrativas, que acabaria por levar à criação do Instituto Internacional, inicia-se com a recepção, em 21 de Abril de 1908, de carta do Ministro da Bélgica em Lisboa, datada do dia anterior, anunciando ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Wenceslau de Lima a realização em Bruxelas, por ocasião da Exposição Universal de 1910, de um Congresso Internacional de Ciências Administrativas sob o alto patrocínio do Governo Belga e pedindo o empenho do Governo Português na criação de *comités de patronage*, e de *comités de propagande* nacionais¹¹⁷.

Em 13 de Maio daquele ano, escrevia a Direcção-Geral de Administração Política e Civil do então Ministério do Reino ao Ministério dos Negócios Estrangeiros lembrando, “por seus predicados e competências” os nomes dos Conselheiros de Estado Júlio Marques Vilhena e Francisco António da Veiga Beirão (por essa altura algo envolvidos nas lutas políticas), dos Conselheiros Artur Pinto de Miranda Montenegro, Henrique da Gama Barros e Abel Pereira de Andrade, e o do Bacharel Alberto Cardoso de Meneses, Secretário-Geral do Governo Civil de Lisboa. Nenhum viria a integrar qualquer comité.

Numa troca de comunicações em Julho de 1910, a Direcção-Geral de Administração Política e Civil escreve ao Secretário-Geral do Ministério de Negócios Estrangeiros que o Ministro do Reino entendera não dever

¹¹⁷ AHD, Processo 1133.

nomear-se delegado oficial, abrindo contudo a possibilidade de o Ministro de Portugal em Bruxelas ou pessoal da respectiva Legação poder assegurar a representação. No entanto, no ofício entrado em 17 de Julho, é aposta uma menção manuscrita segundo a qual Fernando Emygdio da Silva havia sido, com data de 25 de Junho, designado delegado (a própria menção é datada de 25 de Junho de 1910!) ¹¹⁸.

Personagem singular, este Fernando Emygdio da Silva, posteriormente conhecido pela sua carreira no Banco de Portugal, onde chegou a Vice-Governador, e na Faculdade de Direito de Lisboa, e também pela sua longevidade na Câmara Corporativa, o qual, segundo José Adelino Maltez, mantinha uma coluna no *Diário de Notícias* desde os 16 anos e aos 24 estava a terminar o doutoramento em Coimbra ¹¹⁹, e que surge nos documentos do Congresso¹²⁰ como delegado não só do Governo mas também da Sociedade da Geografia de Lisboa, e integrante de uma “Comissão de Propaganda”, de que a maioria, se não a totalidade dos membros, detinha maiores credenciais¹²¹: D. Luiz de Castro, Professor do Instituto Superior de Agronomia e antigo Ministro, ao qual dedica a edição de uma das suas comunicações ao Congresso; Dr. Alfredo da Cunha, Director e Administrador do *Diário de Notícias*; Dr. Caeiro da Matta, Dr. Guimarães Pedrosa e Dr. José Lobo d’Ávilla Lima, professores da Universidade de Coimbra; Dr. Silva Carvalho e o próprio Fernando Emygdio da Silva, cujo endereço (13, Rua da Imprensa Nacional, Coimbra) é o único indicado¹²².

¹¹⁸ Também AHD, Processo 1133.

¹¹⁹ Maltez, José Adelino (2003), *Políticos Portugueses da I República*. http://maltez.info/respublica/Cepp/classe_politica/irepublica/irepublicaa.html, última revisão em 20 de Dezembro de 2003.

¹²⁰ *Premier Congrès International des Sciences Administratives, à l'Exposition Universelle et Internationale de Bruxelles 1910*, 1.º Vol, Bruxelles, Goemaere, 1910, p. 27.

¹²¹ *Premier Congrès International des Sciences Administratives...* 1.º vol, p. 40.

¹²² Fernando Emygdio da Silva, na sua inscrição no Congresso, dá-se já como Doutor

Na “*liste des membres*” isto é, dos inscritos¹²³, para além dos seis membros desta Comissão de Propaganda, figuram a Biblioteca da Universidade de Coimbra, sem delegado, a Câmara Municipal de Lisboa, sem delegado, e ainda o Conde de Penha Garcia, referido como antigo Presidente da Câmara dos Deputados e antigo Ministro¹²⁴, e um tal Suarès Oliveira que a consulta do *Anuário Diplomático e Consular Português* de 1925/1926 mostrou ser o então Ministro de Portugal em Bruxelas António de Oliveira Soares, que nos anos 1920 voltaria a estar ligado, como Director-Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, à problemática dos Congressos Internacionais de Ciências Administrativas¹²⁵.

O diplomata, num relato para Lisboa, faz aliás um rasgado elogio ao delegado oficial “*O Sr. Dr. Fernando Emygdio da Silva fez reconhecer por uma assembleia de homens eminentes as suas altas qualidades de inteligência e de estudo. E quer nas quatro comunicações que fez ao Congresso quer no discurso pronunciado na sessão de encerramento indicando Lisboa para sede da próxima reunião, o delegado português foi sempre aplaudido e especialmente felicitado pelo presidente do Congresso*”¹²⁶. Na comunicação oral em francês à terceira secção que o orador viria a editar sob o título “*Descentralização administrativa*”¹²⁷ refere-se contudo apenas essa comunicação e o “*relatório apresentado no mesmo dia relativo às ‘Municipalizações de serviços públicos em*

em Direito, o que segundo Maltez, José Adelino (2003), “*Políticos Portugueses...*” só ocorreria em 1911.

¹²³ *Premier Congrès International des Sciences Administratives, à l'Exposition Universelle et Internationale de Bruxelles 1910*, 4.º Vol, Bruxelles, Goemaere, 1910.

¹²⁴ Ministro da Fazenda. Chegou a bater-se em duelo com Afonso Costa.

¹²⁵ AHD. Ofício n.º 1, Proc. 1133/21, de 12 de Junho de 1925, dirigido ao Director-Geral da Administração Política e Civil.

¹²⁶ AHD, Relato datado de 2 de Agosto de 1910, com entrada no Ministério em 8 de Agosto.

¹²⁷ Encontrámos um exemplar na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa e outro na Biblioteca do ISCSP, adquirido pela antiga Escola Superior Colonial.

Coimbra' e que deve ser publicado, bem como as palavras que acompanharam a sua apresentação, no volume 5.º dos documentos do Congresso"¹²⁸, o que nos leva a supor que as restantes comunicações referidas por Oliveira Soares tenham sido puramente orais.

Uma breve tentativa de reconstituição das circunstâncias em que foi nomeado delegado da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) provocou-nos uma viva surpresa: Alfredo da Cunha, membro da "Comissão de propaganda" identificado como jurisperito era, desde 1887, o sócio n.º 1376 da Sociedade, e José Lobo d'Ávilla Lima fora aceite em Junho do próprio ano de 1910¹²⁹ como sócio n.º 7068, mas o delegado da Sociedade ao Congresso só se faria sócio em 1936 com o número 13932! E como conciliar essa designação como delegado com a circunstância de o Conde de Penha Garcia, jurisperito, sócio n.º 2776 inscrito em 1893, Vice-Presidente da Direcção da SGL, estar também inscrito para o Congresso, não se devendo embora perder de vista que a "*liste des membres*" poderá não corresponder a presenças efectivas? E com a ausência de qualquer notícia no Boletim da Sociedade, que contava com uma secção dedicada a eventos? Poderemos admitir, especulando um pouco, que se tratou de um resultado alcançado por via do influente Director e Administrador do *Diário de Notícias*, Alfredo da Cunha, que proporcionava desde há vários anos a Fernando Emygdio uma coluna de opinião, mas não há elementos que o comprovem.

O impacto da participação de Fernando Emygdio da Silva prolongou-se para além do Congresso, uma vez que os Estatutos da Comissão Internacional Permanente, então constituída, ficaram a prever que esta tivesse

¹²⁸ Silva, Fernando Emygdio da (1910) *Descentralização administrativa. Discurso proferido, em francês, na terceira secção do primeiro congresso internacional de ciências administrativas, de Bruxellas, na sua sessão de 30 de Julho de 1910*, Typographia França Amado, Coimbra.

¹²⁹ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*.

cinco membros efectivos por Estado eleitos pelo Congresso, que incluiriam os delegados oficiais à Comissão, diferentes dos que fossem designados para cada Congresso.

No *Bulletin* n.º 1 da Comissão, publicado em Janeiro de 1911¹³⁰ listam-se os 23 Estados, um dos quais Portugal, que usaram esta prerrogativa, mas certamente os nomes portugueses não saíram do Congresso: é que tendo-se realizado o Congresso em Julho e sendo o primeiro nome apontado como eleito o de Fernando Emygdio da Silva, o segundo era o do Dr. Bernardino Machado, Ministro dos Negócios Estrangeiros... a partir da Revolução de Outubro de 1910, seguindo-se os de D. Luiz de Castro, já referido, o do Dr. Álvaro Machado Vilela, professor de Direito Internacional da Universidade de Coimbra, e o do Dr. Lobo d'Ávilla Lima, também já mencionado, apresentado como Professor de Direito Público da mesma Universidade.

De uma nova troca de ofícios entre a Direcção-Geral de Administração Política e Civil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, realizada em Fevereiro de 1911¹³¹, resulta que os três delegados oficiais do governo português foram “escolhidos” pelo Ministério, através da aposição a lápis de uma cruz em três dos cinco nomes listados no *Bulletin*: Emygdio da Silva, Machado Vilela, Ávilla Lima, aparentemente a sugestão do primeiro. Nesta matéria, o Governo Provisório da República parecia não ter mais vontade própria do que os últimos governos de D. Manuel II.

¹³⁰ Commission Permanente des Congrès Internationaux des Sciences Administratives (1911), *Bulletin* n.º 1, Épreuve 10 Janvier 1911, Bruxelles: Goemaere, encontrado no AHD, Processo 1133.

¹³¹ AHD, Processo 1133, ofício n.º 121, livro 61, datado de 25 Fevereiro de 1911, da Direcção-Geral de Administração Política e Civil.

O II, III e IV Congressos – João de Magalhães Colaço e a constituição formal da Secção Nacional Portuguesa

Quando, em 1922, a Legação da Bélgica pediu ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português a colaboração do Governo Português para a realização do II Congresso Internacional de Ciências Administrativas, e para a cobertura das despesas da Comissão Internacional Permanente, nenhuma referência ou diligência envolveu os nomes dos membros portugueses da Comissão Internacional Permanente acima referenciados ou dos delegados oficiais junto desta, que é duvidoso tenham alguma vez actuado como tal. Aliás, Fernando Emygdio da Silva após o doutoramento “*logo se transfere para a nova escola jurídica de Lisboa, onde funda o grupo de Ciências Económicas*”¹³², Álvaro Machado Vilela veio a exercer o cargo de Director da Biblioteca da Universidade de Coimbra e Ávilla Lima envolveu-se na contestação monárquica à República, participando sob o Sidonismo na actividade parlamentar.

Sobre Fernando Emygdio da Silva, que viria a assistir à Mesa Redonda realizada em Lisboa em 1949, em que foi com o espanhol Gascón y Marin um dos congressistas de 1910 presentes, como referiu publicamente Marcello Caetano, que presidia aos trabalhos¹³³, é ainda de transcrever a nota que Pedro Aires Oliveira insere na sua biografia de Armindo Monteiro¹³⁴, o qual dele teria recebido grandes apoios no início do seu percurso pessoal e profissional:

¹³² Maltez, José Adelino (2003), *Políticos Portugueses...*

¹³³ AHD, Repartição dos Congressos e Conferências Internacionais, Recorte de Imprensa, “Instituto Internacional de Ciências Administrativas. A Conferência de Lisboa terminou ontem”, *Diário de Notícias* de 11 de Setembro de 1949.

¹³⁴ Oliveira, Pedro Aires (2000), *Armindo Monteiro – uma biografia política (1896-1955)*, Bertrand Editora: Venda Nova, p. 23.

Fernando Emídio da Silva (1886-1972). É extenso o currículo do patrono de Armindo Monteiro, um homem a quem se apontavam ligações à Maçonaria e uma secreta aversão a Salazar. Fundador, director e professor catedrático da FDL (e antes da Universidade de Coimbra), foi colaborador assíduo do DN, vice-governador do Banco de Portugal, administrador da Sociedade Importadora e Exportadora da Guiné, administrador-delegado de Portugal no Banco de Estado de Marrocos, administrador da Sociedade Industrial Farmacêutica e da C.^a de Cabinda, da C.^a dos Tabacos de Portugal, da Régie dos Tabacos Marroquinos, entre outros interesses. O seu distanciamento face a Salazar não o coibiu, porém, de acumular uma série de mandatos como procurador à Câmara Corporativa (durante mais de 20 anos). Foi também o grande impulsionador do Jardim Zoológico de Lisboa.

Face à reactivação do movimento dos Congressos Internacionais de Ciências Administrativas, o Ministério do Interior viria a transmitir ao Ministério dos Negócios Estrangeiros¹³⁵, o qual reproduziria *ipsis verbis* em comunicação à Legação da Bélgica a indicação recebida, que “*por indicação das Faculdades de Direito de Coimbra e de Lisboa foram designados respectivamente o Snr. Dr. Domingos Fezas Vital e o professor Snr. Dr. João Maria Telo de Magalhães Colaço e do Supremo Tribunal Administrativo o Snr. Dr. Alberto Cardoso e Meneses, vogal do mesmo Tribunal* [nome, recorde-se, já sugerido em 1908 pelo Ministério do Reino quando desempenhava outras funções], *para em conjunto com o presidente da Junta Geral do Distrito de Lisboa, Snr. João Alberto da Costa Gomes, constituírem a Comissão Portuguesa no Congresso Internacional dos Serviços* [sic] *Administrativos que deve realizar-se no próximo ano de 1923*”. Anteriormente, já o Supremo Tribunal Administrativo solicitara o envio das actas e relatórios do I Congresso, pedido transmitido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Legação de Portugal em Bruxelas, acontecendo na véspera do Congresso

¹³⁵ No que segue, continuaremos a apoiar-nos em documentação incluída no Processo 1133 do AHD, Congresso Internacional de Ciências Administrativas, 21.

que o mesmo Ministério, afirmando que quinze exemplares de convites e boletins de adesão eram insuficientes, veio pedir mais vinte e cinco.

Em Nota de 19 de Setembro de 1923, o Ministro de Portugal em Bruxelas, Alves da Veiga, que viria a falecer no ano seguinte, deu conta de que o Congresso havia reunido delegados de 25 países, devendo Portugal ser representado por Rocha Saraiva, professor da Universidade de Lisboa e Ministro do Trabalho, Costa Gomes, Presidente da Junta Geral do Distrito de Lisboa, e Sebastião Proença, Secretário – Geral do Governo Civil do Distrito de Viseu. Escreve ”*Infelizmente nenhum deles apareceu, não sei por que motivo; e nestas circunstâncias, para evitar o desaire de sermos o único país europeu sem representação em assembléa tão importante, inscrevi-me por iniciativa própria*” e “*Mais tarde apareceu-me o Sr. D.or Magalhães Colaço que veio na qualidade de delegado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e portanto sem carácter oficial. A sua presença e intervenção nas discussões produziram o melhor efeito* “. Relata ainda ter Magalhães Colaço apresentado três votos, todos aprovados. Este Professor terá participado nas sessões relativas a “Documentação administrativa”.

Alves da Veiga não o sabia talvez, mas já havia sido comunicado em Julho de 1923 à Legação da Bélgica em Lisboa que os nomes indicados um ano antes “*não eram os dos delegados ao Congresso, que serão designados pelo Governo da República, quando o Parlamento se tiver pronunciado sobre a utilidade da representação portuguesa no referido congresso*”, isto após o Ministro da Bélgica em Lisboa ter perguntado se tinha havido alterações dos delegados oficiais, pois que dos nomes citados pela imprensa portuguesa só um lhe tinha sido indicado.

No entanto, e apesar de a Legação da Bélgica ter comunicado ter dado conhecimento da situação ao seu Ministério, estes desenvolvimentos motivaram novas trocas de correspondência em 1925, até porque a organização do Congresso retivera os nomes dos três delegados oficiais e registara como eleitos em Congresso um total de seis membros efectivos: Magalhães Colaço, Fezas Vital, Alberto Cardoso de Menezes, Jacinto Nunes (Presi-

dente do Conselho Municipal de Grândola), Rocha Saraiva e Guimarães Pedrosa (este Professor de Direito de Coimbra integrara, recordamos, o *comité de propagande* do Congresso de 1910).

Mesmo em 1930, um pedido da Direcção-Geral de Administração Política e Civil à Direcção-Geral dos Negócios Comerciais e Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros para se satisfazerem as quotizações “em dívida”, para as quais já havia inscrição de verbas pelo Ministério das Finanças, foi recebido pela segunda com um relembrar da orientação sobre a necessidade de acordo do Congresso da República¹³⁶ (encerrado há quatro anos e que não voltaria a reabrir), finalizando ambos os officios com o “Saúde e Fraternidade” da República, ainda em uso.

João de Magalhães Colaço, que em rigor fora em 1923 ao II Congresso abrangido por uma nomeação do Ministério do Interior, participaria também no Congresso de Paris em 1927, agora aparentemente em representação apenas da sua Faculdade¹³⁷, sendo, tal como em 1923, o único congressista português, e voltaria ainda a participar no Congresso de Madrid em 1930, no qual foi decidido avançar com a criação do Instituto Internacional, agora com o duplo estatuto de delegado do Governo e de congressista (único português), comprovado pelos documentos do Congresso¹³⁸, sem

¹³⁶ AHD. Offício da Direcção-Geral de Administração Política e Civil de 29 de Novembro de 1930, n.º 77 (718), Z-2/25, com entrada 1561/30 de 6 de Dezembro de 1930 na Direcção-Geral dos Serviços Centrais do M.N.E. e resposta desta, n.º 1463 em 18 de Dezembro do mesmo ano.

¹³⁷ Oliveira, Luís Cabral (2004), “João Maria Tello de Magalhães Collaço (1893-1931), Ficha Bio-bibliográfica”, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, *on line*.

¹³⁸ “Chapitre XII, Liste des Delegués Officiels designés par différentes nations étrangères au IV Congrès International Des Sciences Administratives”, pp. 110, e “Chapitre XIII, Liste de Messieurs les Congressistes”, p. 138, *Compte – Rendu du IV Congrès International des Sciences Administratives*, Madrid, 1930, Octobre.

que tenhamos conseguido localizar o instrumento da sua nomeação como delegado.

Em 1928 tinha sido dado um passo significativo com a publicação em 9 de Agosto na II Série do *Diário do Governo* da Portaria do Ministro do Interior, José Vicente de Freitas, de 6 de Agosto de 1928, estando apenas em causa:

a organização da Secção Nacional Portuguesa destinada a cooperar com a Comissão Internacional Permanente dos Congressos das Ciências Administrativas e representar Portugal nos mesmos Congressos,

ficando nomeados:

Dr. José Martinho Simões, director geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior, Dr. Alberto Cardoso de Menes, vogal efectivo do extinto Supremo Tribunal Administrativo; Drs. Domingos Fezas Vital e João Maria Telo de Magalhães Colaço, professores de direito administrativo das Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra e de Lisboa, respectivamente; Drs. Alberto da Cunha Rocha Saraiva, José Caetano Lôbo de Ávila da Silva Lima e Martinho Nobre de Melo, professores de sciências políticas da Universidade de Lisboa.

Que a representação de Portugal nos Congressos pertencesse à Secção Nacional é coisa que parece não decorrer dos próprios Estatutos da Comissão Internacional Permanente, nem, mais tarde, do Instituto Internacional, mas não podemos excluir que esta Portaria, nascida da assinatura do Ministro do Interior¹³⁹ tenha sido considerada habilitação bastante para que fosse reconhecida a João de Magalhães Colaço a qualidade de representante do Governo no Congresso de Madrid e a José Martinho Simões,

¹³⁹ Na altura e até 8 de Julho de 1929, também “Presidente do Ministério” https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Vicente_de_Freitas.

todavia ausente, a de representante do Governo na reunião da Comissão Internacional Permanente de 1931 que aprovou a redacção definitiva dos primeiros Estatutos do IICA: “*Un certain nombre de Gouvernements ont fait excuser leur absence, notamment: Martina (Portugal)*”¹⁴⁰ (a menos que se trate de confusão com o italiano Martina, delegado ao Congresso de Madrid no ano anterior).

Anos 1930: de facto, uma não participação

A criação da Secção Nacional Portuguesa e a sua composição seriam publicadas no ano seguinte na Revista Internacional¹⁴¹, que daria posteriormente grande destaque ao falecimento de Magalhães Colaço¹⁴². Portugal seria, a propósito do Congresso de Madrid, mencionado na Revista Internacional como Estado-membro da Comissão Internacional Permanente¹⁴³. As alterações na composição da sua Secção Nacional – temos, no entanto, sérias dúvidas, como se depreende do que segue, de que esta tenha alguma vez reunido – continuaram a ser noticiadas na Revista mas nunca foi confirmada nem explicada a origem da notícia publicada no primeiro

¹⁴⁰ “Institut international des Sciences administratives: Réunions des 12 et 13 octobre 1931. Statuts”, *RISA*, 5 me année, Janvier-Fevrier-Mars, 1932, n.º 1, pp. 74-88.

¹⁴¹ “Commission internationale permanente des Congrès des Sciences administratives: Section portugaise”, *RISA*, n.º 3, Deuxième année, 1929, pp. 290.

¹⁴² “Avis et Communications. Nécrologie.”, *RISA*, 5 me année, Avril-Mai-Juin 1932, n.º 2, p. 286, e “Institut international des Sciences administratives: Assemblée générale statutaire du 21 juin 1933”, *RISA*, 6 me année, Octobre-Novembre-Décembre 1933, n.º 4, p. 464-473.

¹⁴³ “Actes et Documents relatifs aux Congrès et à la Commission internationale permanente: IV e Congrès”, *RISA*, 3 me année, Juillet-Août-Septembre 1930, n.º 3, pp. 367-372, e “Actes et Documents relatifs aux Congrès et à la Commission internationale permanente: IV e Congrès”, *RISA*, 3 me année, Octobre-Novembre-Décembre 1930, n.º 4, pp. 488-490.

número de 1933: “*Le Bureau de l’Institut a été avisé de l’adhésion du PORTUGAL*”¹⁴⁴ e de facto, como já tivemos ocasião de dizer, o país não aparece incluído na listagem de Estados-membros existentes em 1933, reportada por Moschopoulos.

A falta de resposta ao convite para o Congresso de Viena, formulado tanto por via da Legação da Bélgica em Lisboa como do Governo austríaco, parece paradigmática do desinteresse. À cautela, o IICA recordara previamente a lista de membros da Secção Nacional e a Direcção-Geral da Administração Política e Civil propôs o nome de José-Lobo d’Ávilla Lima, que, sem que tal fosse mencionado na proposta, havia sido membro da antiga “Comissão de Propaganda” do I Congresso e indigitado delegado oficial na Comissão Internacional Permanente original, sendo aliás, o que também não era mencionado, membro da Secção Nacional instituída pela Portaria de 1928, mas declarava não ter verba para a deslocação.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros, dirigido por Caeiro da Matta (outro dos Professores de Coimbra membros da Comissão de Propaganda e autor de um discurso no jantar comemorativo do doutoramento de Ávilla Lima¹⁴⁵) também não a encontrou¹⁴⁶, e assim, apesar da Legação de Portugal em Bruxelas insistir em que Portugal era membro do Instituto desde a sua criação (terá a entusiástica Legação estado na origem da notícia não confirmada da Revista Internacional publicada no primeiro número de 1933?) e que a já aludida resposta da Suíça ao questionário sobre funcionalismo público poderia ser aproveitada em Portugal visto “*a nação*

¹⁴⁴ “Actes et Documents relatifs aux Congrès et à l’Institut international des Sciences administratives: Adhésion à l’Institut”, *RISA*, 6 me année, Janvier-Février-Mars 1933, n.º 1, p. 65.

¹⁴⁵ Matta, José Caeiro da (1909), “Oração académica: pronunciada na festa do doutoramento do excellentissimo Senhor José Caetano Lobo d’Avilla da Silva Lima, em 24 de outubro de 1909”, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909.

¹⁴⁶ AHD, Ofício n.º 57, Processo 103, de 10 de Abril de 1933, assinado pelo Secretário-Geral do MNE.

mais livre e bem governada... não só da Europa mas até de todo o mundo” estar a aprovar legislação repressiva do comunismo entre os funcionários públicos¹⁴⁷, não houve envio de delegado a Viena, nem sequer a inscrição de um diplomata, uma vez que na altura o MNE não tinha representante residente naquela capital¹⁴⁸.

Como Lina Alves Madeira explica na sua biografia do antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Veiga Simões, a legação de Viena havia sido em 1926 transferida para Praga e o agora diplomata, que representava Portugal em Praga, Viena e Budapeste, esteve durante o ano de 1933 colocado durante algum tempo na disponibilidade para responder em Lisboa num processo disciplinar¹⁴⁹.

Aliás durante toda a primeira metade da década a quotização de Portugal é processada internamente como contribuição para a Comissão Internacional Permanente dos Congressos de Ciências Administrativas, mesmo já havendo Instituto Internacional das Ciências Administrativas¹⁵⁰. Em geral, o abono é feito em escudos a favor do Director-Geral de Administração Política e Civil, obtendo a sua Direcção-Geral os “belgas” correspondentes e enviando o cheque ao Instituto. Sendo os cheques enviados pelo Chefe da Repartição, este refere-se naturalmente à contribuição para o Instituto, embora o montante seja o definido para a extinta Comissão Internacional Permanente, e acaba por receber do Secretário-Geral Edmond Lesoir respostas com pedidos “políticos” que transcendem a sua capacidade de actuação.

¹⁴⁷ AHD, Ofício de 3 de Março de 1933 da Legação de Portugal em Bruxelas.

¹⁴⁸ Segundo o *Anuário Diplomático e Consular Português* de 1925/1926, o representante em Praga estava acreditado também em Viena e Budapeste e só existia consulado em Praga.

¹⁴⁹ Madeira, Lina Alves (2002), *Alberto Veiga Simões, esboço biográfico*, Coimbra: Quarteto Editora, pp. 161-165 e 169-173.

¹⁵⁰ ANTT, Arquivo do Ministério do Interior. Analisámos designadamente documentação relativa a 1933, 1934, 1935 e 1936.

Assim, sem prejuízo de acusar a recepção dos cheques, em Setembro de 1933 Lesoir escreve “*Je serais très heureux de recevoir vos propositions en ce qui concerne la designation de membres titulaires et eventuellement d’associés de l’Institut. Je vous saurais également gré de bien vouloir user de votre influence pour que le gouvernement portugais nous fasse connaitre les noms et les titres des personalités qui le représenteraient en qualité de délégués officiels au sein de l’Institut.*”, e em Setembro de 1934 vinca o estatuto do pagamento recebido: “*représentant le montante de la cotisation du gouvernement portugais à l’Institut International des Sciences Administratives afférente à l’année 1934*”.

Estes, recordemo-lo, são anos de reforma orçamental: as dotações orçamentais para quotizações passam, por despacho do Ministro das Finanças de Dezembro de 1932, a ser centralizadas no Ministério dos Negócios Estrangeiros (relacionando-se a Direcção-Geral de Administração Política e Civil com a 7.^a Repartição da Contabilidade Pública, afecta ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e já não com a “sua” 3.^a Repartição); é, em 1936, implementada a coincidência do ano económico com o ano civil e exige-se, em termos que ultrapassam o consagrado princípio da legalidade, a justificação das despesas.

Assim a Direcção-Geral de Administração Política e Civil é durante vários momentos de preparação dos orçamentos anuais bombardeada tanto pelos serviços do MNE como pelas repartições da Contabilidade Pública, com questões tais como:

“muito agradecia a V.Exa o obséquio de informar esta Secretaria de Estado da Convenção, outro diploma ou despacho pelo qual o Govêrno Português tenha assumido o compromisso de satisfação da referida quota”, “muito agradecia a V.Exa se dignasse informar, nos termos em que o expôs S.Exa o Senhor Ministro das Finanças no relatório da Lei Orçamental quais as condições em que foi concedido pela primeira vez o referido auxílio e as vantagens ou benefícios que da sua concessão dêle tem advindo”, “quais os diplomas e despachos que fundamentaram a

inscrição em orçamento do Ministério do Interior do encargo de 300 Belgas para satisfação das cotas destinadas à Comissão Internacional Permanente do Congresso de Ciências Administrativas e também das vantagens que porventura se tirem da satisfação de tais quotas?”, “A fim de habilitar este Ministerio a fundamentar as respectivas ordens de pagamento, rogo a V.Exa se sirva comunicar-me os seguintes pormenores sobre o assunto: qual é o compromisso inicial assumido pelo Governo Português no que respeita a este pagamento? quais os serviços prestados pela entidade de que se trata? entende essa Direcção Geral que esses serviços justificam o subsídio e que há conveniência em mantê-lo?”

Seria um bom exercício de orçamento base zero *avant la lettre* não fora o Ministério dos Negócios Estrangeiros ter tido ao longo dos 25 anos anteriores uma intervenção nos assuntos relativos aos Congressos Internacionais de Ciências Administrativas que lhe permitia responder às questões por si colocadas.

O IICA continuava entretanto a enviar a sua correspondência para a Direcção-Geral de Administração Política e Civil e para a Secção Nacional portuguesa em nome de Martinho Simões, falecido em 1934. O Director-Geral Mário Caes Esteves, seu sucessor, confrontado com uma tripla “ofensiva” a propósito do Congresso de Varsóvia marcado para 1936, ou seja, para além da correspondência directamente recebida do IICA, é posto ao par, via Ministério dos Negócios Estrangeiros, quer das insistências habituais da Legação da Bélgica em Lisboa, quer de uma *démarche* da Legação da Polónia que ousava dizer “*parecer particularmente oportuno que a escolha do Governo Português, nesta circunstância, recaísse, sendo possível, na pessoa do seu delegado ao Instituto Internacional das Ciências Administrativas*”, o que talvez deixasse adivinhar uma encomenda do *Bureau* para forçar a nomeação de um delegado oficial, começa por fazer incluir no processo a seguinte nota dactilografada “*O ofício do M.N. Estrangeiros, n.º 50, foi remetido à Direcção Geral de Administração Política e Civil c/ protocolo em 8 de Abril último. Nesta data se transmite ao M.N. Estrangeiros, que o assunto*

diz respeito aos serviços da dita Direcção Geral e que a mesma, directamente, informará sobre o que se lhe oferecer.”

Na referida nota está exarada a menção, também manuscrita, “*O of. entrou em 10-4-36*” e o Director Geral reage também em várias direcções. Por um lado, pede ao IICA, com insistência, a remessa da *Revista Internacional de Ciências Administrativas*, não existente nos arquivos, por outro, utiliza um conjunto de documentação relativa ao Instituto para apoiar uma remodelação da Secção Portuguesa de onde saem Alberto Cardoso de Meneses (anotação: aposentado), Martinho Nobre de Mello (anotação: ausente no Brasil¹⁵¹) e Ávilla Lima (anotação: ausente em Roma¹⁵²) e entram Marcelo Caetano, Francisco José Caeiro, o próprio Mário Caes Esteves e o seu adjunto Jaime dos Santos Lopes Dias, permanecendo Domingos Fezas Vital e Alberto da Cunha Rocha Saraiva.

A remodelação é comunicada a todos os membros sem indicação de despacho ministerial e, julga-se, sem publicação, enviando-se em anexo um exemplar dos Estatutos e recebendo mais tarde os membros da Secção Nacional os seus diplomas de membros titulares do Instituto¹⁵³.

Ficam de pé algumas dúvidas sobre a regularidade formal da remodelação de 1936 (não segue a mesma forma na aprovação e publicação que a criação da Secção Nacional em 1928), a qual é aliás omitida por António Pedrosa Pires de Lima (apesar de ser o ano da entrada de Marcelo Caetano na Secção) no seu artigo “Portugal e o Instituto Internacional de Ciências

¹⁵¹ Colocado como embaixador no Rio de Janeiro.

¹⁵² Colocado como embaixador em Roma.

¹⁵³ Mário Caes Esteves procedeu em 18 de Julho de 1936 mediante comunicação escrita, ao envio dos diplomas de membro titular do Instituto a Jaime dos Santos Lopes Dias, Marcelo Caetano, Francisco José Caeiro, Domingos de Fezas Vital e Alberto da Cunha Rocha Saraiva (ANTT, Arquivo do Ministério do Interior).

Administrativas”¹⁵⁴, sendo de registar que na sua carta de 11 de Abril de 1936 a Mário Caes Esteves, Lesoir escreve:

Puis – je me permettre de vous demander si je pourrais vous adresser à l’avenir tous les documents concernant la Section Nationale Portugaise?

Depuis de décès de M. Magalhães Collaço je n’ai plus reçu aucune nouvelle de la section portugaise bien qu’à de nombreuses reprises j’aie envoyé à M. le Dr. Martinho Simões les documents concernant l’activité de notre institution.

Marcelo Caetano consigna na sua biografia oficial o ter sido eleito em 1936 como membro do Instituto¹⁵⁵, o que, qualquer que tenha sido o processo de decisão, constitui uma distinção. Fezas Vital, basicamente um especialista em direito público, foi o líder nominal da elaboração do Código Administrativo aprovado nesse ano com uma vigência experimental de 4 anos, para a qual o trabalho do ainda recente (6 anos) Doutor foi decisivo, e Alberto Cunha Rocha Saraiva havia feito parte do seu júri de doutoramento¹⁵⁶. Dificilmente Marcelo assumiria aqui nesta época o estatuto de figura de referência em que estaria já investido uma década depois.

Apesar das clarificações efectuadas na resposta a Lesoir, entre as quais a informação do falecimento de José Martinho Simões¹⁵⁷, Portugal não

¹⁵⁴ Lima, António Pedrosa Pires de (1969), “Portugal e o Instituto Internacional de Ciências Administrativas... “.

¹⁵⁵ O seu filho Dr. Miguel de Barros Caetano teve ocasião de o recordar ao autor do presente trabalho.

¹⁵⁶ Castilho, José Manuel Tavares (2012), *Marcello Caetano, Uma biografia política*, Coimbra, Edições Almedina, pp. 89-93 e 147-149.

¹⁵⁷ Divulgada com dois anos de atraso em “Actes et Documents relatifs à l’Institut international et aux Congrès des Sciences administratives. Congrès de Varsovie: Rapport présenté par M. Lesoir, Secrétaire général de l’Institut, à l’Assemblée générale statutaire du 13 juillet 1936”, *RISA*, 9 me année, Octobre-Novembre-Décembre 1936, n.º 4, pp. 629-647.

esteve presente no Congresso de Varsóvia em 1936 nem na Mesa Redonda de Bucareste em 1938, que incidiu sobre questões de administração sanitária, e apesar da remodelação da Secção Nacional, da qual poderá ou não ter tido conhecimento, o Presidente do Conselho de Ministros Oliveira Salazar, que de 1936 ao princípio de 1947 assegurou a pasta dos Negócios Estrangeiros, mandou remeter ao Instituto de Alta Cultura a organização da participação portuguesa no Congresso previsto para Berlim em 1939, e, perante a impossibilidade declarada por este¹⁵⁸, manteve em aberto a alternativa Instituto de Alta Cultura/Ministério do Interior, sem nunca se referir à Secção Nacional Portuguesa, como aliás já tinha feito a propósito da Mesa Redonda de Bucareste, em que havia mandado officiar simultaneamente à Secretaria-Geral do Ministério do Interior e ao Instituto de Alta Cultura¹⁵⁹.

Alguns frágeis ecos: artigos sobre Portugal e presença de autores portugueses nas bibliografias da Revista Internacional

Para além do noticiário relativo ao relacionamento entre Portugal, a Secção Nacional Portuguesa e o IICA, e correspondente necrologia (João de Magalhães Colaço e Martinho Simões), a Revista Internacional publica sobre Portugal uma recensão do estudo do jesuíta A. Muller *Organisation corporative et l'économie dirigée au Portugal* que incide sobre a Constituição e os Decretos de 23 de Setembro de 1933¹⁶⁰ e duas recensões em francês

¹⁵⁸ AHD, Ofício de 4 de Abril de 1939 do Instituto de Alta Cultura, com entrada n.º 8499, na mesma data, no Expediente do MNE.

¹⁵⁹ AHD, Ofício do IICA de 8 de Março de 1938, dirigido por Lesoir directamente ao Presidente do Conselho, com entrada no Ministério dos Negócios Estrangeiros em 5 de Abril de 1938, sob o número 7844.

¹⁶⁰ “Le mouvement des Idées et des Faits”, “Organisation de l'état corporatif au Portugal”, *RISA*, 7 me année, Juillet-Août-Septembre, 1934, n.º 3, pp. 364-369.

sobre textos de autores portugueses, sendo uma relativa a trabalho atribuído a Martinho Simões¹⁶¹ (*Projecto de reforma administrativa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1932, 407 p., publicado sob a forma de suplemento ao Anuário da Direcção-Geral de Administração Política e Civil) e outra sobre o artigo de Marcelo Caetano “Notas do novo Código Administrativo”, publicado na Revista *O Direito*¹⁶².

Nas “Monographies bibliographiques”, “Bibliographie courante” e “Ouvrages réçus” estão referenciados diversos outros títulos de autores portugueses, quase sempre de Direito, entre os quais vários publicados durante o encerramento do Instituto e que constam de relações organizadas até aos finais dos anos 1940 (Apêndice 1).

¹⁶¹ “Le mouvement des Idées et des Faits”, “Pour une reforme des administrations régionales en Portugal”, *RISA*, 6 me année, Janvier-Février-Mars 1933, n.º 1, p. 76.

¹⁶² “Le mouvement des Idées et des Faits”, “Le nouveau code administratif portugais”, *RISA*, 10 me année, Octobre-Novembre-Décembre 1937, n.º 4, pp. 663-667.

5. Duas décadas no pós-II Guerra Mundial – uma Secção Nacional Portuguesa remodelada e interveniente nos Congressos, Mesas Redondas e Comités

O pós-II Guerra Mundial. Recomposição da Secção Nacional Portuguesa em 1946 e nomeação de delegados oficiais para o congresso de Berna

Em finais de 1945 e durante o ano de 1946, a Legação da Bélgica em Lisboa e o próprio Instituto Internacional de Ciências Administrativas começaram a fazer chegar às entidades oficiais portuguesas – Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direcção-Geral de Administração Política e Civil, e até Direcção-Geral da Fazenda Pública (por ter sido esta a enviar o cheque correspondente à quota de 1946!) – pedidos de reconstituição da Secção Nacional Portuguesa e de designação de delegados oficiais, verificando-se que, de forma algo surpreendente, o continuaram a fazer mesmo depois de definida e comunicada em Janeiro de 1946 orientação sobre o assunto por parte do Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros Oliveira Salazar, na sequência da recepção de Nota de 13 de Outubro de 1945 da Legação da Bélgica em Lisboa e de resposta ao pedido de parecer à Direcção-Geral de Administração Política e Civil, então já dirigida por António Pedrosa Pires de Lima^{163,164}.

A Legação afirmava na referida Nota, com toda a exactidão, “*Le Portugal, s’il n’avait pas encore désigné de Délégue à l’Institut International des Sciences Administratives, avait cependant créé une section nationale qui était composé comme suit*” (seguia-se a composição transmitida em 1936 por

¹⁶³ Mário Caes Esteves havia falecido em 1944.

¹⁶⁴ AHD. Parecer veiculado através de ofício de 7 de Novembro de 1945, 92-A, O-1/24, com entrada no Expediente do Ministério dos Negócios Estrangeiros em 9 de Novembro, sob o número 28771.

Mário Caes Esteves), deixava entender que gostaria que Portugal participasse no congresso regional que se realizaria em Junho de 1946¹⁶⁵ em Bruxelas, arriscava um pedido financeiramente ousado

L'Institut International des Sciences Administratives serait en conséquence, vivement reconnaissant au Gouvernement de la République Portugaise s'il voulait bien envisager la possibilité d'effectuer le versement des cotisations arriérées depuis 1940 ou que tout au moins il veuille bien reprendre, sur la base fixée par l'article 30, 1.º (page 13) des statuts de l'Institut dont un exemplaire est joint en annexe, le paiement de sa subvention a partir de l'année 1945.

e colocava a questão dos delegados oficiais:

L'Institut International des Sciences Administratives serait également reconnaissant au Gouvernement de la République Portugaise s'il voulait bien procéder a la désignation, conformément à l'article 7 des statuts (page 10), des Délégués qui le représenteront au sein de cet Organisme.

O despacho de Oliveira Salazar, ou melhor, a sua transcrição dactilografada, aborda todos estes pontos:

“a) Pagar para futuro (a partir de 1946). b) Reconstituir e remodelar a Secção Nacional em virtude da morte do Director Geral de Administração Política e Civil e da saída para outros serviços do adjunto do Director Geral. c) Dizer que não é provável que nos façamos representar no congresso regional este ano. d) Oportunamente se designará o delegado português ao Instituto Internacional de Ciências Administrativas.”

¹⁶⁵ AHD. A acta da reunião de 26 de Junho de 1946, subsequente ao Congresso Regional realizado em 24 e 25 de Junho em Bruxelas, foi enviada por Edmond Lesoir a António Pedrosa Pires de Lima enquanto Director-Geral e reenviada por este ao MNE, a coberto do ofício 93-A, 0-1/8, de 30 de Julho de 1946, com entrada no Expediente em 2 de Agosto, sob o número 23106.

“Pagar para futuro” (apesar de a Legação fazer referência ao esvaziamento da sede durante a Ocupação) era também a posição de António Pedrosa Pires de Lima: “...quanto às quotas atrasadas, desde 1940, não se afigura razoável o seu pagamento, visto tratar-se de período durante o qual o Instituto Internacional de Ciências Administrativas não exerceu qualquer actividade e as cotas só terem justificação nos encargos provocados pela actividade do organismo” e a prática vigente na altura no Ministério em relação a situações análogas. Substituir na Secção Nacional o falecido Director-Geral Mário Caes Esteves por António Pedrosa Pires de Lima e o ex-Adjunto Jaime dos Santos Lopes Dias pelo então Adjunto em funções, Mário Matias¹⁶⁶, foi também proposta do próprio António Pedrosa Pires de Lima. Mas deixar no limbo a participação no Congresso Regional de Bruxelas, apoiada por este último, e a nomeação de um delegado oficial no Instituto mostrava a existência, por parte de Oliveira Salazar, de algumas reservas.

Entretanto, um passo do parecer do Director-Geral de Administração Política e Civil: “*No que respeita aos encargos que derivam de o Estado Português se manter associado ao Instituto Internacional de Ciências Administrativas, também me parece deverem ser suportados. Cumpre-me, no entanto, referir que esse encargo anual foi até 1938, de 300 francos belgas, e, segundo consta do artigo 30.º dos Estatutos que acompanharam o ofício de V.Exa., será agora elevado para cerca de 5 000 (70 francos belgas para cada 100 000 habitantes).*” sugere que António Pedrosa Pires de Lima não se apercebera de que os Estatutos que lhe tinham chegado já se encontravam nos arquivos da sua Direcção-Geral e de que o que tomou como quotas para o Instituto de que o Estado português era supostamente associado eram de facto quotas para a há muito desaparecida Comissão Internacional Permanente.

¹⁶⁶ Por coincidência, irmão do então Director-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, Marcello Matias.

O convite a participar no Congresso de Berna em 1947, emanado do Conselho Federal, chegou através da Legação da Suíça em Lisboa¹⁶⁷, e também por via da Legação de Portugal na Suíça¹⁶⁸, que prontamente a envia ao “Senhor Presidente do Consêlho, Ministro dos Negócios Estrangeiros”, sendo por seu intermédio que foi encaminhado o cheque para a organização do Congresso correspondente às inscrições dos três “delegados oficiais” portugueses¹⁶⁹, entretanto designados já por despacho do Ministro Caeiro da Matta, reinvestido em 1947 naquelas funções, muito embora fosse ainda sob a gerência de Oliveira Salazar na pasta que António Pedrosa Pires de Lima enviou a seguinte justificação de aceitação do convite, a qual teria sido aprovada por despacho do Ministro do Interior¹⁷⁰:

Através da sua Legação em Lisboa, o Conselho Federal da SUIÇA convida o Governo a fazer-se representar no Congresso Internacional das Ciências Administrativas que deve reunir em Berne de 20 a 27 de Julho de 1947.

¹⁶⁷ AHD, Nota de 19 de Setembro de 1946, despachada em 4 de Novembro “Ao Gabinete M.º Interior”.

¹⁶⁸ AHD, Ofício n.º 101, Processo 5, de 26 de Setembro de 1946, da Legação de Portugal na Suíça, com entrada no Expediente do Ministério dos Negócios Estrangeiros em 10 de Outubro com o n.º 30168. A grafia “Suíça” é utilizada na correspondência entre Ministérios, mas “Suíssa” é a opção seguida no papel timbrado da legação portuguesa.

¹⁶⁹ AHD, Nota n.º 11, Processo 39, 81, de 9 de Maio de 1947, da Direcção-Geral dos Negócios Políticos e Administração Interna, na sequência de processo desencadeado por ofício da Direcção-Geral de Administração Política e Civil de 15 de Abril e que levaria também ao abono pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros aos “três delegados do Governo”, segundo formulação desta última, das ajudas de custo, despesas de viagem e de representação.

¹⁷⁰ AHD, Ofício de 18 de Dezembro de 1946, da Direcção-Geral de Administração Política e Civil, L.º 93-A, n.º O-1/8 de 18 de Dezembro de 1946.

Este congresso é promovido pelo Instituto Nacional [sic] das Ciências Administrativas, com sede em Bruxelas, ao qual o nosso País se encontra associado.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros solicita o parecer deste Ministério sobre o referido convite, para que se considere habilitado a responder-lhe.

Quanto a mim, a representação do Governo Português terá, em princípio, vantagens manifestas. É uma oportunidade que surge de se permutarem ideias entre representantes dos vários países europeus acerca de alguns dos mais palpitantes problemas de administração pública, o que, quer no aspecto interno, quer sob o aspecto das nossas relações exteriores, pode ser muito proveitoso.

Se o Ministério dos Negócios Estrangeiros concordar com a representação do Governo no Congresso, conviria que se nomeassem urgentemente as pessoas incumbidas de tal representação, de modo a que se disponha de tempo bastante para o trabalho que deverá ser apresentado.

À data da Assembleia Geral estatutária de Berna – 28 de Julho de 1947 – realizada no final do Congresso, aparece assim Portugal como um dos 9 Estados-membros representados por delegados oficiais (Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grão Ducado do Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Suíça, Turquia) existindo ainda três Estados-membros que não haviam designado delegados oficiais (Egipto, Grécia, Polónia), graças ao expediente de se passar a considerar os três delegados oficiais ao Congresso de Berna, Marcello José das Neves Alves Caetano, José Carlos Martins Moreira (professor da Universidade de Coimbra) e António Pedrosa Pires de Lima como delegados oficiais permanentes do Estado-membro Portugal, tendo Marcelo Caetano ficado a integrar como (quinto) vice-presidente o *Bureau* do Instituto presidido por Oscar Leimgruber e composto por este, oito Vice-Presidentes, três outros membros e o Secretário-Geral Edmond Lesoir.

No seu *Salazar*, Franco Nogueira desvaloriza as missões de Marcelo Caetano: “...aquele escrevera da Suíça, onde ocasionalmente se encontrava a participar na Conferência Internacional do Trabalho e num Congresso de

*Ciências Administrativas, uma carta em que...*¹⁷¹. Todavia Marcelo Caetano não só enviou à Direcção-Geral de Administração Política e Civil uma cópia da sua comunicação apresentada no Congresso, que não pudemos localizar¹⁷², mas também publicou três textos na revista *O Direito* de que passara a ser Director: no n.º 7 (Setembro) do ano de 1947, uma descrição do funcionamento e conclusões do Congresso¹⁷³, no n.º 8 (Outubro) sobre os debates relativos ao reforço das Presidências do Conselho (iniciados antes da II Guerra Mundial)¹⁷⁴, no n.º 9 (Novembro) sobre “A situação dos municípios no estrangeiro”¹⁷⁵.

Segundo a primeira das referidas notícias Marcelo Caetano apresentara o relatório nacional para o tema “*As missões que incumbem à administração pública em seguida à guerra mundial e os ensinamentos a extrair da experiência desta guerra em matéria administrativa*” cujo relator geral fora o suíço Leimgruber, José Carlos Martins Moreira o relatório nacional sobre o tema “*O chefe do Governo e a organização dos seus serviços*”, cujo relator geral fora o belga Moreau, e Pires de Lima um “substancioso relatório português” sobre o tema “*A posição dos poderes regionais e locais em face das autoridades centrais*”, cujo relator geral fora o francês Puget. Aliás *O Direito* iria em breve passar de *Revista de Jurisprudência* a *Revista de Ciências Jurídicas e de Administração Pública*.

¹⁷¹ Nogueira, Franco (1980), *Salazar, Vol IV – O Ataque (1945-1958)*, Coimbra: Atlântida Editora, p. 80.

¹⁷² ANTT, Livro de registo de correspondência da 2.ª repartição da Direcção-Geral da Administração Política e Civil, 2.ª repartição, Z – Assuntos de Interesse Geral.

¹⁷³ M.C. (1947), “O VII Congresso Internacional de Ciências Administrativas – Trabalhos e Resoluções”, *O Direito*, n.º 7, Setembro de 1947, Ano 79, pp. 221-224.

¹⁷⁴ M.C. (1947), “O Chefe do Governo e a organização dos seus serviços”, *O Direito*, n.º 8, Outubro de 1947, Ano 79, pp. 247-252.

¹⁷⁵ Caetano, Marcello (1947), “A situação dos municípios no estrangeiro”, *O Direito*, n.º 9, Novembro de 1947, Ano 79, pp. 258-263.

A delegação portuguesa não apresentou relatório sobre o tema “A participação dos funcionários na gestão das administrações centrais, regionais e locais”, relatado pelo inglês Day, e, segundo a notícia publicada em *O Direito* sobre o Congresso não votou a respectiva conclusão:

*A eficácia e o bom funcionamento, assim como a boa disposição, do pessoal administrativo, são encorajados pelo estabelecimento na Administração pública de uma organização permanente na qual os representantes do Governo e das associações do pessoal estejam em contacto constante para discutir não só as condições de serviço e todas as outras questões respeitantes aos interesses dos funcionários mas também os outros problemas de administração nos quais a experiência e as ideias do pessoal possam ser úteis*¹⁷⁶.

A desvalorização do Congresso e da integração de Marcelo Caetano no *Bureau* do Instituto Internacional como Vice-Presidente só se explicam em Franco Nogueira pela aversão a Marcelo Caetano que perpassa em todo o seu *Salazar*, uma vez que na altura o Estado português procurava acompanhar o esforço de recomposição das organizações internacionais. Mas o seu próprio “biógrafo político”, José Manuel Tavares Castilho, afirma que, depois de chefiar a delegação portuguesa à Conferência Internacional do Trabalho “*participaria, agora na sua qualidade de professor universitário, no Congresso Internacional de Ciências Administrativas, em Berna*”¹⁷⁷.

No entanto, Marcelo Caetano é muito claro ao escrever em 7 de Agosto ao Director-Geral dos Negócios Políticos: “*Para os devidos efeitos comunico a V.Exa, que, de regresso da Suíça, cheguei a Lisboa no dia 5 do corrente, concluindo assim as duas missões de que fui encarregado por esse Ministério*”.

¹⁷⁶ M.C. (1947), “O VII Congresso Internacional de Ciências Administrativas – Trabalhos e Resoluções ...”.

¹⁷⁷ Castilho, José Manuel Tavares (2012), *Marcello Caetano. Uma biografia política*, Coimbra: Edições Almedina, p. 257.

Na comunicação, que pode ser encontrada no AHD¹⁷⁸, refere que na primeira missão (OIT, Genebra) era chefe de delegação e que na segunda (IICA, Berna) a delegação “*compreendia também os snrs. Prof. Dr. José Carlos Moreira e dr. António Pedrosa Pires de Lima e, consoante declaração destes delegados ao snr. Ministro de Portugal em Berna, não tinha chefe.*” Conforme explica, aguardou na Suíça de 11 a 22 de Julho o início da segunda missão.

A composição da Secção Nacional publicada logo a seguir na Revista Internacional (“*Dr. Caeiro, Dr. Caetano, Dr. Cunha Rocha Saraiva, Dr. Fezas, Dr. Matias, Dr. Moreira, Dr. Pedrosa Pires de Lima*”) seria a aprovada por Salazar em 1946 mais os delegados oficiais ao Congresso de Berna, considerados delegados permanentes, ou seja, na prática, com a adição de José Carlos Moreira, e não tendo em conta que Alberto da Cunha Rocha Saraiva havia falecido durante esse ano¹⁷⁹. A notícia do falecimento deste seria dada pela Revista Internacional em 1949¹⁸⁰ e novamente em 1951¹⁸¹.

A Mesa Redonda de 1949, em Lisboa, a remodelação da Secção Nacional Portuguesa e a representação no Comité das Práticas Administrativas

Em reunião do *Bureau* eleito em Berna, realizada em Bruxelas em Novembro de 1947, Marcelo Caetano reeditou, possivelmente sem disso estar consciente, o gesto de Fernando Emygdio da Silva no Congresso de

¹⁷⁸ AHD, Entrada no Expediente n.º 23 709 de 8 de Agosto, e na Repartição dos Congressos e Conferências Internacionais em 16 de Agosto de 1947 (Processo 756,51).

¹⁷⁹ “Actes et documents relatifs à l’Institut international et aux Congrès des Sciences Administratives” *RISA*, Nouvelle série, 1948, n.º 2-3, pp. 100-129.

¹⁸⁰ “Actes et Documents relatifs à l’Institut et aux Congrès”, *RISA*, Nouvelle Série, 1949, n.º 1, p. 53-112.

¹⁸¹ “Chronique de L’Institut, Informations concernant le Bureau, les Comités Scientifique et des Pratiques administratives et les Sections nationales” (1951), *RISA*, Dix-septième année, n.º 3, p. 637-641.

1910, mas ao que parece “*devidamente autorizado por Sua Excelência o Presidente do Conselho (ao tempo em exercício das funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros)*”¹⁸², ao propor que o Congresso previsto para 1949 ao abrigo da nova periodicidade estatutária de dois anos, depois revertida, se realizasse em Lisboa. No entanto o *Bureau* preferiu apontar para Praga ou cidade de outro país próxima de Praga se a União Internacional das Cidades e Poderes Locais tivesse aí o Congresso. A hipótese de Lisboa ficaria em aberto¹⁸³.

Não sabemos dizer se esta tentativa de marcar Congressos para Praga se inseria numa estratégia visando contrariar a integração da Checoslováquia no bloco que viria a ser formado no Leste da Europa. Curiosamente a Mesa Redonda que esteve para se realizar em Praga vinte anos depois (1969), coroando um processo de reaproximação da Checoslováquia ao IICA, acabou também por ser transferida, desta vez para Barcelona, possivelmente por razões relacionadas com a ocupação do país por tropas de outros Estados do Pacto de Varsóvia ocorrida no ano anterior.

O que de facto sucedeu foi que o IICA acabou por realizar o Congresso em 1950 e em Florença, aproveitando para visitar o Papa¹⁸⁴, e que Lisboa acabou por ser em 1949 a sede de uma, aliás importante, Mesa Redonda,

¹⁸² ANTT, Arquivo do Ministério do Interior, Direcção-Geral de Administração Política e Civil. Referência ao ofício de 16 de Outubro de 1948, aparentemente subscrito por Marcelo Caetano enquanto Presidente da Secção Portuguesa e parcialmente transcrito no ofício de 23 de Outubro de 1948 expedido pelo Director-Geral da Administração Política e Civil ao Chefe do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros e assinado pelo seu Director-Geral.

¹⁸³ “Actes et Documents relatifs à l’Institut international et aux Congrès des Sciences administratives”, *RISA*, Nouvelle Série, 1948, n.º 2/3, p. 100-129.

¹⁸⁴ Na sequência do que o Estado do Vaticano viria aderir ao Instituto como estado membro, condição que mantém ainda hoje. São Marino, Liechtenstein e Mónaco estavam também incluídos em relação divulgada em 1966, mas actualmente destes três só a República de São Marino se mantém como membro.

presidida por Marcelo Caetano (o qual estivera no ano anterior presente na reunião preparatória realizada em Copenhaga, também com o estatuto de Mesa Redonda)¹⁸⁵ como representante do país anfitrião, sendo chamadas à presidência de cada sessão específica outras personalidades.

Durante 1949, a Secção Nacional Portuguesa beneficiou de uma significativa remodelação – mencionada por António Pedrosa Pires de Lima no artigo em que nos temos vindo a apoiar ¹⁸⁶, o qual refere a constituição por Portaria em 1928 e as remodelações de 1946 e 1949 (mas omite, como já dissemos, a de 1936), sendo a última conhecida pela sua publicação na Revista Internacional¹⁸⁷.

De acordo com a Revista Internacional, era a seguinte a composição da “*Section Nationale Portugaise remaniée*”:

Président: Docteur Marcelo CAETANO, Professeur à la Faculté de Droit de Lisbonne, Vice-président de l’Institut International des Sciences administratives, ancien Ministre (délégué officiel); Secrétaire: Dr. Mário MATHIAS, Inspecteur administratif du Ministère de l’Intérieur; Membres: Dr. Alfonso RODRIGUES QUEIRÓ, Professeur à la Faculté de Droit de Coimbra, Dr. José Carlos MOREIRA, Professeur à la Faculté de Droit de Coimbra (délégué officiel), Ingénieur Albano DO CARMO RODRIGUES SARMENTO, Directeur des Services Municipalisés des Eaux et Assainissement de la Ville de Porto, ancien Sous-secrétaire d’État, Dr. Albino Tavares de ALMEIDA, Chef de bureau du Secrétariat

¹⁸⁵ Carta de 11 de Dezembro de 1948 do Presidente do Instituto Internacional de Ciências Administrativas, Oscar Leimbruger, ao Ministro de Portugal em Berna, AHD, Repartição dos Congressos e Conferências Internacionais.

¹⁸⁶ Lima, António Pedrosa Pires de (1969), “Portugal e o Instituto Internacional de Ciências Administrativas...”.

¹⁸⁷ “Actes et Documents relatifs à l’ Institut et aux Congrès”, *RISA*, Nouvelle Série, 1949, n.º 1, pp. 53-112.

*National d'Information*¹⁸⁸, Dr. Alfredo de ALMEIDA FERRÃO, Juge au Tribunal Administratif Suprême, Dr. António Luís DE CASTRO RODRIGUES, Secrétaire de la Préfecture de Coimbra¹⁸⁹, Dr. António Pedrosa PIRES DE LIMA, Directeur général de l'Administration Politique et Civile, et Secrétaire général du Ministère de l'Intérieur (délégué officiel), Dr. António Aguedo de OLIVEIRA, Président de la Cour de Comptes, ancien Sous-Secrétaire d'État des Finances, Député, Dr. Aureliano DOS ANJOS FELISMINO, Directeur-général de la Comptabilité Publique au Ministère des Finances, Dr. Domingos FEZAS VITAL, Professeur à la Faculté de Droit de Lisbonne, ancien Président de la Chambre Corporative¹⁹⁰, Dr. Francisco José CAEIRO, Procureur général de la République, membre du Conseil de l'Empire Colonial, ancien Ministre¹⁹¹, Dr. Jaime Lopes DIAS, Directeur des Services Centraux de la Municipalité de Lisbonne, Dr. Luís Esteves FERNANDES, Ministre Plénipotentiaire, Directeur-général des Affaires Commerciales au Ministère des Affaires Étrangères, Ingénieur Manuel D. SÁ E MELO, Directeur-général des Services d'Urbanisation au Ministère des Oeuvres Publiques, Dr. Mário Lampreia DE GUSMÃO MADEIRA, Préfet du district administratif de Lisbonne.

A localização no ANTT, Arquivo Ministério do Interior, fundo da Direcção-Geral de Administração Política e Civil, do livro de registo de entrada e saída de correspondência correspondente a este período¹⁹², em que a partir de 1948 os assuntos relativos ao IICA passaram a correr pela

¹⁸⁸ Voltaria a ser dado como novo membro em 1956, sem que tivesse sido assinalada a sua saída. “Chronique de l’Institut”, *RISA*, Vol. XXII 1956, n.º 2, pp. 207-214.

¹⁸⁹ Falecido em 1959. “Obituary”, “Chronicle of the Institute”, *IRAS*, June 1959, 25 (2), p. 254.

¹⁹⁰ Falecido em 1953. “Chronique de l’Institut, Informations concernant le bureau, les comités, les sections nationales et les membres”, *RISA*, Dix-huitième année, 1952, n.º 4, pp. 900-908.

¹⁹¹ Falecido em 1956.

¹⁹² Assuntos de interesse geral, letra Z, n.º 1, números de ordem 2 e 6.

2.^a Repartição permitiu-nos reconstituir a mecânica desta remodelação/ampliação: foram pela Direcção-Geral dirigidos, em 1949, convites a diversas individualidades para que simultaneamente participassem na Mesa Redonda que no mês de Setembro se havia de realizar em Lisboa e aceitassem ser membros da Secção, tendo-se seguido a já referida publicação dos nomes na Revista Internacional, sendo no número seguinte da Revista todos considerados membros titulares do Instituto¹⁹³, no entanto alguns destes membros apenas colaboraram episodicamente e em relação a outros não se localizou qualquer referência adicional.

Admite-se que na sua maioria estes aderentes à Secção Nacional Portuguesa e mais alguns interessados tenham assistido à Mesa Redonda, que se realizou conforme escreveu toda a imprensa no “Palácio da Assembleia Nacional” mas intervenções terão tido apenas Marcelo Caetano, que aliás já expressara os seus pontos de vista na Mesa Redonda de Copenhaga (1948), Afonso Rodrigues Queiró, Professor de Direito Público na Universidade de Coimbra, sobre “Tribunal Constitucional”, Luís Esteves Fernandes, diplomata, sobre “Administração Internacional” e António Pedrosa Pires de Lima, sobre “Administrações centrais”¹⁹⁴. O secretariado-geral da Mesa Redonda foi assegurado segundo o *Diário de Notícias* de 6 de Setembro de 1949 pelo “Professor Doutor Oliveira Cabral”, nome que não encontramos entre os membros da Secção¹⁹⁵.

¹⁹³ “Actes et Documents relatifs à l’Institut et aux Congrès”, *RISA*, Nouvelle Série, 1949, n.º 2, pp. 289-297.

¹⁹⁴ “Actes et documents relatifs à l’Institut et aux Congrès”, “Round table de Lisbonne”, *RISA*, Nouvelle Série, 1949, n.º 1, pp. 91-109.

¹⁹⁵ AHD, Repartição de Congressos e Conferências Internacionais, Recorte de Imprensa, “Começaram os trabalhos da Conferência do Instituto Internacional de Ciências Administrativas”, *Diário de Notícias* de 6 de Setembro de 1949.

O *Diário de Notícias* de 11 de Setembro de 1949 insere o que parece serem resumos oficiais das sessões sobre estes três temas e que passamos a transcrever¹⁹⁶:

As questões relativas à estrutura e funcionamento das administrações centrais

.....

- I. *A “Round Table” ocupou-se da delimitação teórica e prática da questão da estrutura e funcionamento das administrações centrais do Estado e encarregou o relator geral de considerar especialmente os elementos seguintes: 1.º É possível distinguir, segundo critérios jurídicos precisos, entre as administrações dependentes das administrações centrais do Estado e as que pertencem a descentralização territorial e de serviços. Pelo que diz respeito, em particular a esta última, importa distinguir nitidamente as formas dos serviços que não beneficiam senão de uma certa autonomia financeira. 2.º Parece que a noção de serviços exteriores, que se liga racionalmente ao processo de desconcentração administrativa, não é compreendida da mesma maneira em todos os países. Importa precisar a sua noção a partir dos diversos relatórios nacionais.*
- II. *Por outro lado a “Round Table” esforçou-se por determinar a autoridade competente para fixar o número dos Ministérios: autoridade constitucional, poder legislativo ou poder executivo. Duma maneira geral verificou-se que é preciso assegurar uma estabilidade, tão grande quanto possível, desse número. Para isto propuseram-se vários processos entre os quais podemos citar: 1.º A nomeação de ministros sem pasta, não acarretando porém atribuição de uma pasta a transferência das administrações interessadas. 2.º A determinação dum quadro, relativamente rígido, da organização*

¹⁹⁶ AHD, Repartição de Congressos e Conferências Internacionais, Recorte de Imprensa, “Instituto Internacional de Ciências Administrativas. A Conferência de Lisboa terminou ontem.”, *Diário de Notícias* de 11 de Setembro de 1949.

dos ministérios, quadro racional estabelecido em função das necessidades de coordenação administrativa. 3.º A criação de comités inter-ministeriais restritos no seio do gabinete, encarregados da coordenação da política dos ministros interessados.

- III. A “Round Table” procedeu, enfim, a uma primeira troca de pontos de vista sobre a estrutura interna dos ministérios e faz votos para que vejam desenvolver-se os serviços comuns a todos os ministérios pelo que diz respeito, especialmente, às obras, serviços e fornecimentos de material susceptíveis de serem apreciados quantitativamente. Para este efeito, recomenda uma administração financeira autónoma de tipo industrial. A “Round Table” encarregou o relator-geral de tomar especialmente em consideração, no seu relatório, o problema levantado pela existência em certos países de secretários-gerais dos ministérios”.*

A fiscalização da constitucionalidade das leis

As conclusões sobre tribunais constitucionais foram:

- I. O problema do controle da constitucionalidade das leis põe-se de forma diferente no Estado em que existe um organismo legislativo simples e centralizado ou naqueles em que há vários órgãos legislativos, com os Estados Federais e os que compreendem territórios ultramarinos.*
- II. Existem duas ordens de disposições nas constituições, umas formuladas de maneira precisa, como são em geral os textos das leis, as outras de uma maneira vaga e geral que tem por fim fornecer ao legislador princípios ou orientações. O controle da constitucionalidade das leis exerce-se mais comodamente, e menos perigosamente, quando se trata da primeira categoria de disposições do que quando se trata da segunda.*
- III. Parece difícil formular um juízo com validade universal sobre a oportunidade do controle da constitucionalidade das leis. Parece, porém, que na generalidade dos países não se deseja confiar este controle ao poder judiciário. Naqueles onde é confiada a um tribunal especial, tal atitude*

explica-se por considerações mais de ordem política do que jurídica e pelo grau de confiança que a opinião pública deposita no Parlamento, no que se refere ao respeito pela Constituição.

Os problemas inerentes à administração internacional

A conferência de Lisboa, tendo presente a importância crescente das relações recíprocas da administração internacional e nacional como campo de estudos objectivos, e reconhecendo, em especial, a necessidade de desenvolver mecanismos e processos administrativos pelos quais a colaboração entre as administrações nacionais e os organismos internacionais se possa tornar mais efectiva:

- 1.º Aprova as disposições tomadas pelo Instituto para a preparação de uma série de relatórios pormenorizados sobre este problema, em conjunto com os diversos Governos nacionais segundo um plano elaborado conjuntamente pelo Instituto e pela “UNESCO”;*
- 2.º Chama a atenção de todas as secções nacionais para o relatório da discussão agora travada em Lisboa e, em especial, entende que cada relatório nacional deve incluir uma apreciação crítica da matéria de facto obtida de fontes oficiais acompanhada de sugestões construtivas;*
- 3.º Propõe à direcção do Instituto que na ‘ordem do dia’ do Congresso de 1950 se prevejam, pelo menos, quatro sessões de Conferência sobre a administração internacional e nas quais os resultados deste estudo e matérias afins sejam discutidos;*
- 4.º Sugere que sejam convidados a tomar parte nos trabalhos funcionários da O.N.U. dos organismos especializados e de outras organizações internacionais.*

Certamente não se pode concluir daqui, como faz Ana Carina Azevedo, que a Mesa Redonda de Lisboa tratou de “*temas relacionados com a organização das Administrações Centrais e sua relação com as directrizes que a esse*

respeito eram emanadas pelos organismos internacionais.”¹⁹⁷. Era aliás escassa na altura a emanação de directrizes por parte de organismos internacionais e estas não tinham por objecto a organização das Administrações Centrais.

No livro de registo de entrada e saída de correspondência que localizámos no ANTT figura em 29 de Agosto de 1949 a seguinte menção “*A partir desta data o expediente relativo ao Instituto Internacional das Ciências Administrativas passou a ser efectuado por intermédio do secretariado da Secção Portuguesa*” que terá assim passado a ter arquivo próprio, que não localizámos neste Fundo, aliás em anos futuros a Revista Internacional indicará como endereço da Secção um endereço particular “*António Pedrosa Pires de Lima, directeur générale de l’Administration politique et civile, rua da Vigia, 23, Parede, Portugal.*”¹⁹⁸, não sem que antes tivessem sido também enviados para a residência particular de Marcelo Caetano na Rua Fernão Lopes, 8, 2.º Esquerdo, Lisboa, Portugal, enquanto Presidente da Secção, mencionando embora também a qualidade deste, de, respectivamente Presidente da Câmara Corporativa e de Ministro da Presidência, de recordatórias visando, pelo menos, o pagamento das quotas da Secção Nacional relativas a 1954¹⁹⁹ e a 1957²⁰⁰, encargo que o Ministério dos Negócios Estrangeiros vinha igualmente satisfazendo.

¹⁹⁷ Azevedo, Ana Carina Gerardo da Silva (2014), “*A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial 1945-1974...*”, p. 238.

¹⁹⁸ “Sections nationales et Comités permanentes”, “Chronique de l’Institut-Information concernant l’Institut, les Sections et les Membres”, *IRAS*, June 1963, 29 (2), pp. 214-217, que substituiu publicação de 1962, primeiro trimestre, pp. 110-113, e é repetida na *IRAS* de Junho de 1966, 32 (2), pp. 178-180, depois de em Março daquele ano ter sido dada a indicação “Portuguese National Section of IIAS c/o Mr. António Pedrosa Pires de Lima, Director General of Political e Civil Administration, Ministry of the Interior, Lisbon”, *IRAS*, 32 (1), pp. 93-94.

¹⁹⁹ ACMF, 7.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, carta de Ed. Lesoir como tesoureiro, datada de 29 de Novembro de 1954, cópia enviada a Mr. Pires de Lima, “pour information”.

²⁰⁰ ACMF, 7.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, carta de Ed.

Não sabemos em que condições Mário Matias, adjunto do Director-Geral, foi designado Secretário mas tivemos acesso a uma comunicação de 1949 por ele assinada naquela qualidade em papel timbrado da Secção Portuguesa do Instituto Internacional de Ciências Administrativas²⁰¹. Não conseguimos, no entanto, localizar os arquivos da Secção do período entre 1949 e 1968, que admitimos poderem ter sido integrados nos arquivos do Instituto Português de Ciências Administrativas, criado em 1968, e desaparecido com estes.

Igualmente incerto é o procedimento de que resultou a indicação de Marcelo Caetano como Presidente da Secção (consulta aos seus, até aí, pares na Secção Nacional Portuguesa? nomeação ministerial? decorrência do cargo detido no *Bureau* do Instituto?) que consta, designadamente, de um ofício de 23 de Outubro de 1948 expedido pela Direcção-Geral de Administração Política e Civil, a que já nos referimos a propósito do oferecimento de que a reunião do Instituto em 1949, que deveria ter o estatuto de Congresso, se realizasse em Lisboa, e onde se transcreve comunicação de Marcelo Cetano datada de 16 de Outubro²⁰². Uma folha-resumo da Repartição de Congressos e Conferências Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, intitulada "Lista dos Congressos e Conferências a realizar em Lisboa em 1949", datada de 25 de Fevereiro de 1949, refere igualmente Marcelo Caetano como Presidente da Secção Portuguesa²⁰³ e

Lesoir como tesoureiro, datada de 18 de Setembro de 1957, transcrição de cópia enviada a "Monsieur Pires de Lima".

²⁰¹ Ofício n.º 38, de 18 de Abril de 1949.

²⁰² AHD, ofício da DGAPC, 2.ª repartição, L 1-A, Z 1/6, de 23 de Outubro de 1948 com entrada no expediente do MNE n.º 32756, em 23 de Outubro.

²⁰³ AHD, "*Informação-Resumo-Parecer*" por nós encontrada numa pasta relativa ao ano de 1939 (!).

é sob a sua presidência que em 29 e em 31 de Agosto de 1949 a Secção Portuguesa reúne no Ministério do Interior²⁰⁴.

A partir, no seu caso, de arquivos americanos, Maria Fernanda Rollo confirma, a propósito da Assistência Técnica à Administração Pública, esta função de Presidente exercida por Marcelo Caetano:

*Foi também de acordo com essa convicção que se entendeu apoiar a realização de uma Round Table Conference of the International Institute of Administrative Sciences programada para ter início em Lisboa em 3 de Setembro de 1949, cuja organização estava a cargo de Marcelo Caetano, a quem fora atribuída a presidência da representação de Portugal no International Institute of Administrative Sciences*²⁰⁵.

Parece, no entanto, existir aqui um equívoco, uma vez que, por um lado, a Secção Nacional não é, à luz dos Estatutos do IICA, uma representação portuguesa no Instituto, e que por outro na delegação oficial nomeada em 1947 não é feita qualquer menção a um Presidente de Secção ou Chefe de delegação oficial, o que, como já descrevemos, foi anotado, talvez com estranheza, por Marcelo Caetano na comunicação feita ao MNE quando regressou da Suíça em 1947. Presumimos que tenha sido investido na Presidência da Secção antes da Mesa Redonda de Copenhaga no ano seguinte, mas não conseguimos localizar o instrumento que lha conferiu.

A correspondência em que detectámos a utilização de papel timbrado da Secção Portuguesa justifica referência mais desenvolvida: no Ofício n.º

²⁰⁴ AHD, Repartição de Congressos e Conferências Internacionais, Recorte de Imprensa, “Congresso Internacional das Ciências Administrativas”, *O Século*, 30 de Agosto de 1949.

²⁰⁵ Rollo, Maria Fernanda (2007), *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*. Lisboa: Instituto Diplomático, pp. 395-396.

38, de 18 de Abril de 1949, em papel timbrado de “Instituto Internacional das Ciências Administrativas, Secção Portuguesa”, assinado por Mário Mathias, “Secretário da Secção Portuguesa” e dirigido ao Instituto de Alta Cultura pode ler-se:

... realiza-se em Lisboa ... uma reunião do Instituto Internacional de Ciências Administrativas, com sede em Bruxelas, de que o nosso Governo é membro permanente” ... Sucede, porém, que a Espanha, por motivos semelhantes aos que se verificam em outros sectores da vida internacional, não é membro do Instituto, razão pela qual a direcção do Instituto não convidará oficialmente o Governo Espanhol para se fazer representar na projectada reunião em Lisboa²⁰⁶.

Pedia-se, e obteve-se, apoio financeiro do Instituto de Alta Cultura, invocando antecedentes de reciprocidade quando das deslocações de cientistas portugueses a Espanha:

A Secção Portuguesa do Instituto, de acordo aliás com o Bureau do mesmo Instituto, pretende suprir tal falta, promovendo a vinda a Lisboa, por essa ocasião, de seis das personalidades que, no campo do direito administrativo e da administração pública, mais se tenham evidenciado no país vizinho.

Vieram José Gascón y Marin, Luís Jordana y Pozas, Pio Ballesteros, Laureano Lopez Rodó, e não chegaram a vir Carlos Ruiz del Castillho e Segismundo Royo Vilanova. Dos abonos concedidos foi recebida quitação²⁰⁷. O primeiro distribuiu um trabalho subordinado ao título “Administração Internacional – seus problemas jurídicos”, a apresentar no Congresso seguinte, que viria a merecer a seguinte observação de Aureliano Felismino

²⁰⁶ Processo n.º 740/19 dos Arquivos do Instituto de Alta Cultura, compulsado no Instituto Camões.

²⁰⁷ Processo n.º 740/19 dos Arquivos do Instituto de Alta Cultura.

*“Efectivamente mais um problema a encarar, agora que os países se tentam organizar internacionalmente (com suas receitas e despesas independentes nas aludidas Organizações), dispostos, em certos actos, a abdicar até um pouco da sua soberania.”*²⁰⁸

A imprensa portuguesa não publicitou a existência de quaisquer obstáculos à participação. A chegada da “delegação de Espanha” é assinalada com a indicação dos seus participantes, referenciando-se Gascón y Marin como Presidente da Secção de Espanha e Jordana y Pozas como delegado oficial junto do Instituto Internacional de Ciências Administrativas²⁰⁹, na mesa redonda o Secretário-Geral Oliveira Cabral *“fez a chamada de todos os participantes pela seguinte ordem: Portugal, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Espanha, França, Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Noruega, Suíça e Turquia”*²¹⁰, e noticia-se que na sessão final depois da leitura das conclusões, falaram ainda Jules Puget e Jordana y Pozas *“ambos acerca da reunião dos membros de Conselhos de Estado e membros de Supremos Tribunais Administrativos”*, Gascón y Marin, *“sobre a dos professores de Direito e de Ciências Administrativas”*, e Fouquet *“a respeito dos trabalhos da Comissão de Práticas Administrativas presidida pelo sr. Donald C. Stone, que já partira para os Estados Unidos”*²¹¹.

²⁰⁸ Felismino, Aureliano (1949), *As gestões pública e privada postas em confronto*, Porto: Tip. Porto Médico, p. 25.

²⁰⁹ AHD, Repartição de Congressos e Conferências Internacionais, Recorte de Imprensa, “Congresso Internacional de Ciências Administrativas”, *O Século* de 30 de Agosto de 1949.

²¹⁰ AHD, Repartição de Congressos e Conferências Internacionais, “Começaram os trabalhos da Conferência do Instituto Internacional de Ciências Administrativas”, *Diário de Notícias*, 6 de Setembro de 1949.

²¹¹ AHD, Repartição de Congressos e Conferências Internacionais, Recorte de Imprensa, “Instituto Internacional de Ciências Administrativas. A Conferência de Lisboa terminou ontem.”, *Diário de Notícias*, 11 de Setembro de 1949.

Gesto solidário e desinteressado, em que aparentemente a Secção Portuguesa terá actuado de acordo com o Instituto Internacional e até com o aval implícito dos Governos português e espanhol, que essas entidades não poderiam assumir, retribuído com o que nos parece ter sido negra ingratidão.

Na verdade a partir de 1948 foi-se avolumando um pequeno mas significativo foco de tensão nas relações entre Portugal e Espanha, derivado da actuação de entidades espanholas que promoviam, sobretudo tendo em vista a América Latina, um conceito de *Hispanidad* que abrangia também Portugal e o Brasil, explicando-se num ofício de 27 de Março de 1953²¹² dirigido ao Secretariado Nacional de Informação (SNI) pela Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna: “*O Congresso Ibero-Americano de Cooperação Económica é iniciativa do Instituto de Cultura Hispânica de Madrid, sucedâneo do ‘Conselho de la Hispanidad’, que trabalha com uma certa independência no Ministério dos Assuntos Exteriores sendo subsidiado pelo Governo espanhol*”, pelo que o Governo português vinha desencorajando a aceitação de convites institucionais e pessoais, pedindo inclusive que fossem instruídos os serviços de censura para cortar as notícias. Tratava-se, no entanto, de um movimento mais amplo, como se percebeu quando o próprio Jordana y Pozas publicou na Revista Internacional um artigo imbuído da mesma perspectiva²¹³.

Maria Fernanda Rollo dá conta de desenvolvimentos relativos ao Comité das Práticas Administrativas (que reuniu em Lisboa paralelamente à reunião da Mesa Redonda), referindo que em Maio de 1949, por carta, Donald Stone havia convidado o Ministro das Finanças português para

²¹² AHD Proc. 380 – Instituto de Cultura Hispânica, ofício n.º 75 – Confidencial, enviado ao Secretariado Nacional da Informação em 27 de Março de 1953.

²¹³ “Les Sciences Administratives dans les Pays de langues Espagnole et Portugaise”, Luis Jordana y Pozas, *RISA*, Vingt et unième année, 1955, n.º 3, pp. 532-545.

assumir a representação de Portugal no Comité²¹⁴. As nossas pesquisas na Revista Internacional permitiram estabelecer que João Pedro Costa Leite (Lumbrales) não só aceitou mas também participou, durante cerca de um ano, na maioria das reuniões, apesar de o Comité ser composto na maioria por altos funcionários e não por membros dos Governos, e destes ser o único com categoria de Ministro²¹⁵.

No entanto, quando Costa Leite (Lumbrales) passou a Ministro da Presidência o seu sucessor nas Finanças Artur Águedo de Oliveira, que exerceu funções de 2 de Agosto de 1950 a 8 de Julho de 1955 (sendo, por sua vez, sucedido pelo seu Subsecretário de Estado do Tesouro António Manuel Pinto Barbosa), prontamente designou o “economista e financeiro”²¹⁶ Aureliano Felismino, Director-Geral da Contabilidade Pública desde 1947, como representante português no Comité das Práticas Administrativas, para além de suscitar a inclusão nas sucessivas Leis de Meios de orientações conducentes à preparação de diplomas sobre administração financeira e patrimonial e sobre reforma fiscal e, na sequência de previsão incluída em artigo da Lei de Meios para 1951²¹⁷, fazer aprovar um Decreto criando uma Comissão Central de Inquérito e Estudo da Eficiência dos

²¹⁴ Rollo, Maria Fernanda (2007), *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*, Lisboa: Instituto Diplomático, pp. 395-396.

²¹⁵ “Chronique de l’Institut. Informations concernant le Bureau, les comités scientifiques et des pratiques administratives et les sections nationales”, *RISA*, Sixième année, 1950, n.º 4, p. 871-895. Reunião do CPA concomitante com o Congresso de Florença.

²¹⁶ Como consta do arquivo da Presidência da República a propósito de condecoração que lhe foi atribuída em 1961 e da muito resumida nota biográfica inserta em Fonte, Barroso da (2001). *Dicionário dos mais ilustres Transmontanos e Alto Durienses*, II Volume. Era licenciado em Ciências Económicas e Financeiras desde 1935.

²¹⁷ Artigo 12.º da Lei n.º 2 045, de 23 de Dezembro de 1950.

Serviços Públicos²¹⁸ com carácter permanente e presidida pelo Subsecretário de Estado do Tesouro.

A referida Comissão tomou posse²¹⁹ perante o Ministro em 12 de Março de 1952, usando da palavra Aureliano Felismino²²⁰, que curiosamente não integrava a Comissão pois o Decreto permitia que no caso do Director-Geral da Contabilidade Pública e ao contrário do que sucedia com outros Directores-Gerais membros por inerência da Comissão, pudesse ser nomeado, como foi, o seu adjunto, na altura Fernando Natividade Alves²²¹, em vez do Director-Geral.

A escolha de Aureliano Felismino, Director-Geral “perpétuo” da Contabilidade Pública (cumpriria toda a carreira na DGCP, iniciada em 1931 como aspirante²²², seria adjunto do Director-Geral em 1943 e Director-Geral em 1947, tendo exercido o cargo até 1974 em cujo mês de Novembro, segundo o ACMF, passou à aposentação)²²³ revelou-se feliz. Por um lado, como mostra uma sua conferência perante a Sociedade Portuguesa de Contabilidade, estava, sem abdicar de uma postura patriótica, extremamente receptivo aos movimentos de cooperação internacional²²⁴. Por outro, apresentou comunicações e relatórios na maioria das reuniões do Instituto Internacional em que participou, fomentando em alguns casos

²¹⁸ Decreto n.º 38 503, de 12 de Novembro de 1951.

²¹⁹ O documento que nos foi facultado pelo ACMF denomina-se “auto de instalação”.

²²⁰ Recorte de imprensa de *O Século* de 13 de Março de 1952, *Repositório Temático da Universidade do Porto*, ADUP REIT – Recortes de imprensa [1919-1987], AN2-N672aP520.png.

²²¹ Aureliano Felismino faz referência a esta nomeação, sem especial destaque num conjunto de nomeações efectuadas no ano, no *Relatório anual* da Direcção-Geral da Contabilidade Pública n.º 5, relativo a 1952, p. 11.

²²² Informação recebida do ACMF.

²²³ Qualificação atribuída por Oliveira (2010) Luís Soares de, “Memórias do Portugal Respeitado” *apud* Pedro Quartim Graça (2010), blogue *Corta Fitas*.

²²⁴ Felismino, Aureliano (1949), *As gestões pública e privada postas em confronto...*

a realização de seminários internos e colóquios sobre os respectivos temas ou sobre iniciativas favoráveis à “simplificação administrativa” do trabalho da Direcção-Geral, promoveu a publicação destes trabalhos e outros documentos como edições do “Gabinete de Estudos António José Malheiro” através dos meios de reprodução da Direcção-Geral ou da execução gráfica pela Imprensa Nacional de Lisboa, num total superior à centena²²⁵ e suscitou a realização de acções de formação interna que preparavam a realização de concursos de promoção, assentes também em fichas de avaliação de desempenho.

Sobretudo, como sugerem várias notas manuscritas existentes no Fundo Documental Águedo de Oliveira da Biblioteca do Tribunal de Contas, parece ter mantido uma relação especialmente boa com Águedo de Oliveira, também transmontano²²⁶. Criado em 1968, como veremos, o Instituto Português de Ciências Administrativas, esta proximidade manter-se-á: Águedo de Oliveira assegura a Presidência da Mesa da Assembleia Geral e Aureliano Felismino, que seria natural que integrasse a Direcção, fica Vice-Presidente da Mesa. Fernando Natividade Alves, nomeado adjunto em 1948²²⁷, é eleito vogal do Conselho Fiscal. Fernando Natividade Alves e Sabino Silva da Costa Teixeira (elevado a adjunto após a aprovação de nova lei orgânica da DGCP em 1961 que criou mais um lugar²²⁸) tinham passado, por proposta de Aureliano Felismino e por deliberação dos órgãos do IICA adoptada aquando da Mesa Redonda de 1961, a integrar o Ins-

²²⁵ Colecção quase completa disponível na Biblioteca Central do Ministério das Finanças ou na Biblioteca Nacional (BNP), sendo muitos dos *drafts* e trabalhos preparatórios consultáveis no ACMF.

²²⁶ Em todo o caso, e segundo o *Relatório anual* da Direcção-Geral da Contabilidade Pública n.º 8, 1955, p. 10, o Ministro sucessor de Águedo de Oliveira confirmou a nomeação de Aureliano Felismino para o Comité das Práticas Administrativas por despacho de 4 de Junho de 1955.

²²⁷ Informação recebida do ACMF.

²²⁸ Decreto-Lei n.º 43 624 e Decreto n.º 43 625, de 27 de Abril de 1961.

tituto enquanto membros²²⁹ e o primeiro viria a fazer parte da delegação portuguesa ao Congresso de Paris, realizado em 1965²³⁰.

O Gabinete de Estudos da DGCP, criado em 1945²³¹ com o nome do Director-Geral titular, por proposta de alguns altos quadros da Direcção-Geral disse-se inicialmente – na realidade impulsionada pelo adjunto Aureliano Felismino que, por doença do Director-Geral exerceu intermitentemente o cargo desde 1943²³² – assumida pelo Ministro Costa Leite (Lumbrales)²³³ não tem *staff* próprio, como evidenciam os seus relatórios anuais. É toda a Direcção-Geral que é chamada a desenvolver as suas actividades nobres através do Gabinete na prossecução de uma estratégia de valorização e aperfeiçoamento envolvendo funcionários e suas chefias, na sua maioria não licenciados.

Essa estratégia traduz, como se depreende de numerosas intervenções tanto feitas nos eventos internos como nos do Instituto Internacional, fortes convicções quanto ao modo de exercício da liderança. Note-se o empenho em adquirir publicações para a Biblioteca, também adstrita ao Gabinete, de cujo enriquecimento os Relatórios anuais da DGCP, elaborados por iniciativa própria desde o ano de entrada em funções²³⁴, vão dando conta, embora a inauguração formal só tenha ocorrido em 1959, e a preocupação em fomentar a apresentação e publicação de trabalhos, incluindo relatórios de missões no estrangeiro e de participação em encon-

²²⁹ *Relatório anual* n.º 14, 1961, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, p. 11.

²³⁰ *Relatório anual* n.º 18, 1965, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, p. 9.

²³¹ Decreto-Lei n.º 34 625, de 24 de Maio de 1945.

²³² *Relatório anual*, n.ºs 20 e 21, 1967/1968, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

²³³ Felismino, Aureliano (1957), *O Fundador do Gabinete de Estudos António José Malheiro*, Lisboa: Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro. Impressão: Imprensa Nacional de Lisboa.

²³⁴ *Relatório anual*, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, n.º 1, 1948, pp. 1-7.

tros, sujeitos à apreciação de uma comissão de leitura, cuja composição é periodicamente alterada e se mantém em contacto com o Director-Geral.

Trabalhos com pouco interesse ou que constituem meras traduções de livros consultados são rejeitados, outros objecto de sugestões de reformulação, e o primeiro publicado sem alterações é apresentado num denominado II Seminário, sendo de notar que foi inicialmente redigido como tentativa de aprofundar ideias veiculadas pela *Revista Internacional de Ciências Administrativas*²³⁵. Muitos dos futuros dirigentes intermédios (e até futuros Subdirectores gerais) da DGCP passaram por esta experiência e publicaram pelo Gabinete estudos e relatórios de alguma valia.

Na sua tese de doutoramento, Ana Carina Azevedo reconhece a importância da experiência do Gabinete de Estudos António José Malheiro, do qual analisou no ACMF muitos trabalhos, mas parece vê-lo como um verdadeiro serviço permanente de investigação e não como um espaço de realização de actividades “nobres” da Direcção-Geral e uma “marca” de divulgação de trabalhos, e afirma a existência de “técnicos” do Gabinete de Estudos²³⁶ indicando como tal funcionários que contudo tinham atribuídas responsabilidades correntes nos serviços da Direcção-Geral: o licenciado Fernando Natividade Alves (1909-1992) adjunto do Director-Geral Aureliano Felismino desde 1948, que conduz verdadeiros estudos de organização e métodos, o licenciado Francisco Godinho Lobo, Chefe de Secção que em 1956 realizou estudos sobre o rendimento do pessoal mas que em 1957 será já Chefe de uma das Repartições por onde corre a liquidação das despesas dos Ministérios, e Dario Gonçalves, que virá a pertencer à direc-

²³⁵ *Novas perspectivas no domínio da Ciência das Finanças*, de Luís Gonzaga Fernandes Tavares, publicado posteriormente como edição do Gabinete de Estudos António José Malheiro (1959).

²³⁶ Azevedo, Ana Carina Gerardo da Silva (2014), *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial 1945-1974...* pp. 20, 91, 165-166, 245-264.

ção dos serviços mecanográficos do Ministério das Finanças organizados em conjunto com a DGCI.

Mais, Ana Carina Azevedo refere como técnicos do Gabinete de Estudos António José Malheiro dois dirigentes de outros Ministérios por ela contudo identificados como tais nas referências que na tese também faz ao Grupo de Trabalho n.º 14 – Reforma Administrativa da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica, ou seja, Carlos da Silva Gonçalves, Chefe de Repartição da Direcção-Geral do Ensino Primário do Ministério da Educação²³⁷ e Fernando da Silveira, Chefe de Secção da Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos da Secretaria de Estado da Indústria²³⁸.

Carlos da Silva Gonçalves, que a autora apresenta como “técnico do GEAJM” na p. 245, é o representante do Ministério da Educação no Grupo de Trabalho n.º 14 como tal por ela própria correctamente identificado na p. 221 e que aliás surge referido no Relatório do Subgrupo de trabalho n.º 1 – Formação Profissional como Dr. Carlos da Silva Gonçalves, Chefe de Repartição da Direcção-Geral do Ensino Primário e no do Subgrupo n.º 4 como coordenador deste, estando ambos os Relatórios de Subgrupos identificados na tese.

Quanto a Fernando da Silveira, está identificado na mencionada tese de doutoramento a páginas 221 como Chefe de Secção da Direcção-Geral de Serviços Eléctricos da Secretaria de Estado da Indústria e representante da Secretaria de Estado no Grupo de Trabalho n.º 14, e também participou nessa qualidade nos Subgrupos de trabalho n.º 1 – Formação de Pessoal e n.º 3 – Organização e Métodos, referenciados na mesma tese a páginas 253 e 249.

²³⁷ Azevedo, Ana Carina Gerardo da Silva (2014), *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial 1945-1974*, pp. 245.

²³⁸ Azevedo, Ana Carina Gerardo da Silva (2014), *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial 1945-1974*, pp. 254-255.

A atribuição a este economista da condição de “técnico” do Gabinete de Estudos António José Malheiro, que nessa qualidade teria frequentado uma acção de formação em Espanha, é utilizada na tese, com reprodução em artigo publicado em 2017²³⁹, como evidência de fortes ligações externas do Gabinete de Estudos António José Malheiro, que de facto não terão existido:

Um dos organismos com os quais a DGCP mantém um profícuo contacto é o Centro de Formación y Perfeccionamiento de Funcionarios de Espanha, sediado em Alcalá de Henares. Um dos técnicos destacados para a realização de uma visita ao organismo foi Fernando da Silveira, que se deslocou ao país vizinho em abril de 1965, numa visita apoiada pelo Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII) e pela Direção-Geral dos Serviços Eléctricos e que, como era hábito, resultou na elaboração de um relatório que seria entregue ao GEAJM.

No mesmo artigo escreve-se:

As décadas que se seguiram ao final da II Guerra Mundial testemunharam a afirmação do estudo e desenvolvimento da organização científica do trabalho em Portugal. Ao nível administrativo, o Ministério das Finanças toma a dianteira no processo através do Gabinete de Estudos António José Malheiro. Este artigo pretende analisar a ação do organismo no sentido da formação de especialistas e da inclusão do País numa rede de contatos internacionais com vista à difusão destes métodos, alertando, igualmente, para a sua atuação no sentido do estudo e organização do trabalho realizado ao nível do Ministério.

²³⁹ Azevedo, Ana Carina (2017), “A Organização Científica do Trabalho Administrativo em Portugal: O Ministério das Finanças enquanto Laboratório Administrativo (1945-1974)...”.

Ora Fernando da Silveira nem era técnico do Gabinete nem lhe entregou qualquer relatório, aliás nunca terá pertencido à DGCP, e carece de fundamento a atribuição ao Gabinete de Estudos de um papel no domínio da formação de especialistas, de um protagonismo na inclusão do país numa rede de contactos internacionais que o Gabinete, enquanto tal, não teve, e até de uma acção a nível do Ministério das Finanças que a Direcção-Geral nunca pretendeu.

O protagonista dos contactos internacionais e o dinamizador dos trabalhos foi Aureliano Felismino, quer pela sua participação no Comité das Práticas Administrativas quer pela circunstância de, em 1956, ter sido nomeado interlocutor da Agência Europeia de Produtividade em reunião de grupo de trabalho que funcionou à margem do X Congresso Internacional de Ciências Administrativas (Madrid, 1956). Contudo Ana Carina Azevedo nem na parte da tese relativa ao Gabinete de Estudos António José Malheiro nem no artigo de 2017 refere o nome de Aureliano Felismino, mesmo quando transcreve excertos de textos do Director-Geral e também “Director do Gabinete”.

Cabe também dizer, para encerrar este esclarecimento, que nunca existiu um Manual de Simplificação do Trabalho produzido pelo Gabinete, ao contrário do que deixa crer o texto incluído como Anexo 11 da tese a que temos vindo a fazer referência²⁴⁰.

²⁴⁰ Os excertos que Ana Carina Azevedo na sua tese de doutoramento já citada reuniu como “Transcrição de excertos do *Manual de Simplificação do Trabalho* elaborado pelo Gabinete de Estudos António José Malheiro” e transcreveu no Anexo 11 à sua tese (pp 464-480) são na realidade tradução de alguns capítulos do livro *Organisation and methods* de Milward, como o proponente da publicação, Fernando do Carmo, aliás explica e é reforçado por Fernando Natividade Alves num alerta à Comissão de Leitura (ACMF, 1693-C4, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro. *Estudos sobre Modernização Administrativa*, bobina 4, pasta n.º 156 “Organização e métodos a empregar na execução de trabalhos de escritório.”)

Quanto à Comissão Central de Inquérito e Estudo da Eficiência dos Serviços Públicos, a cujas actas e outra documentação não lográmos ainda acesso²⁴¹ e cuja constituição admitimos no nosso trabalho *O progresso da ideia de gestão empresarial na Administração Pública portuguesa*, já referenciado, tivesse sido inspirada na Comissão Hoover de 1949²⁴², de cuja actividade, confirmámos, Aureliano Felismino se encontrava a par²⁴³, terá retirado directamente a sua inspiração ou, pelo menos, o seu nome do *Comité Central d'Enquête sur le coût et le rendement des services publics* francês criado em 1946²⁴⁴. Não excluimos, dado o que atrás referimos sobre a composição e o discurso proferido na tomada de posse, que a ideia de criar a Comissão portuguesa tenha tido origem no próprio Aureliano Felismino²⁴⁵.

²⁴¹ Integrariam a pasta n.º 27 dos documentos ditos do Gabinete de Estudos António José Malheiro que não terão chegado a ser enviados ao ACMF para microfilmagem. No arquivo do Tribunal de Contas, que contudo teve um juiz conselheiro e um Chefe de Repartição na Comissão, também as actas não puderam ser encontradas. Na véspera da impressão do presente trabalho localizámos um exemplar do relatório de 1952 sobre as Secretarias-Gerais entregue por Diogo de Paiva Brandão ao Centro de Documentação do Secretariado da Reforma Administrativa (cujo fundo documental integra actualmente o Centro de Documentação da DGAEP), todavia não acompanhado pelas actas nele mencionadas.

²⁴² Comissão Hoover de cujos trabalhos deram conta as “Notices bibliographiques” publicadas na *RISA*, Seizième année, 1950, n.º 1, pp. 153-164, e Dix-septième année, 1951, n.º 1, pp. 127-129.

²⁴³ Felismino, Aureliano (1960), *O Servidor do Estado perante a função*, Coimbra Editora, Coimbra, p. 85.

²⁴⁴ Ardant, Gabriel (1953) “La méthode expérimentale du comité central d'enquête sur le coût et le rendement des services publics”, *RISA*, Dix-neuvième année, 1953, n.º 2, pp. 325-339.

²⁴⁵ Conhece-se um texto avançado pela DGCP para a proposta de Lei de Meios para 1951, transcrito em Almeida, Manuel Marques e Saraiva, Manuel Martins (1968), Na *Base: Dirigentes, Chefes e Executantes Capazes*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro pp. 159-160.

Prevía o Decreto n.º 38 503 que a Comissão ficasse assim constituída:

O Subsecretário de Estado do Tesouro, como presidente; um alto magistrado designado pelo Ministro das Finanças, como vice-presidente, o director-geral da Contabilidade Pública ou o seu adjunto; os directores-gerais de Administração Política e Civil dos Ministérios do Interior e do Ultramar; um professor de Finanças ou de Contabilidade Pública; um professor ou especialista de administração científica das empresas; o chefe da 1.ª repartição da Direcção-Geral do Tribunal de Contas; um inspector-chefe da Inspeção-Geral de Finanças, designado pelo Ministro desta pasta; um publicista especializado no conhecimento dos métodos de administração, designado pelo Ministro das Finanças, para servir como secretário da Comissão.

No “auto de instalação” por nós obtido no ACMF, e que segue o extracto da Portaria de 28 de Janeiro de 1952, publicado a 29 no Diário do Governo, II Série, de 29 de Janeiro, p. 536, tomam posse:

Licenciado Manuel de Abranches Martins, Juiz Conselheiro, que servirá de Vice-Presidente; Licenciado Fernando da Natividade Alves, adjunto do Director-Geral da Contabilidade Pública; Licenciado António Pedrosa Pires de Lima, Director-Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior; Licenciado José Silvestre Ferreira Bessa, Director-Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Ultramar; Professor Doutor Francisco de Almeida Carmo e Cunha; Professor Doutor Fernando Vieira Gonçalves da Silva; Joaquim José Delgado, chefe da primeira Repartição da Direcção-Geral do Tribunal de Contas; Licenciado José de Figueiredo Dias, inspector-chefe da Inspeção-Geral de Finanças; Engenheiro Júlio Arala Pinto, Licenciado José Joaquim Paiva Correia, que servirá de secretário.

Manuel de Abranches Martins é conselheiro do Tribunal de Contas, do qual Águedo de Oliveira era, e voltaria a ser, Presidente, encontrá-lo-emos

de novo entre os subscritores do pedido de reconhecimento dos Estatutos do Instituto Português de Ciências Administrativas e como membro do Conselho Científico deste. José Joaquim Paiva Correia, descrito como publicista, tem trabalhos publicados em 1951 pelo Gabinete de Estudos António José Malheiro (“Finanças Nacionais” e “A Macroeconomia e a Ciência das Finanças”). Parece é haver um nomeado/empossado a mais: se o Engenheiro Júlio Arala Pinto é o especialista em Administração Científica das Empresas, os dois professores serão um de Finanças e outro de Contabilidade (Gonçalves da Silva é aliás Professor de Contabilidade e não de Contabilidade Pública).

A esta Comissão se referem as propostas de Lei de Meios para 1953, 1954 e 1955, reafirmando o seu papel (na relativa a 1953 dizia-se no Artigo 9.º “*O Governo, dentro dos princípios definidos no Decreto n.º 38 503, de 12 de Outubro de 1951, e através da Comissão Central de Inquérito e Estudo da Eficiência dos Serviços Públicos, fará prosseguir os trabalhos necessários à adopção de métodos que permitam obter o maior rendimento com o menor dispêndio*”, formulação reeditada na relativa a 1954), sendo que, não se conhecendo os textos que apoiaram a apresentação da proposta de lei, só poderemos basear-nos em Pareceres da Câmara Corporativa, como aliás o faz Ana Carina Azevedo na sua tese de doutoramento, e nos artigos publicados na Revista Internacional por António Pedrosa Pires de Lima, para tentar reconstituir o percurso dos trabalhos, não excluindo que fosse o próprio Marcelo Caetano, que presidiu à Câmara de 1949 a 1955, o receptor, por via talvez de António Pedrosa Pires de Lima, da informação que permitiu àquela mostrar-se tão bem elucidada.

Refere aquela Câmara no Parecer relativo à proposta para 1954:

Iniciados os seus estudos pela orgânica e funcionamento das secretarias-gerais dos Ministérios, levou a efeito, a par das investigações de gabinete, inquéritos locais, a fim de se integrar nos sistemas de trabalho daqueles departamentos dos Ministérios. Compulsou a legislação reguladora das actividades em causa, colhendo assim ele-

mentos indispensáveis à fixação de um critério em que veio a basear o seu relatório final, aprovado por unanimidade, em reunião de 3 de Dezembro de 1952. O trabalho concluído apresenta-se dividido em três partes, a saber: 1.ª parte – Relatório da Comissão Central; 2.ª parte – Respostas aos quesitos formulados pela Comissão Central aos secretários-gerais dos Ministérios, 3.ª parte – Relatórios das visitas feitas às secretarias-gerais... É curioso o exame feito em cada caso e tem relevância o agrupamento dos serviços básicos das secretarias-gerais.

Noutra vertente afirmava o Parecer:

Prosseguindo os seus estudos, a Comissão passou a ocupar-se mais detidamente do problema da aquisição dos serviços públicos, que desde há muito tempo vinha merecendo a sua atenção... enquanto a Comissão apreciava a orgânica e o funcionamento dos serviços centrais de aquisição, já organizados oficial ou oficiosamente, promovia, por outro lado, o exame in loco por intermédio de funcionários especializados.

e ainda:

No plano mais geral da eficiência dos serviços, uma subcomissão começou já a reunir elentos sobre outro problema de maior acuidade: o do recrutamento do funcionalismo²⁴⁶.

O parecer sobre a proposta de lei para 1953, mais sucinto mas denotando igualmente conhecimento dos trabalhos, pronunciava-se pela criação de uma “central” para a aquisição de artigos de expediente que começaria a ser concretizada... a partir de 1979²⁴⁷.

²⁴⁶ *Diário das Sessões*, Suplemento ao n.º 4, Ano de 1953, 10 de Dezembro, Câmara Corporativa, VI Legislatura, Parecer N.º 1/VI, Proposta de lei n.º 1, pp. 40(23) e (24). 33.

²⁴⁷ *Diário das Sessões*, 29 de Novembro de 1952, Câmara Corporativa, V Legislatura, Parecer N.º 38/V, “Projecto de proposta de lei n.º 520”, pp. 32-33.

Segundo o Apêndice, denominado *Situação e perspectivas da eficiência da Administração*²⁴⁸ ao Relatório Preliminar do Grupo de Trabalho n.º 14 – Reforma Administrativa da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica constituído em 1965 “*Os principais trabalhos desta Comissão versaram sobre organização das secretarias-gerais (1952)*²⁴⁹, *fornecimentos aos serviços públicos (1953)*²⁵⁰ e *recrutamento e formação do pessoal dos serviços administrativos da Administração Central (1955)*”, sendo que António Pedrosa Pires de Lima intervindo na primeira reunião desse Grupo de Trabalho, se mostrou crítico da experiência:

... Citou o exemplo da Comissão Central de Inquérito e Estudo da Eficiência dos Serviços Públicos, que estudou o problema da organização e funcionamento das Secretarias-Gerais dos Ministérios, o do recrutamento de funcionários e o dos fornecimentos aos serviços públicos, elaborando, a respeito desses temas, circunstanciados relatórios, que não vieram a ser objecto de qualquer despacho ou decisão.

Não sabemos se o alvo desta crítica era Artur Águedo de Oliveira, o Ministro das Finanças que criou a Comissão, ou mesmo António Manuel Pinto Barbosa, Subsecretário de Estado do Tesouro, seu Presidente por inerência. Certo é que, quando em 1955, o segundo ascendeu a Ministro, não mais se terá ouvido falar da Comissão, apesar de continuar a existir

²⁴⁸ Estudo elaborado aquando da preparação do Plano Intercalar de Fomento (1965) e que o mandato do Grupo de Trabalho n.º 14 – Reforma Administrativa expressamente aponta para que se tome como ponto de partida, sendo distribuído ao Grupo com a menção de CONFIDENCIAL.

²⁴⁹ Ver Lima, António Pedrosa Pires de (1953), “Les fonctions du Secrétaire général de ministère au Portugal” *RISA*, Dix-neuvième année, 1953, n.º 4, pp. 902-913, artigo onde são transcritas as questões colocadas às secretarias-gerais e as principais propostas da Comissão ao Governo.

²⁵⁰ Ver Lima, António Pedrosa Pires de (1955) “Le problème des fournitures aus services publics au Portugal”, *RISA*, Vingt et unième année, 1955, n.º 2, pp. 346-360.

um Subsecretário de Estado do Tesouro (Manuel Jacinto Nunes) e de não ter sido publicado, que tenhamos encontrado, qualquer diploma de onde resultasse a revogação do Decreto de 1951 ou a “desinstalação” da Comissão. A Comissão francesa ainda hoje existe:

*Institution associée à la Cour des comptes, le comité d'enquête sur le coût et le rendement des services publics, successeur du comité central d'enquête sur le coût et le rendement des services publics créé en 1946 ... Placée initialement auprès du Premier ministre, ce comité est placé, depuis le décret du 20 mai 2010 ... auprès du Premier président de la Cour des comptes*²⁵¹.

Depois de a Lei de Meios de 1958²⁵² ter disposto no seu Artigo 10.º que “*Na sequência de trabalhos efectuados o Governo promoverá a criação de um serviço permanente encarregado de estudar e propôr o que julgar mais conveniente à progressiva racionalização dos serviços públicos*”²⁵³ sem que tal fosse concretizado, veio a ser aprovada em 18 de Março de 1959 uma Resolução do Conselho de Ministros que não encontramos publicada, embora o estudo *Situação e perspectivas da eficiência da Administração* lhe faça referências relativamente desenvolvidas, relativa “*à simplificação dos processos de funcionamento burocrático da Administração*”, e que previa a criação de uma comissão coordenadora na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros e de comissões *ad hoc* nos Ministérios civis.

²⁵¹ <https://fr.wikipedia.org>, consultada em 26 de Novembro de 2017: “*comité d'enquête sur le coût et le rendement des services publics*”.

²⁵² Lei n.º 2 090, de 21 de Dezembro de 1957.

²⁵³ A DGCP havia sugerido para a proposta de Lei de Meios de 1957 uma redacção mais incisiva: “*No Ministério das Finanças será criado o Serviço de Organização e Métodos, ao qual competirá fornecer elementos, para a estrutura ou reforma dos quadros do pessoal e da mecânica racional dos serviços*”, transcrita em Almeida, Manuel Marques, e Saraiva, Manuel Martins (1968), *Na Base: Dirigentes, Chefes e Executantes Capazes...*, pp. 49-50.

Aureliano Felismino ficou a presidir à Comissão de Simplificação Administrativa do Ministério das Finanças, integrada também por um Director de Finanças (António Cândido Mouteira Guerreiro que viria a ser Director-Geral da Fazenda Pública e o principal autor de um estudo sobre os Serviços do Património²⁵⁴), e por um dirigente da Direcção-Geral da Fazenda Pública (José Pedro Monteiro Fernandes, Chefe da Repartição do Património, que viria a ser Director-Geral do Património do Estado depois de cindida, em 1976, a Direcção-Geral da Fazenda Pública em duas Direcções-Gerais), conforme decorre de troca de ofícios entre os Ministros da Presidência (à data já Pedro Teotónio Pereira) e das Finanças²⁵⁵. Numa comunicação sua faz-se referência à Comissão Coordenadora que funcionaria junto da Presidência do Conselho de Ministros e de cujo arquivo desconhecemos o paradeiro²⁵⁶.

As Comissões de Simplificação Administrativa, de cujo trabalho resultou em 1960 a publicação de um diploma²⁵⁷ sobretudo orientado para promover a delegação de competências (seria reforçado por um outro publicado em 1967²⁵⁸), continuaram a funcionar durante um período cuja duração desconhecemos.

²⁵⁴ Guerreiro, António Cândido Mouteira e Gouveia, Crispim Ângelo Geraldo (1969), “A Direcção-Geral da Fazenda Pública, Seu Papel na Administração Pública, II – Serviços do Património”, *Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal*, n.º 89.

²⁵⁵ ACMF. Ofício de 31 de Março de 1959 do Ministro da Presidência, com entrada n.º 1129 em 10 de Abril no Gabinete do Ministro das Finanças e resposta no próprio dia 10 de Abril de 1959 pelo Ministro das Finanças.

²⁵⁶ ACMF. Ofício de 29 de Dezembro de 1961, com entrada n.º 4203, em 30 de Dezembro, no Gabinete do Ministro das Finanças.

²⁵⁷ Decreto-Lei n.º 42 800, de 11 de Janeiro de 1960.

²⁵⁸ Decreto-Lei n.º 48 059, de 23 de Janeiro de 1967.

Presença nos Comitês, Mesas Redondas e Congressos. Os “relatores nacionais”

Entre as Mesas Redondas de Lisboa de 1949 e 1961, foram essencialmente António Pedrosa Pires de Lima e Aureliano Felismino a assegurar a participação portuguesa nos eventos científicos internacionais do Instituto. Marcelo Caetano, que inicialmente marcou presença regular nas reuniões do *Bureau*, não participou no Congresso de Florença e na reunião daquele órgão realizada pela mesma altura, o que não impediu a sua recondução, no entanto no mandato seguinte, de acordo com as *Chroniques de l’Institut* publicadas na *Revista Internacional*, começa a ser dado como ausente às reuniões, inicialmente com justificação, posteriormente nem sequer com essa menção, participando todavia no Congresso de Istambul, em 1953, em que a direcção de Leimbruger atinge o limite de mandatos. A sua qualidade de Presidente da Câmara Corporativa, cargo que passou a desempenhar a partir de 1950, é valorizada pela *Revista*²⁵⁹ e continua a ser referenciada quando, depois dessa data, passa a ser, pelo menos nominalmente, membro do seu comité editorial. António Pedrosa Pires de Lima terá actuado como correspondente, e, pelo menos, a partir da mesa redonda de Copenhaga de 1967 integrou igualmente o comité editorial²⁶⁰.

O enfraquecimento relativo da representação portuguesa após a saída de Marcelo Caetano foi, talvez intencionalmente, compensado anos depois, primeiro pela publicação na *Revista Internacional de Ciências Administrativas* de diversos artigos de António Pedrosa Pires de Lima²⁶¹ e de Aureliano

²⁵⁹ “Chronique de l’Institut. Informations concernant le Bureau, les comités scientifique et des pratiques administratives et les sections nationales”, *RISA*, Seixième année, 1950, n.º 1, pp. 195-221.

²⁶⁰ “Editorial Committee of the Review”, “Chronicle of the Institute – IIAS, its Sections and Members”, *IRAS*, March 1968, 34 (1), pp. 95-96.

²⁶¹ Para além dos já referenciados, Lima, António Pedrosa Pires de (1952), “Le

Felismino²⁶², depois pela cooptação de António Pedrosa Pires de Lima para o Comité Científico.

De facto, na reunião do Comité Científico concomitante com a *Round Table* de Oxford, realizada em 1955, foi decidido alargar a referida estrutura (cuja composição inicial tinha a preocupação de reunir, numa base de competência, quando muito representantes de vários sistemas administrativos) a “representantes de países e áreas geográficas” até aí ausentes, como foi o caso de António Pedrosa Pires de Lima, referenciado como Secretário-Geral do Ministério do Interior, para representar Portugal²⁶³. Dois números da Revista depois, na lista de novos membros, “Pedrosa Pires de Lima, António”, apareceria identificado como “directeur à L’Administration politique et civile (Portugal)”²⁶⁴.

Alto funcionário público, titular durante quase 30 anos de uma Direcção-Geral extremamente complexa, recompensado monetariamente por várias nomeações para o exercício de funções como delegado do Governo (Covina em 1950-56, CRGE em 1959, Petrangol em 1966)²⁶⁵, estamos em crer que a cooptação terá constituído para António Pedrosa Pires de Lima, que na edição relativa ao Congresso de Florença aparecera identifi-

contrôle municipal sur les constructions urbaines au Portugal”, *RISA*, Dix-huitième année, 1952, n.º 2, pp. 412-418.

²⁶² Felismino, Aureliano (1954), “Les instruments de la réforme administrative au Portugal”, *RISA*, Vingtième année, 1954, n.º 4, pp. 853-867.

²⁶³ “Chronique de l’Institut, Informations concernant l’Institut, les Sections nationales et les Membres”, *RISA*, Vingt et unième année, 1955, n.º 3, 629-648.

²⁶⁴ “Chronique de l’Institut. Information concernant l’Institut les Sections et les Membres”, *RISA*, Vol. XXII, 1956, n.º 1, pp. 233-255.

²⁶⁵ Por pedido directo a Salazar, invocando ter 8 filhos. Cruz, Manuel Braga da, e Pinto, António Costa (dir.) (2004), *Dicionário Biográfico-Parlamentar 1935-1974*, I Volume, A-L, Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais/Assembleia da República, 2004, L.T. (Luís Trindade), pp. 827-829.

cado como “Professor”²⁶⁶, um reconhecimento do seu valor intelectual e um encorajamento para continuar²⁶⁷.

O convite é, aliás, formulado depois de, identificada uma aparente diferença de perspectivas entre António Pedrosa Pires de Lima e Aureliano Felismino sobre a Comissão criada em 1951, ter sido pedido ao primeiro um novo artigo em que identificou algumas limitações do formato da Comissão, designadamente o seu carácter permanente, sem criticar abertamente o Ministro ou o seu colega Aureliano Felismino²⁶⁸. Curiosamente, quando este último dá conta nos Relatórios anuais da DGCP das nomeações para actuar como delegado de Portugal nas reuniões do Instituto Internacional de Ciências Administrativas não menciona, em geral, os membros das delegações pertencentes a outros departamentos governamentais.

Para além destas participações, é de registar também, conforme consta do Quadro 1, a de Afonso Rodrigues Queiró no Congresso de Florença e na Mesa Redonda de Nice-Mónaco em 1951²⁶⁹, a de José Gabriel Pinto Coelho, Reitor da Universidade de Lisboa (não pertencente à Secção Portuguesa e indicado como membro da delegação em momento posterior à designação de Marcelo Caetano, sendo que este último não iria comparecer), as de António Pedrosa Pires de Lima e Afonso Rodrigues Queiró²⁷⁰

²⁶⁶ *VIII e Congrès international des Sciences Administratives, Florence, 25 Juillet-5 Août 1950, Compte Rendu*, pp. 199.

²⁶⁷ Apesar da adopção, como já dissemos, de um estilo despojado que evita referências expressas ao seu próprio nome, é o que depreendemos do seu artigo “Portugal e o Instituto Internacional de Ciências Administrativas” e da correspondência em que procura explicar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a importância da ligação ao IICA.

²⁶⁸ Lima, António Pedrosa Pires de (1955), “Enquête et étude sur l’efficacité des services publics au Portugal”, *RISA*, Vingt et unième année, 1955, n.º 1, pp. 97-101.

²⁶⁹ Afonso Queiró viria também no futuro a colaborar politicamente com Marcelo Caetano, ao aceitar integrar em 1970 a Comissão Central da Acção Nacional Popular (ANP) em que foi reconvertida a União Nacional.

²⁷⁰ Nota n.º 34, Processo 756, 1 de 20 de Julho de 1950, da Repartição dos Congressos e Conferências Internacionais à Repartição dos Serviços Administrativos.

no Congresso de Florença, a de Tovar de Lemos, Presidente da Comissão Técnica para a Cooperação Económica Externa (não pertencente à Secção Portuguesa), na Mesa Redonda de Nice-Mónaco, as de Manuel Moreira de Sá e Mello, Director-Geral dos Serviços de Urbanização, e de Armando Marques Guedes (membro da Comissão Técnica para a Cooperação Económica Externa não pertencente à Secção Portuguesa), no Congresso de Madrid em 1956, e a de José Nunes Barata, Inspector administrativo do Ministério do Interior, no Congresso de Wiesbaden em 1959²⁷¹.

De notar que não localizámos no Arquivo Histórico Diplomático os processos de constituição de missões de serviço público relativos aos eventos que se realizaram na década de 1950 (mas admitimos que exista na Repartição de Congressos e Conferências Internacionais documentação que não identificámos), nem sabemos em que termos se fazia referência ao Presidente da Secção Portuguesa quando este exerceu entre 1955 e 1958 o cargo de Ministro da Presidência²⁷².

Em todo o caso, mesmo afastado a partir de 1958 Marcelo Caetano dos centros de decisão governamentais, é notável a sua capacidade de suscitar decisões por parte destes, por vias que infelizmente não pudemos documentar, embora seja plausível que num ou noutro caso tenha havido intervenção do seu amigo de longa data, e sucessor enquanto Ministro da Presidência, Pedro Teotónio Pereira. Tendo a Mesa Redonda/Colóquio de São Remo, em Junho de 1960, suscitado a necessidade de reunir em 1961 uma segunda Mesa Redonda preparatória do Congresso de Viena agen-

²⁷¹ Não pertence à Secção Nacional Portuguesa mas, como referimos, António Pedrosa Pires de Lima menciona expressamente a colaboração de José Nunes Barata na actividade da Secção no seu artigo de 1969 “Portugal e o Instituto Internacional de Ciências Administrativas”.

²⁷² Joaquim Pires de Lima afirmou em entrevista a Anabela Mota Ribeiro ter acompanhado o seu pai António Pedrosa Pires de Lima ao Congresso de Madrid (1956) em que Marcelo Caetano teria estado presente <https://anabelamotaribeiro.pt/joaquim-pires-de-lima-146750>.

dado para o ano seguinte²⁷³, em Janeiro de 1961 já Marcelo Caetano, respondendo a um pedido formal enviado a António Pedrosa Pires de Lima, pode garantir ao Presidente do Instituto Internacional de Ciências Administrativas a viabilidade de realização da iniciativa em Setembro e o apoio da Secção Nacional e do Governo português:

“Lisbonne, le 10 Janvier 1961

Monsieur le Président

La section nationale portugaise de L’Institut International des Sciences Administratives a pris opportunément connaissance de la correspondance changée avec M. Pires de Lima au sujet de la réalisation au Portugal de la prochaine Round Table. Et vérifiant le désir manifesté par le comité executif de que la réunion ait lieu a Lisbonne dans la seconde quinzaine de Setembre prochain la Section, après consultation au gouvernement portugais, peut vous communiquer son accord à la réalisation de la Round Table à la date indiquée. Ce n’est pas nécessaire de vous dire que le gouvernement et la section nationale portugaise proportioneront aux participants a la Round Table tous les facilités possibles.

Veillez agréer, M. le Président, l’assurance de ma considération la plus distinguée.

*Le Président de la Section Portugaise
(Marcello Caetano)”*

Trata-se do único documento do Arquivo Marcello Caetano (AMC), confiado ao ANTT, que menciona o Instituto Internacional de Ciências Administrativas, aparecendo relacionado com a Reitoria da Universidade

²⁷³ “Eighth Session of the Council of Administration”, “Chronicle of the Institute – IIAS, its Sections and Members”, *IRAS*, September 1960, 26(3), p. 346.

de Lisboa possivelmente por ter sido dactilografado nesta (trata-se de uma mera cópia), aliás o Secretariado da Mesa Redonda utilizou o endereço da Reitoria²⁷⁴. A abertura de crédito especial no montante de 70 mil escudos, a favor da Direcção-Geral de Administração Política e Civil, para ocorrer as despesas com “a reunião do Instituto Internacional de Ciências Administrativas” foi integrada num conjunto de alterações orçamentais abrangidas por um Decreto²⁷⁵ publicado em 30 de Setembro de 1961, na I Série do *Diário do Governo* e a organização local da Mesa Redonda foi confiada a Marcelo Caetano, António Pedrosa Pires de Lima, Aureliano Felismino e Edgard Santos Matos.

Sabemos que se realizou em regime residencial no Hotel Tivoli o que, realça Aureliano Felismino (que também dá nota da “*reunião especial das escolas e institutos de administração pública de vários países encarregados da formação dos agentes do Estado, ao nível das exigências modernas*”), favoreceu a multiplicação de contactos pessoais entre os participantes, auxiliando o sucesso da reunião²⁷⁶. No Fundo Documental Águedo de Oliveira da Biblioteca do Tribunal de Contas figura um programa do evento, não utilizado, com espaços para anotações, e que ostenta os dizeres “*Section Portugaise*”, “*Siège: Ministère de l’Interieur*”, “*Secretariat: Université de Lisbonne*”²⁷⁷.

A forma como as autoridades portuguesas criaram condições para a realização da Mesa Redonda foi muito elogiada pelo Instituto e pela *International Review of Administrative Sciences*, sendo a Secção Nacional Portu-

²⁷⁴ “1961 Round Table”, “Chronicle of the Institute – IIAS, its Sections and Members”, *IRAS*, June 1961, 27(2), p. 233.

²⁷⁵ Decreto n.º 43 937, de 30 de Setembro de 1961.

²⁷⁶ *Relatório anual*, n.º 14, 1961, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, p. 11.

²⁷⁷ *Mesa Redonda de Lisboa*, I.I.S.A.Lisboa, 1961, AO 778.

guesa dada como existente há quase 40 anos^{278,279} e não se fazendo obviamente menção às dificuldades políticas entretanto surgidas no país (início da guerra em Angola, tentativa de golpe Botelho Moniz, agravamento da tensão com a União Indiana que culminaria com a ocupação do Estado Português da Índia).

Na década de 1960 e princípio da década de 1970, alguns dos novos relatores da Secção Nacional Portuguesa estão ligados a Marcelo Caetano na Faculdade de Direito de Lisboa, como André Gonçalves Pereira e António de Sousa Franco, são dirigentes da Presidência do Conselho, como Diogo de Paiva Brandão e José de Sousa Mendes, são personalidades respeitadas da vida académica como Manuel Abreu Faro, ou até, foram dirigentes da Administração Pública que vieram a optar pelo sector empresarial como Vasco da Cunha d'Eça²⁸⁰ (Quadro 1).

Assinale-se que nos anos 1950 e 1960 e até à criação do Instituto Português de Ciências Administrativas, em 1968, Portugal está frequentemente presente na publicação de artigos na *Revista Internacional*, em pequenos apontamentos informativos veiculados pelos seus representantes, e até nas

²⁷⁸ “1961 Round Table (Lisbon 11-16 September)”, “Chronicle of The Institute, IIAS, its Sections and Members”, *IRAS*, December 1961, 27(4), pp. 467-468. Sobre Edgard Santos Matos não foi possível obter mais elementos.

²⁷⁹ É interessante comparar a técnica utilizada para suportar os encargos com a Mesa Redonda com a seguida em relação ao 8.º Congresso do Instituto Internacional de Finanças Públicas, realizado em Setembro de 1952 em Lisboa: o Decreto-Lei n.º 38 922, de 20 de Setembro de 1952, cria uma comissão executiva com um Presidente (o Director da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa) e três vogais livremente escolhidos pelo Ministro das Finanças e o Decreto 38 925, da mesma data, abre um crédito especial.

²⁸⁰ Vasco da Cunha d'Eça foi Director-Geral do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho. Encontrámos no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças um texto dactilografado, com correcções, o que nos sugere que a sua comunicação ao Congresso de 1962, inicialmente redigida como relatório à Mesa Redonda de 1961 em Lisboa, foi dactilografada e reproduzida nos serviços da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, dirigidos por Aureliano Felismino.

notícias bibliográficas (Apêndice 2), isto para além das notícias sobre o funcionamento dos órgãos ao Instituto e as visitas à sua sede, como a que protagonizou Eduardo Sebastião Vaz de Oliveira, Chefe de Divisão da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, que veio estudar os métodos utilizados pelo IICA para preencher e classificar documentos²⁸¹.

A este mesmo quadro pertence a autoria de *A Reforma Administrativa. Contribuição para os Trabalhos Preliminares*, publicado em 1962 pelo Ministério das Finanças com a menção “*Estudo feito no Gabinete de S.Exa. o Ministro das Finanças pelo Dr. Eduardo Sebastião Vaz de Oliveira, juiz do Tribunal de 2.ª Instância do Contencioso das Contribuições e Impostos. As ideias e opiniões expostas reflectem apenas o pensamento do autor*” e sugestões entretanto largamente vertidas no relatório e na proposta de Lei de Meios do referido ano.

O trabalho mostra conhecimento de diversos autores contemporâneos, sobretudo franceses, e de artigos publicados na *RISA*, vindo Eduardo Sebastião Vaz de Oliveira a publicar livros sobre processo administrativo gracioso, cuja regulamentação foi uma das perspectivas da referida proposta de Lei de Meios e sobre Função Pública. O Instituto Português de Ciências Administrativas, criado em 1968, haveria de nos primeiros meses de 1969 dedicar quatro “sessões gerais de trabalho” à apresentação e debate de uma conferência de Eduardo Sebastião Vaz de Oliveira intitulada “Para uma nova política da função pública portuguesa²⁸²”.

Aliás, até 1965 foi o Ministério das Finanças um dos principais impulsionadores das reformas da política de pessoal, numa estratégia de reforma

²⁸¹ “Visits to IIAS Headquarters”, “Chronicle of the Institute – IIAS, its Sections and Members”, *IRAS*, September 1958, 24(3), pp. 422-423.

²⁸² J.S.M. (1969), “Principais actividades do Instituto Português de Ciências Administrativas até fins de Fevereiro de 1969”, *Ciências Administrativas* n.º 1, pp. 115-126.

administrativa ²⁸³ acolhida no Relatório da Proposta de Lei de Meios para 1962²⁸⁴, tendo-se chegado a comprometer na Lei de Meios para 1958 com a criação de um serviço especializado permanente, que no relatório da Proposta de Lei de Meios para 1959 foi assumido ser um serviço de “organização e métodos”, no entanto em Março desse ano foi, desconhecemos em que circunstâncias, confiada à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, conforme já demos conta, a coordenação do esforço de “simplificação administrativa”.

Em matéria de publicação de artigos na *Revista Internacional*, para além dos já referenciados, temos, na edição inglesa por nós consultada a partir de 1957,

- de António Pedrosa Pires de Lima, apresentado como Secretário-Geral do Ministério do Interior, “*La funcion de los órganos de la Administración descentralizada en la vida política y administrativa, en Portugal*” e o seu resumo em inglês “*The Operation of Decentralized Administrative Agencies in the Political and Administrative Life of Portugal*”²⁸⁵;
- de Aureliano Felismino, “*Ética y Deontología profesionales*” e o seu resumo em inglês “*Professional Ethics and Rules of Conduct*”²⁸⁶.

Por se tratar de um trabalho elaborado com base em doze contributos nacionais, incluindo o de Aureliano Felismino²⁸⁷, lançado pelo Comité das

²⁸³ Gonçalves, Nuno Ivo (2017), “Uma proto-reforma administrativa largamente dinamizada pelo Ministério das Finanças (1945-1965)”, artigo divulgado em *link* da *Newsletter* n.º 46 – Outubro a Dezembro de 2017, do Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças.

²⁸⁴ Lei n.º 2 111, de 21 de Dezembro de 1961.

²⁸⁵ *IRAS*, March 1958, 24(1), pp. 47-58 (artigo) e vii a xi (resumo).

²⁸⁶ *IRAS*, June 1958, 24(2), pp. 165-168 (artigo) e i (resumo).

²⁸⁷ Felismino, Aureliano (1968), *Recours à des Experts et Conseillers*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, 1968.

Práticas Administrativas em 1967, na sua reunião concomitante com a Mesa Redonda de Copenhaga, e num artigo sobre a experiência do Reino Unido, merece referência especial o trabalho do americano Harold Seidman sobre o recurso a peritos e consultores²⁸⁸.

Em termos de apontamentos informativos temos a registar:

- notícias sobre as publicações do Gabinete de Estudos António José Malheiro, da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, entre as quais um estudo sobre as contas de exploração e de estabelecimento das empresas do Estado²⁸⁹ e de um Seminário para candidatos a Chefes de Secção conduzido pelo Director-Geral Aureliano Felismino²⁹⁰;
- notícia sobre a constituição de comissões de simplificação administrativa nos vários ministérios e da publicação de um decreto-lei que atribuiu aos Directores-Gerais competências de que anteriormente os Ministros estavam investidos^{291,292};
- na linha da intervenção produzida em 1964 na reunião do Comité Científico concomitante com a Mesa Redonda de Varsóvia²⁹³, “*Note on Changes on Administration*” comunicada por António Pedrosa Pires de Lima (reforma fiscal, funcionalismo público, saúde e assistência, administração ultramarina, nomeação de administradores por parte do Estado)²⁹⁴;

²⁸⁸ Seidman, Harold (1969), “Use of Experts and Consultants”, *IRAS*, March 1969, 35(1), pp. 61-67.

²⁸⁹ “Items of News. Portugal.”, *IRAS*, March 1957, 23(1), p. 132.

²⁹⁰ “Items of News. Portugal.”, *IRAS*, March 1958, 24(1), p. 125.

²⁹¹ O já referido DL 42 800.

²⁹² “Items of News. Portugal.”, *IRAS*, March 1960, 26(1), p. 106.

²⁹³ “Session of the Scientific Committee”, “Chronicle of the Institute”, *IRAS*, June 1964, 30(2), pp. 220-221.

²⁹⁴ “Items of News. Portugal.”, *IRAS*, September 1964, Vol. 30 3), pp. 323-324.

- declaração prestada pelo mesmo representante sobre mudanças nos serviços de educação, turismo, planeamento, etc. aquando dos *Statements on recent Administrative Reforms*, formulados na reunião do Comité Científico realizada concomitantemente com o Congresso de Paris de 1965²⁹⁵;
- informação prestada, ainda por António Pedrosa Pires de Lima, na reunião do Comité Científico concomitante com a Mesa Redonda de Copenhaga (1967) sobre “*la création d’un groupe de travail composé de hauts fonctionnaires et chargé de formuler des propositions de réforme de l’administration, dans l’immédiat, à moyen terme et à long terme*”, sendo que “*Ce group de travail a déjà présenté un certain nombre de projects, qui sont em cours de discussion*”²⁹⁶, referindo-se, ao que tudo indica, ao Grupo de Trabalho n.º 14 – Reforma Administrativa da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica de que falaremos mais adiante;
- notícias sobre a criação do Serviço Nacional de Emprego²⁹⁷ e da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica²⁹⁸.

A Secção Nacional Portuguesa e o Ministério dos Negócios Estrangeiros

Cabe, para melhor enquadramento, quer do que se escreveu quer do que se vai expor sobre o relacionamento do Estado português com o Instituto Internacional das Ciências Administrativas, referir que o Ministério

²⁹⁵ “Session of the Scientific Committee”, “Chronicle of the Institute”, *IRAS*, 31(3), pp. 267-268.

²⁹⁶ “Réunion du Comité Scientifique”, “Chronique de l’Institut – Informations concernant l’Institut, les Sections et les Membres”, *IRAS*, June 1967, Vol. 33(2), pp. 184-186.

²⁹⁷ “Items of News. Portugal”, *IRAS*, December 1966, 32(4), p. 375.

²⁹⁸ “Items of News. Portugal”, *IRAS*, September 1967, 33(3), p. 286.

dos Negócios Estrangeiros foi sendo objecto de diversas reestruturações ou de adopção de normas avulso com interesse para o presente estudo:

- por uma Lei Orgânica publicada no último dia de 1938²⁹⁹ fica definido que a “Secretaria de Estado” (administração central do Ministério) contava, entre outros serviços com a Direcção-Geral dos Negócios Políticos e Administração Interna (incluía a Repartição de Negócios Políticos e a Repartição dos Serviços Administrativos) e com a Direcção Geral dos Negócios Económicos e Consulares, nova denominação da Direcção-Geral dos Negócios Comerciais e Consulares (incluía a Repartição de Questões Económicas, sendo que aos consulados, serviços externos, competia proteger *“os interesses da Nação no que respeita à agricultura, à indústria, ao comércio, à navegação e à saúde pública”*), e que a Secretaria-Geral *“é dirigida pelo secretário geral do Ministério a quem compete como chefe da Secretaria de Estado, coordenar os serviços do Ministério, imprimindo-lhes unidade e continuidade, e interpor a sua autoridade sempre que o exijam a regularidade e a eficiência dos trabalhos”*;
- por um diploma publicado em 1946³⁰⁰, denotando o extraordinário incremento da realização de congressos internacionais no tempo do pós-guerra, *“é criada na Secretaria de Estado uma repartição directamente subordinada ao secretário geral, à qual compete a coordenação dos elementos de estudo e orientação a fornecer às representações permanentes de Portugal nos organismos internacionais e às delegações portuguesas aos congressos e conferências internacionais de carácter político ou económico”*;
- pela reorganização aprovada em 1966³⁰¹ a Secretaria-Geral passou a contar entre os seus vários serviços com o Serviço Jurídico e de Tratados, a Direcção-Geral dos Negócios Políticos, liberta da “Adminis-

²⁹⁹ Decreto-Lei n.º 29 319, de 31 de Dezembro de 1938.

³⁰⁰ Decreto-Lei n.º 35 985, de 23 de Novembro de 1946.

³⁰¹ Decreto-Lei n.º 47 331 de 23 de Novembro de 1966.

tração Interna”, com diversas Repartições como a da Europa e América e a das “Relações Políticas Internacionais”, a Direcção-Geral dos Negócios Económicos, liberta das questões consulares, com diversas Repartições como a da Europa e América e a das “Organizações Económicas Internacionais”, e foi criada a Direcção-Geral dos Serviços Centrais, com uma Repartição Consular e uma Repartição do Pessoal e da Administração.

Até à reestruturação, cuja vigência se iniciou em 1939, o acompanhamento da realização dos Congressos Internacionais de Ciências Administrativas terá sido assegurado pela Direcção-Geral de Negócios Comerciais e Consulares – Questões Económicas mas posteriormente tê-lo-á sido pela Repartição de Negócios Políticos da Direcção-Geral dos Negócios Políticos e Administração Interna. Num ou noutro ano, terá havido intervenção da Repartição de Congressos e Conferências Internacionais criada na Secretaria-Geral em 1946, e assinalaremos mais adiante uma das situações em que tal sucedeu. A partir da reestruturação de 1966, o acompanhamento continuou a ser feito pela Direcção-Geral dos Negócios Políticos, não pela Repartição que ficou com as organizações políticas internacionais a seu cargo, mas pela Repartição da Europa e América.

Admitindo-se embora que as modificações orgânicas possam ter contribuído para dispersar a informação sobre o relacionamento entre Portugal e o Instituto Internacional de Ciências Administrativas o Ministério dos Negócios Estrangeiros parece agir como uma organização burocrática que tem de ser recordado dos factos todos os anos, e António Pedrosa Pires de Lima, vai, tenha ou não incorrido em falta de rigor na análise do período anterior à II Guerra Mundial, adoptar a tese de que Portugal é, desde o princípio, um Estado-membro do Instituto, e que as nomeações de delegados oficiais para o Congresso de 1947 valeram como nomeações permanentes para os órgãos do Instituto, numa narrativa que manterá até à década de 1960, inclusive, e até depois.

No entanto, não deixa de, enquanto Director-Geral da Administração Política e Civil (e só muito raramente com referência à sua qualidade de Secretário-Geral do Ministério do Interior), suscitar periodicamente junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros a confirmação da qualidade de delegado oficial, a constituição de missões de serviço público e o desbloqueamento do pagamento de quotas. A existência da Secção Portuguesa só é evocada quando se torna necessário mencionar a qualidade em que Marcelo Caetano continua a ser dado como previamente ouvido, pelo Ministério do Interior, sobre as propostas apresentadas ao MNE.

Apesar de, no nosso entender, faltar um instrumento formal de adesão ao Instituto Internacional de Ciências Administrativas e um enquadramento legalmente reconhecido da actividade da Secção Nacional Portuguesa, e diferentemente do que se passara anteriormente à II Guerra Mundial, as quotizações de Portugal para o Instituto Internacional de Ciências Administrativas não parecem suscitar quaisquer dúvidas no seu processamento, tendo António Pedrosa Pires de Lima assumido desde o princípio que Portugal pagaria quota como Estado-membro do Instituto:

Durante o VII Congresso Internacional das Ciências Administrativas, realizado em Berna, no mês de Julho do ano findo, e em cujos trabalhos participou o nosso País, foram aprovadas diversas alterações ao Estatuto do Instituto Internacional de Ciências Administrativas, nomeadamente ao seu art.º 30, respeitante às receitas do mesmo Instituto, ficando estabelecido que a taxa de cotização seria calculada, para o futuro, na base de 140 francos belgas por 100.000 habitantes do país associado, em vez de 70 francos.

Desta forma, a cotização estatutária de Portugal deixaria de ser de 5.000 francos, para se elevar a 10.000 francos.

Em officio de 28 de Maio findo, o referido Instituto dirigiu-se a este Ministério acusando a recepção da importância de 5.000 francos, remetida em fim de Março último, e solicitando o envio da quantia complementar para prefazer a cotização estatutária do nosso País.

*Porque se me afigura conveniente que Portugal mantenha a sua situação de associado no aludido organismo, submeto o assunto à subida consideração de V. Exa, para o efeito de ser examinada a possibilidade do referido aumento de quotização*³⁰².

Encontrámos nos processos referência aos pagamentos de 1946 (5.000 Frs. Belgas), 1947 (5.000 Frs. Belgas), 1948 (aparentemente, um pagamento de 5.000 e um “complemento do mesmo montante” após a aceitação da subida de quota), 1949 (10. 000 Frs. Belgas), 1950 (10 000 Frs. Belgas), 1951 (10 000 Frs. Belgas), 1952 (10 000 Frs. Belgas), 1956 (20 408 Frs. Belgas), 1957 (20 408 Frs. Belgas), 1960 (47 693,00 Frs. Belgas, Portugal 47 193,00 e SP 500,00), 1963 (47 693,00 Frs. Belgas), 1964 (47 693,00 Frs. Belgas, Portugal 47 193,00 e SP 500,00).

Intervêm três Ministérios: Interior, através da Direcção-Geral de Administração Política e Civil, Ministério dos Negócios Estrangeiros, através da Direcção-Geral dos Negócios Políticos e Administração Interna, com duas Repartições (dos Negócios Políticos e dos Serviços Administrativos)³⁰³ e Finanças (Direcção Geral da Contabilidade Pública, através da 7.^a Repartição, e Direcção-Geral da Fazenda Pública). As comunicações entre Direcções-Gerais fazem-se por ofício assinado pelo Director-Geral ou em nome deste e as comunicações entre Repartições do MNE (e entre estas e a Repartição da Contabilidade Pública, sediada no mesmo edifício) fazem-se por Nota assinada pelo respectivo Chefe ou em nome deste.

Neste período, as autorizações de pagamento serão directamente obtidas pela 7.^a Repartição da Contabilidade Pública junto do Ministro dos

³⁰² AHD. Ofício da Direcção-Geral de Administração Política e Civil de 7 de Junho de 1948, L.º 1-A, N.º Z-1/6, 2.ª repartição, com entrada no MNE em 11 de Junho de 1948, Proc. 38, 81.

³⁰³ Está também, num caso ou noutro, documentada a intervenção da Repartição dos Congressos e Conferências Internacionais existente no âmbito da Secretaria-Geral.

Negócios Estrangeiros, separadamente ou em conjunto com outras contribuições, comunicadas à Repartição dos Serviços Administrativos da Direcção-Geral dos Negócios Políticos e Administração Interna, para efeitos de processamento. O circuito típico, embora não integralmente documentado, nos processos consultados no AHD em relação aos anos identificados, parece ser: 1) a Direcção-Geral de Administração Política e Civil pede à Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do MNE que promova o pagamento; 2) a Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do MNE pela sua Repartição dos Negócios Administrativos pede à 7.^a Repartição da Contabilidade Pública que obtenha o despacho de autorização do Ministro³⁰⁴; 3) A 7.^a Repartição obtém o despacho do Ministro e comunica-o à Repartição dos Serviços Administrativos da Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna para que esta elabore a folha de processamento; 4) A 7.^a Repartição autoriza a folha e obtém da Direcção-Geral da Fazenda Pública a passagem do cheque em Francos Belgas, que expede ao IICA dando conhecimento à Repartição dos Serviços Administrativos; 5) A Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna comunica o pagamento, mediante ofício preparado pela Repartição dos Negócios Políticos, à Direcção-Geral de Administração Política e Civil.

Não deixou António Pedrosa Pires de Lima de colher prévia orientação do Ministério dos Negócios Estrangeiros quanto às posições a tomar sobre as propostas de aumento de quotização submetidas às reuniões do Conselho de Administração do IICA, aumentos esses substanciais mas que não foi possível evitar.

³⁰⁴ Tal se infere igualmente de uma *Informação de Serviço* de 7 de Dezembro de 1960 da Repartição de Serviços Administrativos, a propósito da quota devida ao Comité Internacional da Cruz Vermelha.

Assim, em relação a um aumento consumado em 1964 por deliberação do Conselho de Administração reunido em Varsóvia³⁰⁵, evoca a tomada de posição já reportada ao Ministério em 1963:

... na qualidade de delegado oficial do Governo Português, manifestei-me, de harmonia com a orientação verbalmente recebida dessa Direcção-Geral no sentido de que o nosso Governo não se opunha à solução geralmente reconhecida como indispensável; ou seja, que a quotização anual dos Estados membros fosse determinada com base em 400 francos belgas, em vez de 237, por fracção de 100 000 habitantes, sob condição de as Secções Nacionais de países cujos Estados não são membros do Instituto contribuírem com importâncias substancialmente superiores àquelas que até aqui lhes têm sido atribuídas. E isto porque – acentuei – os países em tais circunstâncias participam, em igual plano, nas reuniões do Instituto, colhendo benefícios da permuta de conhecimentos e de informações que em nada diferem daqueles que são proporcionados aos países cujos Estados são membros do Instituto.

Da solução apontada resulta, em relação a Portugal, que a quota anual de 47 400 francos belgas passará a ser de 80 800 francos belgas, tomando, ainda, como base, o censo da população de 1950.

Em relação a 1965, novo aumento, informando António Pedrosa Pires de Lima o Ministério que, a partir de 1965, a quota de Portugal como Estado-membro do IICA passou a ser de 87 600,00 FB, calculada com base em 400,00 Fb por fracção de 100.000 habitantes e operando sobre o censo geral da população de 1960, que apresenta um total de 21.8100.850 habitantes, entre metropolitanos e ultramarinos, pelo que pede o pagamento dessa quota e da quota de 500,00 FB, respeitante à Secção Portuguesa³⁰⁶.

As quotas de 1966 e 1967 terão sido ambas pagas em 1967, talvez por dificuldades resultantes da reestruturação orgânica de 1966 que retirou da

³⁰⁵ AHD. Of. DGAPC (2a) – A – 26 (?) 57, de 11 de Julho de 1964.

³⁰⁶ AHD, Of. DGAPC (2.ª) A – 1455, Z-1/14 de 10 de Março de 1965.

Direcção-Geral de Negócios Políticos a função “Administração Interna” e a integrou na então criada Direcção-Geral dos Serviços Centrais.

Em 1970, novo aumento de quota, concretizando uma discussão iniciada no Conselho de Administração concomitante com o Congresso de Dublin (1968) e na qual António Pedrosa Pires de Lima fizera já ouvir uma opinião divergente³⁰⁷. Durante a reunião do Conselho de Administração concomitante com a Mesa Redonda de Barcelona de 1969, António Pedrosa Pires de Lima sustentara que o Estado português era membro do Instituto Internacional desde a sua origem, que pagava quota também em função da população das províncias ultramarinas, que a proposta deveria ser comunicada antes, que não tinha poderes para votar, que deveria haver uma fase de auscultação, que devia pedir-se mais quotização às secções nacionais onde não há Estados-membros, cujos países usufruíam na prática das mesmas vantagens. No entanto, a proposta do Comité Executivo teve 23 votos, a proposta portuguesa 12 votos, e registaram-se três abstenções^{308,309}. Em Abril de 1970 o Comité Executivo ratificou definitivamente os aumentos para 1970 e 1971 e apenas Portugal, Israel e Madagáscar emitiram opinião desfavorável. Como a verba tinha ficado cativa na Repartição do Pessoal e da Administração, o Ministro em 2 de Maio de 1970 autorizou o aumento, passando de 400 francos belgas para 553 por cada 100 mil habitantes, e subindo a quota de 88 100 francos belgas para 117 467³¹⁰.

Na nomeação de delegados oficiais aos Congressos e Mesas Redondas e na autorização das missões de serviço público que permitam o pagamento

³⁰⁷ “Fourteenth Session of the Council of Administration”, “Chronicle of the Institute”, *IRAS*, September 1968, 34(3), pp. 306-307.

³⁰⁸ AHD. Of. DGAPC (2.º) A – 473, de 12 de Janeiro de 1970.

³⁰⁹ “Fifteenth Session of the Council of Administration”, “Chronicle of the Institute”, *IRAS*, June 1969, 35(2/3), pp 277-279.

³¹⁰ AHD. *Informação de Serviço* de A. Nunes de Freitas de 25/4/70.

das deslocações pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, transparece alguma falta de memória e até de atenção política. Os serviços no essencial copiam e retransmitem os textos que chegam do seu “exterior” – legações estrangeiras em Portugal, legações de Portugal no estrangeiro, Direcção-Geral de Administração Política e Civil, Repartição da Contabilidade Pública – e produzem num ou noutro caso “Informações de Serviço”, “Informações-Proposta” e “Apontamentos” contendo resumos factuais bem construídos mas poucos rasgos de interpretação política. No caso do Instituto Internacional de Ciências Administrativas, é um Director-Geral do Ministério do Interior que tem de justificar a participação em termos de política externa!

Todavia, a criação por via legislativa em 1946 de uma Repartição de Congressos e Conferências Internacionais, já referida, e a atenção dada às organizações internacionais criadas por tratado, anteriormente ou no pós-II Guerra Mundial, mostram o interesse de Portugal em participar no universo de organizações internacionais em formação ou reestruturação, à excepção da UNESCO (muito ligada no pós-II Guerra Mundial ao IICA) da qual o regime especialmente desconfia, só tendo Portugal aderido plenamente em 1965³¹¹ e cujas quotas, face ao confronto com a sua política ultramarina que se foi propagando nas organizações internacionais, com especial incidência nesta, deixou de satisfazer em 1972³¹².

Apesar do sucesso das Mesas Redondas de Lisboa de 1949 e 1961, o Ministério dos Negócios Estrangeiros obrigou em 1962 a uma mais rigorosa fundamentação da proposta de constituição de uma missão de serviço público integrando a delegação portuguesa ao Congresso de Viena (1962). Por orientação superior, possivelmente dada pelo Ministro recém-

³¹¹ Decreto-Lei n.º 44 017, de 8 de Novembro de 1961, e Decreto-Lei n.º 46 221, de 11 de Março de 1965.

³¹² Bacot, Guillaume (1978), “Les difficultés financières d’une organisation internationale: l’exemple de l’UNESCO”, *IRAS*, 44(3), pp. 392-400.

-nomeado Franco Nogueira, que tendo vindo de Director-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna até estaria dentro da situação³¹³, a Repartição de Congressos e Conferências Internacionais, dependente da Secretaria-Geral³¹⁴, efectua uma pesquisa de antecedentes na qual apenas retém as missões de serviço público aos Congressos de Florença, em 1950, Istambul, em 1953, e de Madrid, em 1956, omitindo o Congresso de Wiesbaden, em 1959, a totalidade das deslocações a Mesas Redondas realizadas no estrangeiro, e a própria realização das duas Mesas Redondas de Lisboa. Contactado pessoalmente, António Pedrosa Pires de Lima é obrigado a reconhecer que, embora o Ministro do Interior tivesse aprovado a proposta de constituição da missão, se tratava de uma mera sugestão, competindo a decisão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros³¹⁵.

Sobre a Informação da Repartição de Congressos e Conferências Internacionais é exarado um parecer pela primeira vez “político”, possivelmente pelo Secretário-Geral do Ministério, de quem dependia a Repartição: “*Em face da presente informação parece-me que os encargos desta Missão não podem deixar de ser suportados por este Ministério se se quiser que o nosso País esteja representado no Congresso do I.I.C.A., o que me parece politicamente aconselhável e de toda a vantagem dado o valor intelectual das pessoas que são propostas para assegurar a representação de Portugal. Quanto às ajudas de custo...*”. Despacho de Franco Nogueira sobre o parecer: “*Concordo. Constitua-se a missão. 5.2.62*”.

A lição não seria perdida e daí em diante todas as propostas de António Pedrosa Pires de Lima, enquanto Director-Geral da Administração Política

³¹³ *Anuário Diplomático e Consular Português*, 1962, pp. 24-26.

³¹⁴ AHD. Que em 15 de Fevereiro de 1961 pela comunicação n.º 10, Processo n.º 756, 384, pedira à Repartição dos Negócios Políticos lhe transferisse o processo relativo ao Instituto Internacional de Ciências Administrativas, pedido satisfeito a 27.

³¹⁵ AHD. *Informação de Serviço* de João de Mendonça (Repartição de Congressos e de Conferências Internacionais), de 31 de Janeiro de 1962.

e Civil mencionariam a alegada pertença desde o princípio de Portugal ao IICA, a participação em todos os eventos anteriores, a importância da captação por Portugal da realização das Mesas-Redondas de 1949 e de 1961, a participação nos Comités Científico e das Práticas Administrativas, a justificação de cada nome proposto para a delegação, o acordo do Ministro do Interior ouvido Marcelo Caetano, em vários casos designado delegado oficial do Governo nas reuniões do Conselho de Administração do Instituto, a ser substituído por António Pedrosa Pires de Lima, caso fosse retido pelo serviço de exames (foi-o invariavelmente mesmo uma vez em que a sua deslocação foi expressamente autorizada pelo Ministro da Educação Nacional)³¹⁶, sempre com a ressalva de que porém a decisão caberia a Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros... aliás mesmo já sob o Governo de Marcelo Caetano se sentiu António Pedrosa Pires de Lima na obrigação de enviar a Franco Nogueira, com cumprimentos elogiosos que constam da oferta³¹⁷, uma separata com um seu artigo sobre “Administração Civil”.

Para além de todas as dificuldades burocráticas surgiam por vezes ataques colaterais inesperados, como quando, à beira de se realizar o Congresso de Viena de 1962, o Observador designado para a Representação de Portugal junto da UNESCO, Manuel Anselmo, escreveu de Paris afirmando tratar-se de “...a reunião anual do Instituto Internacional de Ciências Administrativas, convocada pelo Conselho Executivo da UNESCO”, rogando ao Ministro dos Negócios Estrangeiros que “*após consulta a Suas Excelências o Presidente do Conselho e os Ministros do Interior e da Educação Nacional*” se dignasse mandar comunicar-lhe se naquele ano Portugal se faria ou não representar, e alertando “*É claro que se houver Delegação portuguesa pertencer-me-á presidir a ela...*”. O Ministério desembaraçou-se de Manuel

³¹⁶ A partir de 1965, porém a nomeação de António Pedrosa Pires de Lima como delegado oficial passou a ser feita de forma directa e explícita.

³¹⁷ Biblioteca do MNE.

Anselmo, indicando-lhe que, a pedido da Presidência do Conselho, deveria assegurar a participação numa outra reunião a realizar em Paris nas mesmas datas³¹⁸.

Temeu-se a certa altura, e António Pedrosa Pires de Lima faz-se eco desse receio a propósito da presidência da reunião do Conselho Científico que lhe incumbiria assegurar em Copenhaga, concomitante com a Mesa Redonda de 1967, que a contestação à política ultramarina portuguesa viesse a perturbar os trabalhos de uma secção a cujos trabalhos presidiu: “*E embora nas sucessivas reuniões efectuadas tivessem participado delegados de quase todos os Estados representados, incluindo os dos Continentes Africano e Asiático, não se verificou a mínima nota discordante, sendo acatada, unanimemente, a disciplina que a direcção dos trabalhos impunha*”³¹⁹, ou seja, no IICA ao contrário do que sucedeu em outras organizações, nunca se terá formado qualquer bloco de delegados afro-asiáticos que pedisse a expulsão de Portugal.

Cabe referir que outras oportunidades de participação externa não foram aproveitadas. Em 1961, a Câmara Municipal de Lisboa deixou de pagar as suas quotizações para a *Union Internationale des Villes et Pouvoirs Locaux*, apesar de a Embaixada de Portugal na Haia ter solicitado via Ministério dos Negócios Estrangeiros, que revisse a sua posição, por entender, no dizer do seu Presidente António de França Borges, que o Artigo 344.º do Código Administrativo, ao prescrever que “*os corpos administrativos só podem deliberar no exercício da sua competência e para realização das respectivas atribuições*”, inviabilizava a participação³²⁰.

³¹⁸ AHD. Ofício n.º 113 da Representação de Portugal datado de 3 de Julho de 1962, entrado no Expediente do MNE em 7 de Julho de 1962 sob o número 30459.

³¹⁹ AHD, ofício da Direcção-Geral de Administração Política e Civil A – 4094, de 20 de Julho de 1967 Processo Z-1-15.

³²⁰ AHD, ofício de 19 de Maio de 1961 da Câmara Municipal de Lisboa, com entrada n.º 21544 no Expediente do Ministério dos Estrangeiros em 22 de Maio de 1961.

Em 1958, um pedido de subvenção da União das Associações Internacionais, à qual a representação portuguesa em Bruxelas associava (sem fundamento, cremos) os nomes de Marcelo Caetano e António Pedrosa Pires de Lima, foi rejeitado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, apesar de ser indicado que a República Federal Alemã apoiava a entidade³²¹.

³²¹ AHD, *Informação de Serviço* de Mattos Parreira, em 5 de Julho de 1958.

6. O reforço da Presidência do Conselho de Ministros, a criação do Secretariado Técnico e a constituição do Grupo de Trabalho n.º 14 – “Reforma Administrativa” da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica

Uma questão antiga

A questão do reforço da coordenação do Governo, que se revestia tanto de aspectos políticos como técnicos, e havia sido discutida no Congresso Internacional de Ciências Administrativas de 1936 (Varsóvia) voltou a ser discutida no Congresso de 1947 (Berna), tendo Marcelo Caetano dedicado à questão um dos artigos publicados na Revista *O Direito* após a sua participação neste Congresso³²² e promovido, em 1957, a criação da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros³²³, tendo o licenciado Diogo de Paiva Brandão, até aí Chefe da Repartição Administrativa da Presidência, sido nomeado Secretário-Geral. Viria a colaborar estreitamente com a Secção Nacional Portuguesa e manteria Marcelo Caetano como referência, mesmo trabalhando sob a dependência dos seus sucessores como o Ministro da Presidência Pedro Teotónio Pereira e o Ministro de Estado Mota Veiga.

Desconhecemos as razões que levaram o Governo a não avançar com a criação no Ministério das Finanças de um serviço de organização e métodos, como já era qualificado no Relatório da Proposta de Lei de Meios de 1959, do qual já estaria até concluído o projecto de decreto-lei, que também não conseguimos localizar, e preferiu nesse mesmo ano criar Comis-

³²² Caetano, Marcello [M.C.] (1947), “O Chefe do Governo e a organização dos seus serviços”, *O Direito*, n.º 8, Outubro de 1947, Ano 79, pp. 247-252.

³²³ Decreto-Lei n.º 41 383, de 22 de Novembro de 1957.

sões de Simplificação Administrativa nos Ministérios e uma Comissão Coordenadora junto da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

Em 1962 seriam, entre outras medidas, criados na Presidência do Conselho de Ministros o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho (antes a denominada Inspeção Superior do Plano de Fomento estava integrada na Secretaria-Geral) configurado como órgão de *staff* essencialmente técnico³²⁴, e a Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica, dotada à partida de 11 Grupos de Trabalho permanentes, de lógica essencialmente sectorial, e que se configurava já como uma importante estrutura participativa.

Entre 1965 e 1969, funcionaria adicionalmente um Grupo de Trabalho n.º 14 – “Reforma Administrativa” (GT 14), constituído por altos funcionários designados por vários Ministérios, o qual foi presidido pelo Secretário-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (PCM), Diogo de Paiva Brandão, secretariado por João Salavessa Belo, técnico da Secretaria-Geral da PCM e apoiado por elementos de ligação do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho. O GT 14 constituiu Subgrupos – n.º 1 – “Formação profissional” (ou numa outra formulação mais abrangente “Estudos atinentes à formação, qualificação, selecção e aperfeiçoamento do pessoal administrativo”), n.º 2 – “Situação económica e social do funcionalismo” (também referido como “Estudo da situação económico-social dos servidores do Estado”), n.º 3 – “Organização e Métodos”, ou “Organização e Métodos Administrativos”, n.º 4 – “Racionalização, simplificação e coordenação de serviços”, n.º 5 – “Relações entre o processo de reforma administrativa e o de desenvolvimento económico e social”, que elaboraram relatórios próprios, sobre os quais o grupo se foi pronunciando³²⁵.

³²⁴ Decreto-Lei n.º 44 652, de 27 de Outubro de 1962.

³²⁵ Os seis volumes de Actas e Documentos digitalizados em 2018 pelo Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (ACMF) dizem respeito ao funcionamento

A composição do Grupo de Trabalho, que foi sofrendo alterações, começou por ser a seguinte: Diogo de Paiva Brandão, Secretário-Geral da Presidência do Conselho (Presidente e relator), António Pedrosa Pires de Lima (pelo Ministério do Interior), António Miguel Caeiro, desembargador da Relação de Lisboa (pelo Ministério da Justiça), Fernando Natividade Alves, adjunto do Director-Geral da Contabilidade Pública (pelo Ministério das Finanças), João Manuel Hall Themido (pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros), Artur Bonneville Franco, Director-Delegado das Novas Instalações para os Serviços Públicos e Mário Gonçalves Ferreira, Chefe dos Serviços Administrativos do LNEC (pelo Ministério das Obras Públicas), presidindo o segundo ao Subgrupo n.º 3, Fernando Pereira Bastos, Chefe de Repartição do Gabinete dos Negócios Políticos (pelo Ministério do Ultramar), Carlos da Silva Gonçalves, Chefe de Repartição da Direcção-Geral do Ensino Primário (pelo Ministério da Educação Nacional), presidindo ao Subgrupo n.º 4, José Ferreira, Inspector-Chefe da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas (pela Secretaria de Estado da Agricultura), Augusto dos Santos César Pereira, Técnico da Comissão de Coordenação Económica (pela Secretaria de Estado do Comércio), Fernando Duarte Costa da Silveira, Chefe de Secção da Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos (pela Secretaria de Estado da Indústria, embora algumas vezes se pronuncie em nome das três Secretarias de Estado do Ministério da Economia), Miguel José de Bourbon Sequeira Braga, Técnico do

do GT n.º 14 em Plenário e incluem a totalidade das respectivas Actas-Resumo, da A/R n.º 1, relativa à reunião de 27 de Outubro de 1965, à A/R n.º 49, relativa à reunião de 11 de Março de 1969, e muitos outros documentos, uns carreados para o Grupo para apoio ao seu trabalho, outros produzidos pelo próprio Grupo, alguns dos quais deram origem a decisões governamentais. O ACMF recebeu, com estes volumes, os relatórios dos Subgrupos n.º 2 e n.º 4 e cinco pastas relativas ao funcionamento do Subgrupo n.º 5, que conta igualmente digitalizar e publicar. Anteriormente dispunha já de documentação presumivelmente entregue na DGCP pelos representantes do Ministério das Finanças, relativa designadamente aos relatórios dos Subgrupos n.º 1 e n.º 3.

Gabinete de Estudos e Planeamento dos Transportes Terrestres, colocado no Gabinete do Ministro (pelo Ministério das Comunicações), António da Costa Figueira, Chefe de Repartição da Direcção-Geral do Trabalho e das Corporações, e Domingos Eugénio Conte de Moraes, Inspector da Previdência Social (pelo Ministério das Corporações), Alberto de Deus Baptista de Abreu, Director da Zona Hospitalar do Centro (pelo Ministério da Saúde), José da Mata de Sousa Mendes (pelo Secretariado Técnico, no qual é Director dos Serviços de Integração Económica³²⁶) e Presidente do Subgrupo n.º 5, e ainda, para além de outros representantes suplentes, Francisco António Godinho Lobo, Chefe da 11.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública (pelo Ministério das Finanças) e Cícero Vicente Galvão, Chefe de Repartição da Direcção Geral da Previdência e Habitações Económicas (pelo Ministério das Corporações Previdência Social), Presidentes, respectivamente dos Subgrupos n.º 1 e n.º 2, bem como João Salavessa Rodrigues Belo, Técnico da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho (Secretário do Grupo de Trabalho).

Tanto no Ministério das Obras Públicas como no Ministério das Corporações e Previdência Social a existência de dois representantes efectivos visa dar representação autónoma às estruturas de organização e métodos, através de Mário Gonçalves Ferreira (sendo suplente José Myre Dores,

³²⁶ Após a aprovação da proposta de Relatório Preliminar, ocorrida antes das férias de Verão de 1966, Júlio Augusto Dá Mesquita Gonçalves, anteriormente no Ministério do Ultramar, passa, também a figurar como elemento de ligação do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho no Grupo de Trabalho n.º 14, como sucederia aliás também em vários documentos de apreciação de relatórios de subgrupos. Inicialmente o Secretariado Técnico tivera como “elemento de ligação” com o Grupo de Trabalho n.º 14 José de Sousa Mendes, Director de Serviços de Integração Económica. Este participaria contudo, juntamente com Júlio Dá Mesquita Gonçalves, ou mesmo sozinho, em algumas das reuniões posteriores. Ambos transitariam para o Secretariado da Reforma Administrativa quando este foi criado mas continuaram a participar nas reuniões do Grupo de Trabalho n.º 14, respectivamente como Presidente e Secretário do Subgrupo n.º 5.

Chefe da Repartição de Expediente e Programas do LNEC), representando Artur Bonneville Franco a perspectiva das Novas Instalações para os Serviços Públicos, e de Domingos Eugénio Conte de Moraes (sendo suplente Cícero Vicente Galvão), ficando a cargo de António da Costa Figueira as questões do trabalho e regime de pessoal³²⁷.

Paralelamente, foi constituído um Grupo ou Comissão de Peritos presidido por Marcelo Caetano, a cuja aceitação o Presidente do Grupo de Trabalho se referiu na quarta reunião, em 16 de Dezembro de 1965, nos seguintes termos:

*Antes de se entrar na apreciação dos projectos de agenda dos vários subgrupos, disse querer dar ao Grupo de Trabalho uma notícia que por certo seria acolhida com grande satisfação: o Prof. Marcello Caetano havia acedido ao convite, que em nome do Sr. Ministro de Estado lhe dirigira, para presidir ao grupo de peritos, cuja constituição tinha ainda ficado em aberto*³²⁸.

Na sexta reunião, que teve lugar em 3 de Fevereiro de 1966³²⁹, voltando a referir “a excepcional competência do Presidente da Comissão de Peri-

³²⁷ Não vislumbramos, deste modo, fundamento para a afirmação de Ana Carina Azevedo no rodapé n.º 585 da sua já identificada tese de doutoramento: “*Os representantes dos Ministérios das Finanças, Obras Públicas, e da Secretaria de Estado da Indústria, do Ministério das Corporações e Previdência Social eram, obrigatoriamente, especialistas em organização e métodos*”. É certo que nos trabalhos preparatórios de constituição do grupo, que consultámos brevemente no arquivo do DPP (CIPIE 3.2.16) se previa que do Ministério das Finanças viesse um perito em organização e métodos e um em pessoal, e da Secretaria de Estado da Indústria um em organização e métodos, etc., mas tal deve-se verosimilmente à circunstância de serem já conhecidos os nomes dos que viriam a ser indicados, tais como Fernando da Natividade Alves, Francisco Godinho Lobo e Fernando da Silveira.

³²⁸ ACMF, CIPIE, Grupo de Trabalho n.º 14, Actas e Documentos, Acta-Resumo n.º 4.

³²⁹ ACMF, CIPIE, Grupo de Trabalho n.º 14, Actas e Documentos, Acta-Resumo n.º 6.

tos”, informa sobre a composição alcançada para o Grupo ou Comissão: Manuel Jacinto Nunes³³⁰, Manuel Abranches Martins, Vice-Presidente do Tribunal de Contas³³¹, Augusto Sá Viana Rebelo, Presidente da Corporação da Indústria, assistido pelo Secretário-Geral Joaquim da Silva Pinto³³², o juiz desembargador João Borralho Ferreira Semedo, designado pelo Ministro do Ultramar em representação da Administração Ultramarina, e dois membros do próprio Grupo n.º 14, António Miguel Caeiro e Diogo de Paiva Brandão, Presidente do Grupo.

Segundo a acta da reunião, Mário Gonçalves Ferreira, representante do Ministério das Obras Públicas, terá afirmado “*Criara-se uma Comissão de Peritos constituída, sem dúvida, por pessoas altamente qualificadas mas não especialmente versadas, na sua maioria, em assuntos da Administração Pública*” e Carlos da Silva Gonçalves, representante do Ministério da Educação, sugeriu que se convidasse como perito estrangeiro o Professor Georges Langrod, o que o Presidente contrariou por razões de calendário, tendo por seu lado José de Sousa Mendes mencionado uma conversa que havia tido em Espanha com Langrod e em que este remetera para Marcelo Caetano eventuais apreciações sobre a situação portuguesa.

Diogo de Paiva Brandão viria posteriormente, mais precisamente na reunião plenária de 29 de Abril de 1966, a invocar um contacto com o grupo de peritos para transmitir ao Grupo de Trabalho n.º 14 que estes, e sobretudo a Corporação da Indústria, consideravam muito urgente a apresentação de propostas ao Governo, o que o Grupo de Trabalho considerou

³³⁰ Ex-Subsecretário de Estado do Tesouro do Ministro António Manuel Pinto Barbosa.

³³¹ Ex-Vice-Presidente da Comissão Central de Inquérito e Estudo da Eficiência dos Serviços Públicos.

³³² Mais adiante referido como aderente à criação do Instituto Português de Ciências Administrativas. Viria a pertencer ao Governo de Marcelo Caetano.

justificar que se avançasse com um relatório preliminar³³³. A Comissão de Peritos apoiou esta urgência mas não subscreveu qualquer parecer, uma vez que, como haveria de referir Diogo de Paiva Brandão depois de distribuído, em 1966, o Relatório Preliminar:

O Relatório fora também apresentado à Comissão de Peritos, mas, infelizmente, não tinha sido possível obter o respectivo parecer, visto ela haver entendido que a altura tardia de entrega desse documento praticamente no início do período de férias) a impedia de elaborar o seu parecer em tempo útil. Não obstante, continuou o Presidente, sabia ter sido publicado, no n.º 100 da revista “Documentación Administrativa”, um artigo do Prof. Marcello Caetano sobre “Problemas actuais da Administração Pública portuguesa”, o que permitiria conhecer o pensamento daquele ilustre Professor sobre a matéria³³⁴.

Após este algo insólito desenvolvimento não se voltaria nas Actas a falar do Grupo ou Comissão de Peritos. Quanto ao artigo “*Problemas actuales de la Administración Pública Portuguesa*”, publicado em espanhol com tradução de Miguel Junquera, foca quatro grandes problemas: os funcionários (o mais urgente, e onde, entre outros aspectos, se foca a concorrência do sector privado), a organização dos serviços, os métodos de trabalho e as relações com os administrados, não deixando de enfatizar a falta de uma lei geral de procedimento administrativo, para além do que dispunha o Código Administrativo. Possivelmente, terá sido a base de comunicação com esse mesmo título (em português) apresentada por Marcelo Caetano na “*Reunião com os directores-gerais dos Ministérios da Economia e Obras Públicas, na sequência do primeiro curso de formação em produtividade admi-*

³³³ ACMF, CIPIE, Grupo de Trabalho n.º 14, Actas e Documentos, Acta-Resumo n.º 9.

³³⁴ ACMF, CIPIE Grupo de Trabalho n.º 14, Actas e Documentos, Acta-Resumo n.º 16.

nistrativa” que teve lugar em 17 de Novembro de 1966 com apoio do INII³³⁵.

Não sendo possível descrever aqui a sequência completa dos trabalhos do GT 14, cabe referir que:

- foi desde o início disponibilizado aos seus membros, a título confidencial e sem indicação de autor, um trabalho intitulado “*Situação e perspectivas da eficiência da Administração*”, que o mandato do grupo explicava ter sido preparado nos trabalhos do Plano Intercalar de Fomento (1965-1967), e recomendava fosse tomado como *ponto de partida dos trabalhos do grupo*³³⁶, do qual foi extraído e também distribuído aos membros do Grupo um excerto denominado “Os vícios da burocracia e a ineficiência da Administração”;
- o Presidente do Grupo apresentou uma “*Comunicação do Presidente, com vista ao estudo das linhas gerais da Reforma Administrativa*” que serviu de base ao Relatório Preliminar do Grupo;
- o Relatório Preliminar foi finalizado em Julho de 1966 tendo sido o Grupo mais tarde informado que o Governo dera entretanto instruções para associar o sector privado à actividade do GT 14 e dos seus subgrupos n.ºs 1, 3, 4 e 5;
- o Relatório Preliminar foi sujeito a debate em plenário da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica nos dias 6 e 14 de Outubro de 1966³³⁷ e levado posteriormente – a instâncias

³³⁵ Azevedo, Ana Carina Gerardo da Silva (2014), *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial 1945-1974...*, Anexo 6, p. 404.

³³⁶ ACMF, CIPIE, Grupo de Trabalho n.º 14, Actas e Documentos. Não pudemos identificar no Arquivo do DPP o autor ou autores deste contributo para o Plano Intercalar de Fomento.

³³⁷ “Nota acerca das reuniões da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica para apreciação do “Relatório Preliminar sobre as linhas gerais da Reforma Administrativa”, e outros anexos à A/R n.º 25, ACMF, CIPIE, Grupo de Trabalho n.º 14, Actas e Documentos.

do Presidente do Grupo de Trabalho e por o relatório da proposta da Lei de Meios de 1967 já fazer referência aos trabalhos – à reunião do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, alargado aos Ministros do Interior, Justiça, Educação e Saúde e Assistência, que o aprovou na generalidade em 1 de Fevereiro de 1967 e encarregou o Grupo de preparar alguns diplomas, inclusive o que criaria o Secretariado da Reforma Administrativa;

Assim sendo, sucedeu que:

- as propostas contidas nos relatórios dos vários subgrupos, que foram sendo discutidas pelo GT 14, sobretudo as do Subgrupo n.º 3, ficaram condicionadas pela circunstância de as conclusões do Relatório Preliminar já estarem na generalidade aprovadas pelo Governo;
- não chegou a ser elaborado um Relatório Final ou Definitivo apesar de inicialmente previsto.

A extinção do GT 14 veio a decorrer de um diploma genérico, o Decreto-Lei n.º 49 132, de 18 de Julho de 1969.

O documento “*Situação e perspectivas da eficiência da Administração*” foca muitos dos aspectos que vieram a ser tratados no Relatório Preliminar e evoca muitos dos esforços e trabalhos antecedentes – “*as reformas publicadas a partir de 1929 nos domínios da administração financeira e do regime geral do funcionalismo*” com expressa referência ao diploma que criou, em 1929, a Intendência Geral do Orçamento³³⁸, o já referenciado artigo de Marcelo Caetano publicado na Revista *O Direito* em 1947, sobre os serviços da Presidência do Conselho, “*o articulado das leis de meios promulgadas desde o ano de 1950*”, os trabalhos da Comissão Central de Inquérito e Estudo da Eficiência dos Serviços Públicos, as Comissões de Simplifica-

³³⁸ Decreto 16 670 de 27 de Março de 1929.

ção Administrativa que funcionaram nos Ministérios a partir de 1959, o Decreto-Lei de 11 de Janeiro de 1960 a que o trabalho destas deu lugar³³⁹.

Refere ainda uma compilação de documentos sobre situação do pessoal, “*em útil trabalho editado pelo Ministério das Finanças em 1960, sob o título Melhoria das Condições Económico-Sociais do Funcionalismo Público*” (essencialmente uma colecção de diplomas sobre medidas de política de pessoal), as numerosas publicações do Gabinete de Estudos de António José Malheiro, um livro publicado por Aureliano Felismino³⁴⁰, a questão da produtividade dos serviços públicos, chegando a fazer uso da expressão “organização científica do trabalho administrativo”, e “*um notável trabalho editado pelo Ministério das Finanças em 1962 sob o título A Reforma Administrativa*”, ou seja, o já citado texto de Eduardo Sebastião Vaz de Oliveira, de quem também são elogiados escritos sobre funcionalismo público e sobre processo administrativo gracioso, a que já aludimos.

Toma ainda posição sobre a criação de serviços permanentes, considerando-a preferível ao recurso à constituição de comissões, mas parece admitir a criação de dois serviços centrais: um na Presidência do Conselho de Ministros, para a reforma administrativa e a política de pessoal, e outro no Ministério das Finanças, para as questões de organização e métodos.

Para além do reconhecimento do seu valor informativo, devendo anotar-se que foi utilizado na investigação de doutoramento de Ana Carina Azevedo, e sem prejuízo do interesse em se obter as actas e relatórios das comissões criadas em 1951 e em 1959, e de modo geral, os documentos nele referenciados importa relevar:

- que na “*Comunicação sobre as Linhas gerais da Reforma Administrativa*”, a qual o Presidente Diogo de Paiva Brandão se disponibilizara para elaborar, e depois fez, após a indicação de urgência colhida dos

³³⁹ DL n.º 42 800, já anteriormente referido.

³⁴⁰ Felismino, Aureliano (1960), *O Servidor do Estado Perante a Função...*

peritos, e com base na discussão, evoluir para Relatório Preliminar, o autor se declarou desde logo sintonizado com o estudo de 1962 *A Reforma Administrativa. Contribuição para os Trabalhos Preliminares*. e com os já referenciados documentos *Situação e perspectivas da eficiência da Administração*, e *Os vícios da burocracia e a ineficiência da Administração*, sendo a comunicação sujeita a observações críticas de todos os membros do Grupo que se quiseram pronunciar, ou seja, os representantes dos Ministérios do Interior, Finanças, Comunicações, Corporações e Previdência Social, Saúde e Assistência, e das Secretarias de Estado da Agricultura, da Indústria e do Comércio, e os Presidentes dos Subgrupos n.º 1 e n.º 2³⁴¹;

- que o preâmbulo do diploma que criou em fins de 1967 o Secretariado da Reforma Administrativa³⁴² se baseia nos elementos históricos já apresentados na *Situação e perspectivas da eficiência da Administração*, “demonstrando” que esta simbólica inauguração da Reforma Administrativa com a criação do Secretariado se insere numa perfeita continuidade da acção governativa de António de Oliveira Salazar, o único membro do Governo a assinar o diploma, e não representa qualquer ruptura.

Já em *A Reforma Administrativa. Contribuição para os Trabalhos Preliminares*. Eduardo Sebastião Vaz de Oliveira transcrevera várias declarações críticas da burocracia constantes de relatórios e diplomas da autoria de Salazar ou produzidos sob a sua responsabilidade política anteriormente a

³⁴¹ “As Conclusões e Recomendações” que complementam o Relatório Preliminar, datadas de 27 de Julho de 1966, são da autoria de Diogo de Paiva Brandão e José de Sousa Mendes (que retomam e complementam as “Conclusões” inicialmente formuladas por António Miguel Caeiro), sendo o primeiro também autor de uma Nota Prévia e de uma Sinopse.

³⁴² Decreto-Lei n.º 48 058, de 23 de Novembro de 1967.

1945³⁴³. A Reforma Administrativa portuguesa não colocaria questões de regime e constituiria uma forma de “renovar na continuidade”.

No entanto, não se pode recusar à actividade do Grupo de Trabalho n.º 14 uma efectiva influência na estruturação das orientações que em Fevereiro de 1967 vieram a ser adoptadas pelo Governo. Os debates no plenário do grupo e nos subgrupos, com liberdade de propositura e circulação dos documentos apresentados pelos membros, bem como no plenário da CIPIE, mostra que a participação de altos funcionários, alguns deles Directores-Gerais nomeados a título vitalício, e de representantes das corporações, é efectivamente valorizada, e surge como um mecanismo de consensualização e até de legitimação, sendo que a mera circulação pelos vários Ministros de um projecto de diploma não preparado neste contexto, que não deixaria de baixar aos serviços, talvez viesse a suscitar resistências por parte destes últimos.

António Pedrosa Pires de Lima apontaria no decorrer dos trabalhos um dos males que, a seu ver, contribuía para o desânimo dos dirigentes ao frequente desânimo dos dirigentes: “*Quero referir-me à penosa impressão que lhes causa que projectos de diplomas elaborados por incumbência dos respectivos Ministros, e que destes mereceram aprovação, quedarem largos meses, ou anos, ou indefinidamente, para ‘estudos’ em departamentos de outros Ministérios*”, acrescentando logo a seguir “*Afigura-se-me imperiosa a regulamentação da marcha dos projectos de diploma aos quais a Presidência do Conselho tenha dado seguimento*”³⁴⁴.

³⁴³ *A Reforma Administrativa. Contribuição para os Trabalhos Preliminares*. incluiu referências a “A Reorganização Financeira”, *Dois anos no Ministério das Finanças, 1928-1930* (pp. 39-40), *Relatório do Orçamento para 1933-1934* (p. 41), “A função pública e a burocracia”, *Discursos e Notas Políticas*, Vol. III, 1938-1943 (p. 42), relatório do Decreto n.º 18 176, de 8 de Abril de 1930 (reforma da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (p. 59).

³⁴⁴ ACME, CIPIE, Grupo de Trabalho n.º 14, Actas e Documentos, Acta-Resumo n.º 10.

Os “veteranos” não deixam de exprimir livremente algumas opiniões mais cépticas, mesmo que se possa pensar que nem sempre estarão a exprimir posições previamente articuladas com os membros do governo que os designaram. Na documentação produzida no âmbito do Grupo de Trabalho n.º 14 e no debate do Relatório Preliminar pela CIPIE incluem-se afirmações muito críticas de António Pedrosa Pires de Lima tais como: “*Desde 1951 que se anda a falar em reforma administrativa sem que se vejam resultados correspondentes à expectativa criada*”³⁴⁵, e lê-se que Vasco da Cunha d’Eça, antigo Director-Geral do Secretariado Técnico representando agora o Ministro da Economia no plenário da CIPIE denuncia a Organização e Métodos enquanto “panaceia”, uma vez que deve estar inserida na Direcção por Objectivos³⁴⁶.

São referenciadas nos trabalhos do grupo e na bibliografia do *Relatório Preliminar sobre as Linhas Gerais da Reforma Administrativa* (Junho de 1966)³⁴⁷ quer intervenções e conclusões de Congressos Internacionais de Ciências Administrativas quer experiências de outros países, com apoio especialmente em textos publicados na *Revue Internationale des Sciences Administratives*, em *La Revue Administrative* francesa, na *Documentación Administrativa* espanhola, na *La Scienza e la Tecnica Della Organizzazione Nella Pubblica Amministrazione* italiana, e na *Revista do Serviço Público* brasileira, bem como nas comunicações apresentadas na II Semana de Estudos sobre a Reforma Administrativa, Madrid, 1959, no Colóquio Internacional sobre Formação de Funcionários promovido pela OCDE em Alcalá de Henares no ano de 1960, e nas Sessões de Estudo sobre Administração Pública e Desenvolvimento Económico igualmente promovidas pela

³⁴⁵ ACMF, CIPIE, Grupo de Trabalho n.º 14, Actas e Documentos, Acta-Resumo n.º 21.

³⁴⁶ ACMF, CIPIE, Grupo de Trabalho n.º 14, Actas e Documentos, anexo à Acta-Resumo n.º 25.

³⁴⁷ ACMF, CIPIE, Grupo de Trabalho n.º 14, Actas e Documentos, Vol I e Vol. III.

OCDE em Alcalá de Henares no próprio ano de 1965. Ou seja, há uma presença significativa de fontes relacionadas com o Instituto Internacional de Ciências Administrativas mas estão acessíveis outras fontes.

Existem também referências a Congressos Internacionais de Ciências Administrativas específicos: Berna (1947), Madrid (1956), a propósito da necessidade de um órgão central de Reforma Administrativa, Wiesbaden (1959), a propósito de serviços centrais de organização e métodos, Paris (1965). Em fase mais adiantada dos trabalhos, concretamente em reunião de 26 de Julho de 1967, o Presidente, Diogo de Paiva Brandão, relata a sua participação na Mesa Redonda de Copenhaga realizada naquele ano (aliás, já havia estado presente em 1965 no XIII Congresso Internacional de Ciências Administrativas) e elogia o desempenho de António Pedrosa Pires de Lima – que no Grupo representava o Ministério do Interior – na presidência de uma das secções da Mesa-Redonda³⁴⁸.

³⁴⁸ ACMF, Grupo de Trabalho n.º 14, Actas e Documentos, Acta-Resumo n.º 41.

7. A vida breve do Secretariado da Reforma Administrativa (SRA) e os seus sucessores

Durante as reuniões do Grupo de Trabalho n.º 14 o seu Presidente Diogo de Paiva Brandão sentiu-se a certa altura obrigado a rejeitar:

... a tendência denunciada na última reunião do Grupo de Trabalho n.º 14, para atribuir a este a aptidão e o encargo de centro propulsor e instrumento primordial da reforma administrativa. Tendência alarmante, pela sua generalidade e intensidade; tendência perigosíssima, por corresponder a um erro fundamental de perspectiva.

Tomando como referência o já aludido estudo *A Reforma Administrativa* divulgado em 1962 pelo Ministério das Finanças, acrescenta:

O Grupo 14 não reúne nenhum dos requisitos criteriosamente apontados pelo Ministério das Finanças: não é técnico; não é permanente; não é maleável e activo (no sentido que ali se indica); e, manifestamente, não é forte³⁴⁹.

Avançar-se-ia com determinação para a criação de um Secretariado da Reforma Administrativa com a perspectiva de se criar também um Conselho Superior de carácter consultivo. A Direcção do Secretariado foi assegurada inicialmente por inerência por Diogo de Paiva Brandão, em acumulação com a da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, mas o Conselho Superior não foi desde logo criado e o Grupo de Trabalho n.º 14, embora com reduzida actividade, não foi imediatamente extinto.

³⁴⁹ ACMF, CIPIE, Grupo de Trabalho n.º 14, Actas e Documentos, Informação do Presidente do Grupo de Trabalho ao Ministro de Estado anexa à Acta/Resumo n.º 23.

Sobre a criação do Secretariado da Reforma Administrativa em 1967 escreveu Júlio Dá Mesquita Gonçalves para o *Forum 2000* organizado pelo ISCSP:

A Reforma Administrativa em Portugal, no dito sentido de acção sistemática e permanente de modernização da Administração Pública, nasceu do processo de planeamento económico e social, sob o impulso do Ministro de Estado Adjunto, Doutor Mota Veiga (actual Reitor da Universidade Lusitana) e com, suponho, uma certa indiferença do Doutor Oliveira Salazar.

Nos anos 60, não dispondo de trabalhos nacionais extra-jurídicos que os inspirassem, os técnicos do Secretariado da Reforma Administrativa lançaram-se ao estudo da informação teórica externa, abordaram as ricas experiências da Itália, de Espanha, da Bélgica, da Suécia, do Reino Unido, da Venezuela, do Brasil...

... Estávamos nisto, com a reforma administrativa no seu começo e aconteceu uma surpresa: com a morte política do Doutor Oliveira Salazar e com a sua substituição pelo Doutor Marcello Caetano e face ao currículo deste, quando se esperavam abertamente melhores dias para a Administração Pública e um caminhar mais forte da Reforma Administrativa, aconteceu, Senhoras e Senhores, precisamente o contrário de todo inesperado...

... O desinteresse – não sei se má vontade – pela reforma administrativa acabou o antigo professor de Direito por manifestá-lo com indubitável clareza, acabando com o Secretariado da Reforma Administrativa. O Decreto-Lei n.º 622/70, de 18 de Dezembro, veio fundi-lo na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho, onde lhe atribuiu uma simples Direcção de Serviço³⁵⁰.

José de Sousa Mendes que, tal como Júlio Dá Mesquita Gonçalves, estivera ligado ao Secretariado Técnico da Presidência do Conselho e transi-

³⁵⁰ Júlio Dá Mesquita Gonçalves (1999), “A reforma administrativa em Portugal: os primórdios, a teoria, a panorâmica e a finalidade”, *Reformar a Administração Pública, um Imperativo*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

tara para o Secretariado da Reforma Administrativa, corroborou, em parte, durante o mesmo Fórum a narrativa do seu “*companheiro de trabalho de alguns anos*” e situou ainda durante o ano de 1969 a frustração das expectativas criadas em torno do Secretariado da Reforma Administrativa, do qual era Director de Serviços, como o tinha sido do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho:

*Gorou-se a expectativa de um mais forte apoio político à reforma decorrente da mudança de Chefe de Governo e o desânimo instalou-se com a escolha para a direcção-geral do órgão orientador da reforma de quem estava completamente alheado do processo. Assim, a consequência mais imediata foi o natural desmantelamento da equipa de trabalho existente, com a saída em 1969 de alguns elementos que durante muitos anos tinham contribuído para a edificação de uma obra não apenas necessária mas indispensável*³⁵¹.

A escolha por parte de Marcelo Caetano de Américo Campos Costa, juiz de direito, para Director-Geral do Secretariado da Reforma Administrativa³⁵², lugar para o qual viria a ser nomeado no início de 1969³⁵³, é também aparentemente considerada menos positiva por Júlio Dá Mesquita Gonçalves, mas este docente do ISCSPU tem um capital de queixa específico:

... só em 1967 começou, a nível universitário, a ensinar-se Ciência da Administração. Foi aqui no ISCSP e numa licenciatura logo depois considerada ilegal e

³⁵¹ José da Mata de Sousa Mendes (1999), “A reforma administrativa e o processo de desenvolvimento”, *Reformar a Administração Pública, um Imperativo*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

³⁵² F.S. (1969), “Secretariado da Reforma Administrativa”, *Ciências Administrativas* n.º 1, pp. 52-53.

³⁵³ Portaria de 29 de Janeiro publicada por extracto no *Diário do Governo*, II Série, de 7 de Fevereiro de 1969.

extinta, sendo Ministro da Educação o Prof. José Hermano Saraiva e Primeiro-Ministro o Doutor Marcello Caetano^{354,355}.

A integração dos serviços do Secretariado da Reforma Administrativa na Secretaria-Geral do Conselho de Ministros na qual, diga-se em abono da verdade, foram os únicos a ter o nível de Direcção de Serviços³⁵⁶, terá suscitado na altura reacções, a ponto de Marcelo Caetano ter procurado justificá-la em intervenção sua no Conselho Coordenador da Função Pública criado pelo diploma que operou a integração, intervenção essa publicada pela Secretaria de Estado da Informação e Turismo³⁵⁷:

*A minha presença hoje aqui tem por fim testemunhar uma vez mais o interesse do Governo pela reforma administrativa... A reforma administrativa, como tantas vezes se tem recordado, não reside numa lei. Mas numa acção. Numa acção [...] que não pode dispensar um quartel-general. Esse quartel-general está naturalmente na presidência do Conselho. Criado em Novembro de 1967 com a designação de Secretariado da Reforma Administrativa, foi transformado recentemente numa Direcção de Serviços da Secretaria-Geral da Presidência. Com esta transformação não se quis minimizar a importância do órgão central da reforma: mas apenas concentrar serviços e assegurar mais íntimo e directo contacto deles com quem tenha de superiormente orientá-los e comandá-los*³⁵⁸.

³⁵⁴ Marcelo Caetano foi Presidente do Conselho de Ministros e não “Primeiro-Ministro”.

³⁵⁵ Adriano Moreira seria afastado da Direcção do ISCSPU em 1969.

³⁵⁶ Decreto-Lei n.º 622/70, de 18 de Dezembro.

³⁵⁷ Caetano, Marcello (1971), *O Governo quer a Reforma Administrativa*, discurso pronunciado pelo Presidente do Conselho na 1.ª reunião do Conselho Coordenador da Função Pública, 13 de Abril de 1971, Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo.

³⁵⁸ Também publicado como “Discurso do Sr. Presidente do Conselho” (1971), *Ciências Administrativas* n.º 9, pp. 20-24.

Em rigor, não se deve esquecer que a ideia de a Secretaria-Geral vir a ser o órgão central da Reforma já havia sido equacionada por Marcelo Caetano 10 anos antes da criação da Secretaria-Geral e 20 anos antes da criação do Secretariado. De facto, o debate no Instituto Internacional de Ciências Administrativas sobre as estruturas de coordenação do Executivo nos Congressos de Viena (1933) e de Varsóvia (1936) e concluído no Congresso de Berna (1947), havia levado, como já referimos, Marcelo Caetano a defender em *O Direito* a criação de uma Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros integrando:

os serviços que actualmente pertencem à Secretaria da Presidência do Conselho ... acrescidos de um serviço técnico de preparação legislativa ... um serviço de coordenação administrativa, que tenha a seu cargo a elaboração de textos aplicáveis a todos os serviços e a todos os funcionários, a reunião da documentação geral da actividade do Governo, o estudo das reformas a introduzir nos serviços, etc. e a Administração da Imprensa Nacional^{359,360}.

Este artigo não passou aliás despercebido ao autor da *Situação e perspectivas da eficiência da Administração*, que o utilizou para defender que o serviço central de reforma deveria funcionar na Presidência do Conselho. Cumpre também esclarecer que Diogo de Paiva Brandão, nos documentos e intervenções que produziu no âmbito do Grupo de Trabalho, sempre distinguiu entre um Secretariado Geral da Reforma Administrativa/Direcção-Geral da Função Pública, com estatuto de Direcção-Geral, e um Secretariado Técnico da Reforma Administrativa ou simplesmente Secretariado

³⁵⁹ M.C. (1947), “O Chefe do Governo e a organização dos seus serviços”, *O Direito*, n.º 8...

³⁶⁰ Veio a ser criada pelo Decreto-Lei n.º 41 383, de 22 de Novembro de 1957, sendo Marcelo Caetano Ministro da Presidência, com um âmbito mais reduzido do que o preconizado por este no artigo de 1947.

da Reforma Administrativa, integrado na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho tendo a solução legislativa adoptado um compromisso – o Secretariado da Reforma Administrativa teve estatuto de Direcção-Geral mas ficou provisoriamente sob a orientação do Secretário-Geral, tendo Marcelo Caetano, primeiro, nomeado o Director-Geral previsto, e depois, decidido reverter a decisão de atribuição do estatuto de Direcção-Geral.

De qualquer forma, em 1973, por se reconhecer que as tarefas da reforma administrativa que eram solicitadas à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho representavam um volume de trabalho desproporcionado em relação aos meios e ser necessário um órgão de reforma permanentemente atento, como explica o próprio Secretário-Geral Diogo de Paiva Brandão³⁶¹, foi novamente autonomizado um Secretariado da Administração Pública³⁶², o qual após a Revolução de Abril de 1974 daria origem a um departamento governamental denominado, consoante os Governos em que se inseriu: Secretaria de Estado da Administração Pública, Secretaria de Estado da Reforma Administrativa, Ministério da Reforma Administrativa, Secretaria de Estado da Modernização Administrativa.

A tese de doutoramento de Ana Carina Azevedo, que trabalhou vasta informação contida nos arquivos do Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII) – o qual tanto apoiou ou organizou cursos de produtividade na indústria como cursos de produtividade administrativa, na sua maioria em parceria com entidades da Administração Pública ou com estruturas de profissionais desta, constituindo o Anexo 6 da tese um importante manancial de dados sobre a realização destes cursos, os seus formandos e os seus monitores³⁶³ – mostra que não houve quebra na par-

³⁶¹ D.P.B. (1973), “Secretariado da Administração Pública”, *Ciências Administrativas* n.º 17, pp. 37-42.

³⁶² Decreto-Lei n.º 265/73, de 29 de Maio, e Decreto n.º 269/73, de 30 de Maio.

³⁶³ Azevedo, Ana Carina Gerardo da Silva (2014), *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial 1945-1974...*, pp. 218-238, Anexo 6.

ceria que neste domínio era mantida com o INII quando o Secretariado da Reforma Administrativa se transformou numa Direcção de Serviços da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

Assessoriamente, a informação reunida permite também perceber que o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU) esteve fortemente empenhado no processo de formação em produtividade administrativa dando Ana Carina Azevedo nota de que o Instituto “*organizou em 1966-67 um curso de produtividade administrativa dirigido às chefias dos quadros ultramarinos e alunos finalistas das Faculdades de Lisboa*”³⁶⁴, o que não pode, julgamos, ser desligado da visão estratégica que o levou a tentar avançar para uma licenciatura em Ciências da Administração.

Será adequado afirmar, como o faz aquela investigadora, que o Secretariado da Reforma Administrativa, criado em 1967, é o “*organismo responsável pela difusão dos princípios da organização científica do trabalho na Administração do Estado*”³⁶⁵?

Como a autora refere logo no plano de redacção da sua tese, a referência expressa à Organização Científica do Trabalho acaba a partir de certa altura por ser afastada, e “*os seus métodos passam a ser difundidos de forma camuflada, sob a designação genérica de ‘métodos de produtividade’ sendo utilizados como instrumento para a obtenção das desejadas melhorias de produtividade que conduziriam à aceleração do crescimento económico*”³⁶⁶, e, se o articulado da Lei de Fomento e Reorganização Industrial³⁶⁷ considera a “*adoção de métodos de organização científica do trabalho uma das formas de reorganização industrial*” (Base VII, alínea g)), já nos três diplomas relativos à criação

³⁶⁴ Azevedo, Ana Carina Gerardo da Silva (2014), *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial 1945-1974...*, pp. 223, Anexo 6.

³⁶⁵ Azevedo, Ana Carina (2014), *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial 1945-1974...*, pp. 3, 145-148, 222-225, 226-237.

³⁶⁶ Azevedo, Ana Carina (2014), *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial 1945-1974...*, pp. 22, 184-218.

³⁶⁷ Lei n.º 2 005, de 14 de Março de 1945.

do Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII) é preciso chegar ao diploma mais baixo da hierarquia para, com algum esforço a reconhecer no Artigo 20.º a propósito do 2.º Serviço do INII³⁶⁸.

A referência à “OCT” pode aparecer em declarações públicas, relatórios, debates, inclusive nos parlamentares, mas a partir de certa altura anda arredia dos articulados dos diplomas legais. Na Administração Pública é sob a designação “Organização e Métodos” que as ideias são popularizadas, não como “OCTA” ou “Organização Científica do Trabalho Administrativo”³⁶⁹, sendo que acabam por ser utilizadas em acções de formação as designações “Produtividade Administrativa” e “Organização do Trabalho Administrativo”. Eduardo Sebastião Vaz de Oliveira no seu trabalho de 1962 parece estar consciente de que o termo “científico” é deliberadamente evitado, e faz referência em itálico ao carácter *científico* da nova técnica (OM)³⁷⁰.

Quanto ao verdadeiro peso da “Organização e Métodos” no Secretariado da Reforma Administrativa, importa cotejar quer o Relatório do Subgrupo de trabalho n.º 3 – Organização e Métodos Administrativos ou simplesmente Organização e Métodos, também denominado “Relatório sobre a criação e normas de funcionamento de serviços de organização e métodos” na versão de Dezembro de 1965 e na versão final datada de 1966, em que Ana Carina Azevedo se apoia largamente, quer a documentação que sobre ele e sobre a possível incidência das suas sugestões no campo de actuação do futuro Secretariado da Reforma Administrativa vai sendo produzida em 1967³⁷¹, com referências em parte vertidas no preâmbulo do Decreto-Lei

³⁶⁸ Lei 2 089, de 8 de Junho de 1957, Decreto-Lei n.º 42 120 e Decreto n.º 42 121, ambos de 23 de Janeiro de 1959.

³⁶⁹ Encontrámo-la numa intervenção de Miguel Sequeira Braga, representante do Ministério das Comunicações, no Grupo de Trabalho n.º 14, reportada aos CTT.

³⁷⁰ Oliveira, Eduardo Sebastião Vaz de (1962). *A Reforma Administrativa ...*, p. 30.

³⁷¹ Arquivo digital do Ministério das Finanças, Processo DGCP/15/001/196, Relatórios do Grupo de Trabalho n.º 14 – Subgrupo n.º 3 (Organização e Métodos).

que, criando o Secretariado, faz um largo historial dos antecedentes e vai beber igualmente à *Situação e perspectivas de eficiência da Administração*³⁷².

Segundo o relatório do Subgrupo, a experiência da Comissão Central de Inquérito e Estudo da Eficiência dos Serviços Públicos, a previsão da criação de um serviço permanente na Lei de Meios para 1958, considerada como “*referência inequívoca à criação de um serviço central O.M.*”, a resolução do Conselho de Ministros de 1959, que criou Comissões de Simplificação Administrativa, as orientações da Lei de Meios de 1962, a existência já de vários serviços e núcleos com experiência de actividade do domínio O.M., a própria criação do Grupo de Trabalho n.º 14 e do Subgrupo n.º 3, tudo apontaria e convergiria para a criação de uma rede O.M. que englobaria núcleos a nível das Direcções-Gerais, serviços a nível de Ministérios, e um serviço central O.M. (S.C.O.M.) para a criação do qual, depois de se indicarem dotações em recursos materiais, humanos e financeiros em cada um dos níveis, se junta um projecto de decreto-lei³⁷³.

Se nos ativermos à *Situação e perspectivas da eficiência da Administração*, que o Grupo de Trabalho n.º 14 estava autorizado a tomar como ponto de partida das suas propostas, a experiência das Comissões de Simplificação Administrativa estava ultrapassada:

No entanto, a lição fundamental a reter desta experiência, bem como de outras análogas que se têm efectuado – é a de que as comissões não podem dispensar nem substituir um organismo técnico central que estude, esclareça, impulsione e coordene. O “amadorismo” das comissões só por si não é bastante; torna-se indispensá-

³⁷² Decreto-Lei n.º 48 058, de 23 de Novembro de 1967, já referido.

³⁷³ Anexo VII – “Providências legais em correlação com a conjuntura actual” ao relatório do Subgrupo n.º 3 do Grupo de Trabalho n.º 14. Arquivo digital do Ministério das Finanças, Processo DGCP/15/001/196.

*vel a acção de base de um órgão técnico de carácter permanente, servido por pessoal especializado que trabalhe em regime de dedicação exclusiva*³⁷⁴

Conforme se referiu, a constituição de tal órgão foi expressamente determinada pelo artigo 10.º da Lei n.º 2 090, de 21 de Dezembro de 1957. E a prova de que o legislador não mudou de ideias está no Artigo 26.º da Lei n.º 2 111, de 21 de Dezembro de 1961, e na passagem do relatório da correspondente proposta em que se alude à criação de um serviço técnico geral e de um serviço técnico-político permanente, depois de se haver referido o cuidado com que há de escolher-se o órgão director incumbido de promover a realização dos objectivos de reforma administrativa.

No entanto, a proposta do Subgrupo n.º 3, discutida no plenário do GT 14 em 3 e 17 de Maio e em 7 de Junho³⁷⁵ de 1967 suscitou, desde logo, reacções do Ministério das Finanças quanto à autonomia administrativa e financeira proposta e quanto à possibilidade de o Tesouro suportar os encargos correspondentes³⁷⁶, mas só após várias reuniões surge, datado

³⁷⁴ Em rodapé dizia-se no estudo: “*As próprias comissões de simplificação o reconheceram. Numa das primeiras reuniões da comissão coordenadora foi sugerida, com vista a assentar em bases firmes as subsequentes fases do trabalho das comissões, a criação de um centro de estudos ou grupo de trabalho destinado a estudar, simultaneamente em nível científico e de técnica aplicada, a organização, eficiência e produtividade do trabalho burocrático*”.

³⁷⁵ ACMF, CIPIE, Grupo de Trabalho n.º 14, Actas-Resumo n.ºs 35, 36 e 38, respectivamente.

³⁷⁶ O Ministério das Finanças esteve representado no Subgrupo n.º 3 não por um dirigente da DGCP mas por Maria Teresa Graça de Lemos, que segundo informação obtida com o apoio do ACMF, pertenceria já nessa data à DGCI, organismo que tinha uma experiência importante no âmbito da informação do público, reportada nos trabalhos preparatórios do Congresso Internacional de Ciências Administrativas de Paris (1965), com a criação em 1959 do Serviço de Informações Fiscais. Esta jurista, já falecida, viria a ter um papel relevante na introdução do IVA em Portugal.

de Julho desse ano, um Parecer do Grupo de Trabalho³⁷⁷, também assinado, um tanto contrariadamente, por Mário Gonçalves Ferreira, Presidente do Subgrupo n.º 3 (que considerava não ter a posição do Subgrupo ficado bem reflectida no Parecer) apontando, em conformidade aliás com as linhas gerais já adoptadas pelo Grupo, para uma estratégia mais gradualista e para a mera criação de um núcleo central O.M. no Secretariado da Reforma Administrativa.

O Relatório Preliminar do Grupo de Trabalho n.º 14 aprovado em Plenário um ano antes, numa altura em que Mário Gonçalves Ferreira, como mostram as actas e o Presidente não deixou de enfatizar³⁷⁸, registava dificuldades quer em comparecer às reuniões plenárias quer em garantir a conclusão do relatório do Subgrupo n.º 3 a que presidia, e o entendimento do Grupo fora no sentido de, dada a escassez de quadros com formação em organização e métodos, não criar desde logo um Serviço Central, mas sim continuar a estimular a criação de competências em matéria de O.M. nos organismos e secretarias-gerais.

O representante do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros – Júlio Dá Mesquita Gonçalves – emitiu mesmo parecer no sentido de considerar a actividade dos serviços O.M. apenas relacionada, no futuro Secretariado da Reforma Administrativa, cujo diploma criador estava já em fase de elaboração, com a vertente “Métodos de trabalho e funcionamento” excluindo a de “Estrutura dos quadros e orgânica dos serviços” (quando muito poderia pronunciar-se sobre a “revisão de estruturas internas” mas não sobre macro-estruturas), afastando também, a nível de Direcção-Geral, a inclusão no âmbito da O.M. do acolhimento do pessoal, da recepção do público, e da informação externa, tarefas a confiar a outros

³⁷⁷ ACMF, CIPIE, Grupo de Trabalho n.º 14, Anexo n.º 7 à A/R n.º 41 e Anexo n.º 1 à A/R n.º 42.

³⁷⁸ ACMF, CIPIE, Grupo de Trabalho n.º 14, Actas e Documentos, Acta – Resumo n.º 15.

serviços, e a nível de Ministério, da organização de cursos, devendo ficar restrita à mera divulgação de métodos e técnicas³⁷⁹.

Nestas condições, podemos dizer que o Secretariado da Reforma Administrativa inclui no seu âmbito as preocupações com organização e métodos, mas apresentá-lo como responsável pela difusão dos princípios de organização científica do trabalho pode levar a sobrestimar a importância dessas preocupações na reforma administrativa.

O mesmo tipo de pretensão de criação de um serviço central especializado surgiu, com menor intensidade, nos debates do Subgrupo n.º 1 – Formação de Pessoal, coordenado por Francisco Godinho Lobo, visualizando-se a constituição de um serviço central de pessoal na Presidência do Conselho de Ministros, suscitando o mesmo tipo de resposta, ou seja, numa primeira fase essas preocupações seriam assumidas pelo Secretariado da Reforma Administrativa³⁸⁰.

Nas reuniões plenárias do Grupo e no próprio documento intitulado *Situação e perspectivas de eficiência da Administração* que recebeu dos trabalhos do Plano Intercalar de Fomento foi insistentemente afirmada a existência de um “êxodo” ou “deserção” de funcionários para as actividades privadas. A propósito deste êxodo ou deserção referem-se questões como o desnível de remunerações e de benefícios de segurança social em relação às entidades privadas e também a concorrência dos “novos organismos” com “serviços públicos tradicionais” em termos de condições oferecidas ao pessoal.

Também se identificaram situações de precariedade e instabilidade dos vínculos e até o pagamento de pessoal por verbas estranhas às respectivas

³⁷⁹ ACME, CIPIE, Grupo de Trabalho n.º 14, Actas e Documentos, Acta – Resumo n.º 38 e Anexo n.º 2 à Acta.

³⁸⁰ ACME, Gabinete de Estudos António José Malheiro, *Estudos sobre Modernização Administrativa*, Parecer do Grupo de Trabalho n.º 14 sobre o Relatório do Subgrupo n.º 1 – Formação de Pessoal.

dotações, inclusive verbas dos próprios Planos de Fomento. A necessidade de um “Estatuto”, que seria um Estatuto dos Funcionários Civis, é insistentemente defendida. O artigo de Marcelo Caetano publicado na *Documentacion Administrativa*, a que já fizemos referência, também aborda exaustivamente as preocupações com a política de função pública e a dificuldade de recrutar e manter funcionários.

É certo que o Relatório Preliminar não se foca só numa vertente e dá uma definição abrangente de Reforma Administrativa como o “*conjunto de providências tendentes a assegurar, de forma permanente e sistemática, a renovação e o aperfeiçoamento da Administração Pública, no tríplice aspecto do rendimento do factor humano, da estrutura dos serviços e das técnicas do seu funcionamento, tendo em vista a sua melhor adaptação ao prosseguimento dos fins do Estado e às exigências dos processos de transformação social*”, apontando a necessidade de melhorar o funcionamento da Administração Pública nessas três vertentes.

Ana Carina Azevedo chama na sua tese de doutoramento a atenção para o preâmbulo do Decreto-Lei n.º 42 046 de 23 de Agosto de 1962, relativo à actualização de vencimentos, o qual realça que as medidas de melhoria de remunerações terão de ser compensadas por ganhos no domínio da reorganização administrativa, afinal, de “eficiência” e estas problemáticas andariam de facto interligadas desde os anos 1950, mas na década de 1960 os encargos da “defesa do ultramar”, por um lado, e o incremento da inflação, por outro, tornariam a questão ainda mais difícil de equacionar.

8. O Instituto Português de Ciências Administrativas (I.P.C.A.)

Constituição e instalação

A ligação ao Instituto Internacional de Ciências Administrativas vinha entretanto sendo reequacionada pelos mais directos intervenientes. No artigo de António Pedrosa Pires de Lima, “Portugal e o Instituto Internacional de Ciências Administrativas”, a frente interna tem exigências claras:

*Impunha-se estruturar devidamente a Secção do Instituto: chamar à colaboração novos elementos, de formações distintas e exercendo actividade profissional nos vários sectores; divulgar no País os trabalhos realizados no seio do Instituto Internacional; e principalmente, promover o estudo de matérias que interessam ao conhecimento e ao progresso da Administração Pública, quer sob o aspecto jurídico, quer sob os aspectos técnico, económico ou social, proporcionando deste modo ampla colaboração com o Governo no prosseguimento das suas tarefas*³⁸¹.

Pelo que foram em 21 de Março de 1968 submetidos ao Ministro da Educação Nacional, Inocêncio Galvão Teles, os Estatutos de uma “*associação de fins científicos*” denominada Instituto Português de Ciências Administrativas³⁸², com características inspiradas nas academias e nas sociedades científicas – um número máximo de sócios efectivos (50), designados neste caso de entre professores universitários, magistrados, gerentes de autarquias locais ou de entidades de utilidade pública, funcionários que tenham pelo

³⁸¹ Lima, António Pedrosa Pires de (1969), “Portugal e o Instituto Internacional de Ciências Administrativas...”.

³⁸² Embora os Estatutos não consagrem uma designação abreviada, o Instituto sempre utilizou “I.P.C.A.” e não “IPCA”, opção que seguimos no presente texto.

menos a categoria de Chefe de Repartição ou equiparada, diplomados com curso superior que se dediquem a estudos administrativos e pessoas que participem na gestão de empresas concessionárias ou de interesse colectivo, com possibilidade de um número ilimitado de sócios colaboradores³⁸³.

Registem-se algumas peculiaridades que no regime das associações hoje vigente não seriam possivelmente admitidas. Por exemplo, no parágrafo único do Artigo 12.º: “*Sempre que o presidente do Tribunal de Contas seja sócio efectivo do Instituto competir-lhe-á, independentemente de eleição, a presidência do Conselho Fiscal*” e também no Artigo 21.º: “*Quando o estabelecimento de subsídios regulares seja condicionado a representação das entidades que os estabeleçam nos corpos gerentes, poderá a direcção, independentemente de alteração dos Estatutos, conceder à entidade subsidiante que designe um vogal do Conselho Fiscal, o qual deixará de ser eleito pela Assembleia Geral*” e no respectivo parágrafo único: “*Se mais de duas entidades estiverem nestas condições a Direcção ampliará o número de vogais do Conselho Fiscal até ao necessário para dar satisfação às condições dos subsídios*”³⁸⁴.

A aprovação ministerial dos Estatutos, então necessária ao reconhecimento de qualquer associação, foi concedida em 30 de Abril do mesmo ano, ou seja, com assinalável celeridade, não ficando prevista qualquer homologação dos corpos gerentes a eleger. Na notícia “Principais Actividades do Instituto Português de Ciências Administrativas até fins de Fevereiro de 1969”, assinada “J.S.M.” (José de Sousa Mendes) escrevia-se: “*Apesar de o Instituto Português de Ciências Administrativas só ter sido criado em 30 de Abril de 1968, pode dizer-se que ele, de certo modo, já existia, e não apenas na mente do seu principal fundador, o Prof. Marcello Caetano, autor dos estatutos que, desde há alguns anos, aguardavam oportunidade para virem*

³⁸³ *Estatutos do Instituto Português de Ciências Administrativas (aprovados por despacho do Ministro da Educação Nacional de 30 de Abril de 1968)*, Lisboa, 1968, Composição e Impressão, Coimbra Editora Lda.

³⁸⁴ *Estatutos do Instituto Português de Ciências Administrativas...*

a lume.”³⁸⁵. Não foi possível localizar o processo no arquivo digital da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, que também não respondeu a um nosso pedido de informação escrito.

Estipulavam os Estatutos que “*O Instituto poderá funcionar como secção portuguesa do Instituto Internacional das Ciências Administrativas*”, operando desta forma um novo posicionamento em termos de tutela, a qual pertencera em 1928 ao Ministério do Interior, passara *de facto* em 1946 para o Ministério dos Negócios Estrangeiros (possivelmente por o cargo ser acumulado na altura pelo Presidente do Conselho de Ministros) e ficava agora no Ministério da Educação Nacional, por incumbir a este a tutela da investigação científica. Este “poderá”, que António Pedrosa Pires de Lima no artigo “Portugal e o Instituto Internacional de Ciências Administrativas”³⁸⁶ transformou em “funcionará”, talvez visasse salvaguardar a necessidade de reconhecimento pelo Comité Executivo do IICA – mas logo a *International Review of Administrative Sciences* passou a referir o I.P.C.A. como Secção Portuguesa do IICA^{387,388}, tendo dado destaque também ao primeiro número de publicação do Boletim *Ciências Administrativas*³⁸⁹ e à recomposição dos órgãos sociais através da eleição de 1971³⁹⁰. Uma outra peculiaridade pode ser encontrada nas “Disposições finais e transitórias”

³⁸⁵ J.S.M. (1969), “Principais Actividades do Instituto Português de Ciências Administrativas até fins de Fevereiro de 1969”, *Ciências Administrativas*, n.º 1, pp. 115-126.

³⁸⁶ Lima, António Pedrosa Pires de (1969), “Portugal e o Instituto Internacional de Ciências Administrativas...”.

³⁸⁷ *Estatutos do Instituto Português de Ciências Administrativas...*

³⁸⁸ “Portuguese National Section”, “Chronicle of the Institute”, *IRAS*, June 1968, 34(2), pp. 196-197.

³⁸⁹ “Portuguese National Section”, “Chronicle of the Institute”, *IRAS*, June 1969, 34(2-3), p. 280.

³⁹⁰ “Portuguese National Section”, “Chronicle of the Institute”, *IRAS*, June 1971, 37(2), p. 309.

– Artigo 22.º, que determinam: “São considerados sócios efectivos fundadores do Instituto, os membros, à data da aprovação dos presentes estatutos, da secção portuguesa do Instituto Internacional das Ciências Administrativas, bem como os subscriptores do pedido de aprovação dos presentes Estatutos.”

Tanto quanto é possível concluir, a composição da Secção Nacional Portuguesa não conheceu uma incorporação formal de novos membros desde a ampliação de 1949 (a não ser pela já referida aceitação em 1961 como membros dos dois adjuntos de Aureliano Felismino), mas tanto a relação dos subscriptores do pedido de reconhecimento dos Estatutos, como a dos membros dos primeiros órgãos sociais e até, ao que cremos, a dos sócios, reflectem a circunstância de Marcelo Caetano continuar a influir na jovem geração de administrativistas, a acompanhar a actividade do Grupo de Trabalho n.º 14 e até ter sido chamado a divulgar os seus pontos de vista junto dos entusiastas de organização e métodos dos Ministérios da Economia e das Obras Públicas. No seu artigo já referenciado “*Problemas actuales de la administración pública portuguesa*” diria mesmo:

No puede negarse el esfuerzo constante que realiza la Administración en el sentido de modernizar sus métodos, extendiendo la mecanización, racionalizando impresos, simplificando expediente, centralizando suministros... Cabe al Ministerio de Finanzas el principal mérito en esa matéria, encontrando-se actualmente creados en otros ministerios servicios de organización y métodos com el empeño de llevar la acción reformadora lo más lejos posible. Los ministerios de Economía y Obras Públicas publican incluso, de forma conjunta, una revista periódica de O.&M.

A relação de subscriptores do pedido de aprovação dos Estatutos, segundo José de Sousa Mendes, membro da primeira Direcção, eleita em Junho de 1968, incluía 26 personalidades³⁹¹, que agruparemos como segue para efeitos de análise.

³⁹¹ J.S.M. (1969), “Principais Actividades do Instituto Português de Ciências Administrativas até fins de Fevereiro de 1969 ...”.

Membros da Secção Portuguesa em momento anterior à remodelação de 1949 ou abrangidos por esta, ou ainda detendo esta qualidade por terem sido admitidos posteriormente como membros titulares do Instituto:

Doutor Marcello José das Neves Alves Caetano, Professor da Faculdade de Direito de Lisboa, Dr. António Pedrosa Pires de Lima, Director-Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior, Doutor José Carlos Martins Moreira, Professor, aposentado, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Dr. Jaime Lopes dos Santos Dias, Director dos Serviços Centrais e Culturais, aposentado da Câmara Municipal de Lisboa, Doutor Artur Águedo de Oliveira, Presidente, aposentado, do Tribunal de Contas, Dr. Aureliano dos Anjos Felismino, Director-Geral da Contabilidade Pública do Ministério das Finanças e Drs. Sabino Silva da Costa Teixeira e Fernando Natividade Alves, adjuntos do Director-Geral da Contabilidade Pública do Ministério das Finanças.

Colaboradores da Secção Portuguesa em momentos posteriores à remodelação de 1949:

Dr. Diogo de Paiva Brandão, Secretário-Geral da Presidência do Conselho, Dr. Vasco Maria Vasques da Cunha d'Eça, Administrador de Empresa e ex-Director Geral do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, Doutor André Roberto Delaunay Gonçalves Pereira, 1.º Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Dr. José da Mata de Sousa Mendes, Director de Serviços do Secretariado da Reforma Administrativa.

Subscritores sem ligações anteriores à Secção Portuguesa mas colaboradores próximos de António Pedrosa Pires de Lima:

Dr. José Gaspar da Cruz Filipe, Chefe da 1.ª Repartição da Direcção-Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior, Dr. Cristiano Simões de Maia Alves, Chefe da 2.ª Repartição da Direcção-Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior.

Subscritores sem ligações anteriores à Secção Portuguesa:

Dr. Abílio Celso Lousada, Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Manuel Abranches Martins, Vice-Presidente do Tribunal de Contas, Dr.

Miguel Pádua Rodrigues Bastos, Juiz do Tribunal de Contas, Doutor Emídio Beirão Pires da Cruz, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Doutor Manuel Jacinto Nunes, Vice-Governador do Banco de Portugal, Dr. José Tomás Cabral Calvet de Magalhães, Director-Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Dr. Francisco José Rodrigues do Vale Guimarães, Director dos Serviços Administrativos da Administração – Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones³⁹², Eng. José Horácio de Moura, Governador Civil do Distrito de Coimbra³⁹³, Dr. Fernando Carlos Henrique Pereira Bastos, Inspector-Superior de Administração Ultramarina do Ministério do Ultramar, Dr. Henrique Martins Gomes, Director dos Serviços Centrais e Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Fernando Duarte da Costa Silveira, Secretário da Junta de Hidráulica Agrícola, Eng. Mário Gonçalves Ferreira, Chefe dos Serviços Administrativos do Laboratório de Engenharia Civil do Ministério das Obras Públicas.

No entanto, também se verifica a existência de:

Membros da Secção à data da remodelação de 1949, que participaram em actividades mas não subscreveram o pedido de aprovação dos Estatutos:

Dr. Mário Mathias (Secretário da Secção em 1949 e possivelmente ainda em funções no Ministério do Interior à data da constituição do I.P.C.A.)³⁹⁴, Doutor Afonso Rodrigues Queiró, Dr. Luís Esteves Fernandes³⁹⁵, Eng. Manuel Duarte Moreira de Sá e Melo³⁹⁶.

³⁹² Viria a ser Governador Civil de Aveiro sob Marcelo Caetano.

³⁹³ Fundador da União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho (UCIDT) em 1952, conforme consta de biografia que nos foi facultada por sua neta, Isabel Moura Anjinho.

³⁹⁴ 1899-1982, https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rio_Mathias.

³⁹⁵ 1897-1988, *Internet Archive*, Luís Esteves Fernandes.

³⁹⁶ J.S.M. (1969), “Principais actividades do Instituto Português de Ciências Administrativas de Agosto a Dezembro de 1969”, *Ciências Administrativas* n.º 3, pp. 115-118.

Membros da Secção à data da remodelação de 1949, de que não há notícia que tenham participado em actividades e que não subscreveram o pedido de aprovação dos Estatutos:

Eng. Albano do Carmo Rodrigues Sarmento³⁹⁷, Dr. Albino Tavares de Almeida³⁹⁸, Dr. Alfredo de Almeida Ferrão³⁹⁹, Dr. Mário Lampreia de Gusmão Madeira⁴⁰⁰.

As personalidades dos últimos dois grupos foram consideradas integradas no Instituto por força das disposições finais e transitórias dos Estatutos, sem inscrição, o que não seria possível no actual regime das associações, mas só Afonso Rodrigues Queiró assumiria funções num dos corpos gerentes do I.P.C.A., mais precisamente no Conselho Científico. Contudo, há notícia da intervenção de Manuel Sá e Melo numa sessão do Instituto sobre “Reforma Administrativa das Autarquias Locais” realizada em 17 de Dezembro de 1969⁴⁰¹ e de que Albano do Carmo Rodrigues Sarmento foi referenciado como sócio do I.P.C.A. nas “Principais Actividades do Instituto Português de Ciências Administrativas de Outubro a Dezembro de 1970”, publicadas nas *Ciências Administrativas*, n.º 7, aquando do seu falecimento. Noutros casos estariam já aposentados ou orientados para outros polos de interesse quando se constituiu o Instituto.

³⁹⁷ 1899-1970.

³⁹⁸ 1900-1988.

³⁹⁹ Já aposentado em 1958, conforme consta de obras de que foi autor. Não foi possível determinar se teria falecido antes do pedido de reconhecimento do I.P.C.A.

⁴⁰⁰ 1901-1985. Deputado antes de ser nomeado Governador Civil de Lisboa. Cruz, Manuel Braga da, e Pinto, António Costa (dir.) (2005), *Dicionário Biográfico-Parlamentar 1935-1974*, II Volume, M-Z, Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais/Assembleia da República, R.A.C. (Rita Almeida Carvalho), pp. 28-29. Foi Presidente do Sport Lisboa e Benfica e do Automóvel Club de Portugal.

1974/html/pdf/m/madeira_mario_lampreia_de_gusmao.pdf.

⁴⁰¹ J.S.M. (1969), “Principais actividades do Instituto Português de Ciências Administrativas de Agosto a Dezembro de 1969...”.

Nos nomes elencados nota-se, pelo menos, uma ausência de menção que suscita perplexidade, a do Inspector administrativo José Nunes Barata, que estivera presente no Congresso de Wiesbaden em 1959 com uma comunicação, e que no artigo de 1969 de António Pedrosa Pires de Lima era considerado como participante no esforço da Secção Portuguesa.

José Nunes Barata teve mandato de deputado nas VII, VIII e IX legislaturas, ou seja, foi sucessivamente eleito em 1957, 1961 e 1965, logo era deputado na altura em que participou no Congresso de Wiesbaden. Entre 1969 e 1973 foi procurador à Câmara Corporativa, adstrito à 6.^a Subsecção (Finanças e Economia Geral) da XII Secção (Interesses de Ordem Administrativa) e integrou a Secção Permanente, voltando em 1973 a ser eleito para a Assembleia Nacional. Terá sido fundador, com Oliveira Lírio, este confirmado como sócio do I.P.C.A., da *Revista de Direito Administrativo* e desempenhado a partir de 1961 funções na Comissão Executiva da União Nacional⁴⁰².

É-lhe conhecida uma intervenção extensa e bem construída, aquando do debate parlamentar da proposta de lei de autorização de receitas e despesas para 1968, em que referiu detidamente problemas profissionais e sociais dos funcionários, ironizando “*O sistema que tende a transformar a função pública num vasto serviço social de recuperação é extremamente oneroso*”, criticou a burocracia e propugnou pela Reforma Administrativa, enunciando todas as medidas tomadas até aí, incluindo a criação do Secretariado da Reforma Administrativa, vincando ser a reforma administrativa um elemento necessário para o progresso económico, e defendendo em especial uma tripla actuação no domínio da formação de pessoal: atenção

⁴⁰² Castilho, José Manuel Tavares (2009), *Os Deputados da Assembleia Nacional (1935-1974)*, Lisboa: Assembleia da República e Texto Editores, p. 316; Cruz, Manuel Braga da, e Pinto, António Costa (dir.) (2004), *Dicionário Biográfico-Parlamentar 1935-1974*, I Volume, Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais/Assembleia da República, 2004-2005, R.B. (Rita Borges), pp. 217-218.

imediatamente à formação de especialistas de “Organização e Métodos” e à formação acelerada em sectores muito carenciados, mas também à criação imediata de uma Escola Nacional de Administração Pública, a propósito da qual mostrou conhecer a experiência francesa⁴⁰³. Ou seja, este deputado encontra-se bem documentado e sintonizado com o movimento em curso, tinha trabalhado profissionalmente com António Pedrosa Pires de Lima, mas nem sequer sabemos se aderiu posteriormente ao I.P.C.A.

A proficiência de Marcelo Caetano no domínio das ciências administrativas, considerado com autonomia dentro do Direito, ou mesmo como área disciplinar própria, não era desconhecida. José Manuel Tavares Castilho, que dá conta das reacções da imprensa à nomeação do novo Presidente do Conselho de Ministros, transcreve do *Diário de Lisboa*, não afecto à Situação, uma extensa reflexão em que se incluem as seguintes considerações:

*Professor de Direito, especialista em Ciências Administrativas, o Dr. Marcello Caetano dispõe aí dos fundamentos esclarecedores em que, com o apoio da sua própria experiência, assentará as perspectivas de um novo estilo de acção*⁴⁰⁴.

O que nos leva a apreciar a justeza do comentário formulado por Marcelo Rebelo de Sousa no Prefácio à “Biografia política” de Tavares Castilho:

Como todas as escolhas, a efectuada pelo autor tem custos. Subalterniza domínios relevantes para a visão global do biografado – já que o político é inseparável do homem e do académico... Em termos mais específicos, ficam, por exemplo, mais pobres... dimensões não políticas puras da governação, como as económicas,

⁴⁰³ *Diário das Sessões* n.º 110, Ano de 1967, 13 de Dezembro, pp. 2081-2087. Intervenção a que também alude Ana Carina Azevedo na sua tese de doutoramento citada, rodapé 352.

⁴⁰⁴ Castilho, José Manuel Tavares (2012), *Marcello Caetano. Uma biografia política...*, pp. 429-430.

*sociais e administrativas, quer do Ministro da Presidência, quer do Presidente do Conselho de Ministros*⁴⁰⁵.

Repare-se em que Marcelo Caetano pontifica em círculos muito diversos, não parecendo haver no círculo que subscreveu o pedido de reconhecimento dos Estatutos do I.P.C.A. embora integrado por académicos e por altos funcionários, elementos comuns com o “Grupo da Choupana”⁴⁰⁶ e apenas um – Miguel Rodrigues Bastos – fez parte da nova Comissão Executiva da União Nacional e mais tarde da Acção Nacional Popular que lhe sucedeu⁴⁰⁷. Em todo o caso, quando se forma o Governo de Marcelo Caetano três dos que viriam a ser seus membros – Rui Alves da Silva Sanchez, César Moreira Baptista e Joaquim da Silva Pinto – são já sócios do Instituto⁴⁰⁸.

Dos envolvidos no I.P.C.A. – nesta fase ou posteriormente – alguns cessariam as suas carreiras após a Revolução de 25 de Abril mas outros tais como Diogo Freitas do Amaral, Manuel Jacinto Nunes, António de Sousa Franco, André Gonçalves Pereira, Marcelo Rebelo de Sousa (autor de várias recensões na secção “Bibliografia” do Boletim)⁴⁰⁹ viriam a desempenhar altos cargos políticos.

⁴⁰⁵ Sousa, Marcelo Rebelo de (2012), “Prefácio”, Castilho, José Manuel Tavares (2012), *Marcello Caetano. Uma biografia política*, Almedina, pp. 15-16. Coimbra: Edições Almedina.

⁴⁰⁶ Castilho, José Manuel Tavares (2012), *Marcello Caetano. Uma biografia política...*, pp. 368-369.

⁴⁰⁷ Afonso Queiró viria a aceitar integrar a Comissão Central da Acção Nacional Popular.

⁴⁰⁸ P.L. (1969), “Homenagem (Palavras proferidas em reunião do Instituto Português de Ciências Administrativas de 18 de Outubro de 1968)”, *Ciências Administrativas* n.º 1, Ano I, pp. 11-14.

⁴⁰⁹ Colaboração evocada em Sousa, Marcelo Rebelo de (2006), “Prefácio”, Tavares, António F. (coord.) (2006), *Estudo e ensino da administração pública em Portugal*, pp. 9-12. Braga, Centro de Estudos de Administração Pública/Escolar Editora.

Ainda segundo a crónica de J.S.M. que vimos citando, realizaram-se 12 reuniões de Direcção entre 19 de Junho de 1968 e fins de Fevereiro de 1969, tendo-se realizado seis “sessões gerais de trabalho” entre 24 de Julho de 1968 em que Marcelo Caetano apresentou “*uma comunicação acerca do problema geral do funcionalismo, seguindo-se-lhe animado debate*”, tendo-se definido “*um plano sobre Problemas da Função Pública*” até fins de Fevereiro de 1969. Surgem referenciados como sócios outros nomes: Eng. Pedro Nunes, Dr. Joaquim de Oliveira Lírio, Dr. Carlos Lobo, Eng. Raul Delerue.

Nos sucessivos números das *Ciências Administrativas* vão surgindo diversos outros nomes de personalidades portuguesas como conferencistas ou intervenientes em debates, mas, como não são restritos a sócios, só podemos confirmar essa qualidade, por haver referência expressa a esta, aos membros dos corpos gerentes eleitos em 1968 e 1971, ao Dr. Neto de Carvalho, Director do Instituto de Estudos Sociais, ao Doutor António de Sousa Franco, assistente e depois professor da Faculdade de Direito de Lisboa e ao Dr. Miguel Sequeira Braga, falecido em 1973, que havia sido um muito interveniente representante do Ministério das Comunicações no Grupo de Trabalho n.º 14. E ainda, julgamos, a Júlio Dá Mesquita Gonçalves, que participou na redacção do relatório nacional para o XIV Congresso Internacional de Ciências Administrativas (Dublin, Setembro de 1968) e assina com o seu nome (ou, melhor, com J.D.M.G. ou J.M.G.) diversas recensões nas *Ciências Administrativas* n.ºs 1 a 4 e n.º 6.

As “Principais Actividades” que vão sendo redigidas para o Boletim *Ciências Administrativas* irão dar conta do número de reuniões de Direcção (muito elevado nos primeiros tempos), de “sessões gerais de trabalhos”, de conferências proferidas em Lisboa por especialistas estrangeiros, designadamente em “*colaboração com o Secretariado da Reforma Administrativa, no sentido do aproveitamento da vinda ao País de peritos em matérias de administração, ao abrigo de programas de cooperação técnica da OCDE para a realização de sessões gerais amplas, com a participação não só de sócios do Instituto*”

Português de Ciências Administrativas mas da generalidade de dirigentes e funcionários da Administração interessados”⁴¹⁰, das deslocações ao estrangeiro, na sua maioria no âmbito da actividade do IICA, do crescimento do número de sócios (120 até fins de Julho de 1969), apontando-se em várias assembleias gerais posteriores para a importância de reforçar o número de sócios colaboradores, e até conforme comunicação feita na reunião ordinária da Assembleia Geral que teve lugar em 25 de Maio de 1971, proceder à admissão de novos sócios efectivos.

No plano logístico é de registar que, embora sediado oficialmente no início nas mesmas instalações que o Secretariado da Reforma Administrativa, e contando com numerosos apoios oficiais, como o dos Ministérios das Finanças e do Interior, a Secretaria de Estado da Informação e Turismo, o Secretariado da Reforma Administrativa e o Instituto de Alta Cultura, o I.P.C.A. não descarta a obtenção de recursos próprios, tendo em reunião extraordinária da Assembleia Geral realizada em 23 de Maio de 1969 sido fixado o valor de 100 escudos para a quota⁴¹¹. Também o Instituto de Estudos Sociais do Ministério das Corporações e Previdência Social⁴¹², “*por amável deferência do seu director, Dr. Neto de Carvalho, pôs à disposição as suas instalações para a efectivação das sessões do Instituto Português de Ciências Administrativas*”.

No último número de 1969 das *Ciências Administrativas*, já foi possível anunciar “*Conforme previsto, no princípio de 1970 entrará em funcionamento a sede do Instituto, sita na Avenida Casal Ribeiro, 48-7.º*”⁴¹³ (na

⁴¹⁰ J.S.M. (1969), “Principais actividades do Instituto Português de Ciências Administrativas de Março a Julho de 1969”, *Ciências Administrativas*, Ano I, n.º 2, pp. 85-128.

⁴¹¹ J.S.M. (1969), “Principais actividades do Instituto Português de Ciências Administrativas de Março a Julho de 1969...”.

⁴¹² Marcelo Caetano terá sido professor deste Instituto desde a sua criação, aliás noticiada na *IRAS*, June 1963, Vol. 29 (2), pp. 206-207.

⁴¹³ J.S.M. (1969), “Principais actividades do Instituto Português de Ciências Administrativas de Agosto a Dezembro de 1969...”.

realidade, no 6.º andar). A partir daqui as crónicas já não são assinadas por J.S.M. que, conforme atrás referimos, deixou o Secretariado da Reforma Administrativa em 1969, procurando outros rumos profissionais.

No primeiro número de 1970 (n.º 4) a crónica cobre o período de Janeiro a Abril de 1970 e dá conta da efectiva entrada em funcionamento da nova sede, no terceiro número desse ano (n.º 6), a relativa ao período de Maio a Setembro de 1970 afirma que a sede está a ser mobilada: *“Assim, estão já totalmente equipadas salas de conferências e cursos e a biblioteca, além da sala de reuniões da própria Direcção. É de prever que estes trabalhos fiquem concluídos durante o ano de 1971”*, e noticia a realização de uma reunião ordinária da Assembleia Geral, realizada em 16 de Junho de 1970 em que *“na ausência, por motivo de força maior”* de Pires de Lima coube a Diogo de Paiva Brandão relatar as actividades do Instituto e da Direcção em 1969, sendo que este dirigente:

Deu especial relevo ao facto de ter sido possível já, em ligação com a Associação Portuguesa de Produtividade Administrativa, conseguir instalação condigna para a sede do Instituto, onde a reunião decorreu, manifestando a esperança de se poder completá-la em prazo não muito dilatado.

Boletim Ciências Administrativas

O Boletim *Ciências Administrativas*, trimestral, publicou 17 números, do n.º 1 (Maio de 1969) ao n.º 17 (Junho de 1973), incluindo um número duplo, o n.º 14/15 (Outubro-Dezembro de 1972), apresentando-se sempre como “Propriedade do I.P.C.A. “e como “Publicação trimestral subsidiada pelo Instituto de Alta Cultura” e com uma Direcção integrada por António Pedrosa Pires de Lima (Director), Diogo de Paiva Brandão (Director-adjunto) e Fernando da Silveira (Editor), publicando essencialmente “Estudos e conferências” (nem sempre originadas pela actividade

do I.P.C.A.), “Documentação” (e por vezes notas e comentários sobre esta, particularmente legislação), “Bibliografia” (recensões) e “Crónica” (principais actividades do Instituto no período). No entanto, desde o n.º 8 que surgem na Crónica lamentos sobre atrasos na publicação do Boletim, que a publicação de um número duplo não consegue recuperar, sendo significativo que o pedido de subsídio apresentado para 1974 no Instituto de Alta Cultura mencione apenas a publicação das edições relativas a 1973.

Os arquivos do Instituto de Alta Cultura, que consultámos no Instituto Camões, revelam que o I.P.C.A. atribui uma tiragem de 1000 exemplares ao Boletim, pedindo um apoio de 50 mil escudos, para custos estimados na ordem dos 65 mil escudos “*aos quais haverá ainda a acrescer a remuneração a atribuir à pessoa que for designada para exercer as funções de editor e coordenador da publicação, sob a orientação da Direcção... o I.P.C.A. fará frente aos encargos em excesso dessa quantia, através do produto da venda dos exemplares, das quotizações dos sócios ou de outros fundos*”⁴¹⁴. Tiragem e difusão podem ser muito diferentes, uma vez que o Boletim informa terem sido facultados à Assembleia Geral do Instituto na reunião ordinária de 26 de Junho de 1972 “*números reveladores da expansão que se regista na difusão do Boletim, o que denota o interesse pelo mesmo suscitado*”⁴¹⁵.

Muito possivelmente, uma parte da edição seria distribuída gratuitamente, sendo que das bibliotecas da PORBASE registam o título a Biblioteca Pública Municipal do Porto, a Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa e a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. A Biblioteca do Tribunal de Contas regista-o igualmente e dispõe dos exemplares do n.º 1 ao n.º 16.

⁴¹⁴ PT/IC/1195/6, “Instituto Português de Ciências Administrativas. Plano de publicação de um Boletim Trimestral”, datado de 12.XII.68.

⁴¹⁵ “Principais actividades do Instituto Português de Ciências Administrativas de Janeiro a Março de 1972”, *Ciências Administrativas* n.º 13, pp. 77-79.

Também o Ministério das Finanças foi levado a apoiar financeiramente o I.P.C.A. em 1969, 1970, 1971, 1972, 1973 e 1974, com 100 000 escudos em cada um destes anos, invocando-se a necessidade de apoiar os seus programas de actividades ou os contactos internacionais (e em 1969 explicitamente a própria instalação numa sede), o que ficámos a conhecer por o Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças ter identificado como de interesse para a nossa investigação os processos da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, de que era Secretário-Geral Aureliano Felismino, relativos ao processamento, com isenção de duodécimos, desta e doutras despesas. Os pedidos terão sido assinados e os recibos emitidos, por Diogo de Paiva Brandão, Vice-Presidente da Direcção, que se identifica como Secretário-Geral da Presidência do Conselho.

Orgãos sociais e representação internacional

O Boletim *Ciências Administrativas* noticia apenas duas eleições de órgãos sociais:

Na Assembleia Geral de 6 de Junho de 1968⁴¹⁶ foram eleitos:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente-Conselheiro Doutor Artur Águedo de Oliveira

Vice-Presidente Dr. Aureliano Felismino

Secretários: Dr. Cristiano Maia Alves

Dr. José Gaspar da Cruz Filipe

DIRECÇÃO

Presidente – Professor Doutor Marcello Caetano

Vice-Presidentes – Dr. António Pires de Lima

⁴¹⁶ J.S.M. (1969), “Principais Actividades do Instituto Português de Ciências Administrativas até fins de Fevereiro de 1969...”.

- Dr. Diogo de Paiva Brandão
- Vogais – Doutor André Gonçalves Pereira
- Dr. José de Sousa Mendes
- Dr. Fernando da Silveira
- Engenheiro Mário Gonçalves Ferreira

CONSELHO FISCAL

- Presidente – Conselheiro Dr. Abílio Celso Lousada
- Vogais – Dr. Francisco do Vale Guimarães
- Dr. Fernando Natividade Alves

CONSELHO CIENTÍFICO

- Prof. Doutor José Carlos Moreira
- Prof. Doutor Afonso Rodrigues Queiró
- Cons. Dr. Joaquim Trigo de Negreiros
- Cons. Dr. Manuel Abranches Martins
- Dr. Vasco da Cunha d'Eça

Repare-se que todos os membros da Direcção eram ou tinham sido membros do Grupo de Trabalho n.º 14 – Reforma Administrativa, à excepção dos “académicos” Marcelo Caetano, contudo Presidente do Grupo ou Comissão de Peritos, e André Gonçalves Pereira, pertencendo dois deles ao “sector” de organização e métodos, mais concretamente Fernando da Silveira, que já deixara a Direcção Geral dos Serviços Eléctricos da Secretaria de Estado da Indústria, em que tinha sido Chefe de Secção, pela Junta de Hidráulica Agrícola, criada em 1966, de que foi Secretário, e Mário Gonçalves Ferreira, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil⁴¹⁷.

Na Assembleia Geral Ordinária de 25 de Maio de 1971, tendo Marcelo Caetano comunicado não querer ser reeleito para um cargo que estava

⁴¹⁷ Segundo cremos, terá falecido durante o mandato.

impedido de desempenhar foram eleitos para o triénio de 1971-1973 os seguintes membros da Direcção:

Presidente – Dr. António Pedrosa Pires de Lima

Vice-Presidentes – Dr. Diogo de Paiva Brandão e Doutor André Roberto Delaunay Gonçalves Pereira

Vogais – Dr. Fernando Duarte Costa da Silveira, Doutor Diogo Freitas do Amaral, Eng. João Pimentel Freixo e Dr. Joaquim Seabra Lopes.

Os restantes membros dos órgãos sociais foram reconduzidos, com a única ressalva de a presidência do Conselho Fiscal passar a ser assegurada pelo Conselheiro Dr. Mário Valente Leal, Vice-Presidente do Tribunal de Contas que exercia então interinamente a respectiva presidência⁴¹⁸, e passou assim a exercer por inerência a Presidência do Conselho Fiscal do I.P.C.A.

Joaquim Seabra Lopes faria uma longa carreira dirigente no Ministério da Justiça⁴¹⁹, onde a partir de 1980 foi criado um Gabinete de Estudos e Planeamento cuja direcção veio a assegurar – o qual veio a absorver o Gabinete do Registo Nacional lançado para apoiar os grandes projectos relativos a identificação de pessoas singulares e colectivas – e foi relator nacional do tema “Informática e Administração” no Congresso de Roma (1971) no qual Duarte Nuno de Vasconcellos, Chefe de Divisão da Direcção de Serviços de Reforma Administrativa da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, integrou também a delegação portuguesa.

Refira-se por último que o Instituto, se organizou iniciativas de debate próprias ou em colaboração com outras entidades⁴²⁰, não terá produzido ou

⁴¹⁸ O Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, Gonçalves Rapazote, desempenhava à data o cargo de Ministro do Interior.

⁴¹⁹ Terá também integrado, ainda antes, a Comissão Instaladora do Instituto de Participações do Estado (IPE).

⁴²⁰ No Anexo 6, pp. 409-410 da sua tese de doutoramento, Ana Carina Azevedo indica uma acção envolvendo o I.P.C.A. e o SRA que terá tido lugar em 8 de Abril de 1970 – uma palestra sobre “A formação do pessoal perante as exigências de uma

editado, fora dos contributos para as reuniões científicas do IICA, propostas em seu próprio nome, nem terá tido, enquanto tal, um papel relevante no Conselho Coordenador da Função Pública, no qual lhe foi reservado em 1970, um lugar⁴²¹ nem no Conselho Coordenador da Administração Pública que lhe sucedeu aquando da criação do Secretariado da Administração Pública⁴²². Não sabemos quem representou o I.P.C.A. nestes órgãos, aliás tanto António Pedrosa Pires de Lima como Diogo de Paiva Brandão os integravam como dirigentes de departamentos específicos.

Não se dispendo de pesquisas sobre o impacto da actividade do Instituto na comunicação social, é de dizer que integram o arquivo do Instituto de Alta Cultura um recorte do *Diário de Notícias*, de 18 de Setembro de 1969, relativo ao Boletim, e outro do *Diário da Manhã*, de 10 de Abril de 1969, relativo a colóquio a realizar no Palácio Foz.

No plano internacional, em que o I.P.C.A. é reconhecido sem dificuldades como Secção Nacional Portuguesa do Instituto Internacional, a participação no XIV Congresso Internacional (Dublin, 1968) faz-se ainda com base em trabalho realizado em 1967, mas a participação numa reunião em Hamburgo promovida pela Secção Nacional Alemã (1969), na Mesa Redonda de Barcelona (1969), no XV Congresso Internacional (Roma, 1971), na Mesa Redonda de Caracas (1972) e em reuniões relacionadas com Habitação Social e com Urbanismo (Bruxelas, 1969), bem como com Informática e Administração (Nice, 1972), decorrem já no âmbito do Instituto Português e com participação de nomes ligados a vários sectores da Administração Pública.

administração moderna” orientada por François Meyers, da Direcção-Geral da Selecção e Formação da Bélgica.

⁴²¹ Decreto-Lei n.º 622/70, de 18 de Dezembro, artigo 24.º, n.º 1 f) “*Um representante do Instituto Português de Ciências Administrativas, designado pela respectiva direcção*”.

⁴²² Decreto n.º 269/73, de 30 de Maio, artigo 21.º, n.º 1 j) “*Um representante do Instituto Português de Ciências Administrativas, designado pela respectiva direcção*”.

Todavia, e tanto quanto a nossa consulta permitiu constatar, na correspondência enviada pelo Ministério do Interior ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para obter a aprovação ministerial da correspondente realização de missões de serviço público, António Pedrosa Pires de Lima nunca menciona a associação denominada “Instituto Português de Ciências Administrativas”, apenas se referindo a si próprio como Presidente da Secção Nacional Portuguesa do IICA.

Em matéria de contributos para as Ciências Administrativas, a *International Review of Administrative Sciences* dá nota, entre 1968 e 1974, de contributos portugueses sobre:

- o *draft* do estudo relativo a *Les modalités administratives de l'élaboration des lois et règlements*, pedido ao Instituto Internacional pela Divisão de Administração Pública das Nações Unidas⁴²³;
- os poderes discricionários da Administração, especialmente em relação ao ambiente⁴²⁴;
- administração municipal⁴²⁵; bem como de
- informação sobre a lei dos solos portuguesa de 1970⁴²⁶ ;
- notícia sobre a prevista realização em Lisboa entre 24 e 28 de Junho de 1973 do 6.º Congresso da *European Association for Personnel Management*, com indicação dos contactos da Associação Portuguesa dos Directores e Chefes de Pessoal (APDCP)⁴²⁷;

⁴²³ “Session of the Scientific Committee”, “Chronicle of the Institute”, *IRAS*, June 1969, 35 (2/3), p. 276.

⁴²⁴ “Session of the Scientific Committee”, “Chronicle of the Institute”, *IRAS*, December 1971, 37 (4), p. 455.

⁴²⁵ “Session of the Scientific Committee”, “Chronicle of the Institute”, *IRAS*, December 1972, 38 (4), p. 453.

⁴²⁶ *Idem*.

⁴²⁷ “News in brief. European Association for Personnel Management”, *IRAS*, March 1973, 39 (1), p. 90.

- uma extensa referência à reestruturação do Ministério do Interior português, causa muita cara a António Pedrosa Pires de Lima, autor do contributo ⁴²⁸.

Para além de serem referenciados na bibliografia os trabalhos listados no Apêndice 3.

Uma terceira eleição de órgãos sociais terá ocorrido em 1974, como mostra um cartão de Diogo de Paiva Brandão datado de 8 de Novembro de 1974, que dá conta de a Direcção do I.P.C.A. eleita em Assembleia Geral ter tido na véspera a sua primeira reunião, tendo passado António de Sousa Franco a ser um dos Vice-Presidentes da Direcção, e ter seguido para a Secretaria-Geral do Ministério das Finanças o pedido de pagamento do habitual subsídio anual, assinado pelo novo Vice-Presidente⁴²⁹, o qual indica que Diogo de Paiva Brandão, “Secretário-Geral da Presidência do Conselho” assinaria o recibo. O ACMF, que nos facultou estes elementos, não dispõe da identificação dos restantes membros eleitos para os órgãos sociais.

⁴²⁸ “Items of News. Portugal – reorganisation of the Ministry of the Interior.”, *IRAS*, December 1973, 39 (4), pp. 441- 443.

⁴²⁹ ACMF. Ofício de 7 de Novembro de 1974, do I.P.C.A. com entrada n.º 10975, em 12 de Novembro de 1974, na Secretaria-Geral (processo 65/8). Estando Aureliano Felismino já aposentado em Novembro, o ofício e talvez o cartão foram reenviados para a Secretaria-Geral pelo Adjunto Fernando da Natividade Alves.

9. O Boletim/Revista *O.M.* e o Grupo de Estudos de Organização do Trabalho Administrativo (GEOTA)/Associação Portuguesa de Produtividade Administrativa (APPA)

A investigação desenvolvida em torno da composição e actividade das secções nacionais portuguesas do Instituto Internacional de Ciências Administrativas conduziu-nos à identificação de uma comunidade, construída em ligação com o esforço de formação em “produtividade administrativa” ou “organização do trabalho administrativo” desenvolvido desde o princípio dos anos 1960 pelo Serviço de Produtividade do INII, que, orientado para a actividade industrial, também entendera apoiar a actividade administrativa, entendida num sentido objectivo – a actividade de administração – e não num sentido subjectivo – a actividade da Administração Pública. A este propósito, é de notar que as referências a “trabalho de escritório” que se aplicam tanto a entidades privadas como públicas.

Ana Carina Azevedo, estudando a Organização Científica do Trabalho, apoia-se em referências feitas quer no *Diário do Governo* ou outras publicações oficiais, quer nos Relatórios do Subgrupo n.º 3 do Grupo de Trabalho n.º 14⁴³⁰, quer ainda na realização de acções de formação, a partir dos elementos por si laboriosamente compilados nos Arquivos do INII. Destacamos a inclusão⁴³¹, na 4.ª secção (Higiene e Segurança do Trabalho) da Direcção-Geral do Trabalho e Corporações do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP) de competência para “*estudar as condi-*

⁴³⁰ Arquivo digital do Ministério das Finanças, Processo DGCP/15/001/196, Relatórios do Grupo de Trabalho n.º 14 – Subgrupo n.º 3 (Organização e Métodos).

⁴³¹ Azevedo, Ana Carina Gerardo da Silva (2014), *A Organização Científica do Trabalho após a II Guerra Mundial, 1945-1974...* pp. 83 e 84, 143 e 144.

*ções de trabalho no que se refere a organização científica do trabalho*⁴³², a criação em 1952 de um Gabinete de Estudos de Organização Científica do Trabalho no âmbito da Repartição de Normalização da Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais (IGPAI), o qual “*tem a seu cargo o estudo, divulgação e aplicação dos princípios de organização científica do trabalho e a ligação com os organismos estrangeiros congéneres*”⁴³³, reforçando a atribuição em 1948 à correspondente repartição da IGPAI de atribuições neste domínio, mais concretamente “*proceder ao estudo de métodos de organização científica do trabalho a submeter à aprovação superior*”^{434,435}, e o processo de criação do INII. Trata-se, no entanto, de entidades que em primeira instância se orientam para o conjunto das actividades económicas e não especificamente para a Administração Pública.

A actividade do Ministério das Finanças e as suas estruturas

Conforme já tivemos ocasião de referir, o âmbito das Práticas Administrativas, em cujo Comité do IICA Portugal começa por estar representado a partir de 1949 pelo Ministro das Finanças Costa Leite (Lumbrales), inclui preocupações com estruturas administrativas, funções, pessoal, organização e métodos (O. e M.), meios e condições de trabalho.

É já com Águedo de Oliveira como Ministro das Finanças que se inicia um processo crucial em relação aos “meios”, ou seja, a informatização de trabalhos da Direcção-Geral da Contabilidade Pública e da Direcção-Ge-

⁴³² Regulamento do INTP, aprovado pelo Decreto n.º 37 628, de 31 de Dezembro, Artigo 17.º, número 1.º, alínea d).

⁴³³ Decreto-Lei n.º 38 801, artigo 26.º (corpo e número 4.º), de 25 de Junho de 1952.

⁴³⁴ Decreto-Lei n.º 36 935, de 24 de Junho de 1948, Artigo 8.º, parágrafo 2.º.

⁴³⁵ Azevedo, Ana Carina Gerardo da Silva (2014), *A Organização Científica do Trabalho após a II Guerra Mundial, 1945-1974...* p. 83 e 84, 143 e 144.

ral dos Impostos, que dará origem a serviços mecanográficos instalados em conjunto e que terá estrutura própria. O arranque dos trabalhos de “mecanização administrativa” no Ministério das Finanças está relacionado com uma visita a França, Bélgica, Holanda e Suíça com vista a tomar conhecimento das experiências dos respectivos Ministérios das Finanças que decorreu de 3 a 21 de Outubro de 1951 e foi protagonizada por uma missão chefiada por Aureliano Felismino e integrada ainda por Manuel Pereira, Chefe da Repartição da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos e por Francisco Plácido Malheiro de Oliveira, secretário de Aureliano Felismino e encarregado do serviço de Intendência-Geral do Orçamento da DGCP⁴³⁶. Outras visitas de estudo, designadamente a França, estão documentadas em publicações da DGCP.

A Comissão Central de Inquérito e Estudo da Eficiência dos Serviços Públicos, cujo nome, como já foi dito, se inspira no de uma estrutura francesa, surge também com Águedo de Oliveira (foi criada em 1951 e instalada no início de 1952) e estará imbuída do espírito da Organização e Métodos, na medida em que insiste na “eficiência” e no “rendimento dos serviços” e que prevê a inclusão de um professor ou especialista de “administração científica de empresas”; no entanto, muito embora, segundo a Câmara Corporativa, a actuação desta Comissão se tenha iniciado com inquéritos às Secretarias-Gerais dos vários Ministérios, seguidas da realização de visitas⁴³⁷, terá passado essencialmente a preocupar-se com questões de macro-organização (o papel das secretarias-gerais) ou com a preparação de medidas legislativas horizontais (compras públicas, regime de pessoal).

Antes da proposta de criação do Gabinete de Estudos António José Malheiro, já Aureliano Felismino tinha lançado em colaboração com

⁴³⁶ *Relatório anual* da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, n.ºs 3 e 4, Anos 1950/51, p. 15.

⁴³⁷ O que é confirmado em Lima (1956), António Pedrosa Pires “Les fonctions du Secrétaire général de ministère au Portugal ...”.

outros quadros da DGCP uma *Revista de Contabilidade Pública* que chegou a ter sede na sua residência. Empossado formalmente em 1947 como Director-Geral, conseguiu que Fernando Natividade Alves, também licenciado, preenchesse em 1948 o lugar de Adjunto, ficando logo a estudar a organização das compras da Direcção-Geral, que se veio a dotar de uma Comissão de Compras. A partir de 1951, ano em que Aureliano Felismino passou a integrar o Comité das Práticas Administrativas, conhecem-se casos em que o pessoal da DGCP foi chamado a discutir temas que estiveram em discussão no Comité ou mesmo nas mesas redondas do Instituto Internacional. Por exemplo, o conceito de “empresa do Estado” que tratámos em uma nossa investigação anterior^{438,439}.

O estudo “Subsídios para a elaboração do Balanço do Estado”⁴⁴⁰ concluído em 1953, aliás relacionado com a norma insita no Artigo 15.º da Lei de Meios para 1952: “*A Conta Geral, a partir da referente a 1952, será precedida de um balanço, pela qual possa ter conhecimento das mais valias patrimoniais do Estado resultantes da execução do respectivo orçamento*”⁴⁴¹. Este trabalho em concreto pode também ter sido inspirado por discussões tidas a nível internacional mas entre 1935 e 1940 o Ministério das Finanças português havia avançado com iniciativas conducentes à realização do

⁴³⁸ Gonçalves, Nuno Eduardo da Silva Ivo (2013), *O progresso da ideia de gestão empresarial na Administração Pública Portuguesa ...*

⁴³⁹ Santos, Joaquim das Neves dos (relator) (1956), *Contas de Exploração e de Estabelecimento das Empresas do Estado (estrutura do mapa n.º 2 do Preâmbulo do Orçamento Geral do Estado)*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, Lisboa: Imprensa Nacional, 1956.

⁴⁴⁰ Baptista, Raul da Silva (relator) (1953), *Subsídios para a elaboração do Balanço do Estado*, Ministério das Finanças, Direcção Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1953.

⁴⁴¹ Lei n.º 2 050, de 27 de Dezembro de 1951.

inventário do património público⁴⁴² e já se conheciam em Portugal propostas de aplicação de contabilidade digráfica no Estado.

Os estudos sobre enquadramento e rendimento do pessoal, confiados a outro licenciado – Francisco Godinho Lobo – e publicados em 1956⁴⁴³, podem ter tido inspiração em discussões mantidas no quadro do Comité das Práticas Administrativas ou mesmo na Mesa Redonda realizada em Kopke em 1952, onde apresentou uma comunicação (Quadro 1), de qualquer forma Aureliano Felismino justifica a sua realização com necessidades de gestão da Direcção-Geral.

Embora nos primeiros anos do Gabinete de Estudos António José Malheiro este se tenha sobretudo preocupado com a formação e publicado pouco, é Aureliano Felismino que o Ministro das Finanças designa como interlocutor nacional da Agência Europeia de Produtividade quando esta pede uma reunião que tem lugar em 1956 à margem do Congresso Internacional de Ciências Administrativas de Madrid, não nos tendo sido possível localizar o relatório apresentado posteriormente ao Ministro.

Escreve Aureliano Felismino:

Quando decorria já o Congresso, tive conhecimento de que a Agência Europeia de Produtividade, aproveitando a reunião de Madrid resolvera convocar um grupo de trabalho, para o estudo de problemas ligados à organização administrativa.

Sua Excelência o Ministro das Finanças dignou-se honrar-me com a indicação do meu nome para representar Portugal.

⁴⁴² DL 23 565, de 14 de Fevereiro de 1934.

⁴⁴³ Lobo, Francisco António Godinho (relator) (1956), *Rendimento Médio*, e Francisco António Godinho Lobo (relator), (1956), *Controlo do trabalho em cada uma das secções*, ambos Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, 1956.

A minha intervenção nesses trabalhos e as conclusões a que o grupo chegou constam de relatório circunstanciado que oportunamente fiz⁴⁴⁴.

Conhece-se, e está amplamente documentada, a actividade do Gabinete no domínio da organização e métodos, mas é questionável que possa ser descrito como um “serviço de organização e métodos” e que a sua acção visasse obter impacto em toda a estrutura do Ministério das Finanças:

- o Gabinete foi criado em 1945, num contexto perfeitamente definido, por iniciativa de um conjunto de quadros dirigentes da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, com uma influência determinante do então adjunto em exercício efectivo das funções de Director-Geral, Aureliano Felismino;
- o Gabinete não tem pessoal próprio e é, como já dissemos, a sede a que se imputam as actividades “nobres” da DGCP e dos seus funcionários, não um organismo que desenvolve estudos⁴⁴⁵;
- é o Director-Geral por sua iniciativa ou sob proposta de outros dirigentes que define a metodologia dos estudos, e indica quem assegura a sua coordenação no terreno;
- as actividades desenvolvidas no domínio da organização e métodos são orientadas para a Direcção-Geral da Contabilidade Pública – serviços centrais e repartições junto dos ministérios, mais tarde denominadas delegações, podendo embora ter impacto junto dos serviços

⁴⁴⁴ *Relatório anual*, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, n.º 9, 1956, p.11.

⁴⁴⁵ Apesar de inicialmente Aureliano Felismino ter pensado dotar o Gabinete, quando instalado, de elementos a escolher interna ou externamente com a maior isenção e independência, conforme Circular 27-B, de 7 de Janeiro de 1949, transcrita em Almeida, Manuel Marques e Saraiva, Manuel Martins (1968), *Na Base: Dirigentes, Chefes e Executantes Capazes*, pp. 127-128, os relatórios anuais da DGCP mostram equipas constituídas por funcionários das repartições a trabalhar sob a égide do Gabinete, cujos consumos eram imputados à Repartição Central.

cujas despesas, receitas e orçamentos privativos a DGCP fiscaliza, e em geral um carácter de exemplo.

Em relação ao impacto da actividade do Gabinete de Estudos António José Malheiro, interessaria conhecermos as tiragens e as listas de distribuição das publicações do Gabinete, que não puderam ser apuradas no quadro do presente estudo, pois que a Imprensa Nacional Casa da Moeda delas já não dispõe, apesar de ter sido a Imprensa Nacional de Lisboa a actuar como tipografia em relação às edições que não foram pura e simplesmente reproduzidas internamente à DGCP. Sabemos apenas que foi entregue a todos os deputados⁴⁴⁶ um exemplar do estudo *Subsídios para a elaboração do Balanço do Estado* concluído em 1953, já referenciado.

Dito isto, reconheça-se a capacidade do pessoal dirigente e de chefia e de outros funcionários que com base, em alguns casos, em experiências de missões ao estrangeiro, mas na maioria das situações somos levados a crer, num esforço de auto-didactismo, como referiu Francisco Godinho Lobo quando no GT 14 se começou a discutir o relatório do Subgrupo n.º 1 “*Pessoalmente, nunca frequentara cursos, nem estágios, nem fora ao estrangeiro para estudar esses assuntos*”⁴⁴⁷, realizaram estudos que melhoraram e simplificaram o serviço e prestigiaram a Direcção-Geral, como ficou bem patente em dois casos, aliás ambos desenvolvidamente descritos por Ana Carina Azevedo no trabalho académico a que nos vimos referindo.

O primeiro foi o estudo conducente à procura do melhor método de liquidação de despesas (e de pedidos de requisição de fundos), que se inicia em 1959 com um pedido de Aureliano Felismino de elaboração de uma memória a cada um dos “funcionários de execução” envolvidos na liqui-

⁴⁴⁶ *Relatório anual* da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, n.º 6, 1953, pp. 7-8.

⁴⁴⁷ ACMF, CIPIE, Grupo de Trabalho n.º 14, Actas e Documentos, Acta-Resumo n.º 18.

dação das despesas, sobre a forma como cada um actuava, incluindo à partida o pedido de descrição de como arrumavam os elementos na sua mesa de trabalho, o que alguns satisfizeram, como aparentemente se desejava, de forma gráfica. Estas memórias foram sendo analisadas por um grupo de funcionários, escolhidos nos vários serviços, com uma chefia própria, ficando Francisco Godinho Lobo, Chefe de uma das Repartições, disponível para orientar o trabalho.

Já em 1960 realizar-se-ia o denominado II Colóquio de Chefes de Secção, em que, a partir do lançamento de um questionário, e mediante a análise e estudo pelos Chefes das memórias elaboradas se procurou criar um método uniforme de liquidação das despesas e se aventou a possibilidade de redigir um “guia do conferente”, para além de se terem alterado e simplificado modelos. Coube a Godinho Lobo encerrar o Colóquio⁴⁴⁸.

Poder-se-ia ter confiado o trabalho a uma equipa especializada de peritos ou a um gabinete de organização e métodos, se existisse, uma vez que o Gabinete de Estudos António José Malheiro não o era nem tinha funcionários? Possivelmente, mas escreve Aureliano Felismino, mostrando que é da essência da sua estratégia que os funcionários participem na construção das novas soluções:

Foi a vez de serem chamados a cooperar os Chefes de Secção da liquidação e, numa primeira fase, os próprios funcionários de execução, pois entendeu-se que para se simplificar e aperfeiçoar um sistema de trabalho, é conveniente aproveitar a experiência e o conhecimento de pormenor dos que o executam. Sem isso não poderá o Chefe concluir e determinar em consciência.

⁴⁴⁸ Azevedo, Ana Carina Gerardo da Silva (2014), *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial (1945-1974)* ... pp. 261-266.

E enfatiza:

*A evolução das técnicas e a constante modificação das doutrinas exigem, cada vez mais, que a burocracia se transforme em técnica. A vida, na verdade tem evoluído nos últimos anos a passos agigantados e de tal modo que temos forçosamente que nos adaptar, rapidamente, aos novos processos, actualizando, sem demora os nossos processos de trabalho*⁴⁴⁹.

Bastará tomar em conta o que o Relatório do Subgrupo n.º 3 do Grupo de Trabalho n.º 14 – Reforma Administrativa refere sobre as normas de actuação do técnico OM, para confirmar que Aureliano Felismino, delegado português ao Comité das Práticas Administrativas do IICA, se encontra perfeitamente sintonizado com o espírito da Organização e Métodos:

a) o técnico OM aconselha, sugere, propõe, mas é ao chefe que compete decidir; b) em muitos casos, o técnico OM só deve actuar a pedido do chefe; c) o técnico OM actua com base em conhecimentos específicos, em constante desenvolvimento; ele precisará de ter oportunidades de se aperfeiçoar; d) o técnico OM não deve esquecer que, para a resolução dos seus problemas, deve pedir a participação de todos os colaboradores do serviço em causa. Assim, ele encontrará as soluções mais realistas e obterá também mais fácil aceitação para as relações propostas, o que possibilita maior probabilidade de sucesso; e) pode ainda afirmar-se que são qualidades indispensáveis do técnico OM, o gosto pelo estudo e facilidade em relações humanas.

⁴⁴⁹ Felismino, Aureliano (1960) “Duas Palavras”, pp. III a VI, *Colóquio entre os chefes das secções de liquidação sobre método a seguir na conferência das folhas (da 2.ª e 3.ª classe de despesas) e de requisições de fundos*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública/Gabinete de Estudos António José Malheiro, Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1960.

O segundo estudo passou pela realização pelo adjunto do Director-General, Fernando Natividade Alves, acompanhado do na altura primeiro-oficial Luis Gonzaga Tavares⁴⁵⁰, de um diagnóstico de organização e métodos em todas as Repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública⁴⁵¹ (o que, insiste-se, não pode ser assimilado a um esforço dirigido ao conjunto do Ministério das Finanças⁴⁵² uma vez que as Repartições se integram na Direcção-Geral da Contabilidade Pública⁴⁵³), escalpelizando-se no diagnóstico a adequação de instalações, equipamentos e procedimentos, e elaborando-se diagramas de circulação de documentos. Os dois envolvidos dedicam 70 manhãs à tarefa (atente-se na preocupação de contabilizar este custo), compatibilizando-a com as suas restantes ocupações.

Que o Gabinete não tem por alvo da sua actuação o Ministério das Finanças no seu conjunto, mostra-o o que o próprio Aureliano Felismino escreve em 1960 no seu livro *O Servidor do Estado perante a Função*, no qual defende a criação de Comissões para estudar previamente as refor-

⁴⁵⁰ A quem já nos referimos a propósito da apresentação do seu trabalho *Novas perspectivas no domínio da Ciência das Finanças* no II Seminário. Seria com Leopoldo M. Gouveia responsável pela colectânea *Contabilidade Pública. Diplomas coordenados e anotados*, conhecida por “A gorda”, de que saíram cinco edições até 1974. Atingiu o cargo de Subdirector-Geral da Contabilidade Pública.

⁴⁵¹ Alves, Fernando Natividade (1960), *Organização e Métodos nas Repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1960.

⁴⁵² Azevedo, Ana Carina Gerardo da Silva (2014), *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial 1945-1974...* pp. 20, 91, 251-256, 266-271.

⁴⁵³ Já na sua dissertação de mestrado *A Organização Científica do Trabalho em Portugal* (2015), Paris, Nota de Rodapé, p. 56, Ana Carina Azevedo escrevera a propósito do trabalho de Fernando Natividade Alves e Luís Gonzaga Tavares “*Através de um texto também publicado pela Direcção-Geral da Contabilidade Pública, sabemos que a organização dos serviços das repartições públicas se encontrava simplificada em alguns pontos concretos*”, generalização que nos parece carecer de fundamento.

mas administrativas a promover, e se refere aliás à comissão de inquérito e estudo da eficiência dos serviços públicos criada pelo Ministro Águedo de Oliveira como se ainda estivesse em funcionamento, omitindo toda e qualquer referência à criação no Ministério de um serviço permanente de organização e métodos que havia estado prevista para 1958 e cujo diploma de criação, já preparado, não havia chegado a ser publicado:

Há... com os objectivos do serviço de O. & M. no Ministério das Finanças: a comissão de inquérito e estudo da eficiência dos serviços públicos; a comissão para a instalação e estudo dos serviços mecanográficos; a comissão coordenadora das publicações do Estado e a comissão de estudo para a uniformização dos impressos. Em cada Ministério existe uma comissão de simplificação, coordenada por outra que funciona na Presidência do Conselho.

Alguns serviços têm a funcionar a seu lado gabinetes, onde as questões de organização e métodos são analisadas, estudadas e depois aplicados os resultados no âmbito restrito dos mesmos serviços. É o caso da Direcção-Geral da Contabilidade Pública⁴⁵⁴.

Também Fernando Natividade Alves não assume que a DGCP ou o Gabinete de Estudos António José Malheiro actuassem como um serviço de reforma administrativa:

Podia dizer, como esclarecimento, que não tinha conhecimento da existência, no Ministério das Finanças, de qualquer serviço dedicado à reforma administrativa. O que se tem diligenciado ultimamente é que o estudo de reformas de serviços se encaminhe já no sentido do que deve vir a ser a realidade da reforma administrativa. Nesse sentido se têm feito recomendações aos serviços. Propriamente um serviço destinado ao estudo desses problemas, não conhecia, mas, de

⁴⁵⁴ Felismino, Aureliano (1960), *O Servidor do Estado perante a função...* p. 93.

*qualquer modo, isso não impedia a criação oportuna do serviço técnico central para a reforma administrativa, como todos reconhecem necessário*⁴⁵⁵.

Há que ter de resto algum cuidado com a qualificação como trabalhos de organização e métodos das publicações do Gabinete de Estudos António José Malheiro. No relatório do Subgrupo de Trabalho n.º 3 – Organização e Métodos Administrativos, ou simplesmente Organização e Métodos, do Grupo de Trabalho n.º 14 – Reforma Administrativa da CIPIE aparecem numerosíssimos títulos (48) como sendo de publicações que “*embora subsidiariamente, focam aspectos de formação em organização e métodos*”⁴⁵⁶, mas no Relatório anual da Direcção-Geral da Contabilidade Pública relativo a 1967/1968⁴⁵⁷ distingue-se, “*quanto à finalidade*” as publicações do Gabinete nas áreas de Administração Pública (12 títulos), Economia (8 títulos), Finanças (6), Formação Profissional (20 títulos), Organização e Métodos (22 títulos), Técnicas Administrativas (33 títulos), sendo sobretudo os deste último conjunto que no Relatório do Subgrupo são apresentados também como de Organização e Métodos.

Diferentemente do que sucede com o pessoal de outros Ministérios envolvidos em trabalhos de organização e métodos, a Direcção-Geral da Contabilidade Pública:

- organiza acções de sensibilização nesse domínio (com a “prata da casa”⁴⁵⁸) mas não forma “especialistas”;

⁴⁵⁵ ACME, CIPIE, Grupo de Trabalho n.º 14, Actas e Documentos, Acta-Resumo n.º 21.

⁴⁵⁶ Arquivo digital do Ministério das Finanças, Processo DGCP/15/001/196, Relatórios do Grupo de Trabalho n.º 14 – Subgrupo n.º 3 (Organização e Métodos).

⁴⁵⁷ *Relatório anual*, N.ºs 20 e 21, 1967/1968, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública Pública, pp. 53-59.

⁴⁵⁸ Felismino, Aureliano (1969), “Algumas palavras justificativas”, introdução a Salgueiro, Manuel da Silva, Rosa, Alberto e Antunes, António da Silva (1969), *Simplificação*

- não se relaciona enquanto tal com entidades formadoras estrangeiras nem com o INII, não sendo os seus funcionários nem formadores nem beneficiários de formação nas entidades em que esta tem lugar;
- não colabora na Revista *O.M.* nem participa no GEOTA ou posteriormente na APPA;
- nem sequer disponibiliza um dos seus quadros para representar o Ministério das Finanças no Subgrupo n.º 3 – Organização e Métodos do Grupo de Trabalho n.º 14 – Reforma Administrativa, tendo acabada por ser nomeada para o efeito uma jurista da DGCI⁴⁵⁹.

De resto, não parece haver grande diálogo entre o pessoal da DGCP e o pessoal de outros ministérios também sensibilizado para a importância da Organização e Métodos. Já referimos que o Ministério das Finanças no Grupo de Trabalho n.º 14 contrariou o cenário de criação generalizada de estruturas de organização e métodos, mas é também de assinalar que no Ministério das Obras Públicas a OMOP, que se propunha apelar ao diálogo entre os serviços e as Direcções-Gerais do Ministério das Finanças, julgou necessário organizar uma acção com o tema “*A compreensão mútua nas relações entre a 8.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública e os Serviços do Ministério das Obras Públicas*”(!)⁴⁶⁰.

Administrativa no âmbito da Direcção-Geral da Contabilidade Pública. Delegações e subdelegações de competências ao abrigo do decreto-Lei n.º 48 059, de 23 de Novembro de 1967, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública/Gabinete de Estudos António José Malheiro.

⁴⁵⁹ Maria Teresa Graça de Lemos.

⁴⁶⁰ Arquivo digital do Ministério das Finanças, Processo DGCP/15/001/196, Relatórios do Grupo de Trabalho n.º 14 – Subgrupo n.º 3 (Organização e Métodos).

Estruturas de organização e métodos criadas em outros Ministérios

Em matéria de criação de estruturas, quer permanentes quer precárias, antes, ou pelo menos independentemente, do esforço de formação que terá lugar com o apoio do Serviço de Produtividade do INII nos Ministérios da Economia e das Obras Públicas, temos a registar, a partir da investigação de Ana Carina Azevedo⁴⁶¹, ou do Anexo I – Algumas experiências nacionais, do Relatório do Subgrupo n.º 3 do Grupo de Trabalho n.º 14:⁴⁶²

- a Comissão OM da Direcção-Geral de Previdência e Habitações Económicas, referida no Relatório do Subgrupo de trabalho n.º 3, integrada por quatro funcionários, depois seis, podendo agregar pessoal das instituições de previdência, instituída em 1959, cujos composição e funcionamento foram revistos em 1964⁴⁶³, com funções, entre outras, de consulta sobre organização administrativa, métodos de trabalho, aquisição de equipamentos, elaboração de cursos de formação e aperfeiçoamento;
- a Comissão de Reorganização e Simplificação de Serviços da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres, criada em 28 de Setembro de 1963, segundo o Relatório, com carácter eventual⁴⁶⁴ e intervenção

⁴⁶¹ Azevedo, Ana Carina Gerardo da Silva (2014), *A Organização Científica do Trabalho após a II Guerra Mundial, 1945-1974...* pp. 83 e 84, 93-95, 142-148.

⁴⁶² ACMF, Gabinete de Estudos António José Malheiro, *Estudos sobre Modernização Administrativa*, Parecer do Grupo de Trabalho n.º 14 sobre o Relatório do Subgrupo n.º 1 – Formação de Pessoal.

⁴⁶³ Despacho ministerial de 7 de Fevereiro de 1959 e Portaria de 27 de Maio de 1964, instrumentos de que localizámos a segunda, publicada em 30 de Maio na II Série do Diário do Governo.

⁴⁶⁴ O relatório do Subgrupo de Trabalho n.º 3 não indica o instrumento de criação mas apurámos tratar-se do Decreto-Lei n.º 45 330, de 28 de Outubro – e não Setembro – de 1963.

na gestão de novos serviços “a cargo da Comissão” com ensaio de técnicas de simplificação e mecanização do trabalho administrativo”, podendo ser recrutado pessoal exterior à Direcção-Geral.

É ainda de referir que por deliberação tomada em Outubro de 1963 na Comissão de Coordenação do Ministério do Ultramar iniciou funções um grupo de trabalho encarregado de:

1.º – analisar a estrutura orgânica dos serviços públicos ultramarinos, em todos os níveis, sectores e categorias, com vista a propor as medidas julgadas convenientes, para acelerar o planeamento da reorganização administrativa.

2.º – estudar a metodologia funcional adoptada, presentemente, nos serviços públicos ultramarinos, a fim de propor a realização dos inquéritos necessários para esse efeito e alvitrar a realização das medidas convenientes à simplificação, eficiência e racionalização dos métodos de trabalho (O.y. [sic]M.).

3.º – estudar as possibilidades de criação, no âmbito dos serviços públicos ultramarinos, de uma rede de órgãos permanentes responsáveis pela racionalização e simplificação dos métodos administrativos⁴⁶⁵.

Segundo a informação prestada ao plenário da CIPIE, realizado em 14 de Outubro de 1966, um dos dois em que foi debatido o Relatório Preliminar do Grupo de Trabalho n.º 14 – Reforma Administrativa, o trabalho realizado até essa data incluía entre outros itens os seguintes:

“b) – foi organizado um ficheiro de Administração Científica com milhares de fichas;

c) – foi preparada e anotada bibliografia sobre O.M.;

⁴⁶⁵ ACMF, CIPIE, Grupo de Trabalho n.º 14, Actas e Documentos, acta da reunião plenária de 14 de Outubro de 1966 da CIPIE, anexa à Acta-Resumo n.º 25 do GT 14.

*d) – foram traçados organogramas de todos os serviços de todas as províncias ultramarinas*⁴⁶⁶.

No Subgrupo n.º 3 – Organização e Métodos Administrativos do GT 14 não participam, como já dissemos, os dois dirigentes da Direcção-Geral da Contabilidade Pública designados para representar o Ministério das Finanças no Grupo de Trabalho n.º 14 (Fernando Natividade Alves é o representante do Ministério no Grupo e Francisco Godinho Lobo o Presidente do Subgrupo n.º 1 – Formação de pessoal) mas, sim, quadros que, em geral, vêm participando em experiências a nível de outros Ministérios ou nos esforços de formação/sensibilização articulados com o INII – Presidente: Eng. Mário Gonçalves Ferreira, Secretário: Dr. João Salavessa Belo, Relatora: Dra. Maria Eugénia Ramos, Vogais – representantes: Presidência do Conselho, Dr. José Carmo Carrilho; Ministério das Finanças, Dra. Maria Teresa Graça de Lemos; Ministério das Obras Públicas, Eng. José Maria Myre Dóres; Secretaria de Estado da Indústria, Dr. Fernando Duarte da Costa Silveira; Ministério das Comunicações, Dr. Carlos Borges de Araújo, Eng. Manuel Cardoso Ferreira, Eng. José Alfredo Garcia⁴⁶⁷; Ministério das Corporações, Dr. Victor Martinho Felisberto⁴⁶⁸; Sector Privado, Eng. José de Melo Torres Campos⁴⁶⁹.

⁴⁶⁶ Idem.

⁴⁶⁷ Ligados possivelmente à experiência OM da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres, mas esta hipótese carece de averiguação.

⁴⁶⁸ Os representantes efectivo e suplente do Ministério das Corporações e Previdência Social no Grupo de Trabalho n.º 14 pela área de organização e métodos, respectivamente, Domingos Comte e Cícero Galvão integram a Comissão a que se refere a Portaria de 27 de Maio de 1964.

⁴⁶⁹ Inicialmente ligado ao INII, entrevistado por Ana Carina Azevedo para a sua investigação de doutoramento, e que participou no Subgrupo n.º 3 – Organização e Métodos em representação da Corporação da Indústria, como mostra o respectivo relatório, já referenciado.

No domínio dos serviços de organização e métodos propriamente ditos, podemos, segundo o Relatório do Subgrupo n.º 3 do Grupo de Trabalho n.º 14, referenciar os seguintes⁴⁷⁰, cujos instrumentos de criação não conseguimos de modo geral localizar:

- a partir de 20 de Janeiro de 1965, o gabinete de organização e métodos da Secretaria de Estado da Indústria (OMI) que em 11 de Outubro de 1965 se estendeu a todo o Ministério da Economia com a denominação de “Gabinete de Estudos de Produtividade Administrativa” (GEPA);
- o Núcleo OM do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que desde 1948 estaria atento a esta problemática e proporcionaria formação aos seus funcionários, inclusive a um técnico do Serviço Administrativo a que teria sido dado acesso a uma especialização na matéria⁴⁷¹, tinha visto estas matérias incluídas nos concursos de admissão e promoção dos oficiais de secretaria⁴⁷² e, de acordo com o Relatório do subgrupo, “*podendo dizer-se que, existe um Núcleo OM que aborda permanente os problemas administrativos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil*”;
- o Núcleo OM da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, funcionando desde Janeiro de 1964, e constituído por todos os Chefes de Secção do pessoal administrativo, parecendo-nos de recordar que o Director-Geral Manuel de Sá e Melo havia integrado a delegação portuguesa ao Congresso de Madrid do Instituto Internacional de

⁴⁷⁰ Arquivo digital do Ministério das Finanças, Processo DGCP/15/001/196, Relatórios do Grupo de Trabalho n.º 14 – Subgrupo n.º 3 (Organização e Métodos).

⁴⁷¹ Possivelmente o próprio Mário Gonçalves Ferreira, que viria a chefiar o Serviço, e que presidiu ao Subgrupo n.º 3, ou o seu suplente no Grupo de Trabalho 14, José Myre Dores.

⁴⁷² Portaria publicada no *Diário do Governo*, II Série, de 7 de Janeiro de 1965.

Ciências Administrativas, realizado em 1956, e viria a ser membro do Instituto Português de Ciências Administrativas;

- o Núcleo OM da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, criado em 5 de Julho de 1965, formado por todos os chefes dos serviços administrativos da Direcção-Geral, o qual reuniria normalmente na última 4.^a-feira de cada mês.

A nível do Ministério das Obras Públicas, terá sido criado em 18 de Junho de 1964 um núcleo que ficou a designar-se por OMOP, constituído por delegados das Direcções-Gerais do Ministério das Obras Públicas e que tinha por objectivos:

- *promover nos serviços do Ministério a aplicação das técnicas de organização e métodos do trabalho administrativo;*
- *realizar estudos tendentes a simplificar as relações administrativas dos serviços do Ministério com os serviços de outros ministérios, nomeadamente com as várias direcções-gerais do Ministério das Finanças, e fomentar a sua aplicação por meio de contactos com as entidades dirigentes daqueles serviços;*
- *promover a divulgação das técnicas de organização e métodos do trabalho administrativo e a formação de funcionários do Ministério nessas técnicas, tendo em vista, entre outros objectivos, estimular o gosto da iniciativa e o sentido da responsabilidade;*
- *organizar cursos de aperfeiçoamento do pessoal administrativo nos diversos serviços do Ministério.*

Repare-se que este âmbito de atribuições acaba por ser replicado na proposta do Subgrupo n.º 3 para os serviços ministeriais, todavia a OMOP não é um serviço mas um “núcleo” alargado a todo o Ministério, que entre Fevereiro e Julho de 1965 promove nas diferentes Direcções-Gerais, através de 11 funcionários do Ministério, “membros da OMOP”, 60 palestras com temas identificados no Relatório do Subgrupo.

A informalidade dos “Núcleos OM”, assente numa colaboração voluntária, faz-nos hoje recordar a informalidade pretendida para os “círculos de qualidade” que haveriam de ser popularizados uns 20 a 30 anos mais tarde, sobretudo no estrangeiro, em propostas que tiveram reflexos na literatura divulgada após a criação em 1986 do Secretariado para a Modernização Administrativa⁴⁷³, o qual se quis fosse dotado de uma estrutura leve, numa reedição do espírito do anterior Secretariado.

O Boletim/Revista O.M. e o GEOTA/APPA

A adesão de Portugal à OECE e o aproveitamento da ajuda bilateral americana traduziu-se durante os anos 1950 e (já com a OCDE) 1960, num esforço continuado de Assistência Técnica, o qual, se teve inicialmente pouco impacto no domínio da Administração Pública, foi sendo apoiado de forma sustentada pelo Serviço de Produtividade do Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII) e acabou por levar também, de 1962 a 1965 (e mais tarde, em 1966) à realização de acções de formação especialmente orientadas para a Administração Pública, com a denominação de “Organização prática do trabalho administrativo no sector público” inicialmente ministradas em francês⁴⁷⁴ (um curso em Lisboa em 1962 e cinco repetições em Lisboa e Porto, de Novembro de 1962 a Novembro de 1964).

Foram monitores das (três) acções seguintes ministradas em português José Maria Myre Dores, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, e Fernando da Silveira, do Ministério da Economia, que já conhecemos

⁴⁷³ Decreto-Lei n.º 203/86, de 23 de Julho.

⁴⁷⁴ Segundo o Relatório do Subgrupo n.º 3, M. Gaudriault, Director do *Service d'Organisation et Méthodes du Ministère des Finances et des Affaires Économiques* e M. Flaissier, Professor do *Institut d'Études Supérieures des Techniques d'Organisation*.

como representantes no Subgrupo n.º 3 do Grupo de Trabalho n.º 14 já anteriormente referidos, em torno dos quais se irão organizar novas acções de formação e debates (num total de 15, incluindo as três anteriores, de Março de 1965 a Abril de 1966, atingindo-se portanto os 21 cursos, com mais de 500 participantes e aproximadamente 17 500 horas de formação)⁴⁷⁵.

O então organizado Grupo de Estudos de Organização do Trabalho Administrativo (GEOTA), ainda sem personalidade jurídica e que em 1968 dará lugar à Associação Portuguesa de Produtividade Administrativa (APPA) tem elementos seus no Grupo de Trabalho 14 – Reforma Administrativa, cujo parecer de Julho de 1967 sobre os Relatórios do Subgrupo de Trabalho n.º 3 – Organização e Métodos Administrativos o inclui nas “associações nacionais de técnicos OM”, e também no próprio Subgrupo n.º 3 – Organização e Métodos, designadamente Mário Gonçalves Ferreira, José Maria Myre Dores, Fernando Duarte Costa da Silveira, não sendo, manifestamente, um serviço de organização e métodos.

A Revista/Boletim *O.M.* do GEOTA que à data do primeiro relatório do Subgrupo, de Dezembro de 1965, já publicara dois números, define bem os fundamentos da existência da comunidade de organização e métodos administrativos, e as suas estruturas organizativas e o Boletim orientam-se também para o sector empresarial e mesmo para o sector privado. Poderá ser esta a origem de uma memória difusa que encontramos no sítio da Associação Portuguesa de Management na Internet “*Anteriormente à data de 25 de Abril de 1974 registou-se ‘um movimento’ visando a criação de uma associação de management*”⁴⁷⁶. Mas os sócios que a APPA tem em comum com o I.P.C.A. acabam, como veremos, por preferir assumir responsabilidades neste, e o Instituto partilha instalações com a Associação.

⁴⁷⁵ Arquivo digital do Ministério das Finanças, Processo DGCP/15/001/196, Relatórios do Grupo de Trabalho n.º 14 – Subgrupo n.º 3 (Organização e Métodos).

⁴⁷⁶ www.apm.com.pt, História.

Os Ministérios a que pertencem estes quadros conjugam esforços no 1.º Colóquio de Directores Gerais dos Ministérios da Economia e Obras Públicas, realizado em 1965, no I Curso de Produtividade Administrativa que decorreu de Abril a Julho de 1966 na Faculdade de Direito de Lisboa, para o qual Marcelo Caetano aceita proferir um conjunto de lições, e no II Colóquio de Directores Gerais, no qual Marcelo Caetano profere também a comunicação sobre a Reforma Administrativa já referenciada.

Investir em “Organização e Métodos” é popular: o Núcleo de Organização e Métodos do Ministério das Obras Públicas (OMOP) está já organizado, como vimos, em 1965, e dispõe de um programa de actividades a seis meses, outros se irão formando ao longo dos anos, incluindo, segundo a Revista/Boletim O.M., um núcleo local em Coimbra (repare-se que se trata de núcleos de organização voluntária e não de serviços), o GEPA terá tido o principal papel na organização do 1.º Colóquio de Directores Gerais.

A título de exemplo de uma acção de formação na área de Organização do Trabalho Administrativo podemos apresentar o programa do denominado “Curso do INII sobre Organização do Trabalho Administrativo” ministrado em Coimbra em Abril daquele ano (cinco dias) a, entre outros, bibliotecários da Biblioteca Geral e das Faculdades das Ciências e de Letras da Universidade, por José Maria Myre Dores, e entretanto disponibilizado na Internet por força da progressiva digitalização da Revista onde, em 1966, foi publicado⁴⁷⁷:

1) Objectivos do curso. Método de trabalho. Apresentação do monitor e dos participantes. 2) A organização e os métodos de trabalho. 3) Como conduzir um estudo de organização administrativa. 4) A estrutura dum serviço. O organigrama. Exercício sobre o organigrama. 5) A ficha de atribuições. Exercício sobre a ficha de atribuições. 6) O quadro da repartição de atribuições. Exercício sobre o

⁴⁷⁷ *Cadernos de biblioteconomia, arquivística e documentação*, Coimbra, 3 (2), Abr. 1966, pp. 71-80.

quadro de repartição de atribuições. 7) A medição do trabalho administrativo. 8) As ligações como elemento esclarecedor de uma estrutura. 9) O manual de operações e o diagrama de circulação de documentos. 10) O acolhimento do pessoal. 11) A recepção do público. 12) As comunicações da empresa. Exibição do filme “Para lá das palavras”. 13) A classificação e arquivo de documentos. 14) Características e possibilidades de utilização de máquinas de escritório. 15) A implementação e a movimentação. Exibição do filme “Organização de escritórios”. 16) Meios materiais de planning e controle. Meios materiais de classificação e arquivo de informação. 17) O estudo de impressos. 18) Informação sobre a actividade de organização e métodos. 19) Alguns exemplos de simplificação administrativa. Exibição do filme Espanha “Pensar no futuro”. 20) As reuniões de trabalho. Conclusões do curso: estruturas, organização e métodos.

Acções de sensibilização ou acções de formação de especialistas em Organização e Métodos? Embora os cursos de sensibilização tenham prosseguido, com o apoio do INII e, mais tarde, também do Secretariado da Reforma Administrativa, como já anteriormente dissemos, no relatório de uma visita que efectuou em 1965 ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Funcionários em Alcalá de Henares⁴⁷⁸, e que teve também apoio do INII, Fernando da Silveira alertou para que Espanha estava a orientar-se para a formação de especialistas de organização e métodos, ultrapassando a mera sensibilização.

Poderá ter sido por influência directa da sua missão que ao I Colóquio de Directores-Gerais dos Ministérios das Obras Públicas e da Economia se

⁴⁷⁸ Silveira (1965), Fernando Duarte Costa da, *O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Funcionários de Espanha (Relatório de uma visita do Dr. Fernando da Silveira)*, Junho de 1965, ACME, Gabinete de Estudos António José Malheiro, *Estudos sobre Modernização Administrativa*, bobina 7, que Ana Carina Azevedo na p. 254 da sua tese afirma ter sido entregue ao Gabinete de Estudos António José Malheiro, o qual nada teve a ver com a missão, mas que é verosímil que tenha sido, sim, entregue ao Grupo de Trabalho n.º 14 em que aquele dirigente da Secretaria de Estado da Indústria participava.

segiu o I Curso de Formação em Produtividade Administrativa, de 160 horas, realizado de Abril a Julho de 1966 “ao qual assistiram cerca de 30 participantes, e destinado a formar 25 especialistas em organização e métodos administrativos, do Ministério da Economia e do Ministério das Obras Públicas”, não necessariamente licenciados, sendo que no II Colóquio de Directores-Gerais, realizado em Novembro de 1966, se decidiu, por sua vez, lançar um II Curso de Formação em Produtividade Administrativa⁴⁷⁹.

O esquema geral do I Curso de Formação em Produtividade Administrativa foi o que seguidamente apresentamos:

1) Introdução. 2) Condução de Reuniões. 3) Organização e Direcção. 4) Administração de Pessoal. 5) Sociologia da Administração. 6) Simplificação do Trabalho. 7) Estatística. 8) Ciência da Administração e Direito Administrativo. 9) Mecanização. 10) Racionalização de Impressos e desenhos. 11) Gestão previsional.

Órgão de ligação da comunidade que se ia formando, o *Boletim O.M. – Revista de Divulgação de Organização e Métodos*, com periodicidade semestral, começou a publicar-se em Fevereiro de 1965, e foi publicado pelo menos até ao n.º 17 (Janeiro-Junho de 1973), apresentando-se no n.º 1 como edição do GEOTA e passando a partir do n.º 8 a ser edição da APPA. As suas “Redacção e Administração” estão do n.º 1 ao n.º 5 localizadas no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e a partir do n.º 6 na Direcção de Serviços de Telecomunicações da Administração-Geral dos CTT. A Composição e Impressão são também atribuídas ao LNEC a partir do n.º 5 (anteriormente aparecia apenas a indicação “Impresso em Offset”) e até ao n.º 7, são omitidas no n.º 8 e a partir do n.º 9 surgem confiadas a uma tipografia⁴⁸⁰.

⁴⁷⁹ Azevedo (2014), Ana Carina Gerardo da Silva, *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial 1945-1974...*, pp. 93-95.

⁴⁸⁰ Ramos, Afonso & Moita, Lda, Rua da Voz do Operário, 5 A, Lisboa 2.

O patrocínio do Instituto Nacional de Investigação Industrial mantém-se do primeiro ao último número, aparecendo também do n.º 5 ao n.º 10 também a menção ao patrocínio do LNEC. A estas duas instituições vem juntar-se como patrocinante a partir do n.º 7 a Administração-Geral dos CTT, mais tarde empresa pública, e Correios e Telecomunicações de Portugal, que, ao contrário do LNEC, se mantém como patrocinante até ao fim.

Portanto, há uma fase inicial em que o boletim quase se identifica com o LNEC e uma fase em que passa a ser editado numa organização empresarial, ainda que só em 1969 tivesse acedido a este estatuto jurídico – os CTT – sendo que do n.º 6 ao n.º 9 é José António Silva Gomes, quadro dos CTT, a assumir as funções de Director. No entanto, mesmo quando a partir do n.º 10 este é substituído enquanto Director por João Pimentel Freixo, do Ministério do Ultramar, a Redacção e a Administração mantêm-se nos CTT até ao número final.

A evolução do Boletim reflecte a evolução do GEOTA, o qual surge em Janeiro de 1964 na sequência do curso sobre “Organização prática do trabalho administrativo no sector público”, organizado pelo Serviço de Produtividade do INII em Dezembro de 1963, e que, segundo nos informa o *O.M.* n.º 1 já tinha, antes do início da publicação do Boletim, realizado 16 reuniões, tendo assistido, em média, a cada uma das reuniões, 16 participantes, pertencendo a nove Ministérios diferentes. Conforme decorre do *O.M.* n.º 3, que se refere à composição e ao trabalho do Grupo de Trabalho n.º 14 – Reforma Administrativa na CIPIE, na preparação do III Plano de Fomento, o GEOTA está atento a esta e três dos seus membros, Mário Gonçalves Ferreira e José Maria Myre Dores, pelo Ministério das Obras Públicas, e Fernando da Silveira, pela Secretaria de Estado da Indústria, participam no Grupo de Trabalho n.º 14 e no Subgrupo n.º 3.

No entanto, não é apenas na Reforma Administrativa, embora passe a publicar notícias sobre os diplomas que nesta se inserem, e sobre as actividades do Secretariado da Reforma Administrativa, que o GEOTA está

focado. O *O.M.* n.º 4 insere um editorial de José Myre Dores, que anuncia a próxima criação da APPA – Associação Portuguesa de Produtividade Administrativa a partir do GEOTA, contando já com um grupo qualificado de colaboradores, apoios do INII e do LNEC, e *associados do sector público e do sector privado*.

Mais tarde, já na previsão da criação da APPA e segundo informa o *O.M.* n.º 6, o GEOTA elege “corpos gerentes” para o período de Julho de 1967 a 1968 – Corpos gerentes do GEOTA, Presidente, Eng. José Maria Myre Dores, do LNEC⁴⁸¹, Vice-Presidente, Dr. Amável Pires Belo, da DGEMN, e Secretário-Geral João Baptista Franco, da C. Santos – Comércio, Indústria, SARL sendo Presidentes de secções: Núcleos OM – Eng. Pimentel Freixo, Informação e Documentação – Dra. Maria de Fátima Vila Pouca, Mecanização e equipamento de escritórios – Dr. Carlos Vieira Costa, Racionalização do Trabalho – Dr. Óscar Damas, Boletim OM – José António de Silva Gomes (que passa a Director). A partir daqui evidencia-se uma vontade de dar projecção à componente empresarial e até privada na actividade do GEOTA, futura APPA. No mesmo número do *O.M.* escreve como convidado antes do editorial Bernardo Mendes de Almeida (Conde de Caria).

Sintomaticamente este mesmo n.º 6 do *O.M.* dá destaque a afirmações proferidas pelo Eng. Rudolf Schreyer, consultor internacional da OCDE, no âmbito da conferência sobre “A rentabilidade do trabalho administrativo”, organizada em Novembro de 1967 pelo Gabinete de Estudos e Planeamento de Acção Educativa, tais como “*A jovem ciência OM deve ser desenvolvida por todos os meios*”, “*Não há uma diferença fundamental entre a administração privada e a administração pública*”. Nada que não estivesse já presente na actividade do Comité das Práticas Administrativas do IICA.

⁴⁸¹ Myre Dores vinha sendo eleito por períodos determinados para presidir às reuniões do GEOTA.

Nas palavras de apresentação do n.º 1 do Boletim *Ciências Administrativas* Marcelo Caetano escreveria pouco tempo depois: “*As Ciências Administrativas não se ocupam apenas da Administração Pública. Também a administração das empresas privadas deixou de viver da rotina e passou a ser objecto de estudo teórico, que originou a formulação de princípios gerais e a dedução de técnicas concretas*”, reivindicando para o I.P.C.A. um campo de actuação que este talvez não estivesse em condições de assegurar: “*O Instituto Português de Ciências Administrativas visa justamente reunir quantos se interessam no nosso país pelos problemas da organização e dos métodos de administração nos vários planos do sector público e nos diversos ramos do sector privado.*”⁴⁸². Como já referimos, a comunicação de Fayol ao Congresso Internacional de Ciências Administrativas de 1923, que assimila a gestão pública e a gestão privada, fora republicada em 1966 na Revista Internacional.

A coexistência dos projectos de criação do Instituto Português de Ciências Administrativas e da Associação Portuguesa de Produtividade Administrativa, na qual também existiam elementos ligados ao Grupo de Trabalho n.º 14 e ao Secretariado da Reforma Administrativa parece ter suscitado algum mal-estar dentro do Grupo que vinha publicando o O.M. Aliás o projecto de Estatutos da APPA, que enfatizou a componente “técnica” (Art.º 2.º “...*uma associação de carácter técnico, científico e cultural, destinada a promover o estudo da simplificação e racionalização do trabalho administrativo, a divulgação das técnicas de organização e métodos (OM)*”) terá sido submetido ao Ministério da Educação Nacional antes – em Agosto de 1967 – do relativo ao Instituto Português de Ciências Administrativas, e aprovado em 1968, mas já depois da aprovação daquele. E consagrou a necessidade de homologação da eleição dos corpos gerentes, da qual o I.P.C.A. ficou isento.

⁴⁸² Caetano, Marcello (1969), “Apresentação”, *Ciências Administrativas*, Maio de 1969, Ano I, n.º 1.

O número de sócios titulares não estava limitado, embora a condição de sócios correspondentes não esteja claramente caracterizada:

Art. 7.º Poderão ser sócios titulares os estudiosos de questões administrativas que tenham frequentado cursos adequados ou tenham experiência profissional que lhes permita tomar parte activa nos trabalhos da Associação... , Artigo 8.º Poderão ser sócios correspondentes os estudiosos que não se encontrem em condições de residência e vida profissional que lhes permita tomar parte activa nos trabalhos...

Os Estatutos comportam também uma delimitação decorrente de imposição legal (*Art.º 2.º § Único: “A Associação... é inteiramente estranha a toda a espécie de actividades políticas, confessionais ou de carácter reivindicativo relativamente às relações de trabalho. A qualidade de membro da Associação é independente da participação ou grau hierárquico em qualquer organismo de carácter sindical, corporativo, ou outro similar”*) e aceitam a limitação da actividade internacional (“*Art.º 40.º – A actividade da Associação em relação ao estrangeiro, conformar-se-á inteiramente com a orientação definida pelo Instituto de Alta Cultura no uso da competência que a lei lhe confere”*), contrariamente ao que estabelecem os Estatutos do I.P.C.A. que desde logo permitem a este exercer as funções de Secção Nacional Portuguesa do IICA.

No n.º 7 do *O.M.* num artigo denominado “*A multiplicidade de grupos representará multiplicação de meios?*”, Mário Gonçalves Ferreira, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, colocava assim a questão:

... não seremos nós apenas algumas dúzias correndo de uns grupos para outros na ânsia de estimular a criação de actividades cujo interesse reside mais na nossa imaginação do que na realidade económica e social do País? E corresponderá esta aparente multiplicidade de grupos a uma real multiplicação de meios?

Mais especificamente:

Será razoável a existência de grupos com objectivos quase paralelos como o G.E.O.T.A. – Associação Portuguesa de Produtividade Administrativa, e o Instituto Português de Ciências Administrativas? As respostas a estas dúvidas devem relacionar os meios disponíveis com a grandeza da tarefa a realizar, a qual tem sido objecto de tantas exposições e comentários que é desnecessário encarecê-la.

No número seguinte do *O.M.*, o Director J.A. Silva Gomes retoma a questão em Editorial, focando-se mais nas infraestruturas: “...caminhar no sentido de uma concentração que, sem eliminar a individualidade de cada grupo, permitisse constituir o fundo comum de que todos carecem e que todos utilizariam na prossecução de finalidades que são, afinal de contas, complementares “ e abarcando um conjunto mais vasto de associações, de cuja criação e actividade o *O.M.* ia aliás dando nota:

Nesta altura em que são já tantas as Associações existentes – citarei, de memória as de Produtividade Administrativa, de Chefes de Pessoal, de Gestão de Stocks, de Marketing e de Ciências Administrativas – parece inegável a actualidade do tema, como oportuna me parece ser a sua discussão por aqueles que as dirigem⁴⁸³.

A APPA entre a proximidade do I.P.C.A. e a procura de um espaço de intervenção próprio.

Os primeiros órgãos sociais eleitos na APPA em 1969, cuja composição se transcreve em seguida, reflectem um empobrecimento em termos de liderança, uma vez que Myre Dores, líder histórico (se se pode usar o termo

⁴⁸³ Localizámos também uma Sociedade Portuguesa de Relações Públicas, criada em 1968 por iniciativa de Avellar Soeiro, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, “Um Pedaco da História, Conversa com Avellar Soeiro, pioneiro das Relações-Públicas em Portugal”, entrevista de Abílio da Fonseca, *Internet*.

para uma liderança de 4 ou 5 anos) neles não figura, talvez por ter deixado entretanto o LNEC pela PROFABRIL, sendo que Ana Carina Azevedo o localiza como assistente eventual do Instituto Superior Técnico⁴⁸⁴, o que na carreira docente da altura não é incompatível com uma ligação empresarial^{485,486}, e que Fernando da Silveira e Mário Gonçalves Ferreira passaram, como já referimos, a integrar a Direcção do I.P.C.A.

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente – Dr. Fernando da Silveira

Vice-Presidente – Dr. Silveira Botelho

Secretários – Dra. Maria G. Simões e Sr. Fernando Lopes

DIRECÇÃO

Presidente – Dr. Pires Belo

Vice-Presidente – Eng. Pimentel Freixo

Secretário-Geral – Dr. Sílvio Pires

Tesoureiro – Sr. Correia de Oliveira

Vogal – Eng. Mário Páscoa

CONSELHO FISCAL

Presidente – Dr. Alberto Monteiro

Vogais – Dr. Vieira da Costa e Dr. Nuno Vasconcelos

Tal como no I.P.C.A. a preocupação com a obtenção de instalações para a sua sede mobiliza esforços na APPA, que acabará por se instalar por arrendamento na Av. Casal Ribeiro, n.º 48, 6.º, Direito e Esquerdo, em Lisboa,

⁴⁸⁴ Azevedo (2014), Ana Carina Gerardo da Silva, *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial (1945-1974)* ... p. 269, rodapé 681.

⁴⁸⁵ Decreto-Lei n.º 132/70, de 30 de Março.

⁴⁸⁶ Após o 25 de Abril viria a ser, primeiro, Secretário-Geral do Ministério da Educação, e depois Director do Gabinete de Planeamento do Ministério das Obras Públicas, segundo informação que confirmámos junto de familiares.

com uma Sala de Sessões com 80 lugares, onde decorrem iniciativas suas e cursos do INII⁴⁸⁷. No editorial do n.º 11 do *O.M.*, relativo ao período de Janeiro a Junho de 1970, pode ler-se: “*Valioso foi o apoio dado pelo Instituto Português de Ciências Administrativas, Caixa de Previdência e Abono de Família da Indústria do Distrito de Lisboa, Secretariado da Reforma Administrativa e Instituto Nacional de Investigação Industrial*”. Todavia, nunca se clarifica perante o leitor que a APPA e o I.P.C.A. partilham instalações e se os eventos noticiados no *O.M.* e nas *Ciências Administrativas* como tendo lugar na sede, tais como conferências de peritos estrangeiros, são iniciativas de uma ou outra das associações ou conjuntas.

A APPA não só mantém a anunciada abertura ao sector empresarial, designadamente privado, mas também assiste, como resultado de deslocações do Vice-Presidente da Direcção, João Pimentel Freixo, quadro do Ministério do Ultramar, a Angola e a Moçambique, à constituição e início de actividade dos GEOTA de Angola e Moçambique, o primeiro liderado por um quadro de uma empresa privada (CUCA), noticiada no n.º 12 do *O.M.* Nos números seguintes do *O.M.* os quadros da administração ultramarina têm colaboração expressiva e não podemos deixar de alertar para as referências a gabinetes de organização e métodos em legislação que viria a ser publicada, para além dos trabalhos iniciados em 1964 por orientação da Comissão de Coordenação do Ministério, de que já demos conta.

A Associação procedeu em 1971, tal como o I.P.C.A., à eleição de novos órgãos sociais os quais, segundo o n.º 13 do *O.M.*, ficaram com a seguinte composição:

⁴⁸⁷ Serão possivelmente cursos de produtividade administrativa, cuja realização está na origem do GEOTA, antecessor da APPA, e a que já nos referimos.

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente – Dr. Fernando Duarte Costa da Silveira

Vice-Presidente – Dr. Amável Pires Belo

Secretários – Eng. João Pimentel Freixo e Dr. João Salavessa Belo

DIRECÇÃO

Presidente – Dr. Carlos Augusto Vieira Costa

Vice-Presidente – Dr. Francisco Cabrita Matias

Vogal – Fernando da Conceição Lopes

Secretário-geral – Júlio Pinto Zdanowki

Tesoureiro – D. Olímpia Ferreira Isidoro

CONSELHO FISCAL

Presidente – Dr. Alberto Monteiro

Vogais – Drs. Elder Sousa Fernandes e Adriano Caldeira Jorge.

Poder-se-á estranhar que, depois dos resultados obtidos com a sua acção na Direcção, o Eng. João Pimentel Freixo, referenciado por Ana Carina Azevedo como formador em Organização e Métodos, com especialização em Espanha, tal como alías, na Direcção anterior, Nuno Vasconcelos (a ser, como julgamos, Duarte Nuno de Vasconcellos)⁴⁸⁸ fosse “reforçar” a Mesa da Assembleia Geral da APPA como Secretário. Verificámos contudo que neste mesmo ano passou a integrar a nova Direcção do I.P.C.A. de que já fazia parte o Presidente da Assembleia Geral da APPA, Fernando da Silveira. As vozes que lamentavam a constituição simultânea de várias associações na mesma área não deixavam de ter alguma razão.

⁴⁸⁸ Azevedo, Ana Carina (2014), *A Organização Científica do Trabalho em Portugal...*, p. 231.

Desenvolvimento das estruturas de organização e métodos

Após a criação do Secretariado da Reforma Administrativa em 1967 é sobretudo possível identificar casos em que são criados por via legislativa Gabinetes de Organização e Métodos, e já não núcleos mais ou menos informais, como anteriormente.

O Gabinete de Organização e Métodos do Ministério da Justiça merece especial destaque porque, sendo criado na dependência directa do Ministro e incumbido de “*manter uma estreita ligação com o Secretariado da Reforma Administrativa e remeter-lhe os estudos que possam interessar a outros Ministérios*”, também lhe incumbe fomentar a criação de núcleos de organização e métodos junto das Direcções-Gerais e assegurar a formação e aperfeiçoamento dos funcionários.

De forma verdadeiramente revolucionária, o diploma, assinado por Marcelo Caetano e pelo Ministro Almeida Costa, estabelece que as disposições necessárias à execução do diploma serão estabelecidas em Portaria do Ministro e sobretudo que “*Passam a ser reguladas por despacho do Ministro da Justiça todas as formalidades burocráticas dos serviços do Ministério*”⁴⁸⁹. Segundo as *Ciências Administrativas* “*com a criação em 5 de Dezembro de 1968 do Gabinete de Organização e Métodos foram incrementadas de forma decisiva no Ministério da Justiça importantes tarefas de racionalização e simplificação do trabalho administrativo*”⁴⁹⁰ tendo sido o Centro de Informática oficializado em 1970⁴⁹¹.

⁴⁸⁹ Decreto-Lei n.º 48 735, de 5 de Dezembro de 1968. Não localizámos nenhuma Portaria relativa ao Gabinete nem o despacho de nomeação do seu responsável, sendo Joaquim Seabra Lopes o autor das referências publicadas nas *Ciências Administrativas*.

⁴⁹⁰ S.L. (1971), “Actividades do Centro de Informática do Ministério da Justiça”, *Ciências Administrativas*, Ano III n.º 8, Março de 1971, pp. 162-164.

⁴⁹¹ Decreto-Lei n.º 154/70, de 11 de Abril.

Seguem-se a criação na Emissora Nacional de um Gabinete de Organização e Métodos que engloba o anterior Gabinete de Estudos e Organização⁴⁹², o qual o Subgrupo de Trabalho n.º 3 do Grupo de Trabalho n.º 14 considerava já uma experiência nacional no domínio da organização e métodos⁴⁹³, e de um outro, como “órgão de conselho” no Arsenal do Alfeite⁴⁹⁴, em ambos os casos em organismos com natureza empresarial. É de ter também em atenção os diplomas que permitem criar gabinetes de organização e métodos nos institutos do trabalho, previdência e acção social do ultramar⁴⁹⁵ e nos serviços de correios do ultramar⁴⁹⁶.

No próprio Ministério das Corporações e Previdência Social, consolidando a experiência no domínio da Organização e Métodos, é criado um Gabinete de Organização e a recém-criada (por cisão da antiga Direcção-Geral da Previdência e Habitações Económicas) Direcção-Geral da Previdência é dotada, em 1973, de uma Direcção de Serviços de Organização e Métodos de onde passa a depender a comissão de organização e métodos criada em 1959 e reorganizada em 1964, a que já nos referimos⁴⁹⁷.

No imediato pós-25 de Abril, a chama da Organização e Métodos parece ter passado para a Direcção-Geral da Organização Administrativa (DGOA) e para o seu boletim *Organização & Informática*. Num inquérito conduzido em 1976 e cujos resultados foram publicados em 1977 concluiu-se existirem 45 núcleos de organização e métodos, sob várias designações, tais como “Núcleos de Modernização Administrativa”, “Grupos de Trabalho”, “Estatística, Organização, Planeamento, Apoio e Orientação”, “Sistemas de Gestão”, “Estudos e Métodos”, “Organização e Métodos e

⁴⁹² Decreto n.º 49 321, de 27 de Outubro de 1969.

⁴⁹³ O relatório do Subgrupo faz referência ao artigo 45.º do Decreto n.º 46 927, de 30 de Março de 1966.

⁴⁹⁴ Decreto n.º 533/71, de 3 de Dezembro.

⁴⁹⁵ Decreto n.º 323/71, de 27 de Julho.

⁴⁹⁶ Decreto n.º 492/73, de 4 de Outubro.

⁴⁹⁷ Decreto-Lei n.º 228/73, de 12 de Maio.

Segurança Social”, “Gabinete de Estudos” e outros, só 16 tendo apenas “Organização e Métodos” na denominação, com um total de 97 elementos, sendo 21 dirigentes e 76 restante pessoal, tendo 8 dos 45 núcleos sido criados no próprio ano. 23 dos 45 núcleos identificados pertenciam ao sistema da Previdência⁴⁹⁸.

A Secção de “Livros e Revistas” do boletim da DGOA faz, diga-se, frequentes referências à publicação da *Revue Internationale des Sciences Administratives* e de outras edições do IICA, para além de outros títulos, e à participação de funcionários seus em acções de formação e estágios no estrangeiro proporcionados pela OCDE.

O Ministério do Comércio e Turismo virá a criar em 1976 um Gabinete de Organização e Métodos, com vertentes de organização e de pessoal que será extinto aquando da transição de serviços deste Ministério para o da Agricultura⁴⁹⁹. Foram também criados “Gabinetes de Organização e Pessoal”, hoje em dia extintos, no Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção⁵⁰⁰ e no Ministério da Cultura e Ciência⁵⁰¹ do V Governo Constitucional (Maria de Lurdes Pintasilgo), que seria mantido na Secretaria de Estado da Cultura em governos posteriores.

⁴⁹⁸ *Organização & Informática*, Ano II, n.º 3, Março 1977, pp. 5-6.

⁴⁹⁹ Decreto-Lei n.º 719/76, de 9 de Outubro, Decreto Regulamentar n.º 7/77, de 21 de Janeiro, e Decreto-Lei n.º 239/82, de 27 de Julho.

⁵⁰⁰ Decreto-Lei n.º 195/77, de 14 de Maio.

⁵⁰¹ Decreto-Lei n.º 498-C/79, de 21 de Dezembro, Suplemento.

10. Novas fases da ligação portuguesa ao Instituto Internacional

O que se sabe e o que não se sabe sobre o fim do I.P.C.A. e da APPA

Tanto o I.P.C.A. como a APPA deixaram em 1974 de publicar os seus Boletins periódicos. O último número do Boletim *Ciências Administrativas* a ser distribuído foi o 17 (Junho de 1973, Ano V) que, entre outros textos inseria em “Estudos e conferências” a conferência “*A administração pública e a economia contratual*”, por Alberto Xavier, realizada em 1 de Junho de 1973, e a notícia “*Principais actividades do Instituto Português de Ciências Administrativas de Abril a Junho de 1973*”, existindo indícios de que só terá sido distribuído em 1974 (o texto da conferência foi revisto com a introdução de alguns diplomas posteriores)⁵⁰². O último número do *Boletim O.M.* que localizámos na Biblioteca do Supremo Tribunal Administrativo foi o n.º 17, de Janeiro-Junho de 1973.

O I.P.C.A. nunca chegou a ser formalmente extinto, tudo levando a crer que a sua Direcção, ou até apenas o seu Presidente da Direcção, tenha simplesmente considerado inviável prosseguir a sua actividade. Por um lado, nos arquivos do Instituto de Alta Cultura, actualmente à guarda do Instituto Camões, encontrámos uma carta de 3 de Maio de 1974 para o I.P.C.A. notificando-o da concessão do subsídio que este pedia para a publicação dos números do Boletim relativos ao ano de 1973, mas não a declaração de compromisso usualmente preenchida para a sua entrega. Por outro, muito embora posteriormente a 25 de Abril de 1974, tal como outros altos dirigentes, António Pedrosa Pires de Lima tenha continuado a assinar textos publicados no *Diário do Governo* na sua dupla qualidade de

⁵⁰² Lei 8/73, de 26 de Dezembro.

Director-Geral da Administração Local e de Secretário-Geral do Ministério do Interior (que passou a ser denominado da Administração Interna e cujo titular foi durante o I Governo Provisório Magalhães Mota) deixou de o fazer na primeira quinzena de Junho sem ser publicada à data no jornal oficial qualquer notícia sobre a sua exoneração, substituição ou sucessão.

Chegámos a admitir que tivesse sido suspenso pelo delegado da Junta de Salvação Nacional, que detinha poderes para o efeito, no entanto o seu neto António Pires de Lima indica que se afastou voluntariamente, pedindo a aposentação⁵⁰³, e António Rebordão Montalvo confirmou-nos esse desenvolvimento, sendo em todo o caso pouco provável que no novo quadro político pudesse ter continuado como anteriormente a corresponder-se com o Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a participação portuguesa no IICA.

Nos louvores exarados aquando da sua cessação de funções enquanto Ministro, Magalhães Mota incluiu Manuel Pereira, responsável pelo Gabinete de Estudos e Planeamento e um dos participantes mais frequentes nas actividades do I.P.C.A., que viria a ser ele próprio Director-Geral.

O outro elemento-chave na ligação portuguesa ao IICA, Aureliano Felismino, também se aposentaria em Novembro de 1974⁵⁰⁴.

Quanto a Diogo de Paiva Brandão deixaria oficialmente de ser Secretário-Geral da Presidência do Conselho de Ministros a partir de 30 de Abril de 1975, data da sua exoneração, sendo que já não vinha sendo ele a assinar as publicações remetidas para *Diário do Governo*. Para o efeito foi necessário publicar um Decreto-Lei sobre a substituição dos Secretários-Gerais da Presidência do Conselho de Ministros, ao abrigo do qual ficou, depois da sua substituição, provido como supranumerário nessa categoria⁵⁰⁵.

⁵⁰³ Entrevista a António Pires de Lima, por Anabela Mota Ribeiro <http://anabela.motaribeiro.pt/53499.html>

⁵⁰⁴ Informação obtida do ACME.

⁵⁰⁵ Decreto-Lei n.º 215/75, de 29 de Abril.

A eleição em 1974 da terceira Direcção do I.P.C.A. e a procura em 1974 e 1975, da obtenção dos subsídios do Ministério das Finanças mostra a existência de alguma vontade de dar continuidade à Secção Nacional, aliás no cartão de 8 de Novembro de 1974 de Diogo de Paiva Brandão cuja existência assinalámos indica-se ter a nova Direcção do I.P.C.A. resolvido dar cumprimento, dentro das suas possibilidades, ao mandato recebido da Assembleia Geral que a elegeu.

A circunstância de, como já mencionámos, se ter realizado no dia anterior a primeira reunião da Direcção eleita em Assembleia Geral deixa entender que a eleição se terá realizado já sob a nova situação política em que aliás o novo Vice-Presidente da Direcção António de Sousa Franco viria a ter várias vezes responsabilidades políticas e governativas⁵⁰⁶, parecendo significativo que lhe tenha sido confiada a assinatura do habitual pedido de subsídio à Secretaria-Geral do Ministério das Finanças.

No ano seguinte o pedido de subsídio, fundamentado na necessidade de manter os contactos com o Instituto Internacional e formalizado por ofício do I.P.C.A. ao Secretário-Geral do Ministério das Finanças, em 9 de Dezembro de 1975 “Pelo Presidente”⁵⁰⁷ por Diogo de Paiva Brandão. Este ofício do Instituto que terá talvez, como o do ano anterior, começado por circular informalmente pela Direcção-Geral da Contabilidade Pública, só deu entrada na Secretaria-Geral em 6 de Janeiro de 1976⁵⁰⁸ e foi respondido pelo Secretário-Geral em 9 de Janeiro, explicando não ter sido inscrita dotação para o efeito nem em 1975 nem em 1976.

⁵⁰⁶ Viria a ser Secretário de Estado das Finanças em 1976, e exerceu funções como Presidente da Comissão Política do PSD, entre 1977 e 1978 e mais tarde como Ministro das Finanças do V (Maria de Lurdes Pintasilgo) e do XIII (António Guterres) Governos Constitucionais.

⁵⁰⁷ Partimos do princípio que terá continuado a ser António Pedrosa Pires de Lima.

⁵⁰⁸ ACME, Entrada n.º 108, Proc. 65.

Cruzando os *proceedings* do XIV Congresso do IICA realizado na Cidade do México em 1974 (a *IRAS* regista a participação portuguesa na reunião do Conselho de Administração⁵⁰⁹) consultados na sede do Instituto Internacional em Bruxelas⁵¹⁰, com documentação disponível no Arquivo Histórico-Diplomático, verificou-se que o acompanhamento do relacionamento com o IICA passou a correr logo a seguir ao 25 de Abril pela Secretaria Geral do Ministério apoiada pelo Serviço Jurídico e de Tratados⁵¹¹, através do qual foram expedidas instruções ao encarregado de negócios Nuno de Lorena⁵¹² para assegurar a representação portuguesa:

*Virtude impossibilidade se deslocarem como é hábito delegados portugueses representação Ministério Administração Interna e professores universitários fica VEXA acreditado como delegado único devendo recolher e remeter esta Secretaria-Geral pelo menos três colecções de documentação*⁵¹³.

Mostrava-se o Ministério perfeitamente inteirado do processo de preparação do Congresso:

⁵⁰⁹ “Eighteenth Session of the Council of Administration”, “Chronicle of the Institute – IIAS, its Sections and Members”, *IRAS*, March 1975, 41 (2), pp. 97-100.

⁵¹⁰ Fausto de Quadros confirmou-nos que, após alguma incerteza sobre o financiamento da missão, ele e António de Sousa Franco estiveram presentes na Cidade do México para apresentar a comunicação conjunta que tinham elaborado, não tendo participado nas reuniões deliberativas. Nos *proceedings* Nuno de Lorena aparece como único representante português, como aliás decorre das instruções expedidas pelo MNE.

⁵¹¹ Que recebeu a documentação sobre o assunto existente na Direcção-Geral dos Negócios Políticos, Repartição da Europa e América, Processo 344, a partir de 1968 (1968-69-70-72) com a menção [“Este processo passou para os Jurídicos. Tudo.”]

⁵¹² *Anuário Diplomático e Consular Português*, 1979, p. 298.

⁵¹³ AHD. Telegrama n.º 73 (“Muito urgente”), enviado em 18 de Julho de 1974 para a Embaixada de Portugal na Cidade do México.

Convirá VEXA acompanhe modo especial trabalhos incidam sobre relatórios portugueses devido tempo remetidos Instituto sobre temas 1 e 3 Congresso respectivamente sobre aspectos administrativos regionalização apresentados pelos Drs. Pires de Lima e Manuel Pereira e sobre métodos utilizados prever efeitos mudanças económicas e sociais apresentado Professor Sousa Franco e Dr. Fausto Quadros.

E prosseguiram as instruções, procurando dar uma aparência de normalidade:

Não deverá ainda VEXA deixar explicar nível que considere adequado que só excesso de trabalho Administração Pública portuguesa neste momento impediu se concretizasse ida delegação anunciada para sede Instituto em Bruxelas.

Em todo o caso, constatava-se que essa normalidade se alterava de dia para dia e o diplomata português veio após pedido do Governo mexicano, a receber instruções para apoiar Gustavo Martinez-Cabanas para a presidência do IICA contra Laureano Lopez Rodó, candidato do *establishment*, de quem o ex-Presidente do Conselho de Ministros Marcelo Caetano era muito próximo, o que, dado o carácter inusitadamente muito disputado da eleição, pode ter sido decisivo⁵¹⁴.

Não conseguimos aceder a documentação eventualmente existente no Serviço Jurídico e de Tratados sobre os desenvolvimentos posteriores e foi-nos recusado pela Comissão de Desclassificação o acesso ao Fundo Documental Nuno Bessa Lopes, funcionário do Serviço Jurídico e de Tratados que interveio no envio destas instruções.

O Instituto Internacional informou-nos não ter localizado correspondência relativa a este período e ao relacionamento com a Secção Nacional Portuguesa.

⁵¹⁴ AHD. Telegrama n.º 76 (“Muito urgente”), enviado em 25 de Julho de 1974, à Embaixada de Portugal na Cidade do México.

Os arquivos do I.P.C.A. e da APPA

O termos encontrado na *Internet* o número de pessoa colectiva da Associação Portuguesa de Produtividade Administrativa, indicativo de que estaria inscrita no Registo Nacional de Pessoas Colectivas e de que, portanto, teria actividade posterior a 1979, e confirmado a presença desta Associação como responsável pela edição do Boletim *O.M.*, de periodicidade semestral, existente na Biblioteca do Supremo Tribunal Administrativo, levou-nos, através da consulta da respectiva colecção, a perceber que esta constituía um importante acervo de informação sobre o GEOTA – Grupo de Estudos sobre a Organização do Trabalho Administrativo, primeiro responsável pela edição do *O.M.* e que preparou a constituição da Associação (cujos Estatutos foram reconhecidos em 1968 um pouco depois do que havia sucedido com o I.P.C.A.), e sobre a própria Associação e os seus corpos gerentes, não registando todavia ocorrências posteriores ao ano de 1973.

Ficámos assim na posse de elementos a que Ana Carina Azevedo, cuja tese de doutoramento não era na altura do nosso conhecimento, não terá tido acesso, embora à natureza associativa do GEOTA e ao seu boletim se faça referência no Relatório do Subgrupo n.º 3 do Grupo de Trabalho n.º 14 – Reforma Administrativa, e que, de modo geral, se casam harmoniosamente com os resultados da sua investigação. Também em relação a esta associação nenhuma pista existia sobre as circunstâncias em que teria cessado ou prosseguido a sua actividade ou sobre o paradeiro do seu espólio.

No Arquivo Digital da Secretaria-Geral do Ministério da Educação nenhum elemento estava disponível sobre o reconhecimento e a cessação de actividade do I.P.C.A. e o mesmo sucedia na Procuradoria-Geral da República. Nem esta nem a Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, cujo Centro de Documentação dispunha todavia dos Estatutos de ambas as associações (que nos foram amavelmente enviados mas de que já dispúnhamos), tinham notícia sobre as aparentes cessações de facto de actividade,

nem reagiram à indicação como sede das associações de um andar que sabíamos (e elas, por maioria de razão, também) ocupado pelo DIAP de Lisboa. Um contacto com o Registo Nacional de Pessoas Colectivas confirmou que o I.P.C.A. nunca tinha estado inscrito e que a Associação Portuguesa de Produtividade Administrativa, que nunca alterou a sua denominação nem a sua sede, se mantinha nos registos com a sede original.

Tendo esgotado a possibilidade de obter informação em outras fontes e com vista a averiguar o paradeiro dos arquivos da Secção Nacional Portuguesa do Instituto Internacional de Ciências Administrativas, anteriores ou não ao início de actividade do I.P.C.A., pedimos ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), sucessor da Federação das Caixas de Previdência do Distrito de Lisboa na propriedade do imóvel, a consulta do processo administrativo relativo ao sexto andar do edifício sito na Av. Casal Ribeiro, n.º 48 em Lisboa (imóvel n.º 11.06.3.07.2179)⁵¹⁵ que sabíamos estar a ser utilizado pelo DIAP de Lisboa ⁵¹⁶, consulta essa que, depois de deferida, acabou por se realizar em condições precárias⁵¹⁷.

O processo dá conta de que aquele Instituto procurou, a partir de 1998, recuperar o andar, a fim de o afectar ao DIAP, tendo-lhe sido na altura respondido por Olímpia Isidoro (que aparece, como mostrámos atrás, como Tesoureira na segunda Direcção da APPA, eleita em 1971) precisar a APPA das instalações para o seu secretariado-geral. No entanto o IGFSS, enquanto senhorio, veio a realizar uma visita às instalações que lhe permitiu concluir que o andar não estava a ser ocupado: *“Foi verificado que o fogo em epígrafe se encontrava cheio de lixo, livros e pastas de escritório. As*

⁵¹⁵ Em 2007 alienado à Estamo, imobiliária do Grupo Parpública.

⁵¹⁶ Tal como o 1.º a 5.º andares, em que no tempo do corporativismo funcionou, também por arrendamento, o Tribunal de Trabalho de Lisboa, tendo a titularidade do arrendamento sido posteriormente transferida para o Ministério da Justiça.

⁵¹⁷ A consulta decorreu durante um curto período sem direito a fotocópias e, a certo momento, com ordem de saída cinco minutos depois, a pretexto de se ir realizar uma reunião da chefia com os funcionários, decidida no momento.

*janelas encontravam-se abertas devido a estarem estragadas, assim fechou-se os estores completamente para evitar que a água das chuvas entre.*⁵¹⁸ e após colocação de uma acção de despejo contra o I.P.C.A. e a APPA obteve a desocupação voluntária das instalações, sendo a acção retirada por inutilidade superveniente.

Em auto intitulado “Declaração”, datado de 10 de Dezembro de 1999 e assinado por um representante do IGFSS e três representantes da APREP (?)^{519, 520} ficou exarado o seguinte “*para os devidos efeitos declaramos que recebemos do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social todos os documentos e outros pertencentes à APREP [sic] existentes na dependência que aquela associação ocupou no 6.º andar do n.º 48, da Avenida Casal Ribeiro em Lisboa*”, com uma assinatura pelo IGFSS e três assinaturas pela “APREP”.

Estranha-se a ausência de referência ao I.P.C.A. mas constando do processo administrativo consultado no IGFSS que o seu Presidente da Direcção, que costumava deslocar-se às instalações, teria falecido em 28

⁵¹⁸ Comunicação de serviço n.º 165/99, datada de 15 de Novembro de 1999.

⁵¹⁹ Sem que conste do processo administrativo qualquer credencial que permita identificar esta APREP e os dirigentes que assinaram a acta, apenas sendo totalmente legível a assinatura de “Manuela Ramos” e parcialmente as assinaturas de um “Adriano...” e de um “Rodolfo...”. A APPA, que dispõe do Número de Identificação de Pessoa Colectiva 501 467 211, mantém no Registo Nacional de Pessoas Colectivas a sua sede na Av. Casal Ribeiro, 48 6.º, não se tendo portanto fundido na “APREP” ou mudado de denominação.

⁵²⁰ Possivelmente as instalações vinham a ser utilizadas por outras entidades em nome da APPA, que chegou a receber, ao contrário do I.P.C.A., número de identificação de pessoa colectiva, mas poderá ter cessado de facto a actividade. No sítio da Associação Portuguesa de Management na Internet, <http://www.apm.com.pt>, o texto “História” revela que esta Associação, constituída em 1977 (embora já houvesse, crê, movimentações anteriores a 25 de Abril de 1974) utilizou as instalações em causa, ou mais precisamente, o 6.º Dto, de 1977 ou 1978 a 1987, como “sede definitiva” não se dizendo todavia se as utilizou em exclusivo e com que título jurídico.

de Maio de 1996⁵²¹, parece poder concluir-se que o IGFSS terá assimilado “falecimento do presidente da direcção” e “extinção da pessoa colectiva” e terá assim feito entrega dos livros de actas, registos de sócios e em geral dos arquivos do I.P.C.A. (1968-1974) e talvez dos da própria Secção Nacional Portuguesa do IICA que funcionou antes da constituição deste (1949-1968) a uma entidade estranha, apesar de na altura diversos membros da Direcção do I.P.C.A. eleita em 1971 e reconduzidos em parte, segundo cremos, em 1974, se encontrarem ainda vivos e nunca terem sido substituídos.

Ter-se-ão assim possivelmente perdido comunicações aos Congressos e Mesas Redondas do IICA, relatórios sobre estes e em geral correspondência entre a SNP/I.P.C.A. e o IICA que já não existe no Instituto Internacional ou não foi possível a este localizar.

Diversificação de relações/fontes de ajuda externa. Um intercâmbio não assumido. *A Revista da Administração Pública*

Após o Congresso da Cidade do México realizado em 1974, e tendo sido suprimidos nessa mesma altura os Comitês Científico e das Práticas Administrativas em que existia uma presença portuguesa formal, tanto as fontes portuguesas como as do IICA omitem referências à relação entre Portugal e o Instituto Internacional.

Analisámos a *Revista da Administração Pública* que se publicou de 1978 (n.º 1) a 1987 (n.º 34), com periodicidade trimestral ou quadrimestral sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Administração Pública/Secretaria de Estado da Reforma Administrativa/Ministério da Reforma Administrativa e no final da Secretaria de Estado do Orçamento e não

⁵²¹ Relatório n.º 38/99, datado de 6 de Outubro de 1999.

encontrámos qualquer referência ao Instituto Internacional e à *International Review of Administrative Sciences* (IRAS) a não ser a tradução pela *Revista da Administração Pública* de artigos publicados nesta última e uma ou outra referência bibliográfica⁵²², e muito menos à Secção Nacional Portuguesa do Instituto Internacional de Ciências Administrativas e até ao Instituto Português de Ciências Administrativas, os quais, pela ausência de referências, bem poderiam nunca ter existido.

Quando o dirigente histórico do I.P.C.A. e da APPA e editor das *Ciências Administrativas*, Fernando da Silveira, aliás nomeado em 1973 para a direcção do Gabinete de Organização do Ministério das Corporações e Previdência Social (redenominado Ministério das Corporações e Segurança Social) e no mesmo ano designado procurador à Câmara Corporativa para a última legislatura do Estado Novo⁵²³, publica um artigo na *Revista da Administração Pública* sobre gigantismo administrativo e inflação orgânica⁵²⁴, a única referência ao passado que se permite é a reprodução de dados de um inquérito de 1966⁵²⁵ ministrado aos participantes do I Curso de Produtividade Administrativa, anterior portanto à criação do I.P.C.A. e da APPA.

⁵²² Contudo, no boletim *Organização & Informática* da Direcção-Geral da Organização Administrativa podem ser encontradas referências à Revista Internacional e a outras publicações do IICA.

⁵²³ Onde ficou adstrito à 1.ª Subsecção – Política e Administração Geral da Secção XII – Interesses de Ordem Administrativa, Cruz; Manuel Braga da, e Pinto, António Costa (dir) (2005), *Dicionário Biográfico-Parlamentar 1935-1974*, II Volume, M-Z, Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais/Assembleia da República, N.E.F. (Nuno Estevão Ferreira), pp. 613-614.

⁵²⁴ Silveira, Fernando da (1980), “Reflexões sobre o problema da dimensão da Administração Pública”, *Revista da Administração Pública*, Ano III, n.º 7, Janeiro/Março de 1980, pp.11-26.

⁵²⁵ “Por si identificado como Relatório do I Curso de Formação em Produtividade Administrativa” – edição policopiada, Abril-Julho de 1966.

Numa área em que não há verdadeiramente descontinuidades entre os últimos anos do ciclo do Estado Novo e os primeiros anos do ciclo da consolidação do regime democrático⁵²⁶, e uma grande parte dos quadros já envolvidos na Reforma Administrativa continuou as suas carreiras na mesma área, esta amnésia colectiva/pacto de silêncio não deixa de impressionar.

Na *IRAS* aparecem breves notas informativas sobre actividades de Direcções-Gerais integradas na área governamental responsável pelo domínio específico da Administração Pública que deixam pressupor fontes de informação internas. É o caso de notícia de 1979 sobre o início da publicação da *Revista da Administração Pública*, com indicação de declarações do Ministro da Reforma Administrativa e depois que a passagem deste Ministério a Secretaria de Estado no III Governo Constitucional não significava abandono da ideia de reforma e da realização de uma Conferência sobre Reforma Administrativa promovida pelo Serviço Central de Pessoal⁵²⁷.

A análise dos sucessivos números da *Revista da Administração Pública*, e do Boletim *Organização & Informática* publicado pela Direcção-Geral da Organização Administrativa, mostra também que do ponto de vista da cooperação internacional o Conselho da Europa, numa fase inicial, e a OCDE, sempre, são as entidades a que a Administração Pública portuguesa recorre para obter assistência técnica, no primeiro caso essencialmente no domínio da Administração Local.

E contudo, a partir do XVIII Congresso Internacional de Ciências Administrativas realizado em Madrid em 1980 (50 anos após o Congresso que decidiu a criação do Instituto), *os proceedings* dos Congressos e Mesas Redondas voltam a registar a presença de portugueses, em largo número, denotando que as inscrições têm origem em organismos aos quais chega

⁵²⁶ Gonçalves, Nuno Eduardo da Silva Ivo (2013), *O progresso da ideia de 'gestão empresarial' na Administração Pública portuguesa...*

⁵²⁷ "News in Brief. Portugal.", *IRAS*, March 1979, Vol 45 (1), pp. 87-88.

atempadamente o programa do congresso e dispõem de verba para procederem por si próprios à inscrição, sem se tratar de uma representação nacional coordenada, salvo talvez quando se deslocam dirigentes dos organismos do departamento governamental responsável pelas questões de Administração Pública.

Até 1992, ano em que volta a existir uma entidade – o Instituto Nacional de Administração (INA) – reconhecida como Secção Nacional Portuguesa, e talvez mesmo depois, esta informação chegava a Portugal por circular do IICA dirigida aos seus “organismos correspondentes”⁵²⁸.

Acreditamos todavia que Portugal continuou a pagar quota como Estado membro até finais dos anos 1980, quando por razões orçamentais o Ministério dos Negócios Estrangeiros reverteu a orientação de centralização de inscrição de verbas para pagamento de quotas que vigorava desde o despacho de Oliveira Salazar de 1932, restringindo-se às organizações internacionais que podia e tinha interesse em acompanhar efectivamente⁵²⁹.

De facto, embora as notícias da *IRAS* sobre a actividade do IICA indiquem que Portugal não participava nas reuniões dos conselhos de administração do Instituto, é assinalada num dos seus números a presença portuguesa na reunião do conselho de administração que se realizou concomitantemente com a Mesa Redonda de Tunis em 1985⁵³⁰, sendo de admitir, uma vez que o IICA não conseguiu localizar a respectiva acta, que a representação foi exercida por algum ou alguns dos dirigentes que participa-

⁵²⁸ Um exemplo desta circularização foi-nos facultado por António Rebordão Montalvo que participou enquanto investigador do Instituto Nacional de Administração na Mesa-Redonda realizado em Tunis em Setembro de 1985.

⁵²⁹ Exercíamos funções dirigentes nos serviços de administração financeira do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1986-1988) quando esta orientação foi adoptada por iniciativa do Embaixador Carlos Simões Coelho, Director-Geral dos Assuntos Consulares e Administração Financeira e Patrimonial.

⁵³⁰ “Twenty-fifth Session of the Council of Administration”, *IRAS*, “Chronicle of the Institute IIAS, its Sections and Members”, December 1985, 51(4), pp. 369-370.

ram na mesa redonda, para além do então investigador do INA António Rebordão Montalvo, ou sejam o Subdirector-Geral da Administração e Função Pública, Moutinho de Pádua, um Director de Serviços do Centro de Informação Científica e Técnica da Reforma Administrativa (CITRA), Dias Montenegro, e o Director-Geral do Emprego e Formação na Administração Pública, Pessoa de Amorim, que participava na reunião do IASIA que decorreu na mesma altura⁵³¹.

Também a notícia relativa ao Congresso Internacional de Ciências Administrativas realizado em Berlim-Oeste em 1983, na parte em que se refere ao alargamento a vários países, entre os quais Portugal, de um estudo sobre a “politização da Administração Pública”, mais precisamente sobre a influência de critérios políticos e profissionais no recrutamento e carreiras do alto funcionalismo, alargamento que pressupunha a existência de contactos⁵³² sendo que tanto Fernando Henrique Coutinho (Direcção-Geral da Função Pública) como Rui Machete (Instituto Nacional de Administração) estiveram presentes nesse Congresso (Quadro 1).

A *IRAS* regista a adesão, logo em 1977, do Governo Regional dos Açores, mais precisamente do “Secretariado regional da Administração pública do Governo autónomo dos Açores” ao IICA, como membro colectivo (*corporate member*)⁵³³ que não foi possível esclarecer por quantos anos se manteve, em todo o caso nos anos de 1989 e 1992 assinala-se a presença da administração pública açoriana em eventos do IICA (Quadro 1).

Na *IRAS* surgem também notícias sobre:

⁵³¹ Montalvo, António Rebordão (1985), “Relatório sobre a Mesa Redonda de Túnis”, Oeiras, 27 de Setembro de 1985 (policopiado).

⁵³² “XIX th International Congress of Administrative Sciences, Berlim (West), 19-23 September 1983”, *IRAS*, March 1984, 50 (1), pp. 86-95.

⁵³³ “New Members of IIAS”, *IRAS*, March 1985, “Chronicle of the Institute, IIAS, its Sections and Members”, 51 (1).

- a actividade da Direcção-Geral de Organização Administrativa (DGOA)⁵³⁴ a qual, como já referimos, também dá nota de receber as publicações do IICA;
- uma conferência sobre a formação de funcionários a realizar em Lisboa em 1982^{535,536}.

Os materiais que viriam posteriormente a ser publicados na *IRAS* sobre Portugal, aliás escassos, têm carácter essencialmente noticioso, como sucede com uma referência à participação de António Costa, Ministro dos Assuntos Parlamentares, num colóquio co-organizado em Reims pelo IICA (26 e 27 de Março de 1999)⁵³⁷, mas é sobretudo a realização de estudos sobre grupos de países, incluindo Portugal, que é de reter, quer entre os artigos publicados na Revista, quer entre as publicações mencionadas nas recolhas bibliográficas (Apêndice 4).

A institucionalização do INA como Secção Nacional Portuguesa do IICA

Nos anos de 2011 e de 2012 em que realizámos a investigação que deu lugar à redacção da tese *O Progresso da Ideia de “Gestão Empresarial” na Administração Pública portuguesa*, apercebemo-nos de que o sítio do Instituto Internacional de Ciências Administrativas na Internet⁵³⁸ incluía entre as secções nacionais o Instituto Nacional de Administração (INA), e entre

⁵³⁴ “Items of News. Portugal”, *IRAS*, June 1977, 43(2), p. 187 e December 1977, 43 (4), p. 404.

⁵³⁵ “Sixth International Conference on the Training of Senior Civil Servants”, “Schools and Institutes of Public Administration”, *IRAS*, December 1980, 46 (4).

⁵³⁶ “Portugal”, “Sixth International Conference on the Training of Senior Civil Servants”, “Schools and Institutes of Public Administration”, *IRAS*, June 1982, 48 (2).

⁵³⁷ *IRAS*, September 1999, 65 (3), p. 463.

⁵³⁸ <http://www.iias-iisa.org/members/the-benefits-of-the-members/>.

os *corporate members* o Instituto Superior de Administração e Gestão (que posteriormente deixou de o ser), não figurando o Estado português como membro.

A primeira situação manteve-se posteriormente a 2012, embora o *link* conduza agora à Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, que conserva a sigla INA, mas não sucedeu integralmente nas atribuições e competências do Instituto Nacional de Administração, uma vez que as relacionadas com desenvolvimento organizacional passaram para a Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público⁵³⁹ juntamente com uma parte da equipa dos investigadores do extinto Instituto Nacional de Administração, integrada agora num Departamento de Investigação, Relações Internacionais e Comunicação (DIRIC).

Todavia nem o Instituto Nacional de Administração nem a Direcção-Geral que herdou a sua sigla fazem referência no respectivo sítio na Internet, entre as ligações internacionais, à relativa ao Instituto Internacional de Ciências Administrativas. Mais, compulsada no INA a colecção dos Relatórios de Actividades do Instituto Nacional de Administração desde a instalação até à extinção⁵⁴⁰ nenhum deles assumia que o Instituto fosse secção nacional portuguesa do IICA⁵⁴¹.

Um pedido de informação à Divisão de Biblioteca, Arquivo e Edições do INA⁵⁴² permitiu esclarecer que o Instituto aderiu em 1984 como membro colectivo a um dos grupos constituídos no âmbito da reorganização de 1974 do Instituto Internacional de Ciências Administrativas, o *European Group of Public Administration* (EGPA), tendo alojado na sua sede da

⁵³⁹ Decreto Regulamentar n.º 27 / 2012, de 9 de Fevereiro.

⁵⁴⁰ Com excepção dos Relatórios relativos a 1984 e a 1985, que não foram encontrados nos arquivos.

⁵⁴¹ Figura no site do INA um *link* para o IASIA, referenciado como uma “rede”.

⁵⁴² Respondido pela Chefe de Divisão, Dra. Vera Batalha, cuja preciosa colaboração não será de mais enaltecer.

altura (o Palácio dos Marqueses de Pombal em Oeiras) uma reunião anual e *workshop* da EGPA (22-26 de Junho de 1986), e a Conferência da EGPA *Public Law and the modernizing state* (3-4 Setembro de 2003)⁵⁴³. Segundo os Relatórios anuais de actividades consultados, o INA também tem participado em Encontros dos Directores e Presidentes das Escolas e Institutos Europeus de Administração Pública, sendo que o de 2007 teve igualmente lugar em Oeiras.

De acordo com entrevista telefónica por nós mantida com o antigo Vice-Presidente do INA Vítor Ruivo⁵⁴⁴, foi a pedido do Ministério dos Negócios Estrangeiros que o Instituto assumiu a partir de 1992 a responsabilidade de pagar quotas para o IICA como Secção Nacional Portuguesa do Instituto.

Repare-se que, em rigor, o INA não preenche os requisitos estatutários de uma secção nacional nem age, pelo menos na ordem interna, como tal. Todavia mantendo-se a participação de pessoal do INA e do DIRIC da DGAEP nos agora Congressos anuais do IICA poderia também verificar-se a presença do INA nas Assembleias Gerais que se realizam concomitantemente, o que não é certo que tenha ocorrido⁵⁴⁵.

As participações nos Congressos e outros eventos científicos do IICA a partir de 1980 (e não temos elementos sobre a participação na maioria das Conferências Internacionais, Conferências Internacionais Especializadas e Conferência Internacionais Regionais) mostram uma notável assiduidade de quadros da antiga Secretaria de Estado da Administração Pública/ Reforma Administrativa, de organismos a que algumas das problemáti-

⁵⁴³ Duggett, Michael (2003), “Chronicle of the Institute – IIAS, its sections and members”, *IRAS*, December 2003, 69 (4), pp. 615-616.

⁵⁴⁴ Facilitada pela Dra. Vera Batalha.

⁵⁴⁵ A representação pertenceria ao então Chefe de Divisão, Mestre David Ferraz, estando actualmente a ligação ao IICA confiada a outro sector do INA e tendo o já Doutor David Ferraz passado a desempenhar funções noutra organismo.

cas abordadas interessam especialmente, como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Provedoria de Justiça e o Supremo Tribunal Administrativo, de um ou outro interessado que reedita a participação apesar de ter mudado de organismo, e até uma capacidade de atracção de dirigentes e quadros municipais (Oeiras, Loures, Ponte de Sor, Funchal).

Todavia é difícil não ver nas participações nos eventos que tiveram lugar em Toluca (México), Atenas e Bali uma componente predominante de turismo cultural, que as verbas orçamentais dos organismos respectivos viabilizaram, e de também são exemplo a dimensão e composição das delegações de outros países, designadamente latino-americanos.

Em contrapartida, a participação de professores da Universidade do Minho (em particular de J.A. Oliveira Rocha, da Escola de Economia e Gestão) e de investigadores do Instituto Nacional de Administração – agora distribuídos pela DGAEP e pelo actual INA – em alguns Congressos e Conferências do IICA parece revelar uma motivação académica mais consistente.

Não conseguimos esclarecer se a participação do primeiro, em 1991, pelo INA, numa reunião científica em Kota Kinabalu na Malásia com o tema “*Developing and maintaining the capacity of policy management to meet the challenges of the 1990’s*” esteve ligada ao funcionamento de um curso de pós-graduação “ministrado em Macau na Universidade da Ásia Oriental da responsabilidade do INA”⁵⁴⁶ nem a que organização do universo do Instituto Internacional diz respeito, pelo que não a considerámos no Quadro 1.

Há que notar também a participação em eventos do IICA de elementos do Secretariado para a Modernização Administrativa, cujo relacionamento externo teve, no entanto, lugar sobretudo através da OCDE. Registe-se designadamente a participação de dois quadros do Secretariado, Manuel Armando Madeira e Maria Teresa Pires, num grupo de trabalho sobre polí-

⁵⁴⁶ Rocha, J.A. Oliveira (1991), *Princípios de Gestão Pública*, Lisboa: Editorial Presença, 1991, pp. 26-27.

ticas de modernização administrativa constituído no âmbito do Instituto Internacional e o contributo da autoria de Maria Teresa Pires publicado neste âmbito⁵⁴⁷.

No cômputo nacional conhecem-se neste período poucos casos de apresentação de comunicações nos Congressos e Mesas Redondas, sendo que, em geral, não foi possível localizar exemplares⁵⁴⁸. Admitimos, no entanto, que nos serviços que promoveram a inscrição de dirigentes e funcionários seus existam relatórios de participação.

Os poucos artigos de autores portugueses publicados na *International Review of Administrative Sciences* posteriormente a 1974 têm na sua maioria relação com a Universidade do Minho:

- “*Administrative reform in Portugal: problems and prospects*”, de J. A. Oliveira Rocha e Joaquim Filipe Ferraz Esteves de Araújo⁵⁴⁹;
- “*From civil servants to liberal professionals: an empirical analysis of the reform of Portuguese notaries*”, de António F. Tavares e Miguel A. Rodrigues⁵⁵⁰;

⁵⁴⁷ Pires, Maria Teresa (1997), “La modernisation administrative au Portugal: le présent et l’avenir”, Claisse, Alain, Marie-Christine Meininger (ed.), *Les politiques de modernisation administrative. Constats et Projets*, Bruxelles, Institut International des Sciences Administratives.

⁵⁴⁸ António Rebordão Montalvo facultou-nos amavelmente um exemplar da comunicação “*Le cadre politique et institutionnel des relations entre l’Administration et les citoyens*”, por si apresentada em 1985, enquanto investigador do Instituto Nacional de Administração, na Mesa Redonda de Tunis.

⁵⁴⁹ *IRAS*, December 2007 Vol 73 (4): 583-596. Autores ligados à Universidade do Minho.

⁵⁵⁰ *IRAS*, June 2013, Vol 79 (2), pp 347-367. Autores ligados à Universidade do Minho.

- “*Governmental budgetary reporting systems in the European Union: is the accounting basis relevant for the deficit reliability?*”, de Maria Antónia Jesus e Susana Jorge⁵⁵¹.

Caberia perguntar se a realização dos oito Congressos Nacionais da Administração Pública organizados pelo INA entre 2001 e 2011 foi facilitada por contactos proporcionados pela ligação ao IICA, mas o facto é que os especialistas que participam nos eventos do Instituto Internacional ou na IRAS colaboram em vários outros fóruns internacionais e vários deles integram redes em que também participam académicos portugueses, aliás na sessão realizada em 25 de Junho de 2017 na Sociedade de Geografia de Lisboa para a apresentação de uma versão do presente trabalho ficou claro que haveria académicos portugueses inscritos e participantes a título individual na EGPA que não teriam presente que esta se inseria no sistema do IICA.

Diga-se entretanto que o INA ponderou racionalizar as suas quotizações para o universo do IICA a partir de 2011, passando apenas a pagar a quota para o IASIA e deixando de pagar quer como membro colectivo da EGPA quer como secção nacional do Instituto Internacional, optando neste último caso pelo estatuto de membro colectivo. Na sede do Instituto em Bruxelas fomos informados em 2015 de que se mantinha o pagamento da quotização como secção nacional, mas recentemente recebemos de fonte portuguesa a indicação de que esta, ao contrário da devida à EGPA, poderá não estar em dia.

⁵⁵¹ IRAS, March 2015, Vol 81 (1), pp 110-133. Maria Antónia de Jesus ligada ao ISCTE – IUL e Susana Jorge à Universidade de Coimbra, como Professora, e à Universidade do Minho, como investigadora.

Organizações que teriam podido preencher a função de Secção Nacional Portuguesa

A Associação Portuguesa de Administração e Políticas Públicas (APAPP) que terá iniciado a sua actividade em 2000 foi co-editora, com a Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, da *Revista Portuguesa de Administração e Políticas Públicas*, da qual foram publicados os volumes I a IV correspondentes aos anos de 2000 a 2003 (n.º 1 e n.º 2 em 2000, n.º 1 e n.º 2 em 2001, número duplo 1/2 em 2002, e, o que revela significativos atrasos na publicação, um número duplo 1/2 em que surgem textos datados de 2005 e anúncio de eventos agendados para 2006), sob a Direcção de J.A. Oliveira Rocha da Universidade do Minho, como Director, e de João Bilhim, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, como Director Adjunto.

O Conselho Editorial de quatro membros manteve sempre J. Filipe Araújo (U. Minho), Elisabete Carvalho (ISCSP) e J.P. Baptista Dias (Centro de Estudos de Formação Autárquica e Instituto Superior Miguel Torga, ex-Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra) vindo o quarto elemento, Paulo Fafe, a ser sucedido por Sílvia Mendes. O Conselho Consultivo, que sofreu ligeiras variações de edição para edição, integrou personalidades, designadamente com experiência governativa, e académicos ligados a praticamente todas as instituições portuguesas com áreas de administração pública relevantes e a instituições estrangeiras.

A RAPP foi publicando artigos em geral sintonizados com a perspectiva do *New Public Management*, como aliás sucedeu com a generalidade das comunicações apresentadas nos oito Congressos Nacionais da Administração Pública realizados pelo INA de 2001 a 2011 e em fóruns organizados por instituições específicas, e propôs-se organizar Fóruns RAPP depois reflectidos em números temáticos da Revista (Forum: Administração da Justiça, Forum: Modernizar a Administração Pública, Forum: Administração Local, Forum: Reforma da Administração e da Gestão Pública).

Embora a APAPP se definisse nos seus Estatutos como organização não-governamental sem fins lucrativos e neles se referisse à importância da cooperação nos espaços nacional e internacional⁵⁵² a Revista não permite identificar esforços significativos nesse sentido e, apesar da publicação de anúncios de eventos do IICA e a sua configuração institucional lhe permitir, mais do que a do INA, almejar até o estatuto de Secção Nacional Portuguesa, não se conhece sequer qualquer intenção de adesão enquanto membro colectivo.

Nos Corpos Gerentes divulgados na RAPP, que integravam efectivos e suplentes na Mesa da Assembleia Geral, Direcção, Conselho Coordenador da Delegação Norte, algumas dezenas de elementos, sobretudo académicos, dirigentes de topo e intermédios de organismos da Administração Pública (mas nenhum do Instituto Nacional de Administração) e também alguns quadros empresariais⁵⁵³ sobressaíam como Presidente da Mesa da Assembleia Geral João Bilhim, como Presidente e Vice-Presidentes da Direcção, respectivamente J.A. de Oliveira Rocha, Orlando de Freitas Barreiro Fernandes, administrador do Instituto Politécnico do Porto e J.P. Baptista Dias, como Presidente do Conselho Fiscal João Baptista Carvalho, professor da Universidade do Minho, Director de Escola Superior de Gestão e depois Presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, como Presidente do Conselho Coordenador da Região Norte, José Rodrigues da Rocha, Chefe de Divisão do Instituto Politécnico do Porto.

A APAPP teve até há pouco tempo referências no sítio da Internet da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, na qual a linha

⁵⁵² No n.º 1, ano I (2000) foi publicada uma versão dos Estatutos e no número seguinte uma “versão actualizada”.

⁵⁵³ Composição publicada no n.º 1, Ano I (2000).

de Administração e Políticas Públicas parece estar actualmente integrada no Centro de Investigação de Ciência Política, mas o seu sítio e correio electrónico próprios, cujos endereços eram disponibilizados e que estiveram alojados no Instituto Politécnico do Porto, já não funcionavam. A sede indicada ao Registo Nacional de Pessoas Colectivas⁵⁵⁴, essa, nunca funcionou como tal, utilizando a Associação um apartado postal.

A Associação parece não ter tido qualquer actividade posterior a 2010, sendo a última manifestação que dela conhecemos⁵⁵⁵ uma carta sem data subscrita por um Vice-Presidente da Direcção (J.P. Baptista Dias), com assunto “Quotas/Eleição dos Novos Órgãos Sociais”, remetendo os recibos das quotas de 2008 e 2009, anunciando a realização de eleições e a intenção de elaborar o volume V da Revista. Uma tentativa de contacto postal por nós protagonizada em 2015 resultou infrutífera, acreditando-se que, embora não formalmente extinta, a associação esteja desactivada.

A Secção Profissional de Administração Pública da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) foi criada em Maio de 2011 por deliberação da Assembleia Geral da Sociedade por proposta da Direcção, inspirada por João Bilhim, tendo no mesmo mês sido constituída uma Comissão Instaladora de onze sócios (João Baptista Nunes Pereira Neto, João Abreu de Faria Bilhim, Julián Mora Aliseda, Maria Engrácia Carvalho dos Reis Janela Cardim, Elisabete Reis de Carvalho, José Albano Santos, Eduardo Raul Lopes Rodrigues, Maria Helena Gonçalves Costa Ferreira Monteiro, Albino Pedro Anjos Lopes, João Manuel Ricardo Catarino, Luís Miguel Pereira Lopes) presidida aquele Professor. Têm sido apresentadas comunicações, e, apesar de não sermos membros da Secção, pudemos fazer, em Junho de 2017, uma primeira apresentação do presente trabalho, mas não

⁵⁵⁴ Rua Botelho de Vasconcelos, em Lisboa, conforme confirmámos no RNPC.

⁵⁵⁵ Enquanto sócio inscrito pelo correio e sem número atribuído.

pudemos confirmar se as previstas eleições para a Secção já terão tido lugar e se, portanto, cessou a fase de instalação⁵⁵⁶.

Não existem notícias sobre a ligação desta Secção da Sociedade, enquanto tal, às actividades do Instituto Internacional de Ciências Administrativas.

⁵⁵⁶ <http://www.socgeografialisboa.pt/organica/seccoes-profissionais/seccao-de-administracao-publica/>

III PARTE

**A INFLUÊNCIA DA COOPERAÇÃO
NO QUADRO DO IICA NA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA PORTUGUESA**

A influência a reter para efeitos do projecto de investigação a que nos referimos na Introdução seria essencialmente, sem prejuízo da relevância de eventuais impactos directos na formulação de políticas de Administração Pública, a que se tenha traduzido na assimilação de ideias e na criação de atitudes ou na recepção de aconselhamento, assistência técnica e outras ajudas veiculadas pelas organizações internacionais.

Repare-se que no caso do relacionamento com o Instituto Internacional de Ciências Administrativas não há, em rigor, aconselhamento, assistência técnica ou ajudas, e muito menos directrizes, o que não será exactamente o caso da cooperação no quadro da OECE/OCDE e da CEE/U. Europeia, mas o relacionamento de Portugal com essas organizações, será, se forem reunidas as condições para concluir a correspondente investigação, objecto de “Estudos” próprios.

O que segue tem assim essencialmente a ver com a assimilação de ideias e com a criação de atitudes, não se devendo perder de vista que, entre 1947 e 1974, a Secção Nacional Portuguesa considerou estar a participar num esforço internacional para o qual o país contribuía intelectualmente e do qual retiraria, livremente, benefícios.

11. Na vertente das Ciências Administrativas

Na vertente das Ciências Administrativas é de recordar que desde o primeiro Congresso (1910) parece ser iniludível a vontade de participar, bem como nos seguintes o será o interesse em ter acesso a informação sobre as experiências de outros países, mas o facto é que Portugal nenhuma reacção manifestou às tentativas nos anos 1930 de formulação de “votos normativos” aprovados em Congresso e enviados pelo IICA aos Estados-membros. O próprio país esteve sob observação como local da experiência de criação de um Estado Corporativo.

De 1947 a 1968, a Secção Nacional Portuguesa participou regularmente nos vários eventos, apresentando os seus contributos, por vezes vincando a sua vontade de manter as especificidades próprias do país ou do regime (por exemplo, com referências deliberadas à administração colonial e à organização corporativa), registou com interesse as experiências estrangeiras e ponderou-as nos trabalhos relativos à Reforma Administrativa, não prescindindo contudo de outras fontes de inspiração.

De 1968 a 1974, com o Instituto Português de Ciências Administrativas esse padrão de relacionamento manteve-se, permitindo embora a criação do I.P.C.A. e a publicação das *Ciências Administrativas* dar maior impacto interno à divulgação da actividade.

No âmbito das ciências jurídicas, é de registar que sob Marcelo Caetano foi incluído na Constituição Política da República Portuguesa, pela Revisão de 1971 e como 21.º na lista de direitos, liberdades e garantias individuais dos cidadãos portugueses constante do Artigo 8.º da Constituição, o “*Haver recurso contencioso dos actos administrativos definitivos e executórios que sejam arguidos de ilegalidade*”.

O tema vinha sendo discutido nos eventos do IICA, desde o Congresso de Viena (1933) e fora retomado na Mesa Redonda de Varsóvia (1964). Em 1962, já nos trabalhos preparatórios da Lei de Meios e no estudo

A *Reforma Administrativa* fora até ponderada a necessidade de aprovação de uma regulamentação do processo administrativo gracioso e, conforme referimos, no artigo publicado na *Documentacion Administrativa* n.º 100 em 1966, Marcelo Caetano pronuncia-se no mesmo sentido. Todavia só em 1991 viria a ser publicado um Código do Procedimento Administrativo.

No Apêndice 3 do presente estudo incluímos uma referência ao grande trabalho colectivo *La protection juridictionnelle contre l'exécutif, Vol. I e II – Rapports nationaux*, publicado em 1969 e cujo relator português foi Marcelo Caetano. Embora a implementação fosse lenta a partir da alteração constitucional, nesse aspecto pelo menos Portugal alinhou com tendências internacionais.

No âmbito das ciências económicas e de administração, que levantam questões mais complexas do que seria possível equacionar no âmbito das meras “Práticas Administrativas”, verifica-se que, sobretudo nos anos 1960 e no início dos anos 1970, começam a adquirir relevância questões como a articulação entre a contabilidade pública e a contabilidade nacional, que dará origem em 1971 a uma classificação económica das despesas públicas⁵⁵⁷, a ligação entre desenvolvimento económico e reforma administrativa, e a aproximação da orgânica do orçamento à orgânica de planeamento, que irá mesmo chegar, ainda antes da Revolução de Abril de 1974, à criação de um Ministério das Finanças e da Coordenação Económica⁵⁵⁸ (e posteriormente à existência, em certos governos, de um Ministério das Finanças e do Plano).

⁵⁵⁷ Publicações do Gabinete de Estudos António José Malheiro n.º 113 – *Nova Classificação das Receitas e Despesas Públicas* (1970), por Joaquim Neves dos Santos, n.º 117 – *Instruções para a execução do Decreto-Lei n.º 305/71, de 25 de Julho* (1971), por Joaquim Neves dos Santos, e n.º 123 – *Contabilidade Nacional – Contabilidade do Estado – Suas Perspectivas na Administração Pública dos Estados Modernos – noções e aspectos gerais* (1972) por Raul da Conceição Rodrigues.

⁵⁵⁸ Decreto-Lei n.º 108/74, de 15 de Março.

Uma consequência do interesse por estas questões foi o entusiasmo pelos sistemas plano-programa-orçamento, os conhecidos “*planning-programming-budgeting-systems*” ou simplesmente de “*program and performance*”, discutidos tanto a nível do IICA como da OCDE, acerca dos quais tanto a Direcção-Geral da Contabilidade Pública⁵⁵⁹ como o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros, posteriormente transformado em Secretariado Técnico do Planeamento, se procuram informar. Também aqui a cooperação internacional foi valorizada e inspirou experiências.

Este interesse originou em particular a criação a partir de 1974, de “programas autónomos” com base na Lei que aprovou o IV Plano de Fomento e num diploma de Março de 1974⁵⁶⁰, que foi aplicado em alguns casos no pós 25 de Abril⁵⁶¹ e que, aliás, em trabalho que em tempos publicámos no âmbito das Finanças Públicas considerámos consagrarem soluções não necessariamente decorrentes da lógica dos sistemas integrados plano-programa-orçamento⁵⁶², sendo certo contudo que tal decorrência era presumida na época.

⁵⁵⁹ Publicações do Gabinete de Estudos António José Malheiro n.º 116 – *Pesquisa de Novas Técnicas* (1970), pelo grupo de trabalho presidido pelo adjunto do Director-Geral da Contabilidade Pública, Dr. Sabino Silva da Costa Teixeira, n.º 142 – *Techniques d'analyse quantitative pour l'élaboration et le contrôle des décisions administratives* (1973), por Aureliano Felismino, n.º 146 – *Sistemas Orçamentais Integrados* (1973), n.º 156 – *Racionalização dos Métodos de Gestão* (1974) por Manuel Marques Correia.

⁵⁶⁰ Lei n.º 71/73, de 22 de Dezembro, e Decreto-Lei n.º 126/74, de 30 de Março.

⁵⁶¹ Programa Autónomo de Desenvolvimento Pecuário dos Açores – PPA (Portaria n.º 547/74, de 30 de Agosto), Programa Autónomo de Desenvolvimento Agro-Pecuário – PADAP (Portaria n.º 548/74, de 30 de Agosto), Programa Autónomo do Desenvolvimento da Província de Trás-os Montes – PTM (Portaria n.º 710/74, de 2 de Novembro), Orçamento de Programas para as Pescas e Construção Naval (Decreto-Lei n.º 509/79, de 24 de Dezembro).

⁵⁶² Nuno Ivo Gonçalves (1982), “Algumas notas sobre orçamentos-programa”, *Planeamento*, Lisboa, 4 (2), 1982, pp. 57-70.

Já a partir de 1980, as participações em reuniões científicas do IICA, que parecem obedecer a uma lógica de interesse individual ou de organismo, não terão tido impactos na formulação de políticas, mas só uma análise sectorializada o poderá determinar com segurança.

12. Na vertente das Práticas Administrativas

Quer Maria Fernanda Rollo, na sua tese de doutoramento já referenciada, publicada pelo Instituto Diplomático⁵⁶³, quer Ana Carina Azevedo, orientanda da primeira, na sua tese de doutoramento também já referenciada e ainda inédita⁵⁶⁴, referem, esta última com base no artigo de Jaques Ziller já citado⁵⁶⁵, que o lançamento desta vertente de actuação do IICA está muito ligado à ajuda americana à Europa, gerida pela *Economic Cooperation Administration* (ECA), e à forte interligação que no pós-II Guerra Mundial se verificou entre o IICA e as grandes organizações internacionais então constituídas.

À partida, é possível afirmar que a pertença de Portugal ao Instituto Internacional de Ciências Administrativas e a sua participação no Comité das Práticas Administrativas teve, pelo menos a partir dos anos 1950, influência em experiências realizadas na Administração Pública portuguesa, designadamente na Direcção-Geral da Contabilidade Pública, no que se refere a estruturas administrativas, gestão de pessoal e organização e métodos, a que será de juntar a problemática relativa a Informática e Administração.

Em Portugal, no domínio industrial, a presença das preocupações com a organização científica do trabalho e com a organização e métodos faz-se através de actuações ligadas ao Programa de Assistência Técnica e de Produtividade enquadrado no Plano Marshall e das campanhas pela produtividade. Após a criação do INII, este alarga o esforço de sensibilização e

⁵⁶³ Rollo, Maria Fernanda (2007), *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50...*

⁵⁶⁴ Azevedo, Ana Carina Gerardo da Silva (2014), *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial 1945-1974...*

⁵⁶⁵ Ziller, Jacques (2013), “Birth of an Epistemic Community...” .

formação ao domínio administrativo – empresas e Administração Pública – sendo que na segunda a popularidade da Organização e Métodos parece ser muito forte.

Embora não tenhamos visto este ângulo muito discutido, talvez posamos dizer que a organização e métodos incidente nos “escritórios” não suscita a mesma carga de debate que em ambiente fabril por não se traduzir por via de regra numa intensificação do trabalho nem suscita directamente a questão de repartição dos ganhos de produtividade⁵⁶⁶. Mesmo no plano industrial, o caso do movimento stakhanovista mostra que o que é criticado em sistema capitalista pode ser aceite em sistema socialista.

Carlos Corrêa Gago, que viveu a época no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, recorda-nos, aliás, o receio do Estado Novo em criar instituições que recordassem o sistema socialista:

Foi neste berço de contradições que nasceu o planeamento económico em Portugal. Com planos hexenais, para não serem quinquenais; com acções sobre a produtividade importadas de França (Commissariat Général au Plan e à la Productivité) porque se não queriam suspeitas de stakhanovismo; com um órgão central técnico para apoiar a concepção e execução da política económica do governo, este porém benevolmente vigiado por uma Câmara Corporativa que o decisor final, a Assembleia Nacional, tinha de ouvir. Ficavam assim marcadas as convenientes distâncias relativas ao Gosplan⁵⁶⁷.

⁵⁶⁶ Na sua dissertação de mestrado já referida *A Organização e Métodos em Portugal...*, igualmente a p. 56, Ana Carina Azevedo, reportando-se ao texto de Fernando Natividade Alves e Luís Gonzaga Tavares escreve “*Quanto à reacção dos funcionários apesar de não termos fontes provenientes deste grupo – algo difícil de obter de forma fidedigna quando nos reportamos a uma ditadura – este texto informa-nos que estes revelaram interesse pelas novas técnicas e compreenderam a necessidade do trabalho organizado de forma científica*”.

⁵⁶⁷ Gago, Carlos Corrêa (2006), “Introdução”, Cruz, Maria José Oliveira e (Coord.) *Planeamento Económico em Portugal 1953-1974. Um Acervo Histórico*, DPP, p. 3.

Qual o efectivo papel da ligação de Portugal ao IICA na qual Ana Carina Azevedo dá relevo à circunstância de entre 1947 e 1953 Marcelo Caetano ter exercido funções dirigentes no Instituto e mais tarde ter colaborado na formação ministrada no primeiro curso de Produtividade Administrativa nos anos 1960, tendo assegurado a Presidência do Conselho de Ministros a partir de 1968⁵⁶⁸?

Como se mostrou no presente trabalho, Marcelo Caetano exerce funções num *Bureau* do IICA que tem de relançar o Instituto a partir de 1947 e através do qual terá ficado a conhecer os principais desenvolvimentos da actividade deste, mas não acompanha os Comités existentes e a sua disponibilidade vai-se reduzindo, embora fique ainda, ao cessar funções no *Bureau* em 1953, ligado ao Comité Editorial da Revista Internacional.

Já admitimos que a informação que a Câmara Corporativa terá obtido para poder referir nos seus Pareceres a actividade da Comissão Central de Inquérito e Estudo da Eficiência dos Serviços Públicos tenha vindo de António Pedrosa Pires de Lima para ele, uma vez que desconhecemos qual o tipo de relacionamento mantido com Aureliano Felismino.

Assinalámos também a intervenção de Marcelo Caetano no colóquio de Directores-Gerais dos Ministérios da Economia e das Obras Públicas que se seguiu ao I Curso de Produtividade Administrativa realizado em 1966, sendo razoável supor que, havendo ou não conhecimento anterior, Mário Gonçalves Ferreira e Fernando da Silveira devem a sua inclusão na primeira Direcção do I.P.C.A., em 1968, a este relacionamento, mais do que ao seu papel no Grupo de Trabalho n.º 14.

De facto Diogo de Paiva Brandão chega a verberar as ausências de Mário Gonçalves Ferreira nos seguintes termos “*Entretanto, esperava que fosse entregue o relatório do Subgrupo n.º 3, cujo atraso, aliás, não pode deixar de ser registado com alguma surpresa, depois das perspectivas optimistas*

⁵⁶⁸ Azevedo, Ana Carina Gerardo da Silva (2014), *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial 1945-1974 ...*, pp. 204-205.

*que inicialmente se tinham deixado entrever quanto à sua breve apresentação. A ausência do presidente desse subgrupo, Eng. Gonçalves Ferreira (certamente devida a caso de força maior mas nem por isso menos lamentável), privava os membros do grupo de trabalho da possibilidade de serem esclarecidos sobre o assunto.”*⁵⁶⁹. Alegando sobrecarga e questões de saúde, o visado acaba posteriormente por propôr que a função de relator do Subgrupo seja confiada a uma funcionária do LNEC. Note-se que José Maria Myre Dores, suplente de Gonçalves Ferreira no GT 14, não o vinha substituindo na coordenação do Subgrupo nem se terá disponibilizado para o substituir enquanto relator.

Quanto a Fernando da Silveira, apresenta apenas uma página de observações à comunicação sobre linhas gerais da reforma administrativa apresentada pelo Presidente do Grupo e retira-a pouco tempo depois⁵⁷⁰. Na primeira reunião do Subgrupo n.º 1 o Presidente, o dirigente da DGCP Francisco Godinho Lobo, rejeita-lhe um projecto de agenda que apresentou apesar de não poder estar presente, comentando que provavelmente, não se poderia contar com a sua colaboração efectiva⁵⁷¹ e Fernando da Silveira, em declaração, a final, no Relatório do Subgrupo viria a ripostar “*O subgrupo esteve sempre vinculado a uma agenda artificiosa e só vagamente aparentada com os problemas da formação profissional*”⁵⁷².

⁵⁶⁹ ACMF, CIPIE, Grupo de Trabalho n.º 14, Actas e Documentos, Acta-Resumo n.º 15.

⁵⁷⁰ ACMF, CIPIE; Grupo de Trabalho n.º 14, Actas e Documentos, Acta-Resumo n.º 11.

⁵⁷¹ ACMF, Gabinete de Estudos António José Malheiro, *Estudos sobre Modernização Administrativa*, Relatório do Subgrupo n.º 1 – Formação de Pessoal. Notas tomadas pelo próprio Francisco António Godinho Lobo sobre a reunião de 6 de Dezembro de 1965, pp. 1-7.

⁵⁷² ACMF, Gabinete de Estudos António José Malheiro, *Estudos sobre Modernização Administrativa*, Relatório do Subgrupo n.º 1 – Formação de Pessoal, pp. 67-68.

A “organização e métodos” não formava dentro do Grupo de Trabalho n.º 14 um bloco coeso. Os representantes do Ministério das Corporações e Previdência Social no plenário do grupo não viram aliás urgência quanto à criação de um Departamento Central de O.M., sendo que os do Ministério das Finanças também criticaram a proposta de institucionalização de uma orgânica completa de serviços de organização e métodos.

Saudando-se o esforço de Ana Carina Azevedo de procura no site do IICA e no AHD, de informação sobre a história do Instituto Internacional e sobre as ligações de Portugal ao Instituto, não podemos acompanhar o que escreve⁵⁷³ a propósito:

– do Congresso de Berna de 1947:

De facto, tal como foi já referido anteriormente, Marcello Caetano era nesta época Vice-Presidente do IICA, encontrando – se assim o futuro Presidente do Conselho ligado às redes internacionais de estudo dessas matérias, não sendo de estranhar o seu interesse pela Reforma Administrativa do Estado no final da década de 1960.

– da exposição de três personalidades portuguesas à influência da OCT:

De facto, torna-se evidente a forte internacionalização de homens como Marcello Caetano, Pires de Lima e Afonso Rodrigues Queiró no âmbito deste Instituto, sendo neles colocados em contacto com os indivíduos e organismos mais ligados aos métodos de OCT utilizados a nível internacional com vista ao aumento da eficiência da Administração.

⁵⁷³ Azevedo, Ana Carina Gerardo da Silva (2014), *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial 1945-1974 ...* pp. 237-239.

– da composição da Secção Nacional Portuguesa em 1949:

*Em 1949, Marcello Caetano desempenhava, também, o cargo de presidente da secção portuguesa do Instituto, dela fazendo parte alguns nomes ligados à produção de estudos sobre OCT, como o Prof. Doutor Afonso Rodrigues Queiró, o Eng. Albano do Carmo Rodrigues Sarmento, director dos serviços municipalizados de águas e saneamento do Porto, o Dr. António Pedrosa Pires de Lima, director-geral da Administração Política e Civil secretário-geral do Ministério do Interior, o Dr. Artur Águedo de Oliveira, Presidente do Tribunal de Contas, o Dr. Aureliano Felismino, Director-Geral da Contabilidade Pública, e o Prof. Dr. Domingos Fezas Vital*⁵⁷⁴.

Marcelo Caetano acedeu à direcção do IICA apenas no Congresso de Berna, o primeiro em que participou, e já tinha obra publicada e reconhecida internacionalmente. Entretanto, nem a agenda do Instituto Internacional de Ciências Administrativas se confunde com a Organização Científica do Trabalho, nem estes juristas, como aliás a generalidade dos outros nomes indicados para a Secção, parecem ter, nesta data, estudos em OCT no currículo, e só no Comité das Práticas Administrativas – sem a participação destes académicos – se iniciava a abordagem de questões relacionadas com esta.

Como membro do *Bureau*, Marcelo Caetano poderia participar nas reuniões do Comité, o que nunca fez, e a partir de 1950, ano em que não participou no Congresso de Florença, em que foi reconduzido, chegou a faltar a reuniões do próprio *Bureau*. Afonso Queiró participou apenas nas reuniões de Lisboa (1949), Florença (1950) e Nice-Mónaco (1951) e

⁵⁷⁴ Verificámos no AHD, Repartição de Congressos e Conferências Internacionais, que o recorte de imprensa do *Diário da Manhã* de 12 de Março de 1949, “O Instituto Internacional das Ciências Administrativas”, indicado na nota de rodapé 627 da tese, tem os nomes da Secção Portuguesa organizados por ordem alfabética.

António Pedrosa Pires de Lima participou essencialmente nas reuniões do Comité Científico, só tendo participado nas reuniões do Comité das Práticas Administrativas em casos pontuais de impossibilidade de comparência do representante português.

Aliás, num Editorial publicado na *RISA* em 1953, Pierre Seeldrayers rejeita a redução da Reforma Administrativa à aplicação de técnicas de Organização e Métodos, fazendo apelo a um artigo de Georges Langrod⁵⁷⁵:

*Georges LANGROD dans une brillante notice de la Revue administrative, a remarquablement rendu justice aux points de vue em présence et apporté ainsi sa contribution pour éviter que dégénere en “conflit des anciens et des modernes” un déplorable malentendu entre des hommes de formations diverses mais animés tous du même souci du bien commun dans la recherche de la réforme administrative. Non, la science administrative a un urgent besoin de l’apport des techniciens d’organisation et de méthodes, mais on ne peut oublier qu’elle est par essence une science sociale, qu’elle forme un secteur non négligeable de la science politique*⁵⁷⁶.

Enfatizando o carácter instrumental da Organização e Métodos, prossegue Seeldrayers:

La réforme administrative est à la fois – comme la réforme gouvernementale – mythe et réalité. Elle est une réalité par les progrès qu’elle ne cesse d’enregistrer de jour en jour. Elle est un mythe par les objectifs idéaux qu’elle s’assigne. Les techniques d’organisation et de méthodes sont des procédés et des outils que permettent de réaliser mieux, à moindres frais et avec une efficacité accrue, les objectifs de la réforme, mais la réforme administrative participe de la réforme des institutions

⁵⁷⁵ “Gouvernement des hommes ou administration des choses”, *La Revue administrative*, n.º 36, novembre-décembre, 1953.

⁵⁷⁶ “Seeldrayers, Ed-Pierre, (1953), “Editorial”, *RISA*, *Dix-neuvième année* 1953, n.º 4, pp. 831-832.

*sociales et politiques et est par là subordonnée aux lois sociologiques qui conditionnent et affectent la structure et l' action des pouvoirs publiques*⁵⁷⁷.

Nestas condições, a difusão inicial na Administração Pública portuguesa das concepções inovadoras discutidas nos Estados Unidos e na Europa em reconstrução e que encontraram eco no IICA deve-se sobretudo, parece-nos claro, à participação de Aureliano Felismino, no Comité das Práticas Administrativas do Instituto Internacional, incluindo, mas não se esgotando em, o debate da aplicação da Organização e Métodos, e mesmo assim a participação nas reuniões deste Comité entre 1949 e 1951 foi, a convite do seu Presidente Donald Stone, assegurada pelo Ministro das Finanças Costa Leite (Lumbrales), que não era membro da Secção Portuguesa do Instituto.

Não só de Aureliano Felismino, uma vez que se o seu adjunto Fernando Natividade Alves e outros responsáveis visitam no estrangeiro exposições de mobiliário e equipamento de escritório como Ana Carina Azevedo refere, também o fazem em relação a serviços de ministérios com interesse para a actividade da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, impondo o Director-Geral, que faz publicar no Relatório anual da Direcção-Geral a relação das missões ao estrangeiro, a elaboração de relatórios pormenorizados, por sua vez publicados, tais como as “respostas a questionários” do IICA da autoria do próprio Aureliano Felismino, através do Gabinete de Estudos António José Malheiro, e até à realização de apresentações públicas sobre as missões.

E, como nem todos podem ir ao estrangeiro, os autores estrangeiros e alguns nacionais vêm até a biblioteca: dois dos participantes do “2.º Coló-

⁵⁷⁷ Idem.

quio dos Chefes de Secção”, realizado em 1960, citam, respectivamente, Fayol, e Taylor e Fayol⁵⁷⁸

Aureliano Felismino, ao levar os seus funcionários a participar na preparação das inovações, pratica um *job enrichment* que acaba por ser prestigiante e até potencialmente, se não imediatamente, compensador – no conteúdo dos processos individuais, em menções nas fichas de avaliação de desempenho, nos concursos de promoção, na publicação de trabalhos, na carreira futura do pessoal dirigente e de chefia, sendo que posteriormente a 1974 alguns dos não licenciados envolvidos nestas actividades “nobres” da DGCP vieram a exercer funções como Subdirectores-Gerais da “casa”.

E afinal, refere o Chefe de Repartição Joaquim Neves dos Santos na palestra realizada em 5 de Maio de 1970 sobre a posição dos estudos da revisão estrutural do Orçamento Geral do Estado:

Decorreram cerca de 40 anos sobre a época em que, através de um conjunto de importantes medidas legislativas, se iniciou o período de restauração das finanças portuguesas. Pode dizer-se que, com o DL n.º 26 115 se culminou, em 1933, uma autêntica reforma administrativa, encarando, de uma só vez, toda a administração central.

Estão bem vivos na nossa memória os vários decretos então publicados, alguns dos quais, pelos esquemas traçados e simplificação obtida, se poderiam enquadrar no que só há alguns anos é considerado moderno: Organização e Métodos.

Também parece ser possível ver na criação da Intendência – Geral do Orçamento em 1929⁵⁷⁹ com vista a preparar os Orçamentos Gerais do

⁵⁷⁸ *Colóquio entre os chefes das secções de liquidação sobre método a seguir na conferência das folhas (da 2.ª e 3.ª classe de despesas) e de requisições de fundos*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública/Gabinete de Estudos António José Malheiro, Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1960. Ana Carina Azevedo, nas pp. 261-266 da sua tese analisa, cremos, os trabalhos a partir do microfilme disponível no ACMF.

⁵⁷⁹ Decreto n.º 16 670, de 29 de Março de 1929, já anteriormente referido.

Estado numa perspectiva de “*correção económica*” das despesas (cabendo à “contabilidade” verificar a correção jurídica) e “*estudar as fórmulas mais económicas do emprego dos dinheiros públicos, propondo as modificações na organização ou na técnica dos serviços que julgar necessárias para que seja observada a maior economia dentro da maior eficiência*” uma abordagem baseada na OCT.

Ana Carina Azevedo, na tese de doutoramento que vimos citando, afirma que Portugal terá participado no IV Congresso de Organização Científica do Trabalho realizado em 1929 em Paris, mas da sua dissertação de mestrado, onde discute com maior desenvolvimento a questão, decorre que, na sequência de carta do Secretário-Geral do Congresso a Oliveira Salazar foi enviada, por um núcleo com ligações ao Instituto Superior de Agronomia uma relação de estudos sobre o tema, e nos anos seguintes aprovadas iniciativas relacionadas com a OCT na Agricultura, mas não se confirma que houve efectivamente participação de uma delegação (ou pelo menos a autora não indica a composição desta), aliás seriam os trabalhos da secção de Administração privada e pública do Congresso que poderiam interessar à discussão da génese do diploma de Salazar e desses não há notícia de terem na altura concitado interesse entre nós⁵⁸⁰.

Quando referimos os temas dos primeiros Congressos Internacionais de Ciências Administrativas já assinalámos que o “aperfeiçoamento dos métodos administrativos com vista a um maior rendimento” foi um dos que transitou do Congresso de Paris (1927) para o Congresso de Madrid (1930), portanto, e mesmo que a Secção Nacional Portuguesa constituída em 1928 não estivesse muito activa, como parece nunca ter estado à excepção de João de Magalhães Colaço, quando o Ministro das Finanças redigiu o Decreto sobre a preparação do Orçamento Geral do Estado estas ideias estavam em voga.

⁵⁸⁰ Azevedo, Ana Carina Gerardo da Silva (2015), *A Organização Científica do Trabalho em Portugal ...*, pp. 42-43.

Não deixa de ser interessante que o funcionário Diogo do Carmo, na carta que acompanha os trechos de Milward que traduziu e enviou à Comissão de Leitura da DGCP – episódio de que já demos conta – refira “*E se aquele princípio foi expresso, então, com intuítos financeiros, hoje ele tem uma projecção mais incisiva e mais vasta visando também o económico e social*”⁵⁸¹.

Esta visão da Reforma Administrativa como um processo anterior à Segunda Guerra Mundial, de que as reformas dos anos 1930 de Oliveira Salazar haviam sido um dos passos pode aliás ser também encontrada, como assinalámos, nos documentos de “leitura obrigatória” distribuídos no Grupo de Trabalho n.º 14, ou seja, *A Reforma Administrativa. Contribuição para os trabalhos preliminares*, de Eduardo Sebastião Vaz de Oliveira e na *Situação e perspectivas da eficiência da Administração Pública*.

Contudo, a génese das reformas orçamentais e da contabilidade pública de Oliveira Salazar (1928-1936), com ou sem inspiração em experiências contemporâneas, está ainda mal estudada, e sendo que à criação da Intendência Geral do Orçamento é feita referência no diploma que cria o Secretariado da Reforma Administrativa, não se deve esquecer que ela nunca entrou em funcionamento. Mais feliz, o Secretariado manteve-se por três anos. Num e noutro caso, contudo, a função foi assegurada independentemente de haver órgão, o que é relevante.

No caso da Intendência-Geral do Orçamento foi-o pela Direcção-Geral da Contabilidade Pública e a partir de 1974, na parte relativa aos Investimentos do Plano, ao Secretariado Técnico do Planeamento e ao Departamento Central de Planeamento, que sucederam ao Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros⁵⁸². Curiosamente, no rescaldo

⁵⁸¹ ACMF, *Estudos sobre Modernização Administrativa*, Mf 1693 – bobine 4, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, “Organização e métodos a empregar na execução de trabalhos de escritório”.

⁵⁸² Decreto-Lei n.º 525/74, de 8 de Outubro, Artigo 9.º, n.º 2.

do Congresso de Berna (1947) Marcelo Caetano defendera a passagem da Intendência Geral do Orçamento para a Presidência do Conselho de Ministros caso a Secretaria-Geral não viesse a ter as atribuições por ele sugeridas no artigo que já citámos⁵⁸³. O organismo apenas seria formalmente extinto pelo Ministro António de Sousa Franco na reestruturação do Ministério das Finanças operada em 1996.

⁵⁸³ M.C. (1947), “O Chefe do Governo e a organização dos seus serviços”, *O Direito* n.º 8.

13. As opções mais polémicas

Órgão coordenador da Reforma Administrativa

A criação de um organismo para preparar a Reforma Administrativa não era, sabia-se de experiências estrangeiras, o único caminho. Eduardo Sebastião Vaz de Oliveira, visivelmente autor material de parte das formulações vertidas na Lei de Meios para 1962, e conhecedor quer da *Revista Internacional de Ciências Administrativas*, de que refere diversos artigos, quer dos trabalhos de Aureliano Felismino, descreve no seu estudo *A Reforma Administrativa. Contribuição para os trabalhos preliminares*, três épocas das tentativas de reforma administrativa em França (época das grandes comissões – de 1921 a 1952, período dos pequenos grupos de trabalho e período dos organismos especializados – coordenados por um serviço geral, afecto à Presidência do Conselho), e discute os principais instrumentos, classificados em auxiliares e provisórios (utilização de peritos estrangeiros e comissões) e instrumentos orgânicos e permanentes (serviços técnicos e serviços técnico-políticos), acabando por sugerir que o futuro serviço de Reforma tenha “*uma estrutura diversificada, de molde a poder desempenhar, directamente ou por intermédio de outros organismos, as funções de órgão de consulta, de decisão, de execução, de inspecção e recepção e de ‘contrôle’*”.

No entanto, apesar da importância reconhecida no seu Relatório⁵⁸⁴, o articulado da Lei de Meios para 1962 não aponta para a criação de um organismo coordenador da Reforma, apenas consagra no seu Artigo 26.º uma fórmula ampla que voltamos a transcrever: “*Fica o Governo autorizado a promover a reorganização dos serviços públicos, a fim de melhorar a*

⁵⁸⁴ Azevedo, Ana Carina Gerardo da Silva (2014), *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial 1945-1974...*, pp. 133-137.

*sua eficiência, aumentar as garantias dos particulares e assegurar mais efectiva cooperação do público com a Administração*⁵⁸⁵.

É no Grupo de Trabalho n.º 14 que a solução de criação de uma estrutura central dedicada se consolida, rejeitando vivamente o seu Presidente, Diogo de Paiva Brandão, Secretário-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, que o grupo viesse a assumir na prática as funções que se pretendia atribuir a esse organismo. E há-de ser o Grupo, após o seu Relatório ser aprovado na generalidade pelo Governo, a propor a redacção do diploma que criou o Secretariado da Reforma Administrativa como primeiro passo de uma estruturação mais complexa. Ficou prejudicada a proposta formulada na *Situação e perspectivas da eficiência na Administração* de que concomitantemente fosse criado um serviço central de organização e métodos, inserido, conforme solução que no Congresso de Wiesbaden do IICA (1959) se apurara ser a mais divulgada, no Ministério das Finanças.

Geraram-se mesmo assim grandes expectativas e alguns dos técnicos que haviam integrado o Grupo n.º 14 passaram para o Secretariado da Reforma Administrativa, pelo que a extinção deste, no final de 1970, depois do longo debate e do investimento técnico (e de algum modo emocional) associado à sua criação, terá sido um choque para aqueles para quem a criação de uma estrutura dedicada à Reforma Administrativa corporizava, de algum modo, a própria Reforma.

Admite-se que uma parte do seu pessoal técnico pensasse que participar equivaleria a participar na orientação, se não do País, pelo menos da Administração Pública, visão tecnocrática que seria comum aos quadros do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros/Secretariado Técnico do Planeamento/Departamento Central de Planeamento, onde vários Governos pós-25 de Abril foram recrutar membros.

⁵⁸⁵ Lei n.º 2 111, de 21 de Dezembro de 1961.

A partir de Abril de 1974, já estando reconstituído em 1973, como assinalámos, o Secretariado, agora com a denominação de Secretariado da Administração Pública, reconstituição que teve uma visibilidade mais reduzida do que a criação original e do que a extinção, assistiu-se ao crescimento da orgânica da função Administração Pública/Reforma Administrativa ao nível de departamento governamental (Secretaria de Estado, Ministério), criando-se⁵⁸⁶, cindindo-se e fundindo-se, no âmbito deste, múltiplos organismos. Chegou a ser instituído um Gabinete de Estudos e Coordenação da Reforma Administrativa⁵⁸⁷.

Com o início do ciclo dos Governos de Cavaco Silva as funções de linha foram transferidas para uma Direcção-Geral da Administração Pública criada no Ministério das Finanças e que absorve a estrutura anterior, criando-se uma nova estrutura de “*staff*” na Presidência do Conselho de Ministros, o Secretariado para a Modernização Administrativa, de algum modo aproveitando a carga mítica do Secretariado da Reforma Administrativa, que durara três anos mas fora desejado durante muitos mais.

Seguiram-se, consoante os ciclos políticos, fórmulas em que a função Administração Pública esteve ou integrada no Ministério das Finanças, com ou sem ampliação da denominação deste para Ministério das Finanças e Administração Pública, em Ministério autónomo ou na Presidência do Conselho.

⁵⁸⁶ Com a publicação dos Decretos-Leis n.ºs 745/74, 746/74, e 747/74, todos de 27 de Dezembro, criam-se no Ministério da Administração Interna um lugar de Secretário de Estado da Administração Pública e as Direcções-Gerais da Função Pública e da Organização Administrativa.

⁵⁸⁷ Decreto-Lei n.º 170/82 de 10 de Maio.

Formação em Administração Pública

A criação ou não de instituições especializadas na formação de quadros da Administração Pública foi também uma discussão recorrente no Instituto Internacional das Ciências Administrativas, desde o próprio período anterior à II Guerra Mundial, e, recorde-se, desde a Mesa Redonda de Lisboa em 1961 que se realizavam por ocasião dos Congressos e Mesas Redondas reuniões especializadas que, a partir de 1974, deram origem à criação de uma organização autónoma (IASIA).

Esta problemática será abordada pelo Subgrupo n.º 1 (Formação Profissional), presidido por Francisco António Godinho Lobo, da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, e integrando também Peres Rodrigues, do Secretariado Nacional de Informação (SNI), que secretariou o Subgrupo, António da Costa Figueira, Chefe da 2.ª Repartição da Direcção-Geral do Trabalho e Corporações, Carlos da Silva Gonçalves, Chefe de Repartição da Direcção-Geral do Ensino Primário, Fernando da Silveira e João Salavessa Rodrigues Belo, da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho.

Os documentos propostos pelo Subgrupo foram analisados pelos representantes de todos os Ministérios, tendo sido elaborados projectos de parecer do Grupo subscritos um, pelo próprio Francisco António Godinho Lobo, por Júlio Augusto Dá Mesquita Gonçalves e por João Salavessa Belo, e outro, por estes representantes e por Miguel Sequeira Braga, no essencial favoráveis às posições do Subgrupo.

O Subgrupo, ao qual foi atribuído como mandato “*Formação, qualificação, selecção e aperfeiçoamento do pessoal administrativo; providências atinentes à formação acelerada de técnicos, com vista à execução da R.A.*”, optou por tratar uma agenda mais ampla do que a relativa à formação profissional em sentido restrito:

I – Introdução.

II – Aptidão.

III – Recrutamento e selecção.

IV – Formação e aperfeiçoamento.

V – Serviços de selecção, formação e aperfeiçoamento.

*VI – Providências imediatas atinentes à formação acelerada de técnicos, com vista à execução da R.A.*⁵⁸⁸

Repare-se que poderia estar em causa tanto uma formação de raiz, inclusive de nível superior, como uma formação pós-admissão na função pública. Aureliano Felismino que tanto investiu pessoalmente na formação dos seus funcionários queixava-se por vezes de não existir uma Escola Prática de Administração Pública⁵⁸⁹ e de, para além, de como primeiro responsável pelo serviço, ser dirigente, organizador e doutrinador, ter de ser também formador e educador⁵⁹⁰.

Se coube ao seu Chefe de Repartição Francisco Godinho Lobo presidir ao Subgrupo n.º 1 – Formação de Pessoal, terá sido porque o exemplo da DGCP na formação em exercício era largamente conhecido nos vários Ministérios e porque este dirigente já tinha publicado trabalhos sobre gestão de pessoal e produtividade quando se encontrava na situação de Chefe

⁵⁸⁸ ACMF, Gabinete de Estudos António José Malheiro, *Estudos sobre Modernização Administrativa*, Relatório do Subgrupo n.º 1 – Formação de Pessoal.

⁵⁸⁹ A DGCP sugeriu a inclusão na proposta de lei de Meios para 1963 de uma norma do seguinte teor “É autorizado o Governo a criar, no Ministério das Finanças, a Escola Prática de Administração Pública”, transcrita em Almeida, Manuel Marques e Saraiva, Manuel Martins (1968), *Na Base: Dirigentes, Chefes e Executantes Capazes...*, p. 127.

⁵⁹⁰ Felismino, Aureliano (1969), “Algumas palavras justificativas”, pp. 5-9, Salgueiro, Manuel da Silva, Alberto Rosa e António da Silva Antunes (1969), *Simplificação Administrativa no âmbito da Direcção-Geral da Contabilidade Pública. Delegações e subdelegações de competências ao abrigo do decreto-Lei n.º 48 059, de 23 de Novembro de 1967*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública/Gabinete de Estudos António José Malheiro.

de Secção colocado como secretário do Director-Geral, descrita no relatório de 1956 da DGCP⁵⁹¹.

Muito por insistência do seu Presidente, o Subgrupo preocupou-se (no âmbito do ponto II – Aptidão, da sua agenda) com o ensino geral, por forma tanto a proporcionar melhor preparação para o exercício da função pública como a moldar a atitude para com a função administrativa dos jovens que não ingressem na Administração. Quanto à formação propriamente dita assentou-se que ela deveria ser confiada a uma Escola de Administração Pública com duas valências, uma de formação superior, outra de formação prática.

A experiência da Escola Nacional de Administração (ENA) francesa atraía as atenções, designadamente na Direcção-Geral do Orçamento⁵⁹², na Assembleia Nacional⁵⁹³ e, mais tarde, no Instituto Português de Ciências Administrativas⁵⁹⁴. Mas não se revelou pacífico no Grupo de Trabalho que o pessoal dirigente e de chefia tivesse de passar por uma Escola deste tipo, hipótese contra a qual se pronunciou veementemente António Pedrosa Pires de Lima e que no Subgrupo suscitou declarações de voto contrárias de Carlos da Silva Gonçalves e de Fernando da Silveira, nem que a formação de nível superior devesse ser confiada, enquanto a Escola não fosse criada, à Faculdade de Direito de Lisboa ou ao Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (hipóteses criticadas em nome da descentralização).

⁵⁹¹ Gabinete de Estudos António José Malheiro n.º 19 – *Rendimento Médio* e n.º 22 – “*Contrôle*” do Trabalho em cada uma das Secções, ambos de 1956.

⁵⁹² *A Escola Nacional de Administração em França* (1957), Gabinete de Estudos António José Malheiro, n.º 28.

⁵⁹³ Já referimos a intervenção do deputado José Nunes Barata em relação à Reforma Administrativa – *Diário das Sessões* n.º 110, Ano de 1967, 13 de Dezembro, pp. 2081-2087.

⁵⁹⁴ Salgueiro, Gabriela (1970), “A Reforma da E.N.A.”, *Ciências Administrativas*, Ano II, n.º 6, pp. 75-86.

Muito menos foi pacífico que a formação superior já ministrada no ISCSPU fosse adequada às necessidades sequer da própria Administração colonial, quanto mais da metropolitana, o que gerou uma viva troca de opiniões entre Fernando Pereira Bastos, representante do Ministério do Ultramar, que viria a ser um dos subscritores do pedido de aprovação dos Estatutos do I.P.C.A. e, a título individual, Júlio Dá Mesquita Gonçalves, representante do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho mas também ligado àquele instituto superior⁵⁹⁵.

As Faculdades de Direito de Lisboa e de Coimbra seriam presumivelmente hostis a uma solução baseada no modelo da ENA francesa, e já se referiu que a tentativa, de, a partir de 1967, se criar no ISCSPU uma Licenciatura em Ciências de Administração foi frustrada pelo Ministério da Educação Nacional de Marcelo Caetano.

A propósito do ISCSPU já Marcelo Caetano tinha formulado em 1966 algumas considerações que seguidamente reproduzimos tal como foram publicadas na *Documentacion Administrativa* n.º 100:

Entre las características sociales portuguesas contemporâneas figura, sin embargo, el prestigio de los títulos universitários, el “doctorismo”: a lo que más aspiran los portugueses es a ser tratados por “doctores” y si es posible, por “profesores”.

De forma que el referido instituto, poco después, se apartó un tanto de su misión de preparar funcionarios ultramarinos para pasar a constituir una escuela universitaria que otorga los grados de licenciado y doctor.

⁵⁹⁵ ACMF, Gabinete de Estudos António José Malheiro, *Estudos sobre Modernização Administrativa*, Relatório do Subgrupo n.º 1 – Formação de Pessoal. Apontamento do Representante do Ministério do Ultramar no Grupo de Trabalho n.º 1, de 25 de Outubro de 1966 e Nota sobre o assunto do Apontamento apresentado ao grupo de trabalho n.º 14, pelo Representante do Ministério do Trabalho no Grupo de Trabalho n.º 14, de 22 de Novembro de 1966.

Do mesmo modo, J.A. de Oliveira Rocha viria a criticar a tentativa de subordinar a Ciência da Administração ao Direito Administrativo e inclusive a afirmar que pós 1974, a criação de estudos de ciências de administração nas Faculdades de Direito indiciava uma vontade destas de controlar a atribuição de graus académicos em Administração Pública, explicando aliás o mesmo autor que na própria Universidade do Minho não foi fácil lançar a formação em Administração Pública dentro da Escola de Economia e Gestão^{596,597}.

Posteriormente à Revolução de Abril de 1974 veio a ser criado o Instituto Nacional de Administração (INA), que incluía uma Escola Superior de Administração, a qual poderia ministra cursos de nível superior, não conferentes de grau académico⁵⁹⁸, tendo sido aprovados em 1981 os planos de estudos de cursos de Administração Pública, Análise de Sistemas e Integração Europeia⁵⁹⁹ e tendo acabado por ser confiada a uma Direcção-Geral do Emprego e Formação na Administração Pública a organização de outros cursos, que acabou por ser transferida para o INA.

Ana Carina Azevedo identificou na sua investigação a existência de uma Escola Superior de Organização Científica do Trabalho, que também usou a denominação de Escola Superior de Organização Científica do Trabalho e das Relações Humanas na Empresa a qual terá sido criada em 1962 com direcção de Mário António Soares Madureira e funcionado no âmbito do Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA)⁶⁰⁰, relacionando-a

^{596 593} Rocha, J.A. Oliveira (1991), *Princípios de Gestão Pública...* pp. 20-27.

⁵⁹⁷ Sobre este último aspecto, consultar também Rocha, J.A. Oliveira (1997), “Estudo e ensino da administração pública em Portugal”, Rocha, J.A. Oliveira (coord.), *A Administração Pública em Portugal*, Braga, Universidade do Minho.

⁵⁹⁸ Decretos-Leis n.º 160/79, de 30 de Maio, e 153/81, de 5 de Junho.

⁵⁹⁹ Respectivamente, pelas Portarias n.ºs 245/81, de 7 de Março, 255/81, de 10 de Março, e 793/81, de 11 de Setembro.

⁶⁰⁰ Azevedo, Ana Carina Gerardo da Silva (2014), *A Organização Científica do Trabalho após a II Guerra Mundial, 1945-1974...* pp. 81 e 82 e Azevedo, Ana Carina Gerardo

com a possibilidade aberta pelo n.º 3 do Artigo 13.º do diploma que criou o Secretariado da Reforma Administrativa:

Mediante despacho normativo do Presidente do Conselho, ouvido o Ministro da Educação Nacional, poderá ser autorizado o provimento dos cargos a que se refere este artigo em diplomados por escolas particulares onde se professem cursos adequados de organização do trabalho, direcção administrativa ou outros semelhantes. O despacho será publicado no Diário do Governo.

Não se sabe qual foi o funcionamento efectivo do estabelecimento mas a circunstância poderá explicar por que razão aquele Professor Catedrático da área de Matemática no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras/Instituto Superior de Economia veio a ser convidado para integrar entre 1979 e 1981 a Comissão Instaladora do INA (tendo participado em 1980 no Congresso Internacional de Ciências Administrativas realizado em Madrid), e, mais tarde, a assegurar a presidência do Departamento de Gestão do Instituto Superior de Gestão, escola superior privada.

A existência de tal Escola Superior de Organização Científica do Trabalho não se encontra referenciada no Relatório do Subgrupo n.º 1 do GT 14 – Reforma Administrativa, onde é, sim, referida a existência do Instituto de Estudos Sociais que, contudo, anota-se, “*não tem as características de uma Escola de Administração Pública*”⁶⁰¹. Marcelo Caetano, no mesmo artigo já citado em que criticou a deriva académica do ISCSPU, manifestou idêntica apreensão em relação ao futuro deste instituto:

da Silva (2015), *A Organização Científica do Trabalho em Portugal ...*, p. 71, devendo contudo notar-se que se trata de uma possibilidade que exigiria regulamentação e se aplicaria apenas ao preenchimento de lugares de técnico auxiliar.

⁶⁰¹ ACMF, Relatório do Subgrupo n.º 1 – Formação de Pessoal, p. 51.

En el Ministerio de Corporaciones fué creado, igualmente, hace pocos anos, un Instituto de Estudios Sociales, destinado a la preparación de funcionarios, pero también consta que esse instituto será convertido en escuela universitária⁶⁰².

Poderá talvez vir a propósito notar que na intervenção do Deputado José Nunes Barata de 1967 de que demos notícia se indica que em 1945 concomitantemente com a criação da ENA em França foi nacionalizada uma Escola Livre de Ciências Políticas então existente. Ou seja, não é certo que o estabelecimento criado no âmbito do ISLA pudesse vir a ocupar espaço numa solução deste tipo.

⁶⁰² A criação do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) a partir do Instituto de Estudos Sociais, pelo Decreto-Lei n.º 522/72, de 15 de Dezembro, veio, curiosamente, a ser decidida pelo governo de Marcelo Caetano.

CONCLUSÕES

1.^a Os Congressos Internacionais de Ciências Administrativas inserem-se num movimento generalizado de procura de partilha de experiências e de ideias entre académicos e profissionais de vários países em torno de um corpo de conhecimentos científicos e de uma área de actividade específicos.

2.^a Embora no período entre as duas primeiras guerras mundiais, os Congressos e o Instituto Internacional de Ciências Administrativas que construíram tenham chegado a acreditar que o investimento na discussão de questões e a organização interna do Instituto, assente na filiação de Estados e na criação de secções nacionais, poderiam influenciar medidas legislativas nacionais a propor aos diferentes governos, as tentativas esboçadas não lograram sucesso.

3.^a A actuação desenvolvida após a reorganização posterior à segunda guerra mundial passou a centrar-se no intercâmbio de experiência e na disponibilização de documentação em ligação com organizações internacionais intergovernamentais, sendo o Instituto, agora caracterizado como organização não governamental internacional, apresentado como capaz de se adaptar à evolução do ambiente em que opera, o que o levou a partir de 1974 a complexificar a sua estrutura interna, suprimindo os Comitês Científico e das Práticas Administrativas que funcionavam, sobretudo o segundo, numa lógica de representação nacional.

4.^a Muito embora tenha existido representação portuguesa no primeiro Congresso, realizado em 1910, muito ligada ao protagonismo de Fernando Emygdio da Silva, e nos segundo, terceiro e quarto Congressos, assegurada por João de Magalhães Colaço, nem as comissões de ligação à Comissão Internacional Permanente constituídas a partir do primeiro e do segundo congresso nem a Secção Nacional Portuguesa da Comissão Internacional Permanente constituída em 1928 por portaria do Ministro do Interior terão funcionado como tal, mesmo depois de uma remodelação efectuada

em 1936, embora o Instituto Internacional fosse dando eco à publicação de obras portuguesas, sobretudo jurídicas, e a experiência corporativa suscitasse atenção.

5.^a Se bem que posteriormente se tenha apresentado Portugal como pertencendo desde a primeira hora ao Instituto Internacional, o facto é que ele não ingressou como Estado-membro até à segunda guerra mundial, e continuou a pagar anualmente uma quota para a Comissão Internacional Permanente dos Congressos Internacionais de Ciências Administrativas apesar de esta já não existir e ter sido substituída pelo Instituto.

6.^a Após a Segunda Guerra Mundial, Oliveira Salazar, Presidente do Conselho de Ministros e titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, autorizou uma actualização da composição da Secção Nacional Portuguesa, e a retomada, a partir de 1946, do pagamento de quota, mas deixou em suspenso a nomeação de “delegado oficial” para o Instituto, vindo os delegados oficiais nomeados já por Caeiro da Matta para o Congresso de Berna em 1947 – Marcelo Caetano (que foi eleito neste Congresso quinto Vice-Presidente do *Bureau* e que seria reeleito para o triénio seguinte no Congresso de Roma), José Carlos Moreira e António Pedrosa Pires de Lima (Director-Geral de Administração Política e Civil) a serem considerados pelo IICA como delegados oficiais do Estado-membro Portugal, passando este a pagar quota nessa qualidade.

7.^a Portugal esteve de 1947 até 1974 representado em todos os Congressos e Mesas Redondas (e organizou mesmo Mesas Redondas de Lisboa em 1949 e em 1961), quase sempre por António Pedrosa Pires de Lima, e a partir de 1951 também por Aureliano Felismino (Director-Geral da Contabilidade Pública), que ficou com a representação do país no Comité das Práticas Administrativas, sendo que, de modo geral, o pedido de designação oficial dos representantes e o pedido de “autorização de constituição de missão de serviço público” era formalizada pelo primeiro como Director-Geral de Administração Política e Civil junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros invocando proposta de Marcelo Caetano, “presidente da

Secção Nacional Portuguesa” e acordo do Ministro do Interior. Por vezes foram integrados na missão outros dirigentes e quadros do Ministério do Interior, ou personalidades ligadas a outros sectores, e, já nos anos 1960, jovens assistentes da Faculdade de Direito de Lisboa.

8.^a A actividade de Aureliano Felismino no Comité das Práticas Administrativas e a cooptação de António Pedrosa Pires de Lima para o Comité Científico, conjugada com a publicação na Revista Internacional de artigos destes dirigentes, permitem considerar que no período de 1947 a 1967 se estabeleceu uma ligação regular com o Instituto Internacional de Ciências Administrativas, que aliás se manteve entre 1968 e 1974, quando o então criado Instituto Português de Ciências Administrativas passou a assumir a função de Secção Nacional Portuguesa.

9.^a A Secção Nacional Portuguesa, que em 1949 terá passado a ter papel timbrado, correspondência e arquivos próprios, e se terá reforçado momentaneamente com a aceitação de convites endereçados a várias personalidades em simultâneo com os convites para participação na Mesa Redonda de Lisboa desse ano, funcionou sempre com reduzida participação e sem grande impacto da sua actividade no plano nacional.

As deslocações a Congressos e Mesas Redondas nos anos 1960 e no início dos anos 1970 abrangeram também personalidades que vieram a ter actividade nas ciências administrativas em momento muito posterior à remodelação da Secção operada em 1949, daí o interesse na criação, em 1968 do Instituto Português de Ciências Administrativas (I.P.C.A.), associação científica de direito privado, cujos Estatutos, de que Marcelo Caetano foi o primeiro subscritor, vieram a ser reconhecidos pelo Ministério da Educação Nacional, e que foi aceite pelo Instituto Internacional como Secção Portuguesa, tendo publicado até 1974 o Boletim *Ciências Administrativas*.

10.^a No mesmo ano de 1968, o Ministério da Educação Nacional reconheceu igualmente os Estatutos da Associação Portuguesa de Produtividade Administrativa (APPA), que sucedeu ao GEOTA, estrutura consti-

tuída pela nascente comunidade de organização e métodos administrativos, após a realização de cursos apoiados pelo Serviço de Produtividade do Instituto Nacional de Investigação Industrial que, com o LNEC numa fase inicial e com os CTT, posteriormente, também apoiou o Boletim *O.M.* criado pelo GEOTA e que se publicou até 1974.

11.^a A actividade da Direcção-Geral da Contabilidade Pública no domínio da organização e métodos, que, tal como outras linhas de actividade, deve ser considerada como um reflexo da participação de Aureliano Felismino no Comité das Práticas Administrativas, foi imputada a uma estrutura sem funcionários próprios – o Gabinete de Estudos António José Malheiro – que funcionou como um espaço de concretização das actividades “nobres” da Direcção-Geral e como uma “marca” de divulgação dos seus trabalhos, verificando-se que os participantes se mantiveram desligados da comunidade organizada no GEOTA e na APPA, e ausentes do Boletim *O.M.*

12.^a O I.P.C.A. e a APPA, com elementos comuns entre si e com o pessoal do Secretariado da Reforma Administrativa, numa coexistência não totalmente desejada na APPA, que tentou virar-se tanto para o sector privado como para Angola e Moçambique, acabaram por ter instalações no mesmo local, tomado de arrendamento a uma instituição de previdência e partilhar a realização de conferências, designadamente aquelas em que participavam peritos da OCDE.

13.^a O I.P.C.A. e a APPA cessaram ambas, de facto, a sua actividade, depois do 25 de Abril de 1974, sem que nenhuma tivesse sido juridicamente extinta (o I.P.C.A. veio até a realizar nesse ano uma nova eleição de órgãos sociais), e permanecendo a titularidade do arrendamento intacta até 1999, presumivelmente por a renda ter continuado a ser paga por uma dirigente da APPA, tendo sido o recheio retirado das instalações com autorização do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, por uma entidade mal identificada no processo administrativo, e presumindo-se

estarem assim perdidos os arquivos do I.P.C.A. e da Secção Nacional que o precedeu.

14.^a É difícil fazer um balanço da influência da ligação ao Instituto internacional de Ciências Administrativas entre o final da II Guerra Mundial e 1974, na medida em que embora se conheçam os temas em que a influência de debates ou publicações do IICA se fizeram sentir directamente, existem situações em que os mesmos temas foram também discutidos no quadro da OECE/OCDE, aliás foi esta e não o Instituto que prestou aconselhamento e assistência técnica a Portugal através da deslocação de consultores.

Contudo, temas como a existência de um órgão coordenador na Reforma Administrativa, a criação ou não de escolas de formação especializadas em Administração Pública, a ligação plano-orçamento, a informação do público, e, num plano mais jurídico, o contencioso administrativo, a necessidade de regulamentação do processo administrativo gracioso e a simplificação administrativa foram indiscutivelmente veiculados por influência da ligação ao Instituto Internacional.

15.^a A cessação de facto da actividade do I.P.C.A. e o silêncio que caiu sobre a experiência por este protagonizada pode ser explicada pela conotação do Instituto com o seu principal fundador Marcelo Caetano, e com a cessação de funções dirigentes na Administração Pública dos seus principais expoentes – António Pedrosa Pires de Lima, Aureliano Felismino e Diogo de Paiva Brandão, embora outros dirigentes tenham prosseguido carreiras profissionais ou políticas na nova situação.

Adicionalmente, pode ser explicada pela existência de alternativas em termos de ligações internacionais, como a OCDE e o Conselho da Europa.

No entanto, também contribuiu a reorganização do Instituto Internacional em 1974, que quebrou a ligação do novo sistema de comités aos Estados-membros e às Secções Nacionais. O IICA reorganizado não sente a ausência de Portugal.

16.^a A partir de 1980 volta a registar-se a presença de portugueses nos Congressos e outras reuniões científicas do IICA com a presença de dirigen-

tes dos serviços da orgânica da Administração Pública (Direcções-Gerais, Instituto Nacional de Administração – INA, Secretariado para a Modernização Administrativa) mas também de académicos e de funcionários de outras entidades, sem coordenação evidente, em função, aparentemente, da disponibilidade de verba da entidade a que pertencem os interessados, do tema especificamente tratado, ou até do grau de interesse turístico – cultural do local de realização.

17.^a A partir de 1992 o Instituto Nacional de Administração (a pedido do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que terá deixado de pagar a quota de Estado-membro do IICA) passa a pagar quota como Secção Nacional Portuguesa mas sem mencionar essa qualidade no seu sítio da Internet e nos seus relatórios de actividade, e, aparentente, sem efectiva participação nos órgãos estatutários.

18.^a A experiência posterior de constituição da Associação Portuguesa de Administração e Políticas Públicas (APPAP) e do lançamento da sua Revista mostram que as elites nacionais ligadas às Ciências da Administração são capazes, pelo menos durante um período limitado, de congregar esforços na constituição de uma estrutura permanente de base associativa mas estes não se orientaram para uma ligação institucional ao IICA.

A experiência de funcionamento das Secções Nacionais Portuguesas mostrou a dificuldade de criar uma estrutura que preencha a moldura estatutária do Instituto Internacional sem uma estreita dependência, pelo menos financeira, do Estado.

QUADRO 1

**Participação Portuguesa nos Congressos Internacionais
de Ciências Administrativas**

CONGRESSO/MESA REDONDA(MR)/CONFERÊNCIA	PARTICIPANTES PORTUGUESES
<p>I Congresso 1910 (Bruxelas)</p>	<p>Fernando Emygdio da Silva, doutor em Direito pela U. Coimbra (delegado do Governo e da Sociedade de Geografia de Lisboa) (a). <i>Inscrição de todos os membros da Comissão de Propaganda:</i> D. Luiz de Castro, Professor do I.S. Agronomia e antigo Ministro; Dr. Alfredo da Cunha, Diário de Notícias; Dr. Silva Carvalho; Dr. Guimarães Pedrosa, Dr. Caeiro da Matta, Dr. José Lobo d'Ávilla Lima, Dr. Fernando Emygdio da Silva, U. Coimbra. <i>Outras inscrições:</i> Oliveira Soares (Legação de Portugal), Conde de Penha Garcia, Presidente da Câmara dos Deputados e antigo Ministro. <i>Adesões sem representante:</i> Biblioteca da Universidade de Coimbra, Câmara Municipal de Lisboa.</p>
<p>II Congresso 1923 (Bruxelas)</p>	<p>João de Magalhães Colaço, Faculdade de Direito de Lisboa, Alves da Veiga, Ministro de Portugal em Bruxelas.</p>
<p>III Congresso 1927 (Paris)</p>	<p>João de Magalhães Colaço.</p>
<p>IV Congresso 1930 (Madrid)</p>	<p>João de Magalhães Colaço, congressista e delegado oficial.</p>
<p>V Congresso 1933 (Viena)</p>	<p>Sem representação, por falta de verba. Esteve indigitado Ávilla Lima.</p>
<p>MR 1934 (Paris)</p>	<p>Sem representação</p>

CONGRESSO/MESA REDONDA(MR)/CONFERÊNCIA	PARTICIPANTES PORTUGUESES
MR 1936 (Berlin)	Sem representação
MR 1936 (Varsóvia)	Sem representação
MR 1936 (Zurique)	Sem representação
VI Congresso 1936 (Varsóvia)	Sem representação
MR 1937 (Château d'Ardenne, Bélgica)	Sem representação
MR 1938 (Bucareste)	Sem representação, por falta de verba
VII Congresso 1947 (Berna)	Marcelo Caetano, U. Lisboa (b), José Carlos Moreira, U. Coimbra (c), António Pedrosa Pires de Lima, Director-Geral de Administração Política e Civil (d), (delegados oficiais).
MR 1948 (Copenhaga)	Marcelo Caetano.
MR 1949 (Lisboa)	Pelo menos Marcelo Caetano e os relatores nacionais Luís Esteves Fernandes (e) António Pedrosa Pires de Lima (f), Afonso Rodrigues Queiró, U. Coimbra (g). Secretário-Geral Oliveira Cabral. Possivelmente também a maioria dos aderentes em 1949 à Secção Nacional Portuguesa. Fernando Emygdio da Silva também presente.
VIII Congresso 1950 (Florença)	António Pedrosa Pires de Lima (f), Afonso Rodrigues Queiró, José Gabriel Pinto Coelho, U.Lisboa, (Marcelo Caetano indicado mas ausente).

CONGRESSO/MESA REDONDA(MR)/CONFERÊNCIA	PARTICIPANTES PORTUGUESES
MR 1951 (Nice-Mónaco)	António Pedrosa Pires de Lima (na MR e suplente no Comité de Práticas Administrativas), Afonso Rodrigues Queiró, Tovar de Lemos, Presidente da Comissão Técnica para a Cooperação Económica Externa.
MR 1952 (Knoke, Bélgica)	António Pedrosa Pires de Lima (h), Aureliano Felismino, Director-Geral da Contabilidade Pública (i).
IX Congresso 1953 (Istambul)	Marcelo Caetano, António Pedrosa Pires de Lima (j), Aureliano Felismino.
MR 1954 (Haia)	Aureliano Felismino (k) e, como seu assessor, Francisco Plácido Malheiro de Oliveira. Uma presença no Conselho de Administração (António Pedrosa Pires de Lima?).
MR 1955 (Oxford)	António Pedrosa Pires de Lima (l).
X Congresso 1956 (Madrid)	Aureliano Felismino (m), Manuel Moreira de Sá e Mello, Director-Geral dos Serviços de Urbanização, Armando Manuel de Almeida Marques Guedes, CT Cooperação Económica Externa, António Pedrosa Pires de Lima.
MR 1957 (Opatija)	António Pedrosa Pires de Lima e Aureliano Felismino (n).
MR 1958 (Liège)	António Pedrosa Pires de Lima e Aureliano Felismino.
XI Congresso 1959 (Wiesbaden)	Aureliano Felismino (o), José Fernando Nunes Barata (Inspector Administrativo, Deputado) (p), António Pedrosa Pires de Lima.
MR 1960 (“Colóquio” de São Remo)	António Pedrosa Pires de Lima e Aureliano Felismino.

CONGRESSO/MESA REDONDA(MR)/CONFERÊNCIA	PARTICIPANTES PORTUGUESES
MR 1961 (Lisboa)	Marcelo Caetano, António Pedrosa Pires de Lima, Aureliano Felismino (q), Edgard Santos Matos, U. Lisboa.
XII Congresso 1962 (Viena)	António Pedrosa Pires de Lima, Aureliano Felismino (q), Vasco da Cunha d'Eça (r), Director-Geral do Secretariado Técnico da P. Conselho.
MR 1964 (Varsóvia)	António Pedrosa Pires de Lima, Aureliano Felismino, e (?) André Gonçalves Pereira, U. Lisboa (s).
XIII Congresso 1965 (Paris)	António Pedrosa Pires de Lima, Diogo de Paiva Brandão (t), Secretário-Geral da P. Conselho, Aureliano Felismino (u), Fernando da Natividade Alves, adjunto do Director-Geral da Contabilidade Pública.
MR 1967 (Copenhaga)	António Pedrosa Pires de Lima, Aureliano Felismino, José de Sousa Mendes, Secretariado Técnico da P. Conselho, Diogo de Paiva Brandão, António de Sousa Franco.
XIV Congresso 1968 (Dublin)	António Pedrosa Pires de Lima e Aureliano Felismino, Diogo Paiva Brandão (v), José de Sousa Mendes (w), António de Sousa Franco (x), José Caldeira Guimarães (y)(?).
MR 1969 (Barcelona)	António Pedrosa Pires de Lima, Manuel Abreu Faro, Aureliano Felismino (z), Diogo de Paiva Brandão, José de Sousa Mendes.
XV Congresso 1971 (Roma)	António Pedrosa Pires de Lima, Manuel Abreu Faro (aa), Joaquim Seabra Lopes (ab), José Caldeira Guimarães (ac), Diogo Paiva Brandão, Duarte Nuno Vasconcelos.
MR 1972 (Caracas)	António Pires de Lima (ad), Diogo de Paiva Brandão (ae), (estiveram para ir também Aureliano Felismino e António de Sousa Franco).
XVI Congresso 1974 (Cidade do México)	António de Sousa Franco (af), Fausto de Quadros, Nuno de Lorena, encarregado de negócios, delegado oficial.
MR 1976 (Dubrovnik-Cavtat)	Sem representação (?)

CONGRESSO/MESA REDONDA(MR)/CONFERÊNCIA	PARTICIPANTES PORTUGUESES
<p>XVII Congresso 1977 (Abidjan)</p>	<p>Sem representação</p>
<p>MR 1979 (Liège)</p>	<p>Sem representação (?)</p>
<p>XVIII Congresso 1980 (Madrid)</p>	<p>Mário A. Soares Madureira (Comissão Instaladora do INA), Maria Madalena Oliveira de Miranda, Luís Rodrigues (Direcção-Geral da Função Pública), Arménio Oliveira Faria e Luiz Manuel Torres de Carvalho (MHOP), Carlos José Almeida Soares de Brito, Camila Júlia Correa Mendez Lobo de Seabra.</p>
<p>MR 1982 (Tokyo)</p>	<p>Sem representação (?)</p>
<p>XIX Congresso 1983 (Berlim-Oeste)</p>	<p>Fernando Henrique Coutinho (Direcção-Geral da Função Pública), Rui Machete, Comissão Instaladora do INA), Adelina Sá Carvalho (Secretária adjunta para a administração, Macau).</p>
<p>MR 1985 (Tunis)</p>	<p>António Rebordão Montalvo (ag), Investigador do INA (Centro de Estudos), Manuel Moutinho de Pádua, Subdirector-Geral da Administração e Função Pública, António Dias Montenegro, Director de Serviços do Secretariado para a Modernização Administrativa, Pessoa de Amorim, Director-Geral da Administração e Função Pública, (participação na reunião do Conselho de Administração?).</p>
<p>XX Congresso 1986 (Aman)</p>	<p>Sem representação</p>
<p>MR 1988 (Budapeste)</p>	<p>Sem representação (?) (<i>Compte rendu</i> sem lista de participantes, nenhum português na lista de comunicações).</p>

CONGRESSO/MESA REDONDA(MR)/CONFERÊNCIA	PARTICIPANTES PORTUGUESES
<p>XXI Congresso 1989 (Marrakech)</p>	<p>Maria Margarida Machado Botelho (Direcção-Geral da Administração Pública), Amélia Branco Rodrigues (Gabinete do Ministro das Finanças), Ana Macedo (Gabinete do Secretário de Estado do Orçamento), Heno Corvelo Freitas, Luís Manuel Pires Nogueira da Costa, José António Marreiros Silva Ramos (Secretarias Regionais dos Açores), Carlos Alberto Vaz Serra Lima, Maria Madalena Oliveira de Miranda, Maria de Lurdes Leite Garcia e Maria Lídia Carvalho Soares (Provedoria da Justiça).</p>
<p>1.ª Conferência Internacional 1990 (Madrid)</p>	<p>n.d.</p>
<p>MR 1991 (Copenhaga)</p>	<p>Maria Margarida Machado Botelho (Subdirectora-Geral da Administração Pública?), Maria José Castelo Branco e António José Mira Crespo (Secretariado para a Modernização Administrativa), Ana Maria Monteiro de Macedo (MPAT).</p>
<p>XXII Congresso 1992 (Viena)</p>	<p>Maria Margarida Machado Miranda Botelho, (Subdirectora-Geral da Administração Pública?), Maria Eugénia Davim (Gabinete da Secretária de Estado da Modernização Administrativa), Manuel Madeira e Maria Teresa Pires (Secretariado para a Modernização, Administrativa), Pedro Pedroso de Lima (Administrador do Hospital de Angra do Heroísmo, Açores), Isaltino Afonso Morais, (Presidente da Câmara Municipal de Oeiras).</p>
<p>2.ª Conferência Internacional 1993 (Toluca)</p>	<p>Maria Margarida Machado de Miranda Botelho, (Subdirectora-Geral da Administração Pública), Ana Maria Jordão Macedo (Gabinete do Subsecretário de Estado do Orçamento), Amável Francisco dos Santos (Subdirector-Geral das Contribuições e Impostos), J.A. Oliveira Rocha (Professor, Universidade do Minho) (ah), Luís Augusto Carvalho Rodrigues (Professor, Universidade Nova de Lisboa), João Martins Claro (Professor, Universidade de Lisboa).</p>

CONGRESSO/MESA REDONDA(MR)/CONFERÊNCIA	PARTICIPANTES PORTUGUESES
MR 1994 (Helsínquia)	Maria Margarida Machado de Miranda Botelho (Subdirectora-Geral da Administração Pública), Vítor Manuel Ruivo, Vice-Presidente do INA), Júlio Nabais, (Secretariado para a Modernização Administrativa)
XXIII Congresso 1995 (Riade e Dubai)	Maria Margarida Machado de Miranda Botelho (Subdirectora-Geral da Administração Pública), José Fernando Orvalho Silva (Vice-Presidente do INA), Joana Maria Orvalho Silva (Directora, Secretariado para a Modernização Administrativa), Ana Maria de Carvalho Jordão Monteiro de Macedo (Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Ministério das Finanças), Eduardo Dias Sequeira (Gabinete do Secretário de Estado do Orçamento), Maria da Graça Lima das Neves (Subdirectora-Geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).
3.ª Conferência Internacional 1996 (Beijing)	n.d.
MR 1997 (Québec City)	Maria Margarida Machado de Miranda Botelho (Conselho Superior de Administração Pública), Maria de Graça Lima das Neves (Subdirectora Geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), Maria do Rosário Boleo e Maria Teresa Xardoné, Assembleia da República.
XXIV Congresso 1998 (Paris)	Margarida Machado de Miranda Botelho (Conselho Superior de Administração Pública), Alcindo Augusto Costa e Azevedo Moreira (Supremo Tribunal Administrativo), Maria Carlos Silva (INA), João Vargas Moniz (Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública), José António Oliveira Rocha (Professor, Universidade do Minho), José Pereira Baptista Dias (Instituto Superior Miguel Torga), Delfim da Costa Correia (Universidade Fernando Pessoa), Maria da Graça Lima das Neves (Subdirectora Geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), Maria Teresa Xardoné (Assembleia da República), Maria José Pimenta da Silva e Ana Maria Santos (Instituto da Água).

CONGRESSO/MESA REDONDA(MR)/CONFERÊNCIA	PARTICIPANTES PORTUGUESES
1.ª Conferência Internacional Especializada 1999 (Sunningdale, Reino Unido)	n.d.
1.ª Conferência Internacional Regional 2000 (Bolonha e República de San Marino)	Maria Teresa Ganhão (Direcção-Geral da Administração Pública), Maria Odete Cardoso (Instituto da Cooperação Portuguesa), Alan Tobellem (INA).
XXV Congresso 2001 (Atenas)	Rui Manuel Soares de Campos Pessoa de Amorim (Conselho Superior da Administração Pública), Maria Odete Cardoso (Vice-Presidente, Instituto da Cooperação Portuguesa), Luís Ramos (Professor, Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro), Maria de Graça Lima das Neves, Subdirectora Geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, António Rebordão Montalvo, Presidente do Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local, Maria Helena Carvalho Silva Afonso, José Júlio Cordeiro dos Reis Silva e Isabel Maria Mendes Martins (Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território), Nuno Campilho, Cristina Correia e Paula Nunes (Câmara Municipal de Oeiras), Maria Manuela Carvalho Correia Lopes e Normando José Pereira Sérgio (Câmara Municipal de Ponte de Sor), Maria Elsa Manso Perestrelo Marques Paixão e Júlio Esteves Ribeiro (Câmara Municipal de Loures), Filomena Fátima Marcos Pita de Fernandes (Câmara Municipal do Funchal).
2.ª Conferência Internacional Especializada 2002 (Nova Delhi)	n.d.
2.ª Conferência Internacional Regional 2003 (Yaounde)	n.d.

CONGRESSO/MESA REDONDA(MR)/CONFERÊNCIA	PARTICIPANTES PORTUGUESES
XXVI Congresso 2004 (Séoul)	Sem representação
3. ^a Conferência Internacional Regional 2006 (Monterrey, México)	n.d.
3. ^a Conferência Internacional Especializada 2005 (Berlim)	n.d.
XXVII Congresso 2007 (Abu Dhabi)	César Madureira e Miguel Rodrigues (ai) (INA).
4. ^a Conferência Internacional Especializada 2008 (Ancara)	n.d.
Conferência do IIAS 2009 (Helsínquia)	n.d.
XXVIII Congresso ou Congresso Conjunto IIAS/IASIA 2010 (Bali)	Hugo Consciência Silvestre, Luísa Santos Pereira e Luís Oliveira Mota (ISCSP), Dr. Paulo Jorge Rendeiro Correia de Sousa (SUCH)

- (a) Fernando Emygdio da Silva: “Descentralização administrativa” (oral, 3.^a secção), “Municipalização dos serviços públicos em Coimbra” (escrita, 1.^a secção). Segundo a Legação de Portugal, foi autor de quatro comunicações e de uma intervenção oral na última sessão.
- (b) Relatório nacional na secção “As missões que incumbem à administração pública em seguida à guerra mundial e os ensinamentos a extrair da experiência desta guerra em matéria administrativa”.
- (c) Relatório nacional na secção “O chefe do Governo e a organização dos seus serviços”.

- (d) Relatório nacional na secção “A posição dos poderes regionais e locais em face das autoridades centrais”.
- (e) Relatório nacional na secção “L’Administration internationale”.
- (f) Relatório nacional na secção “Les administrations centrales”.
- (g) Relatório nacional na secção “La Cour Constitutionnelle”.
- (h) Casos concretos de contencioso administrativo 1 e 2.
- (i) “Amélioration du moral et du rendement du personnel”.
- (j) Casos concretos de contencioso administrativo 3, 5 e 6.
- (k) “Entreprises publiques a caractere industriel: “L’administration des entreprises publiques à caractere économique au Portugal”, “Formation en cours d’emploi: “L’instruction professionnelle des fonctionnaires au Portugal”.
- (l) “Les marchés de l’administration”.
- (m) Resposta ao questionário “Étude des procedés pour la Préparation et la Réalisation des Réformes Administratives”.
- (n) Trabalho sobre o tema “Les techniques de promotion au mérite des fonctionnaires et, principalement, la notation”.
- (o) “A estrutura e funcionamento do Ministério das Finanças”.
- (p) Provável relator de um tema.
- (q) “Les publications officielles”
- (r) “L’organisation gouvernementale pour le développement économique” (elaborado para a Mesa Redonda de 1961).
- (s) “L’organisation administrative des entreprises publiques” é referido como preparado para o Congresso de Paris em 1965.
- (t) “L’action des administrés sur le fonctionnement de l’administration publique à l’exclusion du droit électoral”
- (u) “Les nouvelles techniques de préparation et d’aménagement du budget.
- (v) Relatório nacional do tema “L’adaptation de l’administration du personnel de la fonction publique à l’évolution sociale”, coadjuvado por José de Sousa Mendes, Júlio Dá Mesquita Gonçalves e Fernando da Silveira.
- (w) Relatório nacional do tema “Les problèmes administratifs de la coordination en matière de développement économique et social”.
- (x) Relatório nacional do tema “La protection des citoyens dans les procédures administratives (à l’exclusion des recours juridictionnels)”.

- (y) Relatório nacional do tema “Nouveaux systèmes en matière de plan, programme, budget”.
- (z) “Techniques d’analyse quantitative pour l’élaboration et le contrôle des décisions administratives”.
- (aa) Relatório nacional do tema “L’organisation gouvernemental et administrative de la recherche scientifique”.
- (ab) Relatório nacional do tema “L’Informatique de l’Administration”.
- (ac) Relatório nacional do tema “Nouveaux systèmes integrés en matière de plan, programme, budget”.
- (ad) Relatório nacional do tema “Les aspects de la régionalisation à l’interieur des États”.
- (ae) Relatório nacional do tema “Les aspects de l’évolution de l’Administration dans les pays en voie de développement aux cours des vingt dernières années, expériences et lessons a en tirer”.
- (af) Relatório nacional, com a colaboração de Fausto de Quadros, do tema “Méthodes et institutions administratives utilisées pour prévoir les effets du changement économique et social”.
- (ag) Comunicação sobre “Le Cadre Politique et Institutionnel des Relations entre L’Administration et les Citoyens”.
- (ah) Com Margarida Proença: “The new international environment and technological development: the post adjustment state”.
- (ai) Comunicações em conjunto “Les compétences comportementales dans l’Administration Publique – L’essence d’une formation pour un savoir faire et un savoir agir adaptatif(s) et généralistes dans le conteste de la globalisation”, “Portuguese public managers and administrative reforms in the global context of competiveness”.

n.d. Não disponível.

QUADRO 2

Secções Nacionais Portuguesas do IICA

Período	Composição
1908	Proposta de comissão com os Conselheiros de Estado Júlio Marques de Vilhena e Francisco António da Veiga Beirão, os Conselheiros Artur Pinto de Miranda Montenegro, Henrique da Gama Barros e o Bacharel Alberto Cardoso Meneses, Secretário-Geral do Governo Civil de Lisboa. A composição foi sugerida pelo Ministério do Reino, mas nunca chegou a ser constituída.
1910	Comissão de propaganda, em organização, com D. Luiz de Castro, professor do I.S. Agronomia e antigo Ministro, Dr. Guimarães Pedrosa, Dr. Caeiro da Matta, Dr. José Lobo de Ávilla Lima, Professores da Universidade de Coimbra, Dr. Alfredo da Cunha, Diário de Notícias, Dr. Silva Carvalho, Dr. Fernando Emygdio da Silva, o último também delegado oficial do Governo e da Sociedade de Geografia de Lisboa.
1910	Dr. Fernando Emygdio da Silva, Dr. Bernardino Machado, Ministro dos Negócios Estrangeiros, D. Luís de Castro, Dr. Álvaro Machado Vilela e Dr. José-Caetano-Lobo d'Avila Lima, Universidade de Coimbra. Emygdio, Vilela e Lima representantes do Governo.
1922-1927	Os delegados oficiais do Governo Português ao Congresso de 1923 seriam João Alberto da Costa Gomes, Presidente da Junta Geral do Distrito de Lisboa, Rocha Saraiva, Professor da Universidade de Lisboa e Ministro do Trabalho, e Sebastião Proença, Secretário-Geral do Governo Civil do Distrito de Viseu mas o Congresso da República não se pronunciou sobre a participação. Domingos Fezas Vital, Professor da Universidade de Coimbra, João de Magalhães Colaço, Professor da Universidade de Lisboa, e Alberto Cardoso de Meneses, vogal do S.T. Administrativo, deveriam, em conjunto com os três primeiros, integrar a comissão de preparação. Os membros efectivos eleitos para a Comissão Permanente pelo Congresso de 1923 terão sido João de Magalhães Colaço, Domingos Fezas Vital, Alberto Cardoso de Meneses, Jacinto Nunes, Presidente do Conselho Municipal de Grândola, Rocha Saraiva, Guimarães Pedrosa.

Período	Composição
1928-1936	<p>Portaria do Ministério do Interior:</p> <p>Dr. José Martinho Simões, Director-Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior, Dr. Alberto Cardoso de Meneses, vogal do extinto S. T. Administrativo; Drs. Domingos Fezas Vital e João Maria Telo de Magalhães Colaço, Professores de direito administrativo das Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra e de Lisboa, respectivamente; Drs. Alberto da Cunha Rocha Saraiva, José Caetano Lôbo de Ávilla Lima e Martinho Nobre de Melo, Professores de ciências políticas da U. Lisboa</p> <p>João de Magalhães Colaço faleceu em 1931 e José Martinho Simões em 1934. José Caetano Lôbo de Ávila Lima e Martinho Nobre de Melo colocados em postos diplomáticos, Alberto Cardoso de Meneses aposenta-se.</p>
1936-1946	<p>Mário Caes Esteves, Director-Geral da administração política e civil, Jaime dos Santos Lopes Dias, seu Adjunto, Francisco José Caeiro, Juiz Conselheiro do STA, Domingos Fezas Vital, Professor de Direito Administrativo da Universidade de Coimbra, Marcelo Caetano, Professor de Direito Administrativo da Universidade de Lisboa, Alberto da Cunha Rocha Saraiva, Professor de Direito da Universidade de Lisboa.</p> <p>Mário Caes Esteves vem a falecer em 1944.</p>
1946-1949	<p>Em 1946, por decisão do Presidente do Conselho e MNE, entram António Pedrosa Pires de Lima, Director-Geral da Administração Política e Civil, e Mário Matias, seu Adjunto e sai Jaime dos Santos Lopes Dias. Mantêm-se Francisco José Caeiro, Domingos Fezas Vital, Marcelo Caetano, Alberto da Cunha Rocha Saraiva.</p> <p>Alberto Cunha da Rocha Saraiva vem a falecer em 1946.</p>

Período	Composição
1949-1968	<p>A Secção Nacional Portuguesa é remodelada com vista à Mesa Redonda de Lisboa em 1949, passando a ser integrada por</p> <p>Presidente, Doutor Marcelo Caetano, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Vice-Presidente do Instituto Internacional de Ciências Administrativas (delegado oficial), Secretário: Dr. Mário Mathias, Inspector administrativo do Ministério do Interior; Membros: Dr. Afonso Rodrigues Queiró, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Dr. José Carlos Moreira, Professor da Faculdade de Direito de Coimbra (delegado oficial), Engenheiro Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento, Director dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da cidade do Porto, Dr. Albino Tavares de Almeida, Chefe de Repartição do Secretariado Nacional de Informação, Dr. Alfredo de Almeida Ferrão, juiz do Supremo Tribunal Administrativo, Dr. António Luís de Castro Rodrigues, Secretário do Governo Civil de Coimbra, Dr. António Pedrosa Pires de Lima, Director-Geral de Administração Política e Civil e Secretário-Geral do Ministério do Interior (delegado oficial), Dr. Artur Águedo de Oliveira, Presidente do Tribunal de Contas, Deputado, Dr. Aureliano dos Anjos Felismino, Director-Geral da Contabilidade Pública, Dr. Domingos Fezas Vital, Professor da Faculdade de Direito de Lisboa, Dr. Francisco José Caeiro, Procurador-Geral da República, Dr. Jaime Lopes Dias, Director dos Serviços Centrais do Município de Lisboa, Dr. Luís Esteves Fernandes, Director-Geral dos Negócios Comerciais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Engenheiro Manuel D. Sá e Melo, Director-Geral dos Serviços de Urbanização, Dr. Mário Lambrea Gusmão Madeira, Governador Civil de Lisboa.</p> <p>Falecimento de Domingos Fezas Vital em 1953, de Francisco José Caeiro em 1956, e de António Luís da Costa Rodrigues em 1959.</p> <p>Em 1961, aquando da Mesa Redonda de Lisboa, entram como membros titulares do IICA, sob proposta de Aureliano Felismino, os seus adjuntos Sabino Silva da Costa Teixeira e Fernando Natividade Alves.</p>

Período	Composição
1968-1975	<p>Aprovação dos Estatutos do Instituto Português de Ciências Administrativas de que são necessariamente membros os anteriores membros da Secção Nacional</p> <p>Direcção eleita em 1968 – Presidente – Professor Doutor Marcello Caetano, Vice-Presidentes – Dr. António Pires de Lima e Dr. Diogo de Paiva Brandão, Vogais – Doutor André Gonçalves Pereira, Dr. José de Sousa Mendes, Dr. Fernando da Silveira, Engenheiro Mário Gonçalves Ferreira.</p> <p>Direcção eleita em 1971 – Presidente – Dr. António Pedrosa Pires de Lima, Vice-Presidentes – Dr. Diogo de Paiva Brandão e Doutor André Roberto De-launay Gonçalves Pereira, Vogais – Dr. Fernando Duarte Costa da Silveira, Doutor Diogo Freitas do Amaral, Eng. João Pimentel Freixo e Dr. Joaquim Seabra Lopes.</p> <p>Direcção eleita em 1974 – Sabe-se apenas que teve como Vice-Presidentes o Doutor António Luciano de Sousa Franco e o Dr. Diogo de Paiva Brandão.</p>
1976-1991	<p>A IRAS publica alguma informação oriunda da Secretaria de Estado da Administração Pública.</p> <p>A <i>Revista da Administração Pública</i> insere apenas algumas traduções de artigos da IRAS. O Boletim <i>Organização & Informática</i> da DGOA insere algumas referências ao IICA.</p>
1992-2012	<p>O Instituto Nacional de Administração paga quota como Secção Nacional Portuguesa do IICA.</p>

FONTES

I – Arquivos e Bibliotecas

Arquivo do extinto Departamento de Prospectiva e Planeamento, CIPIE – Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica.

Arquivo do INA, actualmente Direcção-Geral da Qualificação de Trabalhadores em Funções Públicas.

Arquivo do Instituto de Alta Cultura (Instituto Camões).

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, fundos documentais da Secretaria de Estado do Orçamento, da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, do Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública e, com origem na Presidência do Conselho de Ministros, do Grupo de Trabalho 14 – Reforma Administrativa (em integração).

Arquivo Histórico da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Arquivo Histórico do Ministério da Educação.

Arquivo do Ministério do Interior, integrado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), fundo da Direcção-Geral de Administração Política e Civil.

Arquivo Histórico-Diplomático (AHD), fundo Ministério dos Negócios Estrangeiros, subfundo “Secretaria de Estado”.

Arquivo Marcello Caetano, confiado ao ANTT.

Biblioteca Central do Ministério das Finanças.

Biblioteca do INA.

Biblioteca do Tribunal de Contas.

Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

Bibliothèque Royale de Belgique (KBR).

II – Jornais oficiais

Diário do Governo, I e II Séries, de 1928 a 1976.

Diário da República, de 1976 a 2012.

Diário das Sessões.

III – Publicações periódicas e publicações em série

Anuário Diplomático e Consular Português

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Boletim O.M. – Revista de Divulgação de Organização e Métodos, semestral, do n.º 1 (Fevereiro de 1965) ao n.º 17 (Janeiro a Junho de 1973).

Bulletin n.º 1 Épreuve 10 Janvier 1911, Commission Permanente des Congrès Internationaux des Sciences Administratives, Bruxelles: Goemaere.

Cadernos de biblioteconomia, arquivística e documentação.

Ciências Administrativas, propriedade do Instituto Português de Ciências Administrativas, trimestral, do n.º 1 (Maio de 1969) ao n.º 17 (Junho de 1973).

Compte Rendus/Proceedings dos Congressos Internacionais de Ciências Administrativas, Mesas Redondas e Conferências.

Gabinete de Estudos António José Malheiro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

IRAS – International Review of Administrative Sciences/RISA – Revue internationale des Sciences Administratives (desde 1928, artigos *on line* desde os relativos ao ano de 1957).

O Direito, Revista de Jurisprudência, a partir de 1948 *O Direito, Revista de Ciências Jurídicas e de Administração Pública*.

Relatórios anuais da Direcção-Geral da Contabilidade Pública (1948-1973).

Relatórios anuais de actividades do Instituto Nacional de Administração, a partir do Relatório da Comissão Instaladora (1979-1981) até 2011.

Organização & Informática, boletim da Direcção-Geral da Organização Administrativa (de 1976 a 1982)

Revista da Administração Pública (de 1978 até 1987).

Revista de Administração e Políticas Públicas (de 2000 a 2003).

IV – Sítios da Internet

Arquivo da OCDE

<https://www.oecd.org/general/oecdarchives.htm>

Arquivo da Web Portuguesa

<http://www.arquivo.pt/>

Arquivo Digital do Ministério das Finanças

<http://www.sgmf.pt/index.php?vw=2.42>

Arquivo Histórico-Diplomático

<http://idi.mne.pt/pt/oarquivo.html>

Arquivo Histórico da Fundação para a Ciência e Tecnologia

<https://www.fct.pt/arquivo/>

Arquivo Histórico do Ministério da Educação

<http://eduarquivo.sec-geral.mec.pt/>

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

<http://antt.dglab.gov.pt/>

Associação Portuguesa de Management

www.apm.com.pt

Biblioteca Nacional de Portugal

<http://www.bnportugal.pt/>

Diário da República Electrónico

<http://www.dre.pt/>

Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)

<http://www.dgap.gov.pt/>

Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas

www.ina.pt

Instituto Europeu da Administração Pública

<http://www.eipa.nl/>

International Institute of Administrative Sciences/Institut International
de Sciences Administratives

<http://www.iias-iisa.org/>

Sociedade de Geografia de Lisboa

<http://www.socgeografialisboa.pt/organica/seccoes-profissionais/seccao-de-administracao-publica/>

UNESCO

<http://portal.unesco.org/fr/>

Union des Associations Internationales/Union of International Associations

<http://www.uia.org/>

WIKIPEDIA

<http://en.wikipedia.org>

<http://pt.wikipedia.org>

<https://fr.wikipedia.org>

LEGISLAÇÃO

Decreto n.º 10 875, de 21 de Maio de 1925 – Aprova o regulamento de ordem e processo de serviço na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Portaria do Ministro do Interior, de 6 de Agosto de 1928, publicada em 9 de Agosto de 1928 na II Série do Diário do Governo – Organiza a secção nacional portuguesa da comissão internacional permanente dos congressos de ciências administrativas e define a sua composição.

Decreto n.º 16 670, de 29 de Março de 1929 – Estabelece as bases a que deve obedecer a elaboração dos orçamentos de todos os Ministérios – Cria a Intendência Geral do Orçamento, por cujo intermédio o Ministro das Finanças fiscalizará a preparação e execução do Orçamento

Decreto-Lei n.º 24 097, de 29 de Junho de 1934 – Reorganiza os serviços internos do Ministério [Negócios Estrangeiros].

Decreto-Lei n.º 24 308, de 6 de Agosto de 1934 – Substitue o decreto-lei n.º 24 097, que reorganiza os serviços internos do Ministério [Negócios Estrangeiros].

Decreto-Lei n.º 26 115, de 23 de Novembro de 1935, 1.º Suplemento – Promulga a reforma de vencimentos do funcionalismo civil.

Decreto – Lei n.º 29 319, de 30 de Dezembro de 1938 – Promulga a lei orgânica dêste Ministério [Negócios Estrangeiros].

Decreto n.º 29 970, de 13 de Outubro de 1939 – Aprova o regulamento do Ministério [Negócios Estrangeiros].

Lei n.º 2 005, de 14 de Março de 1945 – Promulga as bases a que deve obedecer o fomento e reorganização industrial.

Decreto-Lei n.º 34 625, de 24 de Maio de 1945 – Cria na Direcção Geral da Contabilidade Pública, na imediata dependência do respectivo director geral, um Gabinete de Estudos, a que será dado o nome de António José Malheiro.

Decreto-Lei n.º 35 985, de 23 de Novembro de 1946 – Insere várias disposições relativas a serviços do Ministério [Negócios Estrangeiros].

Decreto-Lei n.º 36 935, de 24 de Junho de 1948 – Cria, no Ministério [Economia], a Inspeção Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais e define as suas atribuições – Desdobra em duas a actual Repartição dos Serviços de Fiscalização e transfere para a referida Inspeção-Geral a 3.ª Repartição da Direcção Geral das Indústrias (Serviço de Pesos e Medidas) e a Comissão Técnica dos Métodos Químico Analíticos – Extingue a Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas – Revoga o artigo 83.º do decreto-lei n.º 27207, na parte que se refere à citada Comissão Técnica, e os artigos 84.º a 86.º do mesmo diploma.

Decreto n.º 37 268, de 31 de Dezembro de 1948 – Aprova o Regulamento do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

Lei n.º 2 045, de 23 de Dezembro de 1950 – Autoriza o Governo a arrecadar durante o ano de 1951 as contribuições e impostos e demais rendimentos e recursos do Estado, de harmonia com os princípios e as leis aplicáveis, e a empregar o respectivo produto no pagamento das despesas legalmente inscritas no Orçamento Geral do Estado respeitante ao mesmo ano – Mantém em vigor no citado ano os artigos 13.º, 14.º e 16.º da Lei n.º 2038.

Decreto n.º 38 503, de 12 de Novembro de 1951 – Manda adoptar nos serviços públicos vários preceitos quanto a organização e técnica, por forma a proporcionar o máximo de rendimento com o mínimo dispêndio – Cria no Ministério [Finanças] uma Comissão Central de Inquérito e Estudo da Eficiência dos Serviços Públicos.

Portaria do Ministério das Finanças de 28 de Janeiro de 1952, publicada a 29 de Janeiro no Diário do Governo, II Série, p. 536 – nomeações para a Comissão Central.

Decreto-Lei n.º 38 801, de 25 de Junho de 1952 – Incumbe a Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais, por intermédio da Repartição da Normalização, de centralizar a orientação de toda a actividade relativa à normalização – Alarga a constituição do Conselho de Normalização e cria o Centro de Normalização – Revoga os artigos 8.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 36935.

Decreto-Lei n.º 38 922, de 20 de Setembro de 1952 – Autoriza o Governo, pelo Ministério das Finanças, a conceder os meios financeiros indispensáveis à realização, em Lisboa, do 8.º Congresso do Instituto Internacional de Finanças

Públicas – Confia a uma comissão executiva a orientação dos trabalhos administrativos e burocráticos do referido Congresso.

Decreto n.º 38 925, de 20 de Setembro de 1952 – Abre um crédito no Ministério das Finanças, a favor do mesmo Ministério, para pagamento das despesas que resultarem da execução do Decreto-Lei n.º 38 922.

Lei n.º 2 089, de 8 de Junho de 1957 – Promulga as bases para a criação, no Ministério da Economia, do Instituto Nacional de Investigação Industrial.

Decreto-Lei n.º 41 383, de 22 de Novembro de 1957 – Cria a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho.

Lei n.º 2 090, de 21 de Dezembro de 1957 – Autoriza o Governo a arrecadar em 1958 as contribuições e impostos e demais rendimentos e recursos do Estado, de harmonia com os princípios e as leis aplicáveis, e a empregar o respectivo produto no pagamento das despesas legalmente inscritas no Orçamento Geral do Estado respeitante ao mesmo ano.

Decreto-Lei n.º 42 120, de 23 de Janeiro de 1959 – Cria, na Secretaria de Estado da Indústria, o Instituto Nacional de Investigação Industrial, com sede em Lisboa e com a finalidade, competência e organização estabelecidas na Lei n.º 2 089.

Decreto n.º 42 121, de 23 de Janeiro de 1959 – Promulga o Regulamento do Instituto Nacional de Investigação Industrial.

Decreto-Lei n.º 42 800, de 11 de Janeiro de 1960 – Insere disposições destinadas a simplificar os métodos do trabalho burocrático e melhorar a eficiência dos serviços públicos.

Decreto-Lei n.º 43 624 de 27 de Abril de 1961 – Reorganiza os serviços da Direcção-Geral da Contabilidade Pública – Revoga determinadas disposições legislativas.

Decreto n.º 43 625, de 27 de Abril de 1961 – Aprova o Regulamento da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Decreto n.º 43 937, de 30 de Setembro de 1961 – Transfere verbas dentro dos orçamentos de encargos gerais da Nação e dos Ministérios das Finanças, do Interior, da Justiça, do Exército, da Marinha, das Obras Públicas, da Educação Nacional, da Economia e das Corporações e Previdência Social e abre créditos destinados a reforçar verbas insuficientemente dotadas e a prover à realização

de despesas não previstas no Orçamento Geral do Estado em vigor – Introduz alterações nos orçamentos dos Ministérios da Justiça, do Ultramar e da Educação Nacional e no orçamento privativo da Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones.

Decreto-Lei n.º 44 017, de 8 de Novembro de 1961 – Cria a representação de Portugal junto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), através de um director de serviços, que será acreditado como observador permanente.

Lei n.º 2 111, de 21 de Dezembro de 1961 – Autoriza o Governo a arrecadar em 1962 as contribuições e impostos e demais rendimentos e recursos do Estado, de harmonia com os princípios e as leis aplicáveis, e a empregar o respectivo produto no pagamento das despesas legalmente inscritas no Orçamento Geral do Estado respeitante ao mesmo ano.

Decreto-Lei n.º 42 046, de 23 de Agosto de 1962, 1.º Suplemento – Promulga o reajustamento das condições de remuneração dos servidores do Estado.

Portaria de 27 de Maio, publicada no *Diário do Governo*, II Série, de 30 de Maio de 1964 – comissão de organização e métodos do Ministério das Corporações e Previdência Social.

Decreto-Lei n.º 44 652, de 27 de Outubro de 1962 – Promulga disposições destinadas a fomentar o crescimento económico e social dos territórios e regiões menos desenvolvidos do espaço português – Introduz alterações na orgânica dos Conselhos de Ministros especializados que têm a seu cargo os problemas económicos e dos serviços que na Presidência do Conselho asseguram o funcionamento daqueles Conselhos.

Decreto-Lei n.º 45 330, de 28 de Outubro de 1963 – Cria na Direcção-Geral de Transportes Terrestres uma comissão, com carácter eventual, destinada a estudar a regulamentação do Decreto-Lei n.º 45 331 e a criação dos serviços necessários à sua execução.

Decreto-Lei n.º 46 030, de 13 de Novembro de 1964 – Introduz alterações na orgânica dos serviços do Ministério – Revoga os únicos dos artigos 1.º e 3.º, respectivamente, dos Decretos – Leis n.ºs 31 477 e 35 985.

Portaria publicada no *Diário do Governo*, II Série, de 7 de Janeiro de 1965 – programas de concursos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Decreto-Lei n.º 46 221, de 11 de Março de 1965 – Aprova, para adesão, a Convenção que constitui a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, celebrada em Londres em 16 de Novembro de 1945 e modificada pela Conferência Geral nas suas 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª, 6.ª, 7.ª, 8.ª, 9.ª, 10.ª e 12.ª sessões.

Decreto n.º 46 927, de 30 de Março de 1966 – Promulga o Regulamento da Emissora Nacional de Radiodifusão – Revoga os Decretos n.ºs 33 942, 41 485 e 41 542.

Decreto-Lei n.º 47 331, de 23 de Novembro de 1966 – promulga a orgânica dos serviços do Ministério [Negócios Estrangeiros]. Revoga o Decreto-Lei n.º 29 319, o regulamento aprovado pelo Decreto n.º 29 970 e toda a legislação posterior que os alterou e seja contrária às disposições deste decreto-lei e mantém em vigor os decretos-leis e decretos que constituíram delegações permanentes e depois as alteraram e que são abrangidas pelo Artigo 14.º do presente diploma.

Decreto-Lei n.º 48 058, de 23 de Novembro de 1967 – Cria na Presidência do Conselho o Secretariado da Reforma Administrativa cuja incumbência e atribuições são definidas no presente diploma.

Decreto-Lei n.º 48 059, de 23 de Novembro de 1967 – Define os casos em que é atribuída aos directores-gerais, directores de serviços, chefe de repartição e chefe e serviços externos de categoria igual ou superior à letra H delegação ou subdelegação de competências para a prática de determinados actos.

Decreto-Lei n.º 48 735, de 5 de Dezembro de 1968 – Cria no Ministério da Justiça, na directa dependência do Ministro, um Gabinete de Organização e Métodos e define a sua incumbência e atribuições.

Decreto-Lei n.º 49 132, de 18 de Julho de 1969 – Permite a criação de comissões de planeamento e de grupos de trabalho, que funcionarão, como órgãos de estudo e consulta, junto do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho – Extingue os grupos de trabalho da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica a que se refere o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 46 909.

Decreto n.º 49 321, de 27 de Outubro de 1969 – Regula a execução de algumas disposições dos Decretos-Leis n.ºs 46 736 e 49 272, que introduzem modificações na orgânica da Emissora Nacional de Radiodifusão – Revoga os artigos

3.º, 13.º a 33.º e 47.º, as alíneas a) e b) do artigo 90.º, os artigos 92.º e 103.º e a alínea a) do artigo 106.º do Decreto-Lei n.º 46 927.

Decreto-Lei n.º 132/70, de 30 de Março – Define o regime para recrutamento de pessoal qualificado para o exercício de funções docentes e de investigação no ensino superior.

Decreto-Lei n.º 154/70, de 11 de Abril – Cria o Centro de Informática do Ministério da Justiça.

Decreto-Lei n.º 622/70, de 18 de Dezembro – Determina a fusão do Secretariado da Reforma Administrativa com a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho e reorganiza os serviços deste último departamento – Revoga os Decretos-Leis n.ºs 28 671 e 41 383.

Decreto n.º 323/71, de 27 de Julho – Procede à reestruturação dos institutos do trabalho, previdência e acção social do ultramar.

Decreto n.º 533/71, de 3 de Dezembro – Introduce alterações ao Regulamento do Arsenal do Alfeite, aprovado pelo Decreto n.º 31 873, bem como aos mapas anexos ao mesmo Regulamento.

Decreto-Lei n.º 522/72, de 15 de Dezembro – Cria em Lisboa, no Ministério da Educação Nacional, o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e extingue o Instituto de Estudos Sociais.

Decreto-Lei n.º 228/73, de 12 de Maio – Reorganiza os serviços da Direcção-Geral da Previdência.

Decreto-Lei n.º 265/73, de 29 de Maio – Cria, na Presidência do Conselho, o Secretariado da Administração Pública.

Decreto n.º 269/73, de 30 de Maio – Regulamenta o Secretariado da Administração Pública.

Decreto n.º 492/73, de 4 de Outubro – Promulga o diploma orgânico dos serviços de correios e telecomunicações do ultramar.

Lei n.º 7/73, de 22 de Dezembro – Autorização das receitas e despesas para 1974.

Lei n.º 8/73, de 26 de Dezembro – Organização e execução do IV Plano de Fomento (1974-1979).

Decreto-Lei n.º 108/74, de 15 de Março – Extingue o Ministério da Economia e a Secretaria de Estado da Indústria, cria o Ministério da Agricultura e do

Comércio e o da Indústria e Energia – Altera a organização e competência de vários departamentos e serviços

Decreto-Lei n.º 126/74, de 30 de Março – Regula a organização e gestão dos programas autónomos previstos na Lei de Meios de 1974.

Portaria n.º 547/74, de 30 de Agosto – Cria o Programa Autónomo do Desenvolvimento Agro-Pecuário (PADAP) e define os seus objectivos, competência e normas de administração.

Portaria n.º 548/74, de 30 de Agosto – Cria o Programa Autónomo do Desenvolvimento Pecuário dos Açores (PPA) e define os seus objectivos, competência e normas de administração.

Decreto-Lei n.º 525/74, de 8 de Outubro – Aprova a Orgânica do Ministério [Finanças].

Portaria n.º 710/74, de 2 de Novembro – Cria o Programa Autónomo para Desenvolvimento da Província de Trás-os-Montes, abreviadamente designado por Programa de Trás-os-Montes (PTM), que se destina a promover o desenvolvimento agrícola, pecuário e florestal da mesma província.

Decreto-Lei n.º 745/74, de 27 de Dezembro, Suplemento – Introduce alterações na redacção do Decreto-Lei n.º 265/73, que aprova a Lei Orgânica do Secretariado da Administração Pública.

Decreto-Lei n.º 746/74, de 27 de Dezembro, Suplemento – Reorganiza a Secretaria-Geral e institui vários serviços no Ministério da Administração Interna. Extingue vários organismos do mesmo Ministério.

Decreto-Lei n.º 747/74, de 27 de Dezembro, Suplemento – Cria no Ministério da Administração Interna os cargos de Secretário de Estado da Administração Regional e Local e de Secretário de Estado da Administração Pública. Extingue o cargo de Subsecretário de Estado da Administração Interna.

Decreto-Lei n.º 215/75, de 29 de Abril – Determina que o secretário-geral da Presidência do Conselho de Ministros possa cessar as respectivas funções por despacho do Primeiro-Ministro, qualquer que seja a sua forma de provimento.

Decreto Regulamentar n.º 7/77, de 21 de Janeiro – Regulamenta os órgãos de apoio directo ao Ministro do Comércio e Turismo.

Decreto-Lei n.º 719/76, de 9 de Outubro – Define a competência do Ministério do Comércio e Turismo e dos serviços que dele dependem.

Decreto-Lei n.º 195/77, de 14 de Maio – Reorganiza os serviços do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção.

Decreto-Lei n.º 160/79, de 30 de Maio – Cria, na dependência do Primeiro-Ministro, o Instituto Nacional de Administração (INA).

Decreto-Lei n.º 498-C/79, de 21 de Dezembro, Suplemento – Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Cultura e Ciência.

Decreto-Lei n.º 509/79, de 24 de Dezembro, 1.º Suplemento – Aprova o orçamento de programas destinado à construção naval ligada às pescas.

Decreto-Lei n.º 153/81, de 5 de Junho – Procede ao ajustamento de situações directivas no Instituto Nacional de Administração (INA) e estabelece disposições quanto à sua normal abertura e bom funcionamento.

Portaria n.º 245/81, de 7 de Março – Cria no Instituto Nacional de Administração o curso de Análise de Sistemas.

Portaria n.º 255/81, de 10 de Março – Cria na Escola Superior de Administração o curso de Administração, destinado à formação técnico-profissional de pessoal dirigente e técnico superior para o sector público, quer administrativo quer empresarial.

Portaria n.º 793/81, de 11 de Setembro – Cria no Instituto Nacional de Administração (INA) o curso de Integração Europeia.

Decreto-Lei n.º 170/82 de 10 de Maio – Introduce alterações na estrutura orgânica do Ministério da Reforma Administrativa.

Decreto-Lei n.º 293/82, de 27 de Julho – Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas.

Decreto-Lei n.º 203/86, de 23 de Julho – Estabelece as atribuições e competências do Secretariado para a Modernização Administrativa.

Decreto Regulamentar n.º 27/2012, de 9 de Fevereiro – Aprova a orgânica da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público.

PUBLICAÇÕES E RELATÓRIOS OFICIAIS

I – Autoria individual ou colectiva

ALMEIDA, Manuel Marques de (relator) (1973), *A Modernização da Administração e a Decisão Político-Administrativa. Síntese dos temas tratados no seminário levado a efeito pela Direcção de Serviços de Reforma Administrativa e que decorreu de 30 de Abril a 7 de Julho de 1973 numa das salas da sede da Fundação Calouste Gulbenkian*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.

ALMEIDA, Manuel Marques de, e Saraiva, Manuel Martins (relatores) (1968), *Na Base: Dirigentes, Chefes e Executantes Capazes*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro.

ALVES, Fernando Natividade (1960), *Organização e Métodos das Repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1960.

BAPTISTA, Raul da Silva (relator) (1953), *Subsídios para a elaboração do Balanço do Estado*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1953.

BAPTISTA, Raul da Silva (1957), *Actividades Económicas de Serviços do Estado. Uniformização da escrita digráfica e sua ligação com a contabilidade orçamental*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, 1957.

CAMBRAIA, Mário (coord.), Manuel Marques de Almeida e Manuel Guerreiro Dias (1973), *A Colaboração da Direcção-Geral da Contabilidade Pública na*

Reforma Administrativa, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, Lisboa, 1973.

CORREIA, Manuel Marques (1974), *Racionalização dos Métodos de Gestão*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974.

EÇA, Vasco da Cunha (1961), “L’organisation gouvernementale pour le développement économique”, Table Ronde de Lisbonne (11-16 Septembre 1961).

FELISMINO, Aureliano (1949) *As gestões pública e privada postas em confronto*, Porto: Tip. Porto Médico.

FELISMINO, Aureliano (1954), “Les instruments de la réforme administrative au Portugal”, *RISA*, Vingtième année, 1954, n.º 4, pp. 853-867.

FELISMINO, Aureliano (1956), “Palavras justificativas e algumas reflexões à margem”, Francisco António Godinho Lobo (relator) (1956), *Controlo do trabalho em cada uma das secções*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, 1956.

FELISMINO, Aureliano (1958), “Ética y Deontologia profesionales” [“Professional Ethics and Rules of Conduct”] *IRAS*, June 1958, 24 (2), pp. 165-168 [i].

FELISMINO, Aureliano (1959), *A Estrutura e o Funcionamento do Ministério das Finanças – A Importância e a Estrutura das Receitas e Despesas Públicas em Função do Desenvolvimento Económico do País*. Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, 1959.

FELISMINO, Aureliano (1960), “Revisão do maquinismo”, Fernando Natividade Alves (1960), *Organização e Métodos das Repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1960.

FELISMINO, Aureliano (1960), “Duas Palavras”, III a VI, *Colóquio entre os chefes das secções de liquidação sobre método a seguir na conferência das folhas (da 2.ª e 3.ª classe de despesas) e de requisições de fundos*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública/Gabinete de Estudos António José Malheiro, Lisboa: Imprensa Nacional, 1960.

FELISMINO, Aureliano (1961), *Les relations publiques en matière administrative: Les publications officielles*, Table Ronde de Lisbonne (11-16 Septembre 1961).

FELISMINO, Aureliano (1965), *Pratiques administratives appliquées à la Direction Générale de la Comptabilité Publique du Portugal* (Mémoire destine au Comité des pratiques administratives de l'Institut International des Sciences Administratives – XIIIè Congrès Paris, Maison de l'Unesco, 20-23 juillet 1965). Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, 1965.

FELISMINO, Aureliano (1965), *Les Nouvelles Techniques de Préparation et d'Aménagement du Budget* (Institut International des Sciences Administratives – XIIIè Congrès Paris, 20-23 juillet 1965), Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, Imprensa Nacional de Lisboa, 1965.

FELISMINO, Aureliano (1968), *Actes de gestion du personnel qui favorisent la coopération interministérielle*, Ministério das Finanças, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, 1968.

FELISMINO, Aureliano (1969), “Algumas palavras justificativas”, pp. 5-9, Salgueiro, Manuel da Silva, Alberto Rosa e António da Silva Antunes (1969), *Simplificação Administrativa no âmbito da Direcção-Geral da Contabilidade Pública. Delegações e subdelegações de competências ao abrigo do decreto-Lei n.º 48 059, de 23 de Novembro de 1967*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública/Gabinete de Estudos António José Malheiro.

FELISMINO, Aureliano (1970), “Algumas palavras à guisa de apresentação”, pp. 7-9, Teixeira, Sabino Silva da Costa, Fernando Manuel Roque de Oliveira, Manuel Martins Saraiva, Manuel Marques de Almeida (1970), *Pesquisa de Novas Técnicas*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, Lisboa: Imprensa Nacional, 1970.

FELISMINO, Aureliano (1973), “Foi assim”, pp. 7-9, Almeida, Manuel Marques de (relator) (1973), *A Modernização da Administração e a Decisão Politico-Administrativa. Síntese dos temas tratados no seminário levado a efeito pela Direcção de Serviços de Reforma Administrativa e que decorreu de 30 de Abril a 7 de Julho de 1973 numa das salas da sede da Fundação Calouste Gulbenkian*, Ministério das

Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.

FELISMINO, Aureliano (1973), *Techniques d'Analyse Quantitative pour l'Élaboration et le Contrôle des Décisions Administratives* (réponse a l'avant – project de questionnaire à apprécier aux sessions du Comité de Pratiques Administratives à la Table Ronde de Barcelona, em juin 1969, de l'Institut International des Sciences Administratives), Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.

GONÇALVES, Dario (1961), *Organização e Métodos (Algumas Notas)*. Palestra proferida pelo Chefe de Repartição Dario Gonçalves, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1961.

LIMA, António Pedrosa Pires de (1952) “Le contrôle municipal sur les constructions urbaines au Portugal”, *RISA*, Dix-huitième année, 1952, n.º 2, pp.412-418.

LIMA, António Pedrosa Pires de (1953), “Les fonctions du Secrétaire général de ministère au Portugal” *RISA*, Dix-neuvième année, 1953, n.º 4, pp. 902-913.

LIMA, António Pedrosa Pires de (1955) “Le problème des fournitures aus services publics au Portugal”, *RISA*, Vingt et unième année, 1955, n.º 2, pp. 346-360.

LIMA, António Pedrosa Pires de Lima (1958), “La funcion de los órganos de la Administración descentralizada en la vida política y administrativa, en Portugal” [“The Operation of Decentralized Administrative Agencies in the Political and Administrative Life of Portugal”, *IRAS*, March 1958, 24 (1), pp. 47-58 [vii a xi].

LOBO, Francisco António Godinho Lobo (relator) (1956), *Rendimento Médio*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, 1956.

LOBO, Francisco António Godinho (relator) (1956), *Controlo do trabalho em cada uma das secções*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, 1956.

OLIVEIRA, Eduardo Sebastião Vaz de, e Gabinete do Ministro das Finanças (1962), *A Reforma Administrativa. Contribuição para os Trabalhos Preliminares*. Lisboa: Ministério das Finanças.

SALGUEIRO, Manuel da Silva, Alberto Rosa e António da Silva Antunes (1969), *Simplificação Administrativa no âmbito da Direcção-Geral da Contabilidade Pública. Delegações e subdelegações de competências ao abrigo do decreto-Lei n.º 48 059, de 23 de Novembro de 1967*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro.

SANTOS, Joaquim Neves dos (relator) (1956), *Contas de Exploração e de Estabelecimento das Empresas do Estado (estrutura do mapa n.º 2 do Preâmbulo do Orçamento Geral do Estado)*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, Lisboa: Imprensa Nacional, 1956.

TEIXEIRA, Sabino Silva da Costa, Fernando Manuel Roque de Oliveira, Manuel Martins Saraiva, Manuel Marques de Almeida (1970), *Pesquisa de Novas Técnicas*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, Lisboa: Imprensa Nacional, 1970.

II – Autoria institucional

Colóquio entre os Chefes das Secções de Liquidação sobre Métodos a seguir na Conferência de Folhas (da 2.ª e 3.ª classes de despesas) e de Requisições de Fundos, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública/Gabinete de Estudos António José Malheiro, Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1960.

Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica, Grupo de Trabalho n.º 14 – Reforma Administrativa – “Actas e Documentos” – 6 volumes (em tratamento no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças).

Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica, Grupo de Trabalho n.º 14 – Reforma Administrativa – Subgrupo n.º 1 – “Formação profissional”: “Subgrupo n.º 1, Reunião de 6/XII/965, 1.ª reunião”; “Subgrupo n.º 1, Reunião de 13/XII/965, 2.ª reunião”; projectos de Agenda de Francisco António Godinho Lobo e Fernando da Silveira; “Projecto de Relatório”, Relator: F.A. Godinho Lobo; Relato final, de Francisco António Godinho Lobo, Relator, com nomes e declarações de voto; Observações ao relatório do Sub-Grupo n.º

1 – Formação Profissional, em 7 de Outubro de 1966, do Director-Geral de Administração Políítica e Civil, representante do Ministério do Interior; Observações ao Relatório do Subgrupo n.º 1 – Formação Profissional, do representante do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, em 13 de Outubro de 1966; Observações ao relatório do Sub-Grupo n.º 1 – Formação Profissional do representante do Ministério das Comunicações em 18 de Outubro de 1966;; Apreciação do Relatório do Subgrupo n.º 1 do representante da Secretaria de Estado do Comércio, em 24 de Outubro, com continuações em 28 de Outubro e em 12 de Novembro de 1966; Apontamento do Representante do Ministério do Ultramar no Grupo de Trabalho n.º 14 (Reforma Administrativa) acerca do Relatório do Sub-Grupo n.º 1 (Formação Profissional), em 25 de Outubro de 1966; Nota sobre o Assunto do Apontamento apresentado ao Grupo de Trabalho n.º 14, pelo representante do Ministério do Ultramar, a propósito da apreciação do Relatório do Subgrupo n.º 1 (Formação Profissional), apresentada a título pessoal pelo representante do Secretariado Técnico, em 22 de Novembro de 1966, com um anexo; “Parecer do Grupo de Trabalho àcerca do Relatório do Subgrupo n.º 1 (Formação Profissional)” (sem nomes), Janeiro de 1967; Parecer do Grupo de Trabalho acerca do Relatório do Subgrupo n.º 1 (Formação Profissional)”, projecto, com três nomes, Janeiro de 1967; Parecer do Grupo de Trabalho acerca do Relatório do Subgrupo n.º 1 (Formação Profissional)”, projecto (rectificado) com quatro nomes, Janeiro de 1967, todos no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, microfilmados sob o título *Estudos sobre Modernização Administrativa*.

Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica, Grupo de Trabalho n.º 14 – Reforma Administrativa – Subgrupo de organização e métodos, “Relatório sobre a criação e normas de funcionamento de serviços de organização e métodos”, Dezembro de 1965; Grupo de Trabalho n.º 14, Reforma Administrativa, Relatório Final do Subgrupo n.º 3, Organização e Métodos Administrativos, Texto e Anexos, Lisboa, 1966; Parecer do Grupo de Trabalho sobre o Relatório do Subgrupo n.º 3, Julho de 1967 (com nomes); Parecer do Grupo de Trabalho n.º 14 acerca do Relatório do Subgrupo n.º 3 – Organização e Métodos Administrativos, de Julho de 1967 (com nomes); Comentários da Representação do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho ao Relató-

rio do Grupo de Trabalho n.º 3 – Organização e Métodos, de 8 de Maio de 1967; “O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Funcionários em Espanha (Relatório de uma visita do Dr. Fernando da Silveira)”, Junho de 1965; “O desenvolvimento económico e a administração pública”, artigo de José de Sousa Mendes no *Diário de Notícias* de 18 de Novembro de 1965 com sequência em “A remuneração da função pública”, com assinatura J. Sousa Mendes no *Diário de Notícias* de 18 de Dezembro de 1965 (todos em Arquivo Digital do Ministério das Finanças).

XIV Congresso do Instituto Internacional de Ciências Administrativas (1969) – “Questionário relativo ao 2.º tema do XIV Congresso do Instituto Internacional de Ciências Administrativas (Dublin): A adaptação da administração do pessoal da função pública à evolução social’ e resposta elaborada pela delegação portuguesa”, *Ciências Administrativas*, Ano I, n.º 1, pp. 115-126.

Estatutos do Instituto Português de Ciências Administrativas (aprovados por despacho do Ministro da Educação Nacional de 30 de Abril de 1968), Lisboa, 1958. Composição e Impressão, Coimbra Editora.

“Plano de acção da Direcção-Geral no ano de 1970” (1970), *Pesquisa de Novas Técnicas*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, Lisboa: Imprensa Nacional, 1970.

Premier Congrès International des Sciences Administratives, à l’Exposition Universelle et Internationale de Bruxelles, 1910, Bruxelles, 4 Vols., Goemaere, 1910.

II Seminário – *Apreciação e Discussão do Trabalho do Primeiro-Oficial Luís Gonzaga Fernandes Tavares, Subordinado ao Título “Novas Perspectivas no Domínio da Ciência das Finanças”*, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, 1959.

Sistemas Orçamentais Integrados (1973), Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.

BIBLIOGRAFIA

I – Relações internacionais/Organizações Internacionais

LIVROS

- BARNETT, Michael e Martha Finnemore (2004), *Rules for the World*, Cornell University Press.
- CAMPOS, João Mota de, Manuel Carlos Lopes Porto, António José Fernandes, Eduardo Raposo de Medeiros, Manuel de Almeida Ribeiro, Maria Luiza Duarte (1999), *Organizações Internacionais. Teoria Geral. Estudo Monográfico das principais organizações internacionais de que Portugal é membro*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Institut International des Sciences Administratives. Ses activités*. 1966, Bruxelles: Institut international des Sciences administratives.
- LABISA, António dos Santos (1995), *Manual de Organismos Internacionais*, Lisboa: Banco de Portugal.
- LOPES, António Calado (2007), *A Estratégia de Lisboa e a Modernização da Economia Europeia*, Oeiras: Instituto Nacional de Administração.
- PAL, Leslie A. (2012), *Frontiers of Governance. The OECD and Global Public Management Reform*, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan.
- RODRIGUES, Maria João (2004), *A Agenda Económica e Social da União Europeia – A Estratégia de Lisboa*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- RUGGE, Fabio e Michael Duggett (eds.) (2005), *IIAS/IISA Administration & Service 1930-2005*, Amsterdam: IOS Press, International Institute of Administrative Sciences.

ARTIGOS E COMUNICAÇÕES

- BACOT, Guillaume (1978), “Les difficultés financières d’une organisation internationale: l’exemple de l’UNESCO”, *IRAS*, 44 (3), pp. 392-400.
- BRAIBANT, Guy (2005), “Institut International des Sciences Administratives: Une organisation non gouvernementale rassemblant de nombreux Etats et Organisations pour étudier et améliorer l’administration publique dans le monde”, Rugge, Fabio e Michael Duggett (eds) (2005), *IIAS/IISA Administration & Service 1930-2005*, pp. 1-10, Amsterdam: IOS Press, International Institute of Administrative Sciences.
- CAETANO, Marcello [M.C.], (1947), “O VII Congresso Internacional de Ciências Administrativas – Trabalhos e Resoluções”, *O Direito*, n.º 7, Setembro de 1947, Ano 79.º, pp. 221-224.
- COLLAÇO, João Tello de Magalhães (1929) “Congressos Internacionais de Ciências Administrativas”, *O Direito, Revista de Jurisprudência*, Ano 61.º, N.ºs 13 – 18 Sábado, 30 de Novembro de 1929, pp. 129-131.
- DREWRY, Gavin (2005), “The Administrative Sciences – The Intellectual Context of an Institutional History”, Rugge, Fabio e Michael Duggett (eds) (2005), *IIAS/IISA Administration & Service 1930-2005*, pp. 61-79, Amsterdam: IOS Press, International Institute of Administrative Sciences.
- DUGGETT, Michael (2005), “Living on a Fault Line: The Modern and Future Institute”, Fabio e Michael Duggett (eds.) (2005), *IIAS/IISA Administration & Service 1930-2005*, pp. 91-102, Amsterdam: IOS Press, International Institute of Administrative Sciences.
- FISCH, Stefan (2005), “Origins and History of the International Institute of Administrative Sciences: From Its Beginnings to Its Reconstruction After World War II (1910-1944/47)”, Rugge, Fabio e Michael Duggett (eds.) (2005), *IIAS/IISA Administration & Service 1930-2005*, pp. 35-60, Amsterdam: IOS Press, International Institute of Administrative Sciences.
- LESOIR, Edmond e Daniel Warnotte (1948), “L’Institut international des Sciences administratives: Origines, Réunions internationales, Activités et Perspectives (1918-1947)”, *Revue Internationale des Sciences Administratives, Nouvelle série* 1948 n.º 2-3, pp. 47-99.

- LIMA, António Pedrosa Pires de (1969), “Portugal e o Instituto Internacional de Ciências Administrativas”, *Ciências Administrativas*, Ano I (1), pp. 15-24.
- MONTALVO, António M. Rebordão (1985), “Relatório sobre a Mesa Redonda de Tunis”, INA (policopiado).
- MOSCHOPOULOS, Denis (2005), “L’Institut International des Sciences Administratives à travers le XX ème siècle: Structures, Activités, Composition”, Rugge, Fabio e Michael Duggett (eds.) (2005), *IIAS/IISA Administration & Service 1930-2005*, pp. 11-34, Amsterdam: IOS Press, International Institute of Administrative Sciences.
- MOSCHOPOULOS, Denis (2005), “The International Institute of Administrative Sciences – main stages of its history”, *International Review of Administrative Sciences*, volume 71 (2), pp. 197-215.
- MOSCHOPOULOS, Denis (s.d.), “L’Institut International des Sciences Administratives (IISA) et les Nations Unies. Une perspective historique (1947-1966)”.
- MOSCHOPOULOS, Denis (2011), “Histoire de l’IISA – une communauté de recherche et une approche historique”, *Congrès de l’IISA – Lausanne*, 7 juillet 2011.
- POLLITT, Cristopher (2010), “Riggs on comparative public administration: looking back half a century”, *International Review of Administrative Sciences*, vol. 76 (4) pp. 761-766.
- RIGGS, Fred W. (1962), “Trends in the comparative study of public administration”, *International Review of Administrative Sciences*, vol 28 (1), pp. 9-15.
- YANTE, Jean-Marie (2005), “La Belgique et l’Institut international des Sciences administratives, Rugge, Fabio e Michael Duggett (eds.) (2005), *IIAS/IISA Administration & Service 1930-2005*, pp. 80-90, Amsterdam: IOS Press, International Institute of Administrative Sciences.
- ZILLER, Jacques (2013) “Birth of a epistemic community”, Friday, May 17, 2013. <http://www.iias-iisa.org/>, *History of IIAS*.

II – Políticas portuguesas de Administração Pública e receptividade do poder político, das administrações e das elites à cooperação internacional.

LIVROS

- ALMEIDA, Pedro Tavares e Paulo Silveira e Sousa (Coord.) (2015), *Do Reino à Administração Interna. História de um Ministério. (1736-2012)*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda e Ministério da Administração Interna.
- ANDRESEN-LEITÃO, Nicolau (2007), *Estado Novo – Democracia e Europa (1947-1986)*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- AZEVEDO, Ana Carina Gerardo da Silva (2014), *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial 1945-1974*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Tese de Doutoramento em História, Especialidade de História Contemporânea (policopiado).
- AZEVEDO, Ana Carina Gerardo da Silva (2015), *A Organização Científica do Trabalho em Portugal*, Paris: Nota de Rodapé.
- CAEIRO, Joaquim Croca (2009), *O papel das elites políticas e sociais na evolução do Estado Novo*, Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- CABRAL (2001), António Carlos de Sequeira, *Os Pires de Lima de Santo Tirso*, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heraldica e História da Família da Universidade Moderna.
- CARDOSO, José Luís (org.) (2001), *Dicionário Histórico dos Economistas Portugueses*, Lisboa: CISEP e Temas e Debates.
- CARVALHO, Elisabete Reis de (2008), *Agendas e Reforma Administrativa em Portugal*. Dissertação de doutoramento em Ciências Sociais, especialidade de Administração Pública, Lisboa. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Políticas (policopiado).
- CASTILHO, José Manuel Tavares Castilho (2000), *A Ideia de Europa no Marcelismo (1968-1974)*, Edições Afrontamento/Assembleia da República.
- CASTILHO, José Manuel Tavares Castilho (2009), *Os Deputados da Assembleia Nacional (1935-1974)*, Assembleia da República e Texto Editores.
- CASTILHO, José Manuel Tavares Castilho (2009), *Os Procuradores da Câmara Corporativa (1935-1974)*, Assembleia da República e Texto Editores.

- CASTILHO, José Manuel Tavares Castilho (2012), *Marcello Caetano: Uma biografia política*, Coimbra: Edições Almedina, SA.
- CRUZ, Manuel Braga da e Pinto, António Costa (dir.) (2004-2005), *Dicionário Biográfico – Parlamentar (1935-1974)*, 2 vols, Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais/Assembleia da República.
- CRUZ, Maria José Oliveira (Coord.) (2006), *Planeamento Económico em Portugal 1953-1974. Um Acervo Histórico*, Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento.
- FELISMINO, Aureliano (1960), *O Servidor do Estado perante a função*, Coimbra: Coimbra Editora.
- FERNANDES, Francisco (2010). *General José Vicente de Freitas: a liberdade de pensar*, Lisboa: Edições Colibri.
- FERNANDES, Filipe S. Fernandes et al. (2006), *Memórias de Economistas*, Paço de Arcos: Edimpresa/Revista Exame.
- FONTE, Barroso da (2001), *Dicionário dos mais ilustres Transmontanos e Alto Durienses*, II Volume, Guimarães, Editora Cidade Berço.
- GONÇALVES, Nuno Eduardo da Silva Ivo (2013), *O progresso da ideia de “gestão empresarial” na Administração Pública portuguesa*, tese de doutoramento em Sociologia, especialidade de Sociologia Política, Lisboa: ISCTE (policopiado).
- GUIMARÃIS, Alberto Laplaine, Ayala, Bernardo Dinis de, Machado, Manuel Pinto, António, Félix. Miguel (2000), *Os Presidentes e os Governos da República no Século XX*, Lisboa: Caixa Geral de Depósitos e Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- MADEIRA, Lina Alves (2002), *Alberto da Veiga Simões: Esboço biográfico*, Coimbra: Quarteto Editora.
- MALTEZ, José Adelino (2003), *Políticos portugueses da I República*, <http://maltez.info>.
- NOGUEIRA, Franco (1980) *Salazar Vol. IV – O Ataque (1945-1958)*, Coimbra: Atlântida Editora.
- OLIVEIRA, Pedro Aires (2000), *Armindo Monteiro – uma biografia política (1896-1955)*, Bertrand Editora: Venda Nova.

- ONGARO, Edoardo (2009), *Public Management Reform and Modernization. Trajectories of Administrative Change in Italy, France, Greece, Portugal and Spain*, Cheltenham, UK, Northampton, MA, USA: Edward Elgar.
- PINTO, António C. e Nuno S. Teixeira (org.) (2005), *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- POLLITT, Christopher e Geert Bouckaert (2004), *Public Management Reform, A Comparative Analysis*, Second edition, Oxford, Oxford University Press.
- ROCHA, José António Oliveira (1986), *The Portuguese Administrative State*, Tese de doutoramento em Administração Pública, Columbia, University of South Carolina.
- ROCHA, J.A. Oliveira (1991), *Princípios de Gestão Pública*, Lisboa, Editorial Presença.
- ROCHA, J.A. Oliveira (2001), *Gestão Pública e Modernização Administrativa*, Oeiras, INA.
- RODRIGUES (2008), Luís Nuno, *Marechal Costa Gomes. No Centro da Tempestade*, Lisboa: A Esfera dos Livros.
- ROLLO, Maria Fernanda (1994), *Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana (1947-1952)*, Lisboa: Editorial Estampa.
- ROLLO, Maria Fernanda (2007), *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*, Lisboa: Instituto Diplomático.
- SILVESTRE, Hugo Consciência (2010), *Gestão Pública – Modelos de Prestação do Serviço Público*, Lisboa, Escolar Editora.
- TAVARES, António F. (Coord.) (2006), *Estudo e ensino da administração pública em Portugal*, Braga, Centro de Estudos de Administração Pública/Escolar Editora.
- TEIXEIRA, Carla Cardoso (2009), *Administração pública e Política: os limites da coexistência*, Tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.

ARTIGOS E COMUNICAÇÕES

- AMARAL, Diogo Freitas do (1971), “A reorganização do Ministério da Educação Nacional, *Ciências Administrativas*, Ano III (11), pp. 9-36.
- ARAÚJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de (2002) “NPM and the change in portuguese central government”, *International Public Management Journal*, 5(3), pp.223-236.
- ARAÚJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de, José Francisco Angelino Branco (2009), “Implementing Performance-Based Management in the traditional bureaucracy of Portugal”, *Public Administration*, Vol. 87 (3), pp. 557-573.
- AZEVEDO, Ana Carina (2016), «O(s) discurso(s) sobre a organização científica do trabalho : do *Diário das Sessões* ao *Diário do Governo* (1945-1974), *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 16, Centro de História da Sociedade e da Cultura: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- AZEVEDO, Ana Carina (2017), “A Organização Científica do Trabalho Administrativo em Portugal: O Ministério das Finanças enquanto “Laboratório Administrativo” (1945-1974), *Revista do CEPE*, Santa Cruz do Sul, n.º 45, p. 92-108, jan./ jun. 2017.
- BRANCO, José Francisco, e Joaquim Filipe Araújo (2003), “Os novos instrumentos de gestão pública como factores de mudança: o Plano e o Relatório de Actividade” em Instituto Nacional de Administração, *1.º Congresso Nacional da Administração Pública, Os Vectores da Mudança*, Oeiras, INA.
- BRANDÃO, Diogo de Paiva [D.P.B.] (1973), “Secretariado da Administração Pública”, *Ciências Administrativas*, Junho de 1973, Ano V, n.º 17, pp. 37-42.
- BOUCKAERT, Geert (2009), “Public Sector Reform in Central and Eastern Europe”, *Halduskultuur – Administrative culture*, 10, pp. 94-104.
- CAETANO, Marcello [M.C.] (1947), “O Chefe do Governo e a organização dos seus serviços”, *O Direito*, n.º 8, Outubro de 1947, Ano 79.º, pp. 247-252.
- CAETANO, Marcello (1947), “A situação dos municípios no estrangeiro”, *O Direito*, n.º 9, Novembro de 1947, Ano 79.º, pp. 258-263.
- CAETANO, Marcello (1969), “Apresentação”, *Ciências Administrativas*, Maio de 1969, Ano I, n.º 1.

- CAETANO, Marcello (1971), *O Governo quer a Reforma Administrativa*, discurso pronunciado pelo Presidente do Conselho na 1.^a reunião do Conselho Coordenador da Função Pública, Lisboa, 13 de Abril de 1971.
- CARVALHO, Elisabete Reis de (2007), “Políticas de Reforma Administrativa em Portugal”, *Working Paper* elaborado no âmbito do Projecto *Administração Pública e Competitividade numa Perspectiva Comparada*, Lisboa: Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- CORTE-REAL, Isabel (1990), “O contributo da Universidade no processo de mudança cultural, elemento essencial na modernização da Administração Pública”, *Cidadão, Administração e Poder* (Sem Editora).
- CORTE-REAL, Isabel (1995), “Administrar para o Cidadão” (sessão de abertura do Seminário “Service for the Citizen”, Londres, Dezembro de 1993, *Cidadão, Administração e Poder*, II Volume (Sem Editora).
- CORTE-REAL, Isabel (1999), «Modernisation de l’Administration au Portugal», em *Les administrations en mouvement: Les réformes de modernisation administrative dans quatre pays: Portugal, Pays Bas, Irlande et France*, Maastricht: Institut européen d’administration publique.
- CORTE-REAL, Isabel (2008), “Public management reform in Portugal; successes and failures”, *The International Journal of Public Sector Management*; Vol 21 (2), pp. 205-229.
- FAYOL, Henri (1923), “La doctrine administrative dans l’État”, republicado na *International Review of Administrative Sciences*, June 1966, 32 (2), pp. 114-133.
- GAGO, Carlos Corrêa (2006) “Introdução”, Maria José Oliveira e Cruz (coord.) (2006) *Planeamento Económico em Portugal 1953-1974. Um Acervo Histórico*, p. 3.
- GONÇALVES, Júlio Dá Mesquita (1999), “A reforma administrativa em Portugal: os primórdios, a teoria, a panorâmica e a finalidade”, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, *Reformar a Administração Pública, um Imperativo*, Lisboa: ISCSP.
- GONÇALVES, Nuno Ivo (1982), “Algumas notas sobre Orçamentos-Programas”, *Planeamento*, Lisboa, 4 (2), 1982, pp. 57-70.

- GONÇALVES, Nuno Ivo (2017), “Uma proto-reforma administrativa largamente dinamizada pelo Ministério das Finanças”, *Newsletter do Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças* n.º 46 – Outubro a Dezembro de 2017.
- HOWLETT, Michael e Klaus H. Goetz (2014), “Introduction: time, temporality and timescapes in administration and policy”, *International Review of Administrative Sciences*, Vol. 80 (3): 477–492.
- LIMA, António Pedrosa Pires de [P.L.], (1969), “Homenagem (Palavras proferidas em reunião do Instituto Português de Ciências Administrativas de 18 de Outubro de 1968)”, *Ciências Administrativas*, Ano I, n.º 1, pp. 11-14.
- OLIVEIRA, Luís Soares de, Estoril, 18 de Abril de 2010, “Memórias do Portugal respeitado”, *apud* Pedro Quartim Graça, *Corta-Fitas*, 27 de Abril de 2010.
- ORMOND, Derry (2010), “First things first: sustaining political will for public governance change”, *International Review of Administrative Sciences*, Vol. 76 (2): 219-238.
- MATTA, José Caeiro da (1909), “Oração académica: pronunciada na festa do doutoramento do excellentissimo Senhor José Caetano Lobo d’Avilla da Silva Lima, em 24 de outubro de 1909”, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909.
- MENDES, Joana (2006), “La Reforme du Système Administratif Portugais: New Public Management ou État Néo-Wébèrian?”, *Revue Française d’Administration Publique* (119), pp. 533-554.
- MENDES, José da Mata de Sousa [J.S.M.] (1969), “Principais Actividades do Instituto Português de Ciências Administrativas até fins de Fevereiro de 1969”, *Ciências Administrativas*, Maio de 1969, Ano I, n.º 1, pp. 115-126.
- MENDES, José da Mata de Sousa [J.S.M.] (1969), “Principais actividades do Instituto Português de Ciências Administrativas de Março a Julho de 1969”, *Ciências Administrativas*, Ano I, n.º 2, pp. 85-128.
- MENDES, José da Mata de Sousa [J.S.M.] (1969), “Principais actividades do Instituto Português de Ciências Administrativas de Agosto a Dezembro de 1969”, *Ciências Administrativas*, Ano I, n.º 3, pp. 115-118.
- MENDES, José da Mata de Sousa (1999), “A reforma administrativa e o processo de desenvolvimento”, *Reformar a Administração Pública, um Imperativo*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- MONTALVO, António Rebordão (1985) “Le cadre politique et institutionnel des relations entre l’Administration et les citoyens”, Communication à la table ronde de Tunis, Institut International des Sciences Administratives (policopiado).
- MORLINO, Leonardo (2005), “Conclusão – A Europeização da Europa do Sul”, Pinto, António C. e Nuno S. Teixeira (org.), *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 197-215.
- MOZZICAFREDDO, Juan, e Carla Gouveia (2011), “Contextos e etapas de reforma na Administração Pública em Portugal” em Mozzicafreddo, Juan e João Salis Gomes (2011) (org.), *Projectos de Inovação em Gestão Pública*, Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- PIRES, Maria Teresa (1997), “La modernisation administrative au Portugal: le présent et l’avenir”, Claisse, Alain, Marie-Christine Meininger (ed.), *Les politiques de modernisation administrative. Constats et Projects*, Bruxelles, Institut International des Sciences Administratives.
- POLLITT, Christopher (2009), “Preface”, Ongaro, Edoardo, *Public Management Reform and Modernization. Trajectories of Administrative Change in Italy, France, Greece, Portugal and Spain*, Cheltenham, UK, Northampton, MA, USA: Edward Elgar, pp. vii-ix.
- ROCHA, J. A. Oliveira (1997), “Estudo e ensino da administração pública em Portugal” in Rocha, J.A. Oliveira (Coord.), *A Administração Pública em Portugal*, Braga, Universidade do Minho.
- ROCHA, J.A. Oliveira e Joaquim Filipe Ferraz Esteves de Araújo (2007), “Administrative reform in Portugal: problems and prospects”, *International Review of Administrative Sciences*; 73 (4), pp. 583-596.
- ROLLO, Maria Fernanda, Maria Inês Queiroz e Tiago Brandão (2011), “Pensar e mandar fazer Ciência. Princípios e pressupostos da criação da Junta de Educação Nacional na génese da política de organização científica do Estado Novo”, *Ler História*, n.º 61, pp. 105-145.
- SILVA, Fernando Emygdio da (1910?), *Descentralização administrativa*. Discurso proferido, em francês, na terceira secção do primeiro congresso internacional

- de ciências administrativas, de Bruxellas, na sua sessão de 30 de Julho de 1910, Typographia França Amado, Coimbra.
- SILVEIRA, Fernando da [F.S.] (1969), “Secretariado da Reforma Administrativa”, *Ciências Administrativas*, Ano I, n.º 1, pp. 52-53.
- SILVEIRA, Fernando da (1980), “Reflexões sobre o problema da dimensão da Administração Pública”, *Revista da Administração Pública*, Ano III, n.º 7, Janeiro/Março de 1980, pp. 11-26.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de (2006), “Prefácio”, Tavares, António F. (coord.) (2006), *Estudo e ensino da administração pública em Portugal*, Braga, Centro de Estudos de Administração Pública/Escolar Editora, pp. 9-12.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de (2012), “Prefácio”, Castilho, José Manuel Tavares, *Marcello Caetano: Uma biografia política*, Coimbra: Edições Almedina, SA, pp. 15-17.

APÊNDICE 1

REVUE INTERNATIONALE DES SCIENCES ADMINISTRATIVES (1939-1949)

Referências a trabalhos de autores portugueses

Projecto de reforma administrativa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1932, 407 p. publicado sob a forma de suplemento ao Anuário da Direcção-Geral de Administração Política e Civil. Autoria do projecto atribuída ao Director-Geral Martinho Simões [Recensão “Pour une reforme des administrations régionales au Portugal”], *RISA*, 1933 (1), p. 76.

PEREIRA DOS SANTOS *Un État corporatif: le Portugal*, Paris, Recueil Sirey, 1935, *RISA*, 1935 (4), p. 657.

DE LOUREIRO, F. M., “Le problème de l’inconstitutionnalité des lois au Portugal”. *Revue du droit public et de la science politique*, 1936, n.º 3 p. 441, *RISA*, 1937 (1), p. 147.

PEREIRA DOS SANTOS, P.-I., *La constitution sociale et politique portugaise*. Paris, Sirey, 1935, 251 p., *RISA*, 1937 (1), p. 164.

Constitution politique de la République portugaise, Traducion, Lisbonne. Imprimerie nationale, 1934, 35 páginas, *RISA*, 1937 (1), p. 167.

PINTO J.A. Vaz, “Os tribunais de trabalho (Les tribunaux du travail)”, *O Direito*, 1936, n.º 10, p. 598, *RISA*, 1937 (3).

CAETANO, Marcello, “Notas do novo Código Administrativo”, *O Direito* [Recensão “Le nouveau code administratif portugais”], *RISA*, 1937 (4), pp. 663-667.

CAETANO, Marcello, *Tratado elementar de direito administrativo*, Coimbra Editora, 429 p. [Recensão “Le droit administratif portugais”], *RISA*, 1948 (2/3), pp. 141-142.

CAETANO, Marcello, *Manual de Direito Administrativo*, 2.^a edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1947, 592 p. [Recensão “Le droit administratif portugais”], *RISA*, 1948 (2/3), pp. 141-142.

RIBEIRO, Aureliano Strecht, *Da organização, funcionamento e competência dos tribunais administrativos*, Lisbonne, Procural – Editora, 1944, 428 [Recensão “La juridicion administrative en droit portugais”], *RISA*, 1948 (2/3), p. 171.

Código administrativo – Lisboa, Imprensa Nacional, 1945, 346 p., *RISA*, 1948 (2/3), p. 189.

PEDROSA PIRES DE LIMA, A. – *A tutela administrativa nas autarquias locais* – Anadia, Tipografia Comercial, 1940, 125 p., *RISA*, 1948 (2/3), p. 191.

CAETANO, M. “Podera o acto administrativo tacito ser objecto de impugnação contenciosa?” *O Direito*, 68.^o ano, n.^o 4, p. 114, *RISA*, 1948 (2/3).

CAETANO, M. “Sobre o problema da legitimidade das partes”, *O Direito*, 65.^o ano, p. 164, *RISA*, 1948 (2/3).

DA CUNHA VALENTE, “A ordem de serviço. Seu carácter jurídico e apreciação contenciosa.” *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, Vol. XV, 2.^o suppl, *RISA*, 1948 (2/3).

QUEIRO, A. R., *Reflexões sobre a teoria de desvio de poder em direito administrativo*, 1940, *RISA*, 1948 (2/3).

CAETANO, Marcello, *Portugal e o direito colonial internacional*, Lisboa 1948, 285 páginas, com lições [Recensão: “Le Portugal et le droit colonial international.”], *RISA*, 1948 (4/5), pp. 311-312,

“La revue portugaise ‘O DIREITO’”, *Le Mouvement des Idées et des Faits*, *RISA*, 1948 (4/5), pp. 313-314.

CAETANO, Marcello, “Em torno do conceito de expropriação por utilidade pública”. *O Direito Revista de Ciências Jurídicas e de Administração Pública*, Lisbonne, juillet-sept, 1949, pp. 179 à 217, *RISA*, 1949 (3/4), p. 551.

D’OREY PEREIRA COUTINHO, Luís. “Os poderes do expropriante na expropriação por utilidade pública” *O Direito Revista de Ciências Jurídicas e de Administração Pública*, Lisbonne, juillet-sept, 1949, pp. 217 à 253, *RISA*, 1949 (3/4), p. 551.

Referências a trabalhos de autores estrangeiros sobre Portugal

ESTUDO DO R.P.A. MULLER, S.J. *Organisation corporative et l'économie dirigée au Portugal*. Constituição. Decretos de 23 de Setembro de 1933. [Recensão “Organisation de l'État corporatif au Portugal”], *Le mouvement des Idées et des Faits*, *RISA*, 1934 (3), pp. 364-369.

APÊNDICE 2

REVUE INTERNATIONALE DES SCIENCES ADMINISTRATIVES (1950-1956)

INTERNATIONAL REVIEW OF ADMINISTRATIVE SCIENCES (1957-1967)

Referências a trabalhos de autores portugueses

LIMA, António Pedrosa Pires (1952), “Le contrôle municipal sur les constructions urbaines au Portugal”, *RISA*, Dix-huitième année, 1952 (2), pp.412-418.

LIMA, António Pedrosa Pires de (1953), “Les fonctions du Secrétaire général de ministère au Portugal”, *RISA*, Dix-neuvième année, 1953 (4), pp. 902-913.

FELISMINO, Aureliano (1954), “Les instruments de la réforme administrative au Portugal”, *RISA*, Vingtième année, 1954 (4), pp. 853-867.

LIMA, António Pedrosa Pires de (1955), “Enquête et étude sur l’efficacité des services publics au Portugal”, *RISA*, Vingt et unième année, 1955 (1) pp. 97-101.

LIMA, António Pedrosa Pires de (1955), “Le problème des fournitures aus services publics au Portugal”, *RISA*, Vingt et unième année, 1955, n.º 2, pp. 346-360.

PEREIRA, A. M. *O Direito Administrativo – Doutrina e Jurisprudência*, Porto, 1948, *IRAS*, June 1957, 23 (2), p. 261.

CAETANO, Marcello, *Manual de Direito Administrativo* (4 ed.), Coimbra, oficinas gráficas da Coimbra Editora, 1956, 723 p., *IRAS*, June 1957, 23 (2), p. 261.

SALAZAR, Oliveira, *Principes d’Action*. Paris, Librairie Arthème Fayard (collection: “Les grandes études politiques et sociales”), 1956, 254 pp., *IRAS*, September 1957, 23 (3), p. 376.

LOPES Dias, Victor Manuel, *Regime disciplinar dos funcionários civis e administrativos*. Coimbre, Edité par l’auteur, 1956, *IRAS*, September 1957, 23 (3), p. 373.

OLIVEIRA LÍRIO, Joaquim de, “Lei Orgânica do Supremo Tribunal Administrativo” (anotada), in *Revista de Direito Administrativo (Coimbra)*, n.º 2, 1957, pp. 105-156, *IRAS*, December 1957, 23 (4), p. 550.

CAETANO, Marcello, *Lições de direito constitucional e de ciência política*, 1951-1952, Coimbra Editora Ltd, 1952, 305 pp., *IRAS*, March 1958, 24 (1), p. 113.

PORTUGAL, Ministério das Finanças, *I Seminário para opositores ao concurso para chefes de secção*, Imprensa Nacional de Lisboa, 1957, 436 pp. *IRAS*, March 1958, 24 (1), p. 91.

LIMA, António Pedrosa Pires de Lima (1958), “*La función de los órganos de la Administración descentralizada en la vida política y administrativa, en Portugal*” e seu resumo em inglês “*The Operation of Decentralized Administrative Agencies in the Political and Administrative Life of Portugal*”, *IRAS*, March 1958, 24 (1), pp. 47-58 (artigo) e vii a xi (resumo).

FELISMINO, Aureliano, “*Ética y Deontología profesionales*” e o seu resumo em inglês “*Professional Ethics and Rules of Conduct*”, *IRAS*, June 1958, 24 (2), pp. 165-168 (artigo) e i (resumo).

PORTUGAL, Ministerio de Hacienda, *I Seminario para opositores ao concurso para chefes de secção*, Imprensa Nacional de Lisboa, 1957, 436 pp., *IRAS*, June 1958, 24 (2), p. 236.

RODRIGUES DA SILVA BAPTISTA, Mário Antonio, *Comissão de Compras da Direcção-Geral da Contabilidade Pública (Seu funcionamento)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1957, 106 pp., *IRAS*, June 1958, 24 (2), p. 243.

DA SILVA BAPTISTA, Raul, *Actividades Económicas de Serviços do Estado – Uniformização da escrita digráfica e sua ligação com a contabilidade orçamental*, Ministério das Finanças, XII, 103 págs, Lisboa, Imprensa Nacional, 1957, *IRAS*, September 1958, 24 (3), p. 368.

DAS NEVES SANTOS, Joaquim, *Contas de Exploração e de Estabelecimento das Empresas do Estado*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1956, 109 pp., *IRAS*, September 1958, 24 (3), p. 368.

INSTITUTO INTERNACIONAL DAS FINANÇAS PÚBLICAS, *Despesas Públicas: seus efeitos económicos* (Síntese das teses apresentadas ao Congresso de Roma, Setembro de 1956), Lisboa, Imprensa Nacional, 1957, 76 pp., *IRAS*, September 1958, 24 (3), p. 375.

NUNES BARATA, José Fernando, *Um aspecto do contributo das Misericórdias para o revigoroamento da vida local*, Coimbra, 1959, 55 pp., *IRAS*, June 1960, 26 (2), p. 192.

FELISMINO, Aureliano, *O Servidor do Estado perante a função*, Coimbra, Coimbra Editora, 1960, ix & 203 pp., *IRAS*, December 1960, 26 (4), 430.

LÍRIO, Oliveira, *Impostos locais no direito tributário português – II: Parte especial*, Coimbra, 1960, 212 pp., *IRAS*, December 1960, 26 (4), 437.

MOREIRA, Adriano, *Política ultramarina* (third edition), Lisbon, Ministério do Ultramar, 1960, 343 pp., *IRAS*, December 1960, 26 (4), 438.

CAETANO, Marcello, *Manual de Direito Administrativo* (fifth edition), Coimbra Editora, 1960, xi & 771 pp., *IRAS*, September 1962, 28 (3), p. 339.

CAETANO, Marcello, *Manual de Direito Administrativo* (sixth edition), Lisbon, Coimbra Editora, 1963, viii & 840 pp., *IRAS*, September 1964, 30 (1), p. 71.

PORTUGAL, Ministry of Finance, *Instruções para a escrituração do livro de contas correntes com as dotações orçamentais (Serviços com autonomia administrativa)*, Lisbon, Imprensa Nacional, 1964, 33 pp., *IRAS*, March 1965, 31 (1), p. 61.

CAETANO, Marcello, “As garantias jurisdicionais dos administrados no direito comparado de Portugal e do Brasil”, *R. Dir. Adm.* (Rio de Janeiro) 2/1965, pp. 1-32, *IRAS*, December 1965, 31 (4), p. 359.

Referências a trabalhos sobre vários países, entre os quais Portugal

WALINE, Marcel, “La liberté politique des fonctionnaires” in *La Revue Administrative*, n.º 61 (janvier-février 1957), pp. 5-8. [Inclui Portugal num grupo de países em que apenas é proibido pertencer a certos partidos], *IRAS*, June 1957, 23 (2), p. 250.

EASTON, Stewart C, *The Twilight of European Colonialism – A Political Analysis*, New York, Holt, Rineheart & Winston, 1960, xvi & 571 pp. [Grã – Bretanha, França, Bélgica e Portugal], *IRAS*, September 1961, 27 (3), p. 334.

O.C.D.E. Centre de Développement, *Organisation gouvernementale et développement économique*, Paris, OCDE, 1966, 320 pp. [Contém em apêndice monografias sobre a organização governamental em cinco países, um dos quais Portugal], *IRAS*, September 1966, 32 (1), p. 253.

ALVAREZ GENDIM, Sabino, *La independencia del Poder judicial – La especialización de los Tribunales contencioso – administrativos*. Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1965, 222 pp., Pts. 175., *IRAS*, March 1967, 33 (1), pp. 59-71.

APÊNDICE 3

INTERNATIONAL REVIEW OF ADMINISTRATIVE SCIENCES (1968-1974)

Referências a trabalhos de autores portugueses

GONÇALVES, Dario, *Evolução da técnica mecanográfica resultante da utilização de ordenadores electrónicos*, Lisboa, Ministério das Finanças, 1968, 90 pp., *IRAS*, December 1968, 34 (4), p. 381.

PORTUGAL – Secrétariat pour la réforme administrative, *Principes et lignes directrices de la réforme administrative au Portugal*, Lisbonne, 1968, 129 pp., *IRAS*, December 1968, 34 (4), p. 385.

PIRES DE LIMA, António Pedrosa, *A tutela administrativa nas autarquias locais* (2 ed.), Coimbra Editora, 1968, 162 pp., *IRAS*, March 1969, 35 (1), p. 87.

CORREIA, Manuel Marques, *Novos rumos para alguns sectores da administração pública*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973, 223 pp. [empresas públicas], *IRAS*, December 1973, 39 (4), p. 428.

DE MELO, Álvaro Figueiredo, *A Administração e o Funcionário – Subsídios para Um Estudo da Função Pública*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973, 68 pp., *IRAS*, March 1974, 40 (1), p. 80.

RODRIGUES, Raul da Conceição, *Relações Humanas – Relações Públicas: Sua interligação na Administração Pública Moderna*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973, 66 pp., *IRAS*, March 1974, 40 (1), p. 86.

FELISMINO, Aureliano, *Techniques d'analyse quantitative pour l'élaboration et le contrôle des décisions administratives*, Lisbonne, Imprensa Nacional, 1973, 70 pp., *IRAS*, June 1974, 40 (2), p. 188.

PORTUGAL – Ministério das Finanças, *Informática e contabilidade pública*, Lisbonne, Imprensa Nacional, 1974, 15 pp. [resumo de grupo de trabalho do IICA], *IRAS*, September 1974, 40 (3), p. 294.

Referências a trabalhos de autores estrangeiros sobre Portugal

PAJOT, Lalé, *Le Portugal*, Collection “Comment ils sont gouvernés”, L.G.D.J., 1972, 257 pp., *IRAS*, September 1972, 38 (3), p. 347.

Referências a trabalhos sobre vários países, entre os quais Portugal

SEIDMAN, Harold (1969), “Use of Experts and Consultants” [Relatórios apresentados ao Comité das Práticas Administrativas do IICA entre os quais o português], *IRAS*, March 1969, 35 (1), pp. 61-67.

Max-Planck-Institut für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht, *Gerichtsschutz gegen die Exekutive – Judicial Protection against the Executive – La protection juridictionnelle contre l’exécutif. Vol. I e II – Rapports nationaux*. Cologne, Carl Heymanns & Dobbs Fery, Oceana Publications, 1969. Xlii + 1256 pp. [Contém relatórios, todos redigidos em função de um questionário, de 31 países, um dos quais Portugal (da autoria de M. Caetano)], *IRAS*, June 1970, 36 (2), p. 183.

ATTIR, Arie, *Adaptation of Public Personnel Administration to Changes in Society*, Brussels, International Institute of Administrative Sciences, 1971, 192 pp., a partir do relatório geral do Congresso de Dublin, 1968, baseado em 25 relatórios nacionais (não menciona especificamente Portugal), *IRAS*, December 1971, 37 (4).

ASHER, Charles S. et al, *L’Administration des logements fournis par les pouvoirs publics, Bruxelles, Institut International des Sciences Administratives*, et La Haye, Martinus Nijhoff, 1971, 255 pp [baseado em relatórios nacionais de 14 países, incluindo Portugal], *IRAS*, December 1971, 37 (4).

STASSEN, Jacques et al, *Le permis de construire – Étude comparative*, Bruxelles, IISA & La Haye, Martinus Nijhoff, 1972, 438 pp. [inclui relatórios de 15 países, um dos quais Portugal], *IRAS*, September 1972, 38 (3), p. 349.

BELGIQUE – Direction générale de la Formation, *IIIème Congrès international des responsables de la formation des fonctionnaires supérieurs – IIIrd International Conference on Training of Higher Civil Servants*. Bruxelles, 1974. Trois volumes: 137+94+292 pp. [Inclui relatórios emanando dos treze países participantes, um dos quais Portugal], *IRAS*, June 1974, 40 (2), p. 186.

APÊNDICE 4

INTERNATIONAL REVIEW OF ADMINISTRATIVE SCIENCES (1975-2011)

Referências a trabalhos de autores portugueses

DE BRITO, Nogueira, *En Marcha! Notas e comentários a greve do funcionalismo público em 1920*, Lisboa, Seara Nova, 1976, 118 pp. *IRAS*, December 1978, 44 (4), p. 405.

Estudios em homenagem ao Prof. Doutor J.J. Teixeira Ribeiro – IV – Varia, Universidade de Coimbra, 1980, 495 pp. *IRAS*, June 1981, 47 (2), p. 176.

JELOWICKI, Marcin (1982), *Stratégie et politique des reformes administratives* [Refere vários países, incluindo Portugal que persistem na intenção de realizar reformas administrativas], *IRAS*, March 1982, 48 (1), pp. 41-46.

JALLES, Isabel, *Implications jurídico-constitutionnelles de l'adhésion aux Communautés européennes: le cas du Portugal*. Bruxelles, Bruylant, 1981, 312 pp. [Tese de doutoramento], *IRAS*, June 1982, 48 (2), p. 272.

CORREIA DE CAMPOS, António & Mantas, Augusto, *Os serviços oficiais de saúde em Portugal, na década de setenta: financiamento, organização, administração e alguns resultados*. *Plan.*, 4 (1), 1982, pp. 81-125., *IRAS*, March 1983, 49 (1), p. 131.

INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, *A face oculta da governança. Cidadania, administração pública e sociedade*. Oeiras (Portugal), Instituto Nacional de Administração (www.ina.pt), 2003, 253 pp. *IRAS*, June 2004, 70 (2), p. 412.

MADUREIRA, César, “A formação comportamental no contexto da reforma da administração portuguesa”, Oeiras (Portugal): Instituto nacional de administração (www.ina.pt), 2004, 270 pp. *IRAS*, June 2005, 71 (2), p. 362.

ROCHA, J.A. Oliveira and Araújo, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de (2007), “*Administrative Reform and Portugal: problems and prospects*”, *IRAS*, December 2007, 73 (4), pp. 583-596.

Referências a trabalhos sobre vários países, entre os quais Portugal

SMITH, Brian C. (1979), “The Measurement of Decentralisation” [Situação em vários países, entre os quais Portugal], *IRAS*, September 1979, 45 (3), pp. 214-222.

ROWAT, Donald, C. (1980), “The New Ombudsman Plans in Western Europe” [Situação em vários países entre os quais Portugal], *IRAS*, June 1980, 46 (2), pp. 135-145.

GRAHAM, Lawrence, S. (1980), “Centralization, versus Decentralization Dilemmas in the Administration of Public Service” [Referência a vários países entre os quais Portugal e sua administração colonial em África], *IRAS*, 46 (3), pp. 219-232.

OLEKHNOVITCH, Georges, *La déontologie de la fonction publique en Europe et en Amérique Latine*. Paris, l’auteur, 1979, 389 pp. (Thèse de doctorat d’Etat en droit public ronéotypée) [Estudo que incide sobre quinze países europeus, um dos quais Portugal e catorze países latino americanos], *IRAS*, June 1980, 46 (2), p. 208.

SPAGNA MUSSO, Enrico (ed.), *Constituzione e struttura del governo – Vol II: L’organizzazione del governo negli stati di democrazia parlamentare*. Padoue, CEDAM, 1982, 606 pp. [Estrutura e organização do governo analisadas em 9 países, incluindo Portugal (Carlo Bottari)], *IRAS*, March 1983, 49 (1), p. 128.

HEYEN, Erk Volkmar (ed.), *Geschichte der Verwaltungsrechtswissenschaft in Europa – Stand und Probleme der Forschung*, Francfort s / Main, Klostermann, 1982, 184 pp. [Conjunto de monografias nacionais sobre história do direito administrativo em treze países, incluindo Portugal (Fausto de Quadros)], *IRAS*, June 1983, 49 (2), p. 227.

BAILEY, Richard, *The European Connection. Implications of EEC Membership*. Oxford, Pergamon, 1983. xii & 310 pages. [Refere-se à adesão de 3 países, incluindo Portugal], *IRAS*, June 1984, 50 (2), p. 182.

HOPKINS, Michael & Van der Horven, Rolph, *Basic Needs in Development Planning*, Aldershot, Hampshire, Gower, 1983. xvii & 184 pages. [Inclui exemplos de planeamento de necessidades básicas em três países um dos quais Portugal], *IRAS*, June 1984, 50 (2), p. 192.

SEERS, Dudley & Ostrom, Kjell (Editors), *The Crises of the European Regions*, London, Macmillan in association with the European Association of Development Institutes. 1983. xvii 176 pages (mimeographed). [Papers sobre problemas regionais específicos de cinco países, incluindo Portugal], *IRAS*, June 1984, 50 (2), p. 199.

CONSEIL DE L'EUROPE, *Réformes des collectivités locales et régionales en Europe: théorie, pratique et bilan*. Colloque organisé à Linz, 5-6 novembre 1983, 233 pp. *The Reforms of Local and Regional Authorities in Europe: Theory, Practice and Critical Appraisal*. [Inclui relatórios sobre dezasseis países, um dos quais Portugal], *IRAS*, vol 50 (4), Dec 1984, 370.

Annuaire européen d'administration publique, Tome VI, 1983. Paris, CNRS, 1984, 920 pp. [Catorze países objecto de relatórios nacionais, um dos quais Portugal], *IRAS*, June 1985, 51 (2), p. 171.

KELLY, G., *Les structures de gestion des collectivités locales et régionales*. Strasbourg, Conseil de l'Europe, 1985, 59 pp., mimeograph. [Refere quinze países, um dos quais Portugal], *IRAS*, December 1985, 51 (4), p. 361.

BOVENTER, Gregor Paul, *Grenzen politischer Freiheit im demokratischen Staat. Das Konzept der streitbaren Demokratie in einen internationalen Vergleich*. Berlin: Duncker Humblot, 1985 [Conceito de democracia activa, com referência a oito países, um dos quais Portugal], *IRAS*, March 1986, 51 (1), p. 100.

Regionalisation and Its Effects on Local Self-Government, Strasbourg (France), Conseil de l'Europe, 1998, 237 pp. [com base em relatórios de 9 países, entre os quais Portugal], *IRAS*, March 1999, 61 (1), pp. 137-138.

FIALAIRE, Jacques (1999), "The regulatory framework relative to schools in European Union countries: regulations and duties" [compara autonomia das escolas em 15 países, um dos quais Portugal], *IRAS*, June 1999, 65 (2), pp. 221-234.

HAQUE, M. Shansul (1999), "Relationship between citizenship and public administration: a reconfiguration" [refere vários países e a Public Service Quality Charter portuguesa], *IRAS*, September 1999, 65 (3), pp. 309-325.

DURIEZ, Marc and Lequet- Slama, Diane, *Les systèmes de santé en Europe*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 1998, 126 pp. [Comparando 15 países, entre os quais Portugal], *IRAS*, September 1999, 65 (3), p. 449.

COLIN, Jean-Pierre and Ignasse, Gérard (eds.), *La parité. L 'accès équilibré des femmes et des hommes à la vie publique. Actes du colloque international de Reims, 26-27 mars 1999*, Brussels: Institut International des Sciences Administratives (IISA), 1999, 84 pp. [Incluindo estudos de casos de cinco países entre os quais Portugal], *IRAS*, September 2000, 66 (3), p. 536.

CORTE-REAL, Isabel, Nomden, Koen, Kelly Michael, and Petiteville, Franck, *Les administrations em mouvement. Les réformes de modernization administrative dans quatre pays: Portugal, Pays-Bas, Irlande et France*. Maastricht: Institut Européen d' Administration Publique (www.eipa.nl.), 1999, 148 pp., *IRAS*, December 2000, 66 (4), p. 710.

HAQUE, M. Shansul (2000), "Significance of accountability under the new approach to public governance" [refere vários países, a *Public Service Quality Charter* portuguesa e disposições obrigando a consulta pública e a registo de interesses], *IRAS*, December 2000, 66 (4), pp. 599-617.

MANNING, Nick (2001) "The legacy of the New Public Management in developing countries" [refere experiências de vários países e *Public Service Quality Charter* portuguesa], *IRAS*, June 2001, 67 (2), pp. 297-312.

DUSAUTOY, Marc (ed.), *Intégration européenne et emploi. Le cas des pays semi-périphériques de l Europe*. Paris: Presses de la Sorbonne nouvelle, 1998, 260 pp. [Incluindo casos de quatro países, entre os quais Portugal], *IRAS*, June 2001, 67 (2), p. 356.

GERI, Laurence R., *New Public Management and the reform of international organizations* [Inclui Portugal nos países que adoptaram reformas influenciadas pelo NPM], *IRAS*, September 2001, 67 (3), pp. 445-460.

SHARMA, Alok and Agnihotri, Vivek K. (2001): "New developments in public administration. The citizen 's charter: the Indian experience" [várias experiências entre as quais a portuguesa *Quality Charter in Public Services*, 1993], *IRAS*, September 2001, 67 (4), pp. 733-739.

Annuaire européen d'administration publique, XXII, 1999. Paris, Presses universitaires d'Aix-Marseille, 2000, 615 pp. [Inclui crónicas sobre a vida administrativa de oito países, entre os quais Portugal], *IRAS*, March 2002, 68 (1), p. 149.

KASSIM, Hussein, Menon, Anan, Peters, B. Guy and Wright, Vincent (eds.), *The National Coordination of EU Policy. The European Level*. Oxford: Oxford

University Press, 2001, pp. 360, [Investigadas estratégias de 11 países, entre os quais Portugal], *IRAS*, December 2002, 68 (4), p. 673.

ZEFF, Eleanor E. and Pirro, Ellen (eds.), *The European Union and the Member States. Cooperation, Coordination, and Compromise*. Boulder, CO: Lynne Rienner, 2001, 355 pp. [Refere quinze estados membros, agrupados por momentos de entrada, entre os quais Portugal], *IRAS*, December 2002, 68 (4), p. 680.

HOOGENBOEZEM, Jaap A. (2004), “Local government performance indicators in Europe: an exploration” [refere falta de indicadores para vários países, um dos quais Portugal], *IRAS*, March 2004, 70 (1), pp. 51-64.

KERNAGHAN, Kenneth (2005), “Moving towards the virtual state: integrating services and service channels for citizen – centred delivery” [Experiências de vários países entre as quais a do Infocid português], *IRAS*, March 2005, 71 (1), pp 119-131.

ZILLER, Jacques (2005), “Public law: a tool for modern management, not a impediment to reform” [controlo das autoridades pelos tribunais, em diversos países, incluindo Portugal], *IRAS*, June 2005, 71 (2), pp 268-277

BENITO, Bernardino, Brusca, Isabel e Montesinos, Vicente (2007), “The harmonization of government financial information systems: the role of the IPSAS’s” [Grau de adequação da contabilidade de vários países, entre os quais Portugal], *IRAS*, June 2007, 73 (2), pp. 293-317.

BOLIVAR, Manuel Pedro Rodriguez, Pérez, Carmen Caba, Hernández, António M. López (2007), [Experiências de publicação de informação financeira pública em sites de vários países, incluindo Portugal], *IRAS*, June 2007, 72 (2), pp. 269-290.

VAN DE WALLE, Stven, Van Roosbroek, Steven and Bouckaert, Geert (2008) [Inclui alguns países, entre os quais Portugal], *IRAS*, March 2008, 74 (1), pp 47-64.

GONZÁLEZ, Belén, López, Antonio and Garcia, Roberto (2008) [SAI de vários países entre as quais Portugal], *IRAS*, September 2008, 74 (3), pp. 436-461.

BOVAIRD, Tony, and Loffler, Elke (2009), “More quality through competitive quality awards? An impact assessment framework” [Referência aos prémios de qualidade de vários países, entre os quais Portugal – modelo EFQM e organização da primeira *European Quality Conference for Public Agencies* em 2000

aquando da presidência portuguesa da União Europeia], *IRAS*, September 2009, 75 (3), pp. 383-401.

ORMOND, Derry (2010), “First things first: sustaining political will for public governance change” [Referência a dinâmicas de reformas em vários países, incluindo Portugal], *IRAS*, June 2010, 76 (2) [pp. 219-238].

CHRISTAENS, Johan, Reyniers, Brecht, Rollé, Caroline (2010) “Impact os IPSAS on reforming governmental financial information systems: a comparative study” [Comparação de vários países, incluindo Portugal], *IRAS*, September 2010, 76 (3), pp. 537-554.

MEER, Tom van der (2010), “In what we trust? A multi-level study into trust in parliament as an evaluation of state characteristics” [Referência a vários países, incluindo Portugal], *IRAS*, September 2010, 76 (3), pp. 517-536.

ONGARO, Edoardo, *Public Management Reform and Modernization: Trajectories of Administrative Change in Italy, France, Greece, Portugal and Spain*, Cheltenham: Edward Elgar, 2009, *IRAS*, March 2011, 77 (1) p. 214.

Pelas fontes de informação que proporcionam, elementos de estudo comparativo que sugerem, relações úteis que criam, trabalhos que provocam, estímulo que despertam, pelo que desatam de dúvidas e preconceitos, e pelo ardente desejo que fomentam nos delegados de cada país de aos outros revelar o que há no seu de bom e dêles vir a conhecer o que ainda há nêle de atrasado e defeituoso - a presença de portugueses em congressos internacionais de sciências administrativas ser-lhes-há infinitamente útil.

Há de desembaraçá-los de quimeras e bagatelas, colocando-os de súbito em frente dos grandes e novos problemas e das coisas que há a estudar e realizar em Portugal, num sentido português, mas sob o instituto universal, ou pelo menos europeu, dos quadros e época em que vivemos.

Para desejar será por isso que no Congresso de Madrid compareçam não apenas, como até aqui, delegados universitários, mas representantes dos serviços públicos, do Estado e das administrações menores, designadamente dos grandes corpos de administração autónoma, e bem assim ainda, dirigentes das administrações locais mais graduadas.

João Tello de Magalhães Collaço, O Direito - Revista de Jurisprudência , n.º 13-18 Sabado, 30 de Novembro de 1929 Ano 61 º

www.sitiodolivro.pt

ISBN 978-989-8867-48-3



Edições **exlibris**®